



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATA ADRIANA GARBOSSA SILVA

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL
NO ESTADO DO PARANÁ: EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

CURITIBA

2019

RENATA ADRIANA GARBOSSA SILVA

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL
NO ESTADO DO PARANÁ: EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

S586e

Silva, Renata Adriana Garbossa

Expansão e interiorização da Universidade Tecnológica Federal no estado do Paraná: efeitos no desenvolvimento local [recurso eletrônico] / Renata Adriana Garbossa Silva. – Curitiba, 2019.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Orientador: Luiz Lopes Diniz Filho.

1. Ensino superior. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Comunidade urbana – Desenvolvimento. I. Universidade Federal do Paraná. II. Diniz Filho, Luiz Lopes. III. Título.

CDD: 378

Bibliotecária: Vanusa Maciel CRB- 9/1928




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA -
40001016035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **RENATA ADRIANA GARBOSSA SILVA**, intitulada: **EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ: EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL**, sob orientação do Prof. Dr. LUIS LOPES DINIZ FILHO, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 29 de Novembro de 2019.


LUIS LOPES DINIZ FILHO
Presidente da Banca Examinadora


PIERRE ALVES COSTA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)


OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


LIANA MARIA DA FROTA CARLEIAL
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


ADILAR ANTONIO CIGOLINI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico a tese aos meus pais, Romildo Garbossa e Ilere Tomasi Garbossa, que sempre acreditaram que a educação é o melhor caminho.

GRATIDÃO!

AGRADECIMENTOS

“Escrever é um ato solitário de um outro modo de solidão. Escrevo com amor e atenção e ternura e dor [...]” (Clarice Lispector). A frase de Lispector define o processo de construção da minha tese durante esses quatro anos, pois o ato de escrever, por natureza, se define como busca de uma interlocução com o outro. Ao mesmo tempo, o exercício da escrita requer renúncia e articulação, não só com a geografia, mas também com as demais áreas do conhecimento.

Embora seja um processo solitário, existe uma grande contextura de pessoas, amigos e profissionais, que ajudaram de alguma forma. Sem eles o processo de construção, elaboração e finalização da tese não seria viável. É tão grande o número de pessoas que me ajudaram nesta tese, que nunca serei capaz de expressar toda a **gratidão, apreço e consideração** que tenho por cada um.

Agradeço primeiramente a minha família, meus pais Romildo e Ilere, pelo apoio, compreensão e que mesmo distantes sempre torceram, se preocuparam e me incentivaram com todo o carinho e zelo. Tenho certeza de que as boas vibrações emanadas fizeram o fardo ser mais leve. Aos meus irmãos João, Rosangela, Ignácio, Rogério, Renato, cunhadas(o), sobrinhos(as), que mesmo distantes geograficamente souberam entender a relevância e a necessidade da minha ausência para a construção e finalização da tese.

Ao meu marido Rodolfo dos Santos Silva, pelo apoio no ingresso do Programa de Pós-graduação em Geografia e, durante os quatro anos de estudos, pela dedicação em assumir as demais tarefas cotidianas do dia a dia. Agradeço imensamente pelo incentivo, amor incondicional, companheirismo e confiança. Com você ao meu lado o trabalho tomou forma e fluidez. Você foi o melhor PRESENTE que a vida pôde me dar!

Ao professor Doutor Luiz Lopes Diniz Filho, que prontamente aceitou o convite para me orientar. Agradeço imensamente pela condução do seu trabalho, pelos apontamentos realizados, direcionamentos e sugestões, mas sempre me dando a

liberdade para a construção da tese. Obrigada pelo seu comprometimento no direcionamento da pesquisa.

À professora Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, pela ajuda preciosa nas disciplinas que ministrou. Estas contribuíram expressivamente para a pesquisa. Agradeço por todos os apontamentos minuciosos na banca de qualificação, fazendo-me refletir sobre os rumos e o rigor da pesquisa. Agradeço enormemente a sua sempre inteira disponibilidade e desejo que, assim como eu, outros alunos também possam ter a mesma oportunidade.

Agradeço de igual forma à professora Dinamara Pereira Machado, carinhosamente “Dina”. Quero de uma forma imensa expressar o meu muito obrigada pela forma amiga e generosa com que sempre me incentivou e ajudou e, ao mesmo tempo, deu condições, dias e liberação de horários tanto para as pesquisas de campo, conclusão dos créditos e demais atividades do doutorado, quanto para a término da escrita.

Aos diretores e corpo docente dos câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava e de Curitiba que prontamente dedicaram parte do seu tempo para a realização das entrevistas, depoimentos, conversas, contribuindo com dados essenciais para a construção da tese e mostrando com tamanha propriedade a relevância da Universidade.

Aos amigos de longa data Sueli Santiago e Cosmo Santiago – Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Apucarana, por terem me acolhido em Apucarana com tanto carinho e cuidado e, ao mesmo tempo, contribuindo prontamente para as articulações com a associação comercial e a direção geral da UTFPR.

Ao professor Belmiro Marcos Beloni do Departamento de Educação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por organizar e possibilitar as entrevistas com a direção do Câmpus e pela cooperação com os dados necessários para a pesquisa.

À Ivonete Terezinha Tremea Plein, colega de graduação e atualmente do quadro da UTFPR, que teve o cuidado e preocupação no agendamento das entrevistas,

possibilitando a articulação com os setores da universidade no Câmpus Francisco Beltrão.

Aos geógrafos, colegas e amigos, Augusto Pereira, pelo auxílio com os dados; ao Otacílio Paz, pela diagramação dos mapas e por todo o auxílio prestado nos ajustes que se fizeram necessários; ao Elcio Miguel Prus e ao Wilhelm Meiners por estarem sempre prontos para me auxiliar nos diferentes dados; à Larissa Warnavin, pelos nossos diálogos quanto ao andamento da pesquisa e por contribuir com a tese, levando em consideração o cuidado com a pesquisa.

Aos amigos Gisele Cordeiro e Luiz Fernando Lopes que, durante todos esses anos trabalhando juntos, transpuseram nossa amizade para além dos muros da instituição, acreditando que a sinceridade e a honestidade são valores essenciais. Ao Centro Universitário Internacional Uninter pela oportunidade e incentivo na realização do doutorado.

À equipe da área de Geociências, demais geógrafos e colegas, pelo apoio e por estarem sempre na torcida, deixo meu apreço e agradecimento.

Pelos professores de todos os programas em que tive a oportunidade de cumprir disciplinas durante o período do doutorado. Cada um com sua metodologia, instigando todos no entendimento da relevância das suas áreas de pesquisa. Tenho certeza do papel e do grande valor que cada um desempenha não só na comunidade científica, mas também na transformação da sociedade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pelo auxílio prestado em todos os momentos.

À turma de doutorandos que ingressaram comigo no programa, e aqueles que conheci ao longo do caminho, pelo enriquecimento dos debates, pelo alinhamento dos projetos e pela elaboração de artigos sempre regados a um bom café, chimarrão e deliciosos quitutes. A vocês que se tornaram amigos, que possamos trilhar os caminhos da geografia e fazer a diferença na educação.

Por último, e não menos relevante, aos amigos de longa data e aqueles que passaram a fazer parte da minha vida com o avanço do doutorado. Mesmo com todas as obrigações que uma tese requer, os encontros eram necessários e serviam de âncora para seguir em frente.

Às demais pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho e que participaram da minha vida nesses anos todos.

MUITÍSSIMO OBRIGADA!!!

A educação libertadora tem como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo.

(MÉSZÁROS, 2008, p. 12)

RESUMO

No Brasil, as discussões sobre o desenvolvimento local não são recentes e sofreram alterações significativas ao longo das décadas. Desde a implantação das primeiras políticas regionais até as mais recentes, alguns avanços foram identificados, fazendo-se necessária a interlocução das políticas de desenvolvimento local e regional com a dinâmica do território e as instituições de ensino superior (IES). Nas últimas décadas, a partir do início do século XXI, os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico vêm recebendo alterações, embora a preocupação com o desenvolvimento não seja recente. A partir da década de 1990, o estado do Paraná alterou sua base produtiva com transformações econômicas, sociais, políticas e educacionais e ampliou a infraestrutura técnico-científica. Uma década mais tarde, seguindo o movimento de expansão e interiorização do ensino superior que estava ocorrendo no Brasil, o Paraná também vivenciou o aumento significativo de IES, alterando a dinâmica do território. Com base nesse movimento, esta tese tem como objetivo geral pesquisar como o processo de expansão e interiorização da Universidade Tecnológica Federal no estado do Paraná (UTFPR) contribui para o desenvolvimento local nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava. A metodologia utilizada tem cunho bibliográfico e de campo, e os resultados mostram que a instalação dos três câmpus pesquisados foram responsáveis por alterações no espaço e na dinâmica urbana, com aumento na verticalização e na diversidade cultural devido ao número de docentes, discentes e técnicos-administrativos vindos de outros estados brasileiros, bem como na contribuição da infraestrutura técnico-científica na economia paranaense e no aumento do número de ativos institucionais. Tudo isso ocasionou a ampliação e a articulação entre o poder público, o setor produtivo e a comunidade local. Houve um aumento significativo nos setores econômicos, nos postos de trabalho formais e na soma do salário médio real nos três setores analisados. Além do crescimento no número de vínculos ativos, o maior aumento ocorreu na soma do salário médio real no ensino superior, em função da mão de obra qualificada, cujo retorno do investimento em capital humano sobre os salários é direto, pois quanto maior for a escolaridade maior será o seu nível salarial. O maior nível de escolaridade reflete no grau de produtividade, de modo que, se analisados os setores da indústria da transformação, da construção civil e dos serviços anterior e posterior à instalação dos câmpus pesquisados, verifica-se um aumento na taxa anual de crescimento do salário médio real como *proxy* da produtividade do trabalho em todos os setores com destaque para os serviços. As IES têm um papel proeminente no processo de criação e disseminação de novos conhecimentos e inovações, que sistematizam e difundem conhecimentos científicos e culturais, na produção e distribuição da renda nacional e no avanço da democracia, para uma melhor distribuição da renda e uma sociedade mais justa. Da mesma forma, os espaços locais têm ganhado crescente relevância, trazendo novos polos de articulação de interesses para abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Interiorização. Expansão. Ensino superior. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

In Brazil, discussions about local development are not recent and have changed over the decades. Since the implementation of the first regional politics until the most recent ones, some advance has been identified, making the interlocution of local and regional development politics with the dynamics of the territory and superior education institutions necessary. For the last decades, from the beginning of XXI century, the concepts of development and economic growth have been changing, even though the concern about this development is not recent. From the 1990s, Paraná state has altered its productive base with the economic, politic and educational transformations and has expanded the technical-scientific structure. One decade later, following the expansion and interiorization of superior education, which was happening in Brazil, Paraná also had the experience of significant increase of superior education institutions, which contributed to the changes of the dynamic in the territory. Drawn on this movement, this thesis aims to research the way the expansion and internalization processes of Universidade Tecnológica Federal in Paraná state (UTFPR) has contributed to the local development of Francisco Beltrão, Apucarana and Guarapuava. The methodology used has bibliographic and field research aspects. The results show that the installation of the three campuses analyzed were responsible for the changes in space and also in relation to urban dynamics, increasing the verticalization and cultural diversity, due to the number of teachers, students and technical staff who came from other Brazilian states, as well as the contribution of technical-scientific structure in the economy of the state and the increasing number of institutional assets. All of these have caused some increase and connection between the public power, the productive area and the local community. There has been a significant growth in the economic areas, in the formal workplaces and in the average of salary of the three segments analyzed. Besides the growth of asset bonds, the biggest increase was in the average salary in superior education, because of the qualified labor, whose return of the investment in human capital over the salaries was direct, as the higher the level of education, the higher the salary will be. The highest level of education reflects on the degree of productivity. Thus, if the industry of transformation, civil construction areas and services before and after the installation of the campus were analyzed, an increase on the annual taxes of average salary such as the proxy of work productively in all the areas, with emphasis on services may be verified. The superior education institutions have a leading role in the process of creation and in the spread of new knowledge and innovation, which systematize and disseminate scientific and cultural knowledge, in the production and distribution of national income and in the advance of democracy, for a better distribution of income and a fairer society. The same way, the local spaces have been more and more relevant, bringing new places of articulation of interest to receive new agents of the economic regulation and of the promotion of economic development.

Keywords: Interiorization. Increase. Higher education. Local development.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL – URBANA E RURAL (%) – ANOS DE 1940-2010	129
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA – PARANÁ – 1940 A 2010	132
GRÁFICO 3 – GRAU DE URBANIZAÇÃO – BRASIL, SUL E PARANÁ – 1970/2010	133
GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PIB BRASILEIRO (%) – 2010 A 2014	145
GRÁFICO 5 – TOTAL DE ALUNOS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2010-2018 – MATRICULADOS NA UTFPR DE FRANCISCO BELTRÃO	190
GRÁFICO 6 – FLUXO DE ALUNOS POR SEMESTRE – 2009/2017 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO.....	192
GRÁFICO 7 – NÚMERO DE CONCLUINTES DO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 – FRANCISCO BELTRÃO.....	194
GRÁFICO 8 – NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 – FRANCISCO BELTRÃO.....	195
GRÁFICO 9 – SALÁRIO MÉDIO REAL DA SOMA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS SERVIÇOS ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – FRANCISCO BELTRÃO	197
GRÁFICO 10 – SALÁRIO MÉDIO REAL DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – FRANCISCO BELTRÃO.....	202
GRÁFICO 11 – TOTAL DE ALUNOS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2010-2018 – MATRICULADOS NA UTFPR – APUCARANA.....	228
GRÁFICO 12 – FLUXO DE ALUNOS POR SEMESTRE – 2007/2017 – CÂMPUS APUCARANA	230
GRÁFICO 13 – NÚMERO DE CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 EM APUCARANA.....	240
GRÁFICO 14 – NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – EM APUCARANA.....	241

GRÁFICO 15 – SALÁRIO MÉDIO REAL DA SOMA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS SERVIÇOS ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA.....	243
GRÁFICO 16 – SALÁRIO MÉDIO REAL DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA	246
GRÁFICO 17 – TOTAL DE ALUNOS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2011-2018 – MATRICULADOS NA UTFPR – GUARAPUAVA	259
GRÁFICO 18 – FLUXO DE ALUNOS POR SEMESTRE – 2011/2017 – CÂMPUS GUARAPUAVA.....	260
GRÁFICO 19 – NÚMERO DE CONCLUINTES DO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 EM GUARAPUAVA ...	272
GRÁFICO 20 – NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 EM GUARAPUAVA	273
GRÁFICO 21 – SALÁRIO MÉDIO REAL DA SOMA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA	274
GRÁFICO 22 – SALÁRIO MÉDIO REAL DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA.....	277

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2002	184
IMAGEM 2 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2008	184
IMAGEM 3 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2010	185
IMAGEM 4 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2012	185
IMAGEM 5 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2017	186
IMAGEM 6 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2019	186
IMAGEM 7 – VISTA ÁREA E ACESSO AO CÂMPUS DA UTFPR – FRANCISCO BELTRÃO.....	189
IMAGEM 8 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2005.....	222
IMAGEM 9 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2007.....	222
IMAGEM 10 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2010.....	223
IMAGEM 11 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2012.....	223
IMAGEM 12 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2016.....	224
IMAGEM 13 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2018.....	224
IMAGEM 14 – AUMENTO DA EXPANSÃO URBANA NO ENTORNO DA UTFPR DE APUCARANA	233
IMAGEM 15 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2006	264
IMAGEM 16 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2010	264
IMAGEM 17 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2013	265
IMAGEM 18 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2017	265
IMAGEM 19 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2019	266
IMAGEM 20 – VISTA DO CÂMPUS COM OS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DE GUARAPUAVA	270

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – ESPACIALIDADES COM RELEVÂNCIA, CONCENTRAÇÃO E DENSIDADE ECONÔMICA E INSTITUCIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.....	140
MAPA 2 – EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2014	156
MAPA 3 – SEDES DOS INSTITUTOS FEDERAIS, DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS TÉCNICAS NO BRASIL.....	162
MAPA 4 – UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS RESPECTIVOS CÂMPUS.....	168
MAPA 5 – CÂMPUS DA UTFPR POR ANO DE IMPLANTAÇÃO	174
MAPA 6 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE	177
MAPA 7 – MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE	178
MAPA 8 – ZONEAMENTO DO PERÍMETRO URBANO DE FRANCISCO BELTRÃO	188
MAPA 9 – MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE	208
MAPA 10 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE	210
MAPA 11 – MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE	215
MAPA 12 – ZONEAMENTO DO PERÍMETRO URBANO DE APUCARANA.....	226
MAPA 13 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE.....	250
MAPA 14 – MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA MESORREGIÃO CENTRO SUL PARANAENSE	254
MAPA 15 – ZONEAMENTO DO PERÍMETRO URBANO DE GUARAPUAVA	267

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA 1 – LINHA DO TEMPO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 1909-2014.....	160
ORGANOGRAMA 2 – LINHA DO TEMPO DOS CURSOS OFERTADOS NO CÂMPUS FRANCISCO BELTRÃO – 2007-2018	183
ORGANOGRAMA 3 – LINHA DO TEMPO DOS CURSOS OFERTADOS NO CÂMPUS APUCARANA – 2007-2018.....	218
ORGANOGRAMA 4 – LINHA DO TEMPO DOS CURSOS OFERTADOS NO CÂMPUS GUARAPUAVA – 2011-2018	257

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PAÍSES SELECIONADOS	87
QUADRO 2 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES ENSINO PÚBLICAS FEDERAIS CRIADAS ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2015 PELO GOVERNO FEDERAL	153
QUADRO 3 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANO DE CRIAÇÃO E RESPECTIVAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DO SUDOESTE PARANAENSE	179
QUADRO 4 – NÍVEL DE CENTRALIDADE DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL	212
QUADRO 5 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANO DE CRIAÇÃO E RESPECTIVAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DO NORTE CENTRAL PARANAENSE	213
QUADRO 6 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANO DE CRIAÇÃO E RESPECTIVAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO-SUL PARANAENSE	253

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – BRASIL E MACRORREGIÕES: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB TOTAL (DÉCADAS DE 1990 E 2000) (%)	82
TABELA 2 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL ENTRE 1900-2010	130
TABELA 3 – POPULAÇÃO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES 1970-2010	136
TABELA 4 – MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE DESTACARAM COM AS MAIORES PARTICIPAÇÕES DE POSTOS DE TRABALHO FORMAL. 137	
TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS – SEGUNDO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE – 2013.....	141
TABELA 6 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS – PORÇÃO SUDOESTE DO PARANÁ – 2013.....	143
TABELA 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS – CÂMPUS FRANCISCO BELTRÃO – 2009 – 2022.....	193
TABELA 8 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS, NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – FRANCISCO BELTRÃO	199
TABELA 9 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR – ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 – FRANCISCO BELTRÃO.....	203
TABELA 10 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS – CÂMPUS APUCARANA – 2009-2022.....	231
TABELA 11 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS, DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA.....	245
TABELA 12 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR – ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA.....	246
TABELA 13 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS – CÂMPUS GUARAPUAVA – 20011-2022	271

TABELA 14 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS, DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA	276
TABELA 15 – NÚMERO DE VINCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR – ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA	277
TABELA 16 – TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO SALÁRIO MÉDIO REAL COMO PROXY DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO DOS MUNICÍPIOS DE FRANCISCO BELTRÃO, APUCARANA E GUARAPUAVA.....	280

LISTA DE SIGLAS

ACIA	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana
AMUVI	Associação do Municípios do Vale do Ivaí
ANDIFES	Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APL	Arranjo Produtivo Local
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIM	<i>Building Information Modeling</i>
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CREA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
DATAR	Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETFPR	Escola Técnica Federal do Paraná
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FECEA	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
FEDR	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior

IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OECD	Organisation for Economic Cooperation and Development
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PROEM	Programa de Empreendedorismo e Inovação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REGIC	Região de Influência das Cidades
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNI	Sistema Nacional de Inovação

SRI	Sistema Regional de Inovação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFESBA	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
ZC1	Zona Central Um
ZC2	Zona Central Dois
ZCE	Zona Central Estendida
ZEE	Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia
ZI1	Zona Industrial Um
ZI2	Zona Industrial Dois
ZR1	Zona Residencial Um
ZR2	Zona Residencial Dois

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	25
2	INTRODUÇÃO	29
3	RELAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA	42
3.1	CONCEPÇÕES TEÓRICAS E A GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	42
3.2	TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	57
3.3	PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS REGIONAIS NO BRASIL	66
3.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS EM ÂMBITO MUNDIAL E NO BRASIL	83
3.5	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	92
3.6	DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA DINÂMICA DO TERRITÓRIO	101
4	FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ: CONDICIONANTES DA DINÂMICA LOCAL	119
4.1	O ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.....	119
4.2	A CONTRIBUIÇÃO DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA NA ECONOMIA PARANAENSE	138
5	A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	149
5.1	A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	149
5.2	A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ	163
5.3	A EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL E SUAS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NAS MESORREGIÕES ESTUDADAS	169
5.4	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MESORREGIÃO SUDOESTE.....	174
5.4.1	O Câmpus da UTFPR – Francisco Beltrão	180
5.5	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL	207
5.5.1	O Câmpus da UTFPR – Apucarana.....	217
5.6	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL.....	249

5.6.1	O Câmpus da UTFPR – Guarapuava.....	255
6	CONSIDERAÇÕES	283
	REFERÊNCIAS.....	288

1 APRESENTAÇÃO

Com o primeiro dos seis filhos, uma família de gaúchos migrou do Estado do Rio Grande do Sul rumo ao sudoeste do Paraná em meados da década de 1960. Impulsionada pela onda de colonização, ela fixou residência na comunidade de 'Linha Formiga' no interior do município de Francisco Beltrão, dando continuidade às atividades agrícolas anteriormente desenvolvidas no Estado de origem. Embora os filhos não tenham nascido num berço de letrados, o incentivo à educação sempre foi prioridade para todos. Assim, nascida nessa família, ingressei na primeira série de uma escola rural multisseriada (com alunos de primeira à quarta série numa mesma sala) – Escola Rural Municipal Romeu Lauro Werlang –, que mais tarde me proporcionou a primeira experiência como docente ao substituir a professora que outrora havia me alfabetizado.

Concluídos os anos iniciais, ingressei no Ensino Fundamental (quinta a oitava série)¹. Para cursar essa etapa do Ensino Básico, foi necessário um deslocamento de mais de 40 quilômetros diários, o que eu e outras crianças fazíamos com transporte escolar concedido pelo poder público municipal. Esse transporte, no entanto, sempre foi conquistado com muita luta, já que anualmente era necessário reivindicar a gratuidade da locomoção por meio de audiências ou por abaixo assinado. Em praticamente todas as famílias, e na minha não foi diferente, em função das dificuldades financeiras enfrentadas naquele período, os filhos também eram os braços na lavoura. A gratuidade do transporte, portanto, era a única forma de continuar os estudos.

No período da manhã, eu fui professora substituta e, no período da tarde, ao mesmo tempo em que iniciava as atividades como professora, cursava o magistério na área urbana do município, no Colégio Estadual Mário de Andrade. Esse era o único colégio público que oferecia Ensino Médio - Magistério. Ao longo da minha trajetória como 'estudante', muitos professores me encantaram, sobretudo, no magistério, com os docentes trabalhando com tamanha propriedade os conteúdos de disciplinas como História da Educação; Psicologia da Educação; Sociologia;

¹ O Ensino Fundamental é uma das etapas da Educação Básica no Brasil. Tem duração de nove anos, e a matrícula é obrigatória para todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos (entre 7 e 15 anos de idade para nascidos no segundo semestre). Regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, sua origem remonta ao Ensino de Primeiro Grau, que promoveu a fusão dos antigos cursos primário (com quatro a cinco anos de duração) e do curso ginasial (com quatro anos de duração). Este último, considerado o Ensino Secundário.

Didática; Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, da Matemática, da Geografia, do Ensino da Arte. Essas disciplinas me tornaram ainda mais segura para continuar no magistério e seguir a carreira de docente. Ao concluir o Ensino Médio, prestei concurso público para professora do Ensino Fundamental – anos iniciais – no próprio município. Fui aprovada e iniciei as atividades na Escola Municipal Nossa Senhora do Sagrado Coração, na época, distante do núcleo urbano, com inúmeros problemas sociais, e com pouca infraestrutura urbana.

No mesmo ano, porém, dei continuidade aos estudos, de modo que a opção naquele momento, diferentemente do que se apresenta hoje, era prestar vestibular para a única instituição de ensino superior pública, a Unioeste – Câmpus de Francisco Beltrão. Naquela época, o número de cursos ofertados era restrito à Administração, Ciências Econômicas, Economia Doméstica e Geografia. Sendo assim, optei por cursar o bacharelado em Geografia e, na sequência, licenciatura². Durante os cinco anos que estive na universidade, me deparei com professores vindos de diversas regiões brasileiras. Eles chegavam ao câmpus por meio de concurso público, iniciando ali suas carreiras como docentes do Ensino Superior. Com ampla bagagem teórica, estavam ávidos para compartilhar com os discentes os ensinamentos obtidos ao longo dos anos de estudo, sobretudo os conhecimentos do doutorado. Sendo assim, a graduação me proporcionou inúmeras experiências, como o desenvolvimento de projetos, apresentados ao poder público municipal, realização de visitas técnicas por vários municípios do Estado, sempre na tentativa de aliar teoria e prática ao campo geográfico.

Já no segundo ano do curso de bacharelado, iniciei uma nova atividade fora da sala de aula. Embora estivesse vinculada à educação, assumi, junto à Secretaria Municipal de Educação, o setor de documentação escolar de todas as escolas municipais. As dificuldades eram muitas, pois naquele momento a tecnologia não era avançada a ponto dos dados entre os setores e órgãos estarem disponibilizados para consulta. O trabalho demandava um tempo maior no envio de documentos e relatórios, visto que ainda se usava impressoras matriciais.

² Até o ano de 2004, manteve-se a formação integralizada entre a o bacharelado e a licenciatura, contando com um regime seriado de cinco anos. A partir desse ano foi implementada uma nova grade curricular que separou as duas habilitações. O bacharelado estava restrito ao período matutino, traduzindo-se num curso autônomo e regulado por objetivos diferentes dos pretendidos pela licenciatura (UNIOESTE, 2019).

Concluídos dois anos frente ao setor de documentação escolar e, em função da experiência enquanto acadêmica do curso de Geografia passei a compor o quadro de funcionários da Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Trabalhei diretamente na elaboração e execução de projetos, entre os quais destaco o empenho da equipe na formulação do projeto de construção do Texcel³, onde atualmente encontra-se a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Muitas foram as experiências em minha carreira, e os cinco anos de formação no campo da Geografia permitiram que eu tivesse várias experiências positivas e também negativas. Entre as positivas está a possibilidade de representar o corpo discente, de fazer parte do Diretório Central dos Estudantes, de organizar eventos de geografia com professores de renome nacional e, entre as negativas, as greves na Universidade, que eram constantes em meados da década de 1990, devido às mudanças na política econômica brasileira, respaldadas na cartilha dos órgãos multilaterais (principalmente o Fundo Monetário Internacional – FMI), conhecida como Consenso de Washington.

Ao concluir a graduação, deparei-me com o maior dos obstáculos, pois não via naquele momento possibilidades de continuar os estudos no próprio município ou mesmo na mesorregião, pois a instituição mais próxima que ofertava cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia era o município de Londrina⁴ ou em Maringá⁵, distante praticamente 500 quilômetros de Francisco Beltrão. Em Francisco Beltrão, o curso de mestrado⁶ iniciou sua primeira turma apenas no ano de 2007.

As experiências relatadas e a vontade de continuar os estudos me levaram, em 2001, a prestar o processo para o ingresso no Mestrado em Geologia na Universidade Federal do Paraná. Eu percebi que estava fazendo o mesmo movimento migratório que meus pais, porém no sentido contrário, para uma

³ Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão, que ofertava cursos de educação profissional na modalidade pós-médio, contribuindo para a inserção profissional de seus alunos. Mais tarde, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) de Francisco Beltrão passou a utilizar as instalações.

⁴ O Programa de Pós-Graduação em Geografia iniciou-se no ano de 2001 com proposta teórico-metodológica interdisciplinar apoiada nas pesquisas concluídas e em andamento que os docentes do Departamento de Geociências e de outros departamentos da Universidade Estadual de Londrina desenvolveram e têm desenvolvido, vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão (UEL, 2019).

⁵ A primeira turma iniciou em março de 1998, após parecer favorável da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 12 de novembro de 1997, Resolução nº 055/96-CEP, Parecer nº 008/95-CAD e Parecer nº 010/97-COU/ACA (UEM, 2019)

⁶ Reconhecido pela Portaria MEC nº 612/2007, de 22 de junho de 2007, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 25/06/07. Reconhecimento renovado pela Portaria MEC nº 1.140/2008, de 10 de setembro de 2008, publicado no DOU de 11/09/2008.

metrópole. Além disso, eu sabia dos obstáculos que enfrentaria pelo caminho. Com certeza os obstáculos enfrentados pelos meus pais há quase 60 anos foram diferentes daqueles que enfrentei quando cheguei em Curitiba, em função dos aspectos de cunho econômico. Eu recebi ajuda de custo, mas o valor da bolsa de mestrado era de apenas R\$ 780.00 (setecentos e oitenta reais), mas pude desvendar o 'novo' em uma cidade do tamanho de Curitiba. Fui aprovada e, assim como tantos outros discentes do interior do Estado que, sem opções para ingressar em um curso de ensino superior ou mesmo para continuarem seus estudos, tive de sair da região onde morava. Na ocasião, ainda havia um número reduzido de Instituições de Ensino Superior, além de uma oferta limitada de cursos. Atualmente o número de instituições públicas federais no interior do país é amplo, e os cursos e as vagas oferecem outras alternativas.

Em função da minha própria história, por ser uma entre tantos alunos que migraram para outros estados em busca de formação e, por acreditar que a universidade contribui para o processo de transformação da sociedade é que se deu a escolha do tema para o desenvolvimento da pesquisa.

2 INTRODUÇÃO

O final do século XX e início do século XXI foram marcados por uma reestruturação das escalas espaciais no planeta, inaugurando, sobretudo, uma nova fase na sociedade brasileira, que, somada à globalização como fenômeno contemporâneo, vem alterando não só as estruturas produtivas, mas as relações técnicas e sociais de produção. Além disso, vem alterando também os padrões organizacionais e locacionais, provocando rápidas, profundas e aceleradas mudanças em diversos campos, quer sejam políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, tecnológicos e educacionais.

Concomitantemente, na escala nacional, nas duas últimas décadas do século XX, passou por mudanças significativas, denominadas por Benko (2001), como “deslizamento de escala”. Nesse sentido, ocorreu, então, uma recomposição espacial dos espaços, visto que os ambientes tidos como clássicos como os sistemas econômico, social e político, evoluíram praticamente ao longo de todo o século, se deslocando ao mesmo tempo para cima e para baixo. Para o autor, na escala superior, enquanto se constata a criação ou o reforço dos blocos econômicos, no patamar inferior da escala, percebe-se o esforço das unidades territoriais em nível regional. O esforço das unidades territoriais em nível regional pode ser caracterizado como o planejamento governamental, pois é uma experiência recente nas economias capitalistas e no pós-Segunda Guerra vivido em países em desenvolvimento como o Brasil. Órgãos como o FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na concepção de Stiglitz (2002), não enxergavam a pertinência da escala local como espaço efetivo de elaboração dos processos de desenvolvimento. Para Perqueur (2005, p.11), “no contexto da globalização, as soluções liberais, situadas apenas no quadro macroeconômico, não parecem suficientes para produzir soluções inovadoras, que respondam às necessidades do desenvolvimento”.

Para Araújo (1999), ainda na escala nacional, se traçarmos uma linha do tempo, as preocupações com as questões locais e regionais não são recentes e percebemos que, desde os anos de 1950, está presente nas pautas e planos de governo. Uma das maiores evidências do planejamento brasileiro ocorreu com o lançamento do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1955-1960, norteando todo o seu governo e, concomitante a ele, a criação da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (1959). Com o período ditatorial vivido no País entre os anos de 1960 até meados de 1980, diferentemente do que se apresenta hoje, o projeto básico era construir um parque industrial importante e, com isso, conforme pontua Araújo (1999), entrar no rol das principais potências mundiais, com a proposta do “Brasil Grande Potência”. As duas décadas mencionadas nos mostram, na visão da autora citada, um período de grande expansão e de intensa modernização da economia do País. Entre as principais mudanças está a participação do Estado, usando o planejamento regional também como instrumento. Com o fim da ditadura militar e a redemocratização instaurada no Brasil, uma década mais tarde, nos anos de 1990, o País passou por inúmeras transformações e mudanças no processo das reformas “neoliberais”, seguindo as tendências que estavam ocorrendo no âmbito internacional. Entre elas, podem-se citar as privatizações, a desregulamentação da economia, a abertura comercial e a busca de uma maior inserção nos fluxos internacionais, tanto de comércio, quanto de capital. Ocorreram, por isso, alterações significativas no território brasileiro, visto que é nessa mesma década que o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista brasileiro, aos poucos, foi proporcionando uma intensificação da disputa entre localidades.

Na concepção de Diniz Filho (2000), em um país de economia continental, o processo de ocupação capitalista do espaço sempre foi um fator ímpar no processo de desenvolvimento em todos os setores da economia, que teve na figura do Estado, o agente central de uma “industrialização tardia”, com impactos sobre a organização do território brasileiro. Esse modelo de intervenção estatal, com consequências para o desenvolvimento local, tem despertado inúmeros debates em diversas áreas do conhecimento, quer seja no campo da geografia, da sociologia e da economia, não podendo ser desvinculado do debate geográfico, haja vista que os modelos de desenvolvimento estão relacionados a intervenções espaciais e territoriais que devem ser passíveis de planejamento e desenvolvimento local.

Dessa forma, o desenvolvimento local e regional torna-se elemento essencial de debate em diversos países, uma vez que, com suas teorias, o tema contribuiu significativamente para as pesquisas brasileiras. Para Lencioni (1989), foi nos anos cinquenta que o desenvolvimento regional emergiu como questão, tornando-se um referencial para se compreender e atuar no território brasileiro. Os modelos de planejamento, voltados às regiões norte e nordeste, em um espaço geográfico

restrito, favoreceram os interesses de acumulação capitalista de maior vultuosidade na região sudeste, pois reforçaram um discurso regionalista, que serviu para transformar as contradições sociais em contradições espaciais. Esse discurso tinha como objetivo conter as crescentes manifestações populares.

Contudo, a partir do início do século XXI, entre os anos de 2003 a 2015, o Brasil passou por mudanças tidas como significativas em várias áreas. Destacou-se no campo educacional, com o aumento significativo de instituições de ensino superior, alterando a dinâmica do território, conforme a afirmação de muitos teóricos que há algum tempo têm se debruçado em pesquisar o tema.

No Estado do Paraná, as mudanças ocorridas a partir de meados da década de 1990 alteraram o padrão de produção e acumulação, passando de um estado fundamentalmente agrícola para um estado marcadamente urbano e industrializado. Essa alteração no perfil econômico e no modelo de produção regional requer alterações no modelo de educação superior no Estado. Em escala macro, no caso do Brasil, dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que a evolução do número de instituições públicas federais entre os anos de 1990 a 1999 foi pouco expressiva, ou seja, de apenas 7,69%, porém, entre os anos de 2003 a 2015, ocorreu uma expansão significativa do ensino superior, na chamada educação terciária, de forma menos concentrada, favorecendo regiões de menor grau de desenvolvimento do país (BRASIL, 2014). Dados divulgados pelo Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012⁷ mostram que o número de vagas ofertadas na graduação presencial, nas universidades públicas federais entre 2003 e 2011, apresentou um crescimento vertiginoso de aproximadamente 111% na oferta de vagas e 30 mil vagas. O aumento do número de vagas e a expansão das universidades acabaram refletindo positivamente na alteração da dinâmica, tanto territorial dos municípios, onde as Universidades estão instaladas, quanto no seu entorno e no aumento da renda em vários setores da economia.

⁷ O MEC, com o objetivo de dar conhecimento sobre os resultados dos diversos processos de expansão ocorridos nos últimos dez anos, instituiu uma comissão para acompanhar as ações do ministério, com vistas à consolidação dos programas de expansão das universidades federais e de tratar dos assuntos estudantis correlatos ao tema, mediante a publicação da Portaria nº 126, de 19 de julho de 2012; e nº 148, de 19 de setembro de 2012, composta por dois representantes da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), dois representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e dois representantes da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC (BRASIL, 2012).

É possível afirmar que, diante de tal evidência, o Estado do Paraná não ficou imune às mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI. De acordo com o discurso neoliberal, presente nos formuladores da política econômica do Estado, esse processo de alteração do modelo agroexportador para um modelo industrial promoveu o desenvolvimento econômico, impulsionou o avanço dos negócios em diversas cidades do Estado, que passaram a ser referência como polos territoriais de comercialização e industrialização de bens e serviços e, ao mesmo tempo, carecem de qualificação e especialização da mão de obra, principalmente de formação técnica buscando nas instituições de nível superior formas de atender às demandas do próprio mercado.

Por muito tempo, contudo, as políticas regionais brasileiras, com base em uma abordagem tradicional, foram tratadas subsidiariamente, em que o regional era sempre visto como um problema. Exemplo disso é o fato de que as políticas regionais, por um longo período, estavam voltadas para as regiões periféricas, caracterizadas como menor dinamismo e maior pobreza. Araújo (1999, p. 157), destaca que “o discurso regional das regiões menos desenvolvidas era marcado pela reivindicação de ‘tratamento diferenciado’, do que tiravam proveito as elites conservadoras da região”. Na contemporaneidade, existe uma mudança de pensamento em relação às regiões brasileiras, muito em função da quebra do comando hegemônico exercido por muito tempo no sudeste brasileiro, ocorrendo uma desconcentração das bases produtivas e, ao mesmo tempo, a descentralização de políticas públicas.

Diante desse contexto de mudanças econômicas, crescimento das cidades e necessidade de qualificação e especialização da mão de obra, é de fundamental importância pesquisar e investigar como as universidades contribuem para o desenvolvimento local, uma vez que, na concepção de Eliciana Vieira (2017), trata-se de um fenômeno novo e promissor para futuras pesquisas. Além disso, as mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercados em escala global têm impactado, nas últimas décadas, as economias locais e regionais. Esses fatores e, por ter sido uma entre tantos estudantes que, no início dos anos 2000, teve que deixar a cidade de origem para dar continuidade aos estudos em uma metrópole, foi decisivo na temática da pesquisa.

Além disso, a presente pesquisa se justifica também por apresentar uma contribuição para o debate teórico atual sobre a dinâmica local e regional no Estado

do Paraná, visto que, de acordo com Benko (1999, p. 2), estudar a questão local implica estudar a intervenção humana no território, portanto,

é a partir da análise de dados analíticos obtidos através de estudos de diferentes especialidades que se tornam possíveis discernirem, de entre acervos de casos particulares proporcionados pela região, certas leis fundamentais da lógica e da distribuição das atividades.

Para além do papel das Instituições de Ensino Superior⁸ (IESs) no desenvolvimento das regiões brasileiras, como expõem Rolim (2000), Egler (2007 *apud* ROLIM; SERRA, 2009a), Raiher (2015) e Danilo Vieira (2017), as IESs têm um papel proeminente no processo de criação e disseminação de novos conhecimentos e inovações, pois, na concepção de Egler (2007 *apud* ROLIM; SERRA, 2009a), elas apresentam alternativas para explicar as origens das desigualdades territoriais na produção e distribuição da renda nacional.

No Brasil, o desenvolvimento local e regional é ainda um tema repleto de lacunas e questões desafiadoras que podem despertar combinações singulares de inovação e capacitação (MONTORO *et al.*, 2014). Nas últimas décadas, a questão regional brasileira tem sido largamente debatida à luz de diferentes contextos, tanto socioeconômico quanto institucional, bem como sob influência de diferentes arcabouços metodológicos. Assim, busca-se compreender se e como as universidades podem ter papel ativo na transformação e no desenvolvimento local. Recupera-se a posição de Rolim e Serra (2009a) que teorizaram acerca do fato de

⁸ De acordo com o Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como: “I – faculdades; II – centros universitários; e III – universidades. As instituições são credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade. As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral. § 1.º A criação de universidades federais se dará por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. § 2.º A criação de universidades privadas se dará por transformação de instituições de ensino superior já existentes e que atendam ao disposto na legislação pertinente. São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior” (BRASIL, 2006).

que as universidades sempre deram contribuições importantes para o desenvolvimento das nações. Entretanto, a preocupação com o papel que elas desempenham e onde elas estão inseridas é recente. Elas têm recebido crescente atenção em vários estudos, estabelecendo-se como um elemento-chave no processo de desenvolvimento regional. Dessa forma, “as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores” (ROLIM; SERRA, 2009b, p. 29).

Para os propósitos da tese, com base na problemática da pesquisa que busca responder como a instalação da UTFPR nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava, contribuem para o desenvolvimento local? Assim, o objetivo geral busca avaliar a instalação da UTFPR nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava e seus efeitos no desenvolvimento local. Para se atingir esse objetivo, a pesquisa apresenta como objetivos específicos mapear as instituições federais tecnológicas de ensino superior do Estado do Paraná; identificar as características das cidades paranaenses, onde estão localizadas as instituições de ensino públicas federais; pesquisar quais são os fatores que determinam a localização das instituições públicas tecnológicas federais do Estado; e, por último, verificar os efeitos econômicos, sociais e as mudanças espaciais na estrutura urbana onde estão localizadas os Câmpus da UTFPR.

Dessa forma, apresenta-se como principal hipótese, no que diz respeito às políticas de expansão dos sistemas de educação superior no Brasil entre os anos de 2003 a 2014, que as IESs contribuíram para o desenvolvimento local, especificamente nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava, onde a oferta de educação superior representa uma forma de atração de investimentos, uma vez que as políticas de expansão da educação superior costumam movimentar a estrutura dos municípios, gerando empregos, oportunidades, além de alterarem a dinâmica urbana e econômica dos municípios.

Pelo exposto, é possível afirmar que a hipótese encontra confirmação, pois a educação superior nos municípios que são objeto da pesquisa se expressa, entre outros aspectos, na ampliação das taxas de escolarização, do quadro docente e dos técnicos administrativos, mostrando, segundo a perspectiva de McCowan e Schendel (2015), que a expansão dos sistemas de educação superior foi responsável por trazer novos grupos econômicos para a universidade, com maior

diversidade nas atividades cultural, científica e tecnológica, nos níveis de formação e nas expectativas acadêmicas, bem como na formação de profissionais qualificados, contribuindo com o aumento da mão de obra especializada nos setores econômicos.

A presença de oferta de educação superior representa uma forma de atração de investimentos voltados para o desenvolvimento local, pois as universidades movimentam a estrutura econômica dos municípios, não se restringido apenas a um crescimento no campo educacional, com lastro acadêmico e intelectual diferenciados, mas se ressaltando a presença e a atuação dos agentes urbanos na transformação das cidades. Isso significa que, na concepção de autores como Capel (1974), Corrêa (1989) e Furini (2014), o espaço urbano possui diferentes usos da terra, destacando-se principalmente os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, bem como a instalação de novos empreendimentos e serviços que atendam à demanda local.

O caráter inovador da tese está primeiramente vinculado à relevância do sistema institucional, de modo que a instalação dos Câmpus da UTFPR nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava corroboram no entendimento de que é no entrelaçamento e da ação de instituições públicas e da sociedade civil organizada que emerge o processo de desenvolvimento (IPARDES, 2006). Nessa perspectiva, embora as instalações dos Câmpus pesquisados sejam recentes e frutos de uma política de expansão e de interiorização do ensino superior brasileiro a partir do ano de 2003, elas possibilitam apontar nos municípios estudados que os índices educacionais apresentaram aumentos, com destaque considerável para o setor de serviços e ensino superior. Em relação aos índices, por exemplo, há o aumento do número de docentes, de técnicos administrativos e de discentes, o aumento da taxa anual de crescimento do salário médio real como *proxy* da produtividade do trabalho, dos vínculos ativos e do salário médio real nos setores da indústria de transformação, na construção civil, nos serviços e no ensino superior. Além disso, ocorreram importantes alterações urbanas, tanto no entorno dos Câmpus quanto no município e na escala geográfica da região.

A escolha do município de Francisco Beltrão deve-se, primeiramente, ao fato da autora da tese, enquanto funcionária pública concursada na Secretaria de Planejamento ter participado, no final da década de 1990, do processo de elaboração do projeto do antigo Texcel, onde atualmente está instalado o Câmpus da UTFPR. Em função do nível de centralidade, segundo o estudo da Região de

Influência das Cidades (Regic), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) entre os 43 (quarenta e três) municípios que compõem a Região Sudoeste, o município destaca-se como a principal centralidade. Ele é classificado como Centro Sub-regional 'A' e, apresenta o mais alto grau de urbanização, superior a 90%, com uma rede de influência extensa, além de possuir ativo técnico-científico, como instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, fazendo com haja um aumento do número de formados no ensino superior alterando os indicadores econômicos e de produtividade.

Assim como Francisco Beltrão, o município de Guarapuava também está classificado como Centro Sub-regional 'A', já que entre os municípios da porção central responde pela maior proporção dos valores econômicos da espacialidade, permanecendo como um polo. Por oferecer uma economia mais diversificada, concentra várias instituições de ensino superior, além de possuir ativos institucionais e grau de urbanização de 91,43% (IBGE, 2010).

Da mesma forma que os demais municípios, Apucarana também está classificada como um Centro Sub-regional 'A' (IBGE, 2008), além de polarizar a microrregião, a cidade é o centro de referência da associação de municípios do Estado do Paraná, a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (Amuvi), e integra 26 dos municípios pertencentes às microrregiões geográficas de Apucarana, Faxinal e Ivaiporã (IPARDES, 2006). Destarte, em conformidade com os outros dois municípios, seu grau de urbanização é de 94,36%.

Portanto, o presente tema é oportuno e necessário, pois tem como objetivo apresentar e relacionar o debate sobre a questão local no Brasil a luz da instalação de universidades públicas federais e sua interlocução com as dinâmicas territoriais, uma vez que os espaços locais tendem a se constituir, cada vez mais, em novos polos de articulação de interesses e abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico. Para Sen (2015), o desenvolvimento é tido como multidimensional, visto que reflete o acesso às capacidades básicas e outras questões fundamentais que influenciam na liberdade. Ao colocar a expansão das liberdades individuais como foco principal do desenvolvimento, as questões sociais tornam-se objetivos e metas do crescimento econômico e de políticas públicas.

Para o desenvolvimento da Tese, de que a instalação da UTFPR nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava potencializaram o desenvolvimento local, acelerando o processo de crescimento e desenvolvimento local, utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de dados secundários do MEC, Inep, indicadores da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) a partir do recorte temporal entre os anos de 2003 a 2017. Entre outras fontes utilizadas estão as transcrições e análises de documentos oficiais institucionais, como os três últimos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), de 2009-2013, 2013-2017 e 2018-2022, da UTFPR; documentos das prefeituras e das associações comerciais dos municípios pesquisados; e sites de instituições governamentais.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os diretores da UTFPR dos Câmpus de Apucarana, Francisco Beltrão e Guarapuava e da Reitoria Central em Curitiba. Todas elas consideradas fontes primárias para a conclusão da pesquisa.

Dessa forma, com base na pesquisa empírica e no embasamento teórico, a partir da contribuição de inúmeros teóricos, esta tese encontra-se estruturada em três capítulos, além da introdução, das considerações finais e do referencial bibliográfico. O primeiro capítulo possui caráter geral e exerce a função de suporte das seções seguintes. Ele tem como base teóricos como Furtado (1980), Francisco de Oliveira (2001), Pires (2005), Pereira (2006), Sandroni (2007), Santos *et al.* (2012), Sen (2015), entre outros. Nessa etapa, busco aprofundar o debate sobre como historicamente a origem do conceito de desenvolvimento e crescimento econômico foi alterado, embora a preocupação com o desenvolvimento não seja recente e, de modo geral, possua suas raízes na ciência econômica. Informações sobre o assunto são resgatadas em teóricos como Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), entre outros, que trazem também entendimento para os capítulos posteriores.

Para além de apresentar o debate sobre como historicamente o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico foi gestado ao longo das décadas, apresentam-se as teorias de desenvolvimento regional, que nos últimos anos sofreram alterações significativas e buscaram explicar a dinâmica regional. Entre elas, aquelas desenvolvidas por François Perroux (1955), Gunnar Myrdal (1960),

Albert Hirschman (1958), que enfatizavam o desenvolvimento através da industrialização, e Jacques Boudeville (1961) e Douglass C. North (1959), com a Teoria Cepalina, que estabeleceram as bases do crescimento moderno e da teoria do desenvolvimento econômico para a futura implementação de políticas dominantes no processo de desenvolvimento econômico, tanto em âmbito nacional como regional.

As teorias de desenvolvimento regional foram fundamentais para que, no Brasil, se iniciasse, mesmo que de forma incipiente, o debate e a implementação das políticas de desenvolvimento regional. Em um primeiro momento, elas estavam restritas à experiência da criação da Sudene, no ano de 1959, e posteriormente à criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). No entanto, a universidade não era vista como propulsora desses objetivos. Sendo assim, a contar com a criação da Sudene, Sudeco e Sudam, o Brasil vivenciou um percurso das políticas regionais que mais tarde serviram de base para a formulação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional I e II, tidas como nova política regional com inspiração na experiência regional da União Europeia. Pode-se afirmar, portanto, que desde a implantação das primeiras políticas regionais no Brasil até as mais recentes, alguns avanços foram identificados, fazendo-se necessária a interlocução das políticas de desenvolvimento regional com a dinâmica do território e as universidades.

Na sequência, outro tema abordado no capítulo é a apresentação das principais experiências do desenvolvimento local em diversos países, como Itália, França, Reino Unido, Espanha, Senegal, Egito e alguns países da Europa Oriental. Além dessas, citam-se também as experiências inglesas e norte-americanas, consideradas positivas, por terem sido notáveis no papel do poder local assentado na comunidade, visto que, na década de 1980, se expandiram também para os países em desenvolvimento, inclusive os localizados na América Latina.

Para concluir o capítulo, traz-se o debate do desenvolvimento local à luz do papel que as universidades desempenham nos municípios em que estão instaladas, contribuindo, portanto, na dinâmica e alteração do território, pois a influência das universidades sobre determinadas regiões tem sido apontada como fator de transformação local e aparecem como destaque nas análises conjunturais, principalmente nas esferas regionais.

No segundo capítulo, os temas dialogam no debate primeiramente sobre a formação socioeconômica do estado do Paraná e suas condicionantes na dinâmica local a partir da década de 1970. Esse foi o período em que algumas alterações significativas passam a ser incorporadas na dinâmica do território paranaense, principalmente no que se refere à expansão industrial, à modernização da agricultura, à evolução das finanças estaduais e às transformações na estrutura social. Houve também um avanço da urbanização, migração campo cidade e maior participação do Produto Interno Bruto (PIB). As transformações da década de 1970 foram necessárias para um estado dinâmico, industrializado e moderno, consolidando sua atuação junto a importantes segmentos da economia e concentrando sua base produtiva em alguns polos regionais.

Porém, assim como no Brasil, no início do século XXI, paralelamente, no Estado do Paraná, na esteira de uma nova lógica com a expansão e interiorização do Ensino Superior, alterou-se a dinâmica econômica dos municípios e do seu entorno. Alguns teóricos, entre eles Araújo (1999), asseguram que, os espaços locais têm ganhado crescente relevância e, ao mesmo tempo, tiveram de se constituir, cada vez mais, em novos polos de articulação de interesses para abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico. O autor afirma que as cidades e o poder local emergem como protagonistas crescentemente importantes e que já é possível registrar e analisar algumas experiências de políticas locais ativas e bem-sucedidas na promoção do desenvolvimento econômico.

Para finalizar o capítulo, apresentam-se as contribuições das Instituições de Ensino Superior na economia paranaense. Elas são as grandes responsáveis pela infraestrutura técnico-científica, que promoveram o aumento no número de ativos institucionais e as transformações no território. As concepções de Araújo (1999), Lopes (2003), Sanfeliu (2011), Righi e Ruppenthal (2013), Serra e Rolim (2013), entre outros, convergem nesse aspecto e defendem que as universidades são responsáveis pela formação da mão de obra qualificada, pois geram, sistematizam e difundem conhecimentos científicos e culturais, promovendo a transferência de tecnologias na formação de recursos humanos, o progresso social, o avanço da democracia, uma melhor distribuição da renda e uma sociedade mais justa.

Por fim, o último capítulo se debruça em explicar o processo de evolução do ensino público superior no Brasil, no estado do Paraná e nos municípios

pesquisados. Dessa forma, para Thimóteo *et al.* (2015), pensar em educação superior é refletir sobre as possibilidades dessa atividade como propulsora para o desenvolvimento econômico, principalmente considerando as diversas regiões que compõem o território paranaense. Para tanto, autores como Ranieri (2000), Padilha (2008), Araújo (2013), Vinhais (2013), Oliveira Jr (2014) e Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), entre outros, auxiliam no entendimento do processo de evolução do ensino superior no Brasil, abordando a educação brasileira desde que ela passou a ser efetivamente tratada como uma questão de interesse nacional na década de 1930 até o início dos anos 2000, com as três fases de expansão das universidades. A primeira fase ocorreu entre os anos de 1998-2002; a segunda, entre 2003-2006; e a terceira fase, entre os anos de 2007-2012.

Em escala estadual, a trajetória do ensino superior não é recente, pois, de acordo com Campos (2008), tem seus primeiros movimentos em 1892, com as iniciativas pioneiras de intelectuais paranaenses que viam a criação de universidades como meio de crescimento e desenvolvimento. A trajetória do ensino superior recebeu, por isso, diversas fases e, nas duas últimas décadas, em função da demanda de diferentes segmentos da sociedade, com o intuito de formar mão de obra especializada, novas instituições de ensino superior foram instaladas, bem como da criação de novos Câmpus.

Para finalizar o capítulo, apresentam-se o processo de ocupação e formação econômica das três mesorregiões onde estão instaladas as sedes da UTFPR, cujos Câmpus são objeto desta pesquisa, e as principais articulações para o processo de implantação dos Câmpus. Além disso, apresentam-se também os principais resultados da pesquisa com base nos dados primários e secundários.

A despeito da contribuição do processo de expansão e interiorização da UTFPR nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava, no âmbito do conhecimento geográfico, há uma enorme contribuição nas alterações espaciais da estrutura urbana e do território. Geograficamente configurou-se uma nova dimensão na paisagem efetuada pelos agentes urbanos, no dinamismo econômico e na estrutura produtiva, com uma valorização do espaço.

Entre as limitações para realizar a pesquisa estão algumas fontes de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Por exemplo, em relação à remuneração média nominal da educação profissional e a outras atividades de ensino dos municípios. Como as fontes apresentaram inconsistências, optou-se por

não utilizá-las, já que, do ponto de vista metodológico, esse material comprometeria os resultados. Dessa forma, elegeram-se outros elementos para análise e comparação. Destaca-se, ainda, o difícil acesso a alguns dados primários, que necessitavam das informações do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Por questões burocráticas e devido à morosidade do órgão em disponibilizar os dados, não foi permitida a utilização do material que havia sido solicitado.

3 RELAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

3.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E A GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Dos inúmeros termos que aparecem com tanta frequência nos debates sobre a economia e, de um modo geral, sobre a vida em sociedade, um deles refere-se ao “desenvolvimento”. Há bastante tempo, o termo ocupa uma posição privilegiada e central nas discussões e debates não só acadêmicos, mas de toda a comunidade. Ao mesmo tempo em que o termo é polissêmico, ele consiste em um campo ideológico por excelência. Tornou-se tanto um slogan quanto um termo multiparadigmático, o que significa dizer desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Várias são as abordagens conceituais para categorizar o que vem a ser o desenvolvimento. A maior dificuldade que se encontra na abordagem diz respeito à ampla diversidade conceitual, não existindo uma definição universalmente aceita. Dessa forma, uma primeira interpretação a ser apresentada remete à ideia de transformação, crescimento, progresso ou mesmo evolução de uma determinada realidade, que pode ser caracterizada qualitativamente e não somente quantitativamente. Em praticamente todas as áreas do conhecimento humano, o termo está presente em concepções distintas, seguindo uma constante evolução, assumindo diferentes significados e alcances, sempre dependendo do contexto com que foi empregado. Porém, para Furtado (1980), no campo das ciências sociais e humanas, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano. Trata-se de um processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades.

Historicamente a origem do conceito de desenvolvimento esteve presente na biologia, que passou a ser empregada como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. A palavra desenvolvimento, a partir dos estudos de Charles Darwin, passa a ter a concepção de transformação. Já no século XVII, ocorreu a transferência da biologia para a vida em sociedade, com o chamado darwinismo social (CUNHA, 1978). Segundo Santos *et al.* (2012), o

progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. Sendo assim, essas sociedades obtiveram o *status* de desenvolvidas, o que leva a entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para o alcance do seu bem-estar. A partir desse momento, o desenvolvimento passa por uma “nova fase”. Isso significa dizer que ele adquiriu o significado de autoconhecimento e automaticamente pressupõe um movimento, um processo de mudança que faz “evoluir” a sociedade para um estado superior. Ou seja, o conceito de desenvolvimento é complexo, ocupando uma posição privilegiada, central, na visão do mundo.

A preocupação com o desenvolvimento, porém, não é recente e, de maneira geral, possui suas raízes na ciência econômica, associadas aos economistas clássicos que corroboram com um conjunto de interpretações. Embora em muitos momentos o termo desenvolvimento não se apresente de forma explícita em suas obras, ao debaterem tanto o crescimento econômico quanto o conceito de riqueza nacional forneceram os primeiros subsídios para pensar o desenvolvimento.

Desde o século XVIII, de forma preliminar, o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do capitalismo aparece nos trabalhos de teóricos como Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867). No século XX aparece com Schumpeter (1883-1950) e Rostow (1916-2003). É na década de 1940, porém, que o desenvolvimento recebe o *status* de objeto de pesquisa científica. Dessa forma, passou a ser importante e fundamental para construir o arcabouço tanto de cunho metodológico quanto de teórico. O objetivo era descrever e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio do acúmulo de renda monetária (SANTOS *et al.*, 2012).

Cronologicamente Smith pode ser considerado o primeiro a abordar a temática desenvolvimento, e sua contribuição ocorreu, sobretudo, no sentido de fixar os motivos que causam a riqueza de um determinado país ou não. A importância da obra de Smith, *A riqueza das nações* (1776), é usualmente definida pelos efeitos de sua influência, como, alternativamente, o marco do início do enfoque científico dos fenômenos econômicos ou a bíblia da irresistível vaga livre-cambista do século XIX. O teórico irá de alguma forma cunhar que um país só poderia se desenvolver quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses

individuais de forma espontânea. Smith (1996, p. 81) partia do princípio de que “todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”. Para ele, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da reprodução passaria a ser um benefício para toda sociedade.

O autor ainda apresenta que

Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público. Efetivamente, é um artifício não muito comum entre os comerciantes, e não são necessárias muitas palavras para dissuadi-los disso (SMITH, 1996, p. 438).

Ricardo (1817)⁹ irá aprofundar o debate proposto por Smith (1776) quando analisa o fenômeno da distribuição da riqueza entre as classes em que a sociedade se encontra dividida. Para o teórico, os salários, os lucros e a renda fundiária, seriam responsáveis pela distribuição da riqueza.

Schumpeter¹⁰ inovou no debate sobre o desenvolvimento ao propor que crescimento e desenvolvimento não estavam interligados, como se afirmava. Ele incorporou ao debate questões como transformações qualitativas e quantitativas do processo econômico até então não debatidas.

Na concepção de Rostow (1916-2003)¹¹, foi por meio de uma sistemática de desenvolvimento que se classificou as nações segundo o estágio em que se encontram e se estabeleceu as premissas futuras de seu desenvolvimento.

Atualmente, o desenvolvimento é analisado a partir de aspectos diversos, não mais se restringindo às análises puramente econômicas. Um dos principais autores

⁹ David Ricardo (um dos maiores economistas de seu tempo) foi considerado ainda em vida o legítimo sucessor de Adam Smith no papel de difusor da jovem ciência conhecida como Economia Política. Sua obra abrange uma vasta amplitude de temas, como, dentre outros, política monetária, teoria dos lucros, da renda fundiária e da distribuição, teoria do valor e do comércio internacional, tendo muitas de suas contribuições estabelecidas às bases de um debate que se prolonga até os dias atuais.

¹⁰ Alois Joseph Schumpeter (1883-1950) – economista austríaco, ministro das finanças do seu país após a Primeira Guerra Mundial. Precursor da teoria do desenvolvimento capitalista ofereceu uma importante contribuição à economia contemporânea, particularmente no estudo dos ciclos econômicos. Entre suas principais obras, destacam-se seu primeiro e importante livro “Teoria do desenvolvimento econômico”, publicada em 1912.

¹¹ Economista norte-americano, estudioso dos problemas do desenvolvimento. Descreveu a tese de que as sociedades atravessam cinco etapas de evolução econômica.

que contribuiu para a expansão do significado de desenvolvimento foi Amartya Sen. Para ele, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais individuais, que são o fim e o meio do processo de desenvolvimento (SEN, 2015). O autor destaca que o desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda. Para Sen (2015), a análise de desenvolvimento considera as liberdades dos indivíduos e seus elementos constitutivos básicos. Portanto, perceber o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para a compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo.

Para Sen (2015), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: primeiro faz referência à **razão avaliativa** – que consiste na avaliação do progresso, considerando-se se houve, primordialmente, aumento das liberdades das pessoas e, em segundo, a **razão da eficácia** – que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição das pessoas agirem. Seguindo a mesma linha defendida por Sen (2015), Souza (2015) conceitua o desenvolvimento como um cómodo substituto da fórmula transformação social, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social.

Feijó (2007) converge com Sen (2015) e Souza (2015) ao apontar que a noção de desenvolvimento econômico funciona como critério para avaliar se as políticas de crescimento, acompanhadas de iniciativas de suporte social, alcançaram, de fato, seus objetivos. Feijó descreve desenvolvimento, portanto, como a condição social em que cada uma é conferida a possibilidade de realização das utopias pessoais.

No âmbito das Nações Unidas, o desenvolvimento sempre esteve em pauta. Mas, para Jolly *et al.* (2004), o aumento da preocupação mundial em relação ao desenvolvimento, já na segunda metade do século XX, ocorreu em razão de fatores e desafios, como, por exemplo, a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra mundial (1939-1945); o desenvolvimento dos países socialistas e a Guerra Fria; e as prioridades de desenvolvimento nos países do sul. Nesse caso, os países que haviam recentemente alcançado a independência consideravam o desenvolvimento como seu principal desafio e pressionavam, principalmente no âmbito das Nações Unidas, para que essa questão entrasse na agenda internacional (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

De acordo com Furtado (2000), a ideia de desenvolvimento fez com que o homem passasse a ser visto com um agente de transformação do mundo, muito em função da sua participação no processo de invenção cultural, interagindo com o meio para atingir suas potencialidades. Desse modo, a ideia de desenvolvimento associou-se à de transformação, realização de potencialidades, satisfação de necessidades, adquirindo um sentido positivo. O autor buscou tratar o desenvolvimento como um processo global, carregado de possibilidades e limites, uma vez que o mesmo representa tanto a transformação da sociedade em relação aos meios – racionalidade instrumental – como também em relação aos fins – racionalidade substantiva; o desenvolvimento está ligado também a processos de acumulação e a processos de apropriação do produto social, à divisão social do trabalho, bem como à dominação, à introdução de novos produtos, da mesma forma que à destruição de valores.

Na concepção de Mészáros (2001), só faz sentido se falar em desenvolvimento se ele for sustentável, pois de outra forma não existirá um desenvolvimento que possa ser significativo. Tal afirmação resulta da constatação do fracasso das tentativas de desenvolvimento realizadas nas últimas décadas, que em nome da modernização aplicaram, nos países em desenvolvimento, a contar pela própria América Latina, o receituário prescrito pelas grandes potências. Para o autor, a busca do desenvolvimento sustentável só é possível com uma efetiva cultura da igualdade substantiva, bem diferente da cultura que tem prevalecido até a atualidade, que é da desigualdade substantiva.

A visão da Organização das Nações Unidas (ONU), entre as décadas de 1940 e 1950, em relação ao desenvolvimento estava alinhada principalmente a uma estratégia intervencionista, na qual a intervenção do Estado e o fortalecimento dos governos tinham um papel muito importante. Para Jolly *et al.* (2004), uma década mais tarde, conhecida como a “Década do Desenvolvimento”, a principal intenção era realizar ações que reduzissem a diferença entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, tendo como meta econômica um crescimento anual mínimo de 5% para estes últimos. O autor ainda argumenta que a “Segunda Década do Desenvolvimento” ficou conhecida na história nos anos de 1970. A ONU vai além, ao defender que se tornou conhecida desde a década de 1990 e que o desenvolvimento é o mais importante desafio a ser enfrentado pela humanidade. Sendo assim, é possível dizer que durante toda sua história a ONU esteve

envolvida, tanto operacionalmente quanto intelectualmente, com temas ligados ao desenvolvimento.

Para Francisco Oliveira (2001), muitas são as raízes do desenvolvimento que estavam na moda nas décadas anteriores, hoje substituída no discurso dominante por crescimento. A ONU, já algum tempo, vem tentando recuperar a carga semântica do termo, com o índice de “desenvolvimento humano”, cujas dimensões qualitativas adquirem dominância.

Para Meier e Baldwin (1968), nenhuma definição que possa ser dada de “desenvolvimento econômico” será inteiramente satisfatória. Contudo, existem diferenças conceituais entre o desenvolvimento e o crescimento econômico sob a luz de alguns teóricos. O desenvolvimento, como já apresentado anteriormente, pode ser analisado a partir de várias vertentes, e entende-se que o termo deve ser analisado de forma integrada e não de forma fragmentada. No entanto, é preciso pensar em algumas questões: qual significado que a palavra desenvolvimento exerce na sociedade contemporânea? Qual a sua influência para a vida em sociedade e para a população? Como o desenvolvimento se apresenta no Estado do Paraná, uma vez que o desenvolvimento influencia a maneira de pensar e agir do comportamento humano?

Na concepção de Sandroni (2007), o desenvolvimento econômico pode ser conceituado como crescimento econômico, aumento do Produto Nacional bruto per capita, acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia, mesmo não ocorrendo de forma homogênea no espaço. Seguin[^]

do a mesma linha de pensamento de Sandroni (2007), Pires (2005) também considera que o desenvolvimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço. Para este autor, os diferentes níveis de complexidade atingidos pelo aparato produtivo trazem implicações políticas e sociais evidentes nas diversas regiões do país. Portanto, essas implicações, ressaltam a importância dispensada pelos estudos relacionados à distribuição espacial do desenvolvimento econômico.

De acordo com Sandroni (2007), a partir da década de 1950, com os estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), foi constatado que houve uma profunda desigualdade no desenvolvimento entre os países. Por um lado, há os países que se industrializaram e que apresentavam como características um elevado grau de bem-estar da sua população e, ao mesmo

tempo, níveis de bem-estar material, compartilhados por uma significativa parcela da população. Por outro lado, há aqueles países que não se industrializaram e, por isso, permaneceram, ao contrário dos países que se industrializaram, com acentuado grau de pobreza e, conseqüentemente, com elevados desníveis sociais. Os países que se industrializaram tomaram uma série de medidas, as quais foram responsáveis pelo processo de integração do mercado nacional, o que a industrialização desencadeia. Entre as diversas medidas, os investimentos públicos em infraestrutura, que estreitaram a enorme dispersão territorial do país.

A industrialização de muitos países, tanto da Europa quanto da América do Norte, acabou por reduzir drasticamente os demais países à condição de colônias políticas e/ou econômicas dos primeiros. A partir da Segunda Guerra Mundial, de fato, ocorreu a virada para o desenvolvimento sempre advindo por mudanças políticas profundas. Dessa forma, tem-se a partir daquele momento o fortalecimento da ideia de “desenvolvimento”, cujo objetivo era superar o atraso histórico em que se encontravam esses países considerados “desenvolvidos” (SANDRONI, 2007).

O historiador Fernand Braudel utilizou-se de uma metáfora para sintetizar o que é desenvolvimento econômico. Ele compara esse processo a uma corrida de revezamento, cuja tecnologia cumpre o papel do bastão que vai sendo passado entre os países, em sucessivos ciclos históricos longos¹². Evidentemente assim foi com a introdução dos revolucionários sistemas de navegação dos países ibéricos do século XV, com a invenção da máquina a vapor na Inglaterra do século XVIII, com o surgimento das indústrias química e elétrica nos Estados Unidos e na Alemanha do século XIX ou, ainda, com a adoção das tecnologias organizacionais e de automação flexível no Japão do século XX (KUPFER, 2009).

Perroux (1975), ao apresentar a “Teoria dos Polos de Crescimento”, mostra que o desenvolvimento é desequilíbrio, e este processo no espaço pode ser apreendido com base em dois conceitos que são considerados chaves: polarização e inovação. Ambos são considerados ímpares no processo de transformação espacial. Do mesmo modo, Perroux (1975) considera que, na dimensão de um território nacional, o crescimento não se dá no tempo nem no espaço

¹² Os ciclos de Kondratieff estão associados aos ciclos de longa duração. Os economistas que trataram do tema admitem que, entre 1790 e 1950, teriam ocorrido três ciclos completos de Kondratieff. Cada um deles teria durado mais ou menos 55 anos. O primeiro ciclo longo teria começado entre o final de 1780 e começo de 1790, estendendo-se até 1844-1951. O segundo ciclo teria durado de 1951 até 1996. O terceiro ciclo longo, caso Kondratieff tivesse vivido até depois da Guerra Mundial, talvez tivesse concluído com segurança o terceiro ciclo longo (SANDRONI, 2007).

conjuntamente, manifestando-se em diferentes níveis de intensidade, em pontos localizados sobre o território, sendo denominados de Polos de Crescimento. Nesse sentido, compreender as teorias sobre o desenvolvimento de uma região e entender a influência que o Estado desempenha nesse processo pode gerar subsídios para um melhor entendimento do objeto de estudo.

Ainda na concepção do teórico, o polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto e forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes.

Furtado (1964, p. 29) chama a atenção ao definir o desenvolvimento econômico como

um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

Anos mais tarde, Furtado (2000, p. 22), apresenta o desenvolvimento com pelo menos três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outro simples desperdício de recursos. 'Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico'.

O crescimento econômico pode, na concepção do teórico, ocorrer de forma espontânea pela interação das forças de mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada. Por isso, na obra de Furtado (2000), há evidências de um importante instrumento na busca de resolver problemas estruturais, ou seja, o desenvolvimento pressupõe planejamento.

Para Montoro *et al.* (2014), o desenvolvimento não é fruto do acaso e requer uma organização e a busca de objetivos por parte da sociedade e de suas instituições, já que é uma noção datada historicamente, que pode variar não só no

tempo, mas também entre sociedades ou territórios específicos. Dessa forma, é impar pensar que o desenvolvimento, embora de forma corriqueira, esteja associado a aspectos produtivos e quantitativos. Isso se impõe cada vez mais indissociável de melhorias, quer sejam elas sociais ou culturais.

Na mesma linha de pensamento, destaca-se Furtado (2000), que define o desenvolvimento econômico como um meio essencial para o desenvolvimento humano. Sandroni (2007), por sua vez, argumenta que o desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias, entre elas a situação geográfica, o passado histórico, a extensão territorial, a população, a cultura e os recursos naturais. Também passa a ser pautado sob o olhar das particularidades locais. Uma das possíveis simplificações de seu conceito seria entendê-lo como forma organizativa, que conduz à melhoria da vida das pessoas e do local que habitam, como elas se relacionam e de onde provém sua subsistência (MONTORO *et al.*, 2014).

Considerando o desenvolvimento em sua amplitude, pressupõe-se que ele requer ação planejada e coordenada dos entes governamentais, de todas as esferas e áreas, além de cooperação entre agentes privados e desses com as instituições e diretamente com a sociedade. A apropriação social de conteúdo das relações econômicas e condição para participação democrática e protagonismo de toda a sociedade na promoção de seu desenvolvimento (MONTORO *et al.*, 2014, p. 402).

Milone (2005) assegura que o período pós Segunda Guerra Mundial tem se caracterizado por uma busca contínua do processo de desenvolvimento econômico, ponderando que nos anos de 1950, os países em desenvolvimento deram especial atenção à idealização de planos para o desenvolvimento econômico, sendo que uma década mais tarde, a ONU anunciou a década do desenvolvimento, ou seja, um objetivo quantitativo claramente definido que era alcançar uma taxa mínima de crescimento da renda nacional agregada da ordem de 5% ao ano para todos ou para a maioria dos países em desenvolvimento.

Já o desenvolvimento econômico, na concepção de Pereira (2006, p. 2),

é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista. É um processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.

Para os teóricos Kindleberger e Herrick (1977, p. 30), desenvolvimento econômico pode ser conceituado como “um aumento na produção acompanhado de modificações nas disposições técnicas e institucionais, isto é, mudanças nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores da produção”. Concluem que, para que haja “desenvolvimento”, é necessário que haja “crescimento”.

No início da década de 80, Colman e Nixon (1981, p. 28), conceituaram o desenvolvimento econômico, como “um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade”. Seers e Santos (1979, p. 950), por sua vez, conceituam o desenvolvimento econômico como “a criação de condições para a realização da personalidade humana”. Portanto, a avaliação do desenvolvimento deve considerar a pobreza, o desemprego e as desigualdades.

Para caracterizar um processo de desenvolvimento econômico, Milone (2005) cita que é essencial observar ao longo do tempo a existência de três fatores:

- a) crescimento do bem-estar econômico, medido por indicadores de natureza econômica, como, por exemplo: produto nacional total, produto nacional per capita;
- b) diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades;
- c) melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Para o autor, o desenvolvimento econômico deve ser medido para além dos indicadores de crescimento do produto ou do produto *per capita*. Ou seja, o desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos (MILONE, 2005).

Sobre isso, Milone (2005, p. 486) ressalta que

deveremos ter um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, centralização da atividade econômica, poder político, entre outras.

Entretanto, além do desenvolvimento econômico, o crescimento econômico sempre foi um tema muito discutido desde os chamados economistas clássicos do século XVIII e XIX até os contemporâneos. Entretanto, também é um tema muito

controverso, pois existem diferentes linhas de pensamento, bem como é fonte de pesquisa e de interesse não só de economistas, mas de todas as áreas que estão ligadas à sociedade e ao seu desenvolvimento, com diferentes vertentes que abordam a temática.

Para Milone (2005), diferentemente do desenvolvimento, a ideia de crescimento econômico é recente, uma vez que as sociedades, antes do surgimento do capitalismo, estavam em estágios comparativamente estagnados. Em outras palavras, elas eram basicamente agrícolas e variavam pouco ao longo dos anos, com exceção da ocorrência de boas ou más colheitas, de guerras e de epidemias. A estrutura das sociedades alterou-se com o capitalismo, trazendo mudanças tecnológicas e acumulação de capital. Um reflexo disso pode ser verificado no século XX, momento em que a produção industrial cresceu entre 30 e 40 vezes.

Viana e Lima (2009) buscam, nos estudos clássicos da economia, principalmente em Ricardo e Smith, a explicação para a concepção dos fatores que determinam o crescimento econômico. Assim, os principais fatores pontuados são a produção da **terra** (terras cultiváveis, urbanas e recursos naturais), do **capital** (edificações, máquinas e equipamentos) e do **trabalho** (faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos), elementos básicos para a produção de bens e serviços, que geram riquezas e influenciam o desempenho econômico.

Vários estudos da economia clássica, principalmente até meados da década de 1950, consideraram que o crescimento econômico ocorria em função dos fatores de produção (recursos naturais, capital e trabalho) existentes em cada país ou região (SOLOW, 1956). O modelo de crescimento desenvolvido em 1956 por Robert Solow proporcionou uma estrutura para se pensar nos determinantes do crescimento. Porém, com a evolução dos estudos relacionados à teoria do crescimento econômico, notou-se a existência de certa incongruência nessa análise, uma vez que os rendimentos de alguns países eram desuniformes em relação ao seu capital físico existente (VIANA; LIMA, 2009).

A partir do final da década de 1950 e início da década de 1960, alguns estudos de teóricos, como Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964), convergiram em suas publicações ao constatarem que, para além da atribuição do

capital físico à teoria do crescimento econômico, era fundamental considerar a teoria do capital humano¹³.

A exemplo disso, Schultz (1973) propunha que a abordagem clássica dos modelos de crescimento econômico, embora incorporasse os fatores de produção, mostrava-se insuficiente para explicar a elevação da produtividade e do crescimento que ocorria em alguns países e regiões.

Viana e Lima (2009, p. 144) ponderam que:

[...] o capital humano, dimensionado pelo nível de educação e conhecimento da população, passa a ser uma variável importante no conceito e nos modelos de crescimento econômico, pois o aumento da produtividade da população está relacionado não somente à acumulação de capital físico, mas também de capital humano, que serviria de suporte para minimizar os rendimentos decrescentes advindos do capital físico.

Na mesma linha de pensamento, para Schultz (1973), tanto no que se refere à redução das disparidades econômicas quanto ao fortalecimento das economias regionais, a educação surge como uma alternativa que influencia, sobretudo, na geração de ganhos à população, aumentando aspectos como a produtividade do capital humano e do capital físico.

Nos anos de 1980, os economistas americanos, Paul Romer e Robert Lucas, apresentam a teoria do crescimento endógeno, afirmando que o crescimento é essencialmente resultado de fatores internos. Lucas (1988) vai além das formas ou mesmo dos modelos de crescimento tradicionais ao demonstrar a importância de investimento dos agentes além do capital físico, de investimento em capital humano, criando novas tecnologias e ampliando suas atividades produtivas. Dessa forma, há um aumento na base tecnológica e no crescimento econômico. Dois anos mais tarde, Romer (1990) procura mostrar a relação existente entre o desenvolvimento econômico e o nível educacional. Ele destaca que o capital humano pode ser um mecanismo para gerar crescimento econômico, dado que o crescimento da intensidade de tecnologia dependeria do nível de capital humano de um país ou região.

Feijó (2007) converge com Schultz (1973), Lucas (1988) e Romer (1990) ao acrescentar que os novos modelos elaborados pelos economistas no início dos anos

¹³ Na Ciência Econômica, a teoria do capital humano ganha destaque como fator determinante do crescimento econômico com os estudos clássicos de Mincer (1958), Schultz (1963, 1973, 1987), Becker e Chiswick (1966) e Becker (1993).

de 1990, os mesmos enfatizavam um aspecto complementar à evolução tecnológica, que eram os modelos com capital humano. Dessa forma, os trabalhadores acumulam esse tipo de capital à medida que avançam em anos de escolaridade e/ou adquirem novas habilidades técnicas. Ou seja, o trabalho qualificado funciona como uma espécie de tecnologia. Para tanto, o capital humano, dimensionado pelo nível de educação e conhecimento da população, passa a ser uma variável importante no conceito e nos modelos de crescimento econômico, pois o aumento da produtividade da população está relacionado não somente à acumulação de capital físico, mas também de capital humano, que serve de suporte para minimizar os rendimentos decrescentes advindos do capital físico (VIANA; LIMA, 2009).

Para Kuznets (1971, p. 42), o crescimento econômico pode ser conceituado como o “aumento contínuo do produto interno bruto em termos globais e per capita, ao longo do tempo”. A ampliação do conceito refere-se à “capacidade do crescimento econômico baseada no avanço tecnológico que exige ajustes institucionais e ideológicos” (KUZNETS, 1971, p. 42).

Na concepção de Viana e Lima (2009, p. 144),

a educação, determinada pelo nível de qualificação da população, surge como alternativa para a redução das disparidades econômicas e o fortalecimento das economias regionais, influenciando na geração de ganhos à população e elevando a produtividade do capital humano e o nível de produtividade do capital físico. Isso se deve à aplicação de novas técnicas e ferramentas de gestão, fazendo com que esse tipo de investimento diminua os custos de produção, possibilite retornos crescentes no processo produtivo e estimule cada vez mais o crescimento da economia.

O economista norte americano, Robert Solow (1956), examinou os fatores clássicos do crescimento econômico que seriam o estoque dos fatores capital e trabalho, propondo uma nova análise à teoria do britânico Roy Harrod e do russo americano Evsey Domar, que criaram um modelo de crescimento com suposições keynesianas. Dessa forma, o autor demonstra que um modelo de crescimento econômico poderia ser dividido em capital, trabalho e tecnologia, baseando-se na influência da poupança, da na depreciação e na variação populacional para explicar a variação do crescimento da economia (VIANA; LIMA, 2009).

Milone (2005), por sua vez, considera o crescimento econômico como um aumento contínuo do produto nacional em termos globais ou *per capita* ao longo do tempo. Diferentemente o desenvolvimento econômico é conceituado como, além das

mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, as modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

Sáchs (2004) vai além do que afirma Milone (2005) ao defender que o crescimento econômico, mesmo em ritmo acelerado, não deve ser confundido com desenvolvimento. Este último fenômeno só existirá se houver redução da pobreza e das desigualdades sociais, assim como a geração de novos empregos ou alternativas de renda para a população. O autor avança na definição do conceito de desenvolvimento sustentável, acrescentando a dimensão ambiental à sustentabilidade social.

Percebe-se que, a concepção e as principais diferenças existentes entre o desenvolvimento e o crescimento econômico ao longo das décadas não é consenso entre os teóricos. Dessa forma, é ímpar destacar que se comunga com Milone (2005) e Furtado (1964). Enquanto Milone afirma que o desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos, minimizando os níveis de pobreza e reduzindo as diferenças sociais. Furtado (1964), ao eleger o desenvolvimento econômico como um processo de mudança social, que possa satisfazer as necessidades humanas, o que também é defendido pela ONU, afirma que o desenvolvimento é um dos grandes desafios que devem ser enfrentados pela humanidade. Para o autor, o desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico, mas uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social.

A partir dos autores citados ao longo dessa exposição, pode-se, portanto, inferir que a contribuição das universidades influencia no sistema econômico de inúmeras formas. Por exemplo, no aumento da produtividade e nos lucros; no fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades; na criação de massa crítica e na formação de recursos humanos de qualidade; na superação de dificuldades locais; na colaboração com a sociedade e a coletividade; e na melhora dos indicadores econômicos. Todavia, municípios e regiões com maior nível de capital humano tendem a se manter mais prósperas, principalmente, em função de seu maior nível de crescimento econômico.

Para os propósitos desta pesquisa, o conceito de desenvolvimento econômico defendido tem como princípio a utilização do potencial científico e tecnológico das

instituições. Elas contribuem sobre os fluxos de renda, alteram as dinâmicas econômicas locais e mudam o padrão de vida da população, proporcionando um avanço, sobretudo, nas áreas social, cultural, econômica e ambiental, atingindo níveis de bem-estar para amplas camadas da população local.

Um estudo comparativo entre o vale do Silício e a Rota 128¹⁴, duas regiões econômicas dos Estados Unidos, mostra diferentes impactos na instalação de instituições de ensino superior. A Universidade Stanford promoveu, na região do Vale, um ambiente científico democrático, cujos laboratórios serviram como incubadoras. As simples oficinas bastavam para o início de firmas de produtos eletrônicos, pois tinham pouco formalismo e hierarquia administrativa, o que tornou a região um ambiente com alta competência, tanto científica quando produtiva. Por outro lado, na Rota 128, na região econômica do Estado do Massachusetts e, fortemente influenciada pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts, juntamente com a Universidade de Harvard, o ambiente científico, além de ser altamente qualificado, era tradicionalmente hierarquizado, resultando em uma região econômica menos flexível e criativa no que tange encontrar novas alternativas para continuar florescendo. No entanto, na década de 1980, ambas as regiões sofreram crises, principalmente, de ordem econômica. Em função da crise econômica, porém, cada uma das regiões buscou alternativas distintas para continuar crescendo, e os resultados foram antagônicos. Isso significa afirmar que a Rota 128 continua existindo, mas como uma região quase exportadora de talentos e sem o mesmo parque industrial que havia anteriormente. Já o Vale do Silício, por ser uma região com características altamente competitivas, aproveitou para alterar sua estratégia de trabalho e continuar se desenvolvendo. Por fim, esta região se destaca em função do seu alto grau de inovação, o que confere a ela um dinamismo econômico.

Diante de tal cenário, deduz-se que somente os avanços da ciência não são suficientes para o desempenho de uma região econômica. Ou seja, é salutar que, quando o crescimento econômico entra em crise, outros aspectos se fazem relevantes no processo, como, por exemplo, a estrutura social democrática e a criatividade inovadora, ambos essenciais na alternância de planejamento e estratégia de produção.

¹⁴ *Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128* (SAXENIAN..., 1994).

3.2 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional, Barca, McCann e Rodríguez-Pose (2012), analisam que, nas últimas décadas, as teorias do crescimento econômico regional e do desenvolvimento tiveram um salto considerável, servindo, de certa forma, para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional. Na concepção de Amaral Filho (2001), nos últimos anos, tais políticas sofreram grandes transformações. De um lado, provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais.

Para Diniz (2000), até a década de 1940, a teoria do desenvolvimento estava restrita à teoria da localização das atividades econômicas. Esta se sustentava em um conjunto de modelos produzidos segundo as condições históricas de cada época. Os mais representativos são os modelos de Von Thunen, Weber, Christaller e Losch. Conforme Brandão (2004), nas décadas de 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional recebeu influência direta de todas as principais correntes das chamadas teorias do desenvolvimento econômico, ocorrendo uma transposição, muitas vezes direta do debate internacional e nacional para a escala regional.

Nesse mesmo período, durante a década de 1950, desenvolveram-se conceitos e estratégias de desenvolvimento regional aparentemente mais atraentes, o que chamou a atenção dos sistemas de planejamento uma década mais tarde. Várias são, pois, as teorias que buscam explicar a dinâmica regional. Entre elas, aquelas desenvolvidas por Gunnar Myrdal (1960), Albert Hirschman (1958), François Perroux (1977), que enfatizavam o desenvolvimento através da industrialização, e Jacques Boudeville (1961), Douglass C. North (1995), com a Teoria Cepalina. Juntos estabeleceram as bases do crescimento moderno e da teoria do desenvolvimento econômico para a futura implementação da política no domínio do desenvolvimento econômico, tanto em âmbito nacional como em âmbito regional. Todos esses teóricos buscaram demonstrar que, uma vez estabelecidas tanto às vantagens quanto as desvantagens comparativas dos espaços econômicos, iniciam-se movimentos migratórios do capital que serão expressos em uma determinada dinâmica regional.

Além disso, principalmente as teorias de Myrdal (1960) e de Hirschman (1958), há mais de 30 anos, dominaram os debates sobre o crescimento econômico

e o desenvolvimento, mas seu impacto começou a diminuir à medida que o mundo, nas décadas de 1980 e 1990, crescia cada vez mais em relação aos acontecimentos da década de 1950. As consequências das teorias postas foram substanciais para que os estudiosos começassem a refletir e pensar novamente sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento, resultando, assim, em duas décadas de transformações teóricas profundas.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, Perroux (1967) desenvolveu a noção de polo de crescimento ou desenvolvimento, explicando as razões do processo de concentração e o papel das empresas líderes, indústrias motrizes e chaves (capazes de gerar efeitos de encadeamento e integração) no processo de crescimento regional ou local. Sua teoria dos polos de crescimento contesta uma série de trabalhos desenvolvidos na década de 1950. Para o teórico, a noção vulgar e inexata de espaço utilizado nas análises econômicas realizadas até então resultou na coincidência entre espaços econômicos e humanos e, conseqüentemente, em recomendações imprecisas de políticas econômicas. Perroux (1967), ao introduzir a noção de espaço, descarta o conceito de espaço euclidiano. Ele utiliza o conceito matemático de espaço abstrato como forma mais adequada para analisar as inter-relações econômicas. Dessa forma, conforme seu entendimento existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos estudados.

Para Perroux (1967, p. 164), o processo de crescimento é irregular, pois ele “não surge em toda parte ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento, propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Já para Egler (1995), as relações entre Estado, grande empresa e território encontraram em Perroux um dos seus mais importantes analistas, não só no que se refere à originalidade de suas concepções, mas, também, em relação ao efeito que passou a produzir sobre os formuladores de políticas regionais. Na América Latina, a concepção perrouxiana dos polos de crescimento encontrou terreno fértil principalmente no planejamento do período autoritário posterior à Revolução Cubana. Já no Brasil, com a crise de 1973, o governo tomou medidas que eram mais seletivas, buscando atuar não mais numa escala, mas numa sub-regional, com a implantação dos polos de crescimento. Portanto, o Brasil foi um dos países que mais levou a sério as ideias de Perroux.

Boudeville (1961) destaca a importância dos instrumentos de política regional como meio de orientação dos polos de desenvolvimento urbano. Para ele, um

objetivo indiscutível de política, que reflete a compatibilidade de planos dos diferentes centros de decisão do espaço econômico, refere-se à integração do território nacional. Sendo assim, cita três fatores fundamentais para ocorrer um crescimento harmonizado e, ao mesmo tempo, evidenciar a necessidade de políticas de colaboração entre as regiões: coesão, complementaridade e cooperação. Essa é a forma de buscar harmonia e interdependência no território nacional; portanto, manter a região ligada às demais unidades regionais e subordinada à concepção nacional do bem-comum (LIMA; SIMÕES, 2010).

O Vale do Tennessee, Vale do São Francisco e Vale do Moselle-Saône-Rhône são, para Boudeville (1961), exemplos de política que evidenciam a importância dos centros urbanos e das bacias fluviais para integrar a economia nacional, dada a posição estratégica das regiões.

Lima e Simões (2010, p. 8) apresentam que

várias são as medidas de intervenção: coordenação de transportes, energia, irrigação, educação, saúde, serviços públicos, incentivos fiscais, infraestrutura, etc., cujo impacto regional depende da estrutura de mercado, da matriz técnica e dos coeficientes de polarização, considerando também as particularidades das economias subdesenvolvidas, as trocas inter-regionais e a tendência irregular do processo de crescimento.

Na concepção de Rolim (1982), as ponderações de Boudeville (1961) mostram que, para harmonizar o crescimento, são necessárias políticas econômicas. Enquanto isso, Perroux (1975) considerava o plano de ação como unidades produtoras, referindo-se apenas à possibilidade dessa unidade ser estatal. Boudeville (1961), entretanto, esforça-se em conceder caráter pragmático à análise espacial, enfatizando os aspectos passíveis de utilização em planejamento.

As teses de Myrdal (1960) sobre os efeitos da “Causação Circular Cumulativa” no crescimento econômico acentuam as disparidades na distribuição territorial da renda e são bastante conhecidas. Myrdal (1960) analisa de forma bastante intuitiva os aspectos mais relevantes sobre a dinâmica regional. O autor apresenta objetivamente as disparidades econômicas entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, mostrando que há disparidades de crescimento dentro dos próprios países.

A teoria econômica na concepção de Myrdal (1960) não possuía instrumentos adequados para lidar com os problemas das disparidades regionais, uma vez que a

hipótese do equilíbrio estável era insuficiente para explicar a complexidade do sistema econômico. Para Lima e Simões (2010), no entendimento de Myrdal, havia uma separação entre fatores econômicos e não econômicos, pois apresentavam limites à análise da realidade. O autor desenvolveu, por isso, uma teoria para explicar a dinâmica econômica.

Para explicar a natureza desigual do desenvolvimento econômico, Myrdal (1960) desenvolveu a noção de causação circular cumulativa, mostrando o processo de polarização do capital e dos recursos humanos para as regiões mais desenvolvidas e perpetuando a desigualdade. Ou seja, esse processo é válido como explicação para uma infinidade de relações sociais, como, por exemplo, a perda de uma indústria em determinada região.

Para o teórico, uma unidade territorial, quer seja região ou nação rica e desenvolvida, exerce sobre as outras unidades territoriais duas espécies de efeitos: efeitos de propagação e perturbação. No caso do primeiro efeito, enquanto ocorre a expansão de uma localidade, nas demais, aumentam as disparidades regionais por meio de fatores como a migração seletiva, os fluxos de capitais e o livre comércio em prol das regiões ricas e avançadas. Já os efeitos propulsores irão agir em direção contrária aos efeitos de polarização, uma vez que movimentos de população, de capitais e de comércio são aspirados pelas unidades vizinhas em crescimento, constituindo, entre outras unidades estagnadas, o fornecimento de bens de consumo e/ou matérias-primas para a região em expansão, bem como os transbordamentos de novas tecnologias (HUGON, 1995).

Para Myrdal (1960, p. 43),

se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado.

Portanto, a “política intervencionista” constitui-se um instrumento de atuação do Estado em diferentes nações do planeta e, ao mesmo tempo, possui diversos níveis de desenvolvimento econômico e social em distintos sistemas políticos. A *Cassa per il Mezzogiorno*, criada de imediato no pós-guerra para promover o

desenvolvimento do sul da Itália, foi reproduzida em várias partes do mundo, servindo inclusive de modelo para a criação da Sudene, em 1959. Contudo, para Holland (1977), a eficácia desses organismos como instrumento de correção das desigualdades regionais e de instância de negociação política como interesses territorializados não deve ser avaliada de forma conjunta, mas, na sua individualidade, caso a caso.

Hirschmann (1961) formulou uma teoria similar àquela desenvolvida por Myrdal (1960), a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento. O autor buscou analisar o processo de desenvolvimento econômico e como esse processo pode ser transmitido de uma região (ou país) para outra. A expansão do desenvolvimento de uma região gera efeitos positivos e negativos em outras regiões, mas é mais suave quando se trata da transmissão entre países, devido a vários obstáculos, como a língua, a cultura, entre outros fatores.

Igualmente, conforme apresenta Diniz (2000, p. 5), quinze anos mais tarde, Hirschmann não foge muito do que já havia apresentado Myrdal, ou seja,

demonstrou a tendência de aumentar a desigualdade por processo semelhante ao indicado por Myrdal, embora tenha reconhecido a possibilidade de algum impacto do crescimento das regiões ricas sobre as regiões pobres, por ele denominado efeito de gotejamento, e o papel do capital social básico na criação de condições do desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas. No entanto, argumenta que o desenvolvimento é por natureza desequilibrado, defendendo a concentração de recursos em poucos pontos ou regiões a fim de exercer efeitos de polarização e crescimento, entendendo o crescimento como uma cadeia de desequilíbrios.

Hirschmann (1961) explica que, por mais que fossem úteis, as teorias apresentadas até aquele momento sobre o crescimento econômico não eram suficientes para explicar, por exemplo, as várias inter-relações desse processo, cuja dinâmica pode ser retratada por ciclos viciosos de extrema complexidade. Por isso, sua teoria é centrada principalmente na dinâmica essencial do processo de desenvolvimento econômico, de modo que a tendência é concentrar-se espacialmente em torno do ponto onde se iniciou, não ocorrendo simultaneamente em seu todo, o que é fundamental para uma análise estratégica do mesmo.

Sobre a percepção estratégica do desenvolvimento, Lima e Simões (2010) retomam a discussão sobre a importância do planejamento como questão essencial para o fomento das atividades locais. No entendimento desses autores,

o planejamento do desenvolvimento deve consistir no estabelecimento de estratégias sequenciais, considerando que a utilização dos recursos tem impactos diferenciados sobre os estoques disponíveis, conduzindo a formação de capital complementarem outras atividades de acordo com a capacidade de aprendizado local (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 11).

Nos países que estão em processo de crescimento econômico, a dinâmica do desenvolvimento é ainda mais complexa, e isso se explica porque os seus obstáculos são bem mais estruturais do que cíclicos. O desenvolvimento é menos espontâneo nesses países, já que tanto a poupança quanto os investimentos são relativamente interdependentes. Em função disso, o desenvolvimento, além de ser menos espontâneo, acaba por depender em um maior grau de medidas deliberativas.

Hirschmann (1961), no entanto, faz uma crítica um tanto quanto ácida sobre o assunto. Ele mostra que o desenvolvimento deve ocorrer de forma simultânea em muitas atividades, pois, ao mesmo tempo em que gera expectativas irreais, também contribui para enclaves na economia. Nesse contexto, o desenvolvimento ocorre como uma cadeia de desequilíbrios durante longo período de tempo em que a simultaneidade é apenas parcial. Por outro lado, mostra que os desequilíbrios são fundamentais para a dinâmica do crescimento, pois cada movimento da sequência é induzido por um desequilíbrio anterior e, em consequência, cria um novo desequilíbrio que requer um novo movimento (novo conceito de investimento induzido).

Hirschmann (1961) expõe, em última análise, como o crescimento é transmitido de uma região para outra, que, dada sua irregularidade, o processo de desenvolvimento implica inevitavelmente em diferenças nos níveis de crescimento regionais e internacionais.

Note-se que o desenvolvimento de uma localidade, no entanto, produz, além de pressões, também tensões em direção às localidades subsequentes, resultando em áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, quer sejam em países, regiões e estados. A consolidação do crescimento econômico, segundo Hirschmann (1961), é fundamental para que os investimentos sejam concentrados no ponto de crescimento inicial durante determinado período.

Hirschmann (1961) ainda pontua algumas considerações em relação ao papel do governo, bem como do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento

econômico. Ele salienta, por exemplo, que a infraestrutura logística e a legislação são necessárias para impulsionar a atividade produtiva e, ao mesmo tempo, para elaborar uma estratégia de desenvolvimento, quer seja induzida ou indutora com a determinação das áreas prioritárias para o desenvolvimento.

Outro teórico que impulsionou e contribuiu de forma sistemática para o desenvolvimento regional foi Douglas C. North (um dos representantes da chamada Nova Economia Institucional) com sua teoria impactando na política econômica brasileira. Ele elaborou a Teoria da Base de Exportação, na década de 1950, devido às inadequações das teorias da localização e do crescimento regional. Foi uma tentativa de explicar a dinâmica da economia norte-americana, que não correspondia à sequência de estágios de desenvolvimento descrita na economia de subsistência, no desenvolvimento do comércio, na especialização local, na comercialização inter-regional, na diversificação das atividades agropecuárias, na industrialização e na especialização em atividades terciárias para exportação (LIMA; SIMÕES, 2010).

Nessa perspectiva, North (1959) explica sua teoria do desenvolvimento econômico partindo de instituições de cunho tanto formal quanto informal, que restringem as interações humanas, diminuindo as incertezas e, conseqüentemente, os custos de transação. Segundo a Teoria da Base de Exportação, formulada por North (1959), a taxa de exportação de uma região tem papel fundamental para o aumento da renda da população de determinada região, pois faz com que essas regiões se desenvolvam através dessas bases de exportação. Entretanto, embora sua teoria seja pouco conhecida no Brasil, não deixa de ser uma referência essencial para a pesquisa voltada ao crescimento econômico e para o corpo do conhecimento da economia como um todo.

Na América Latina, em um estudo original, a Teoria Cepalina diagnosticou o subdesenvolvimento da região a partir das relações internacionais. Dessa forma, o cerne da Teoria Cepalina é o conceito de “centro-periferia”, criado por Raul Prebisch (Cepal) e defendida por Celso Furtado. Eles procuraram explicar as razões para o atraso dos países da América Latina, principalmente em função da deterioração das relações de troca, pelos menores ganhos de produtividade e menor força da classe trabalhadora, defendendo o planejamento e a industrialização como forma de racionalizar a ação do setor público e promover o crescimento econômico (DINIZ, 2000).

Embora muitos sejam os teóricos que tratam a temática, Bielschowsky (2000) conceitua “centro-periferia” para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos. Esse conceito assinala o desenvolvimento desigual que a industrialização provocou em diversos países.

Na mesma linha de pensamento, Bielschowsky (2000), de acordo com o conceito, manifesta que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, provocou efeitos diferenciados nas economias das regiões do centro e da periferia, resultando, assim, no distanciamento dessas economias em termos de estágio de desenvolvimento.

Conforme Diniz (2000, p. 6), com o final da Segunda Grande Guerra Mundial, em função da tomada de consciência e da pressão política e social para o enfrentamento das desigualdades regionais, nasceu um conjunto de modelos de planejamento e de crescimento regional. No entanto, embora tais modelos objetivavam propósitos e matrizes diferenciadas, eles se basearam

nas concepções de fatores locais decorrentes da fusão da teoria da localização com multiplicador e de renda e emprego de filiação keynesiana, com ênfase na industrialização (Isard, 1960; Chenery, 1964); na noção de efeitos inter-industriais e de etapas do desenvolvimento econômico (Kuznets, 1957, 1966); na idéia das vantagens regionais e do comércio, baseada na disponibilidade de fatores (Ohlin, 1967), da qual derivou a teoria da base de exportação (North, 1964; Tibeout, 1964), na noção de atividade motriz e desenvolvimento regional polarizado (Paelinck, 1977) e; nos efeitos de transbordamento e gotejamento (HIRSCHMAN, 1961, p. 61).

Concomitantemente a esses modelos, muitas experiências de planejamento e políticas para a promoção do desenvolvimento regional se destacaram e se generalizaram em diversos países. Por exemplo, a empresa Tennessee Valley Authority, em 1933, nos Estados Unidos, no bojo da política do New Deal, adotada pelo presidente Roosevelt para reativar a economia americana. Para alguns autores, essa foi uma das primeiras políticas públicas para promover o desenvolvimento de uma região deprimida economicamente. Em seguida, espalhou-se pelos Apalaches, no Vale do Missouri, entre outras regiões. Os programas de desconcentração industrial se espalharam pela Inglaterra e também pela França. Neste caso, após a advertência do célebre livro de Gravier (1947) sobre Paris e o deserto francês, com os planos de distribuição territorial, os polos de desenvolvimento e as metrópoles de equilíbrio (BOUDEVILLE, 1965).

Espalharam-se também pela Alemanha, que estava preocupada com o desenvolvimento das fronteiras, especialmente após a divisão do País, e precisava resolver os problemas de excessiva concentração no Vale do Ruhr (DEONTON *et al.*, 1970); pela Itália, com a criação da *Cassa per il Mezzogiorno*, voltada para apoiar o desenvolvimento do Sul (AMENDOLA; BARATA, 1978); pela União Soviética, com os programas de criação dos Complexos Territoriais Produtivos e de desenvolvimento da Sibéria (NEKRASOV, 1971); pela América Latina, com os programas de bacias hidrográficas no México, na Região de Guayana; pela Venezuela, com o programa para o Cuyo argentino e, no Brasil, o programa para o Nordeste brasileiro, do qual decorreu a criação da Sudene (STOHR, 1972), como pontua Diniz (2000).

Ocorreu, sobretudo, uma reavaliação crítica da base teórica e dos modelos de localização em desenvolvimento regional, principalmente em função da reação política-ideológica contra a intervenção do Estado nos Estados Unidos. Além disso, ocorreu a falsa expectativa de que os problemas de desigualdade regional poderiam ser resolvidos no curto prazo e a avaliação de que a maioria das iniciativas já havia fracassado na Europa e na América Latina (DINIZ, 2000).

Por outro lado, embora Perroux tenha considerado a variável tecnológica e a inovação como elementos centrais na sua análise, não se desenvolveu um corpo teórico mais consistente para explicar o papel daquelas variáveis no desenvolvimento regional ou local dentro do corpo da chamada 'ciência regional'. No entanto, as mudanças do paradigma tecnológico e as alterações estruturais decorrentes de uma nova onda tecnológica, especialmente da microeletrônica e seus desdobramentos, o sucesso industrial do Vale do Silício, nos Estados Unidos, o crescimento da articulação das universidades e centros de pesquisa com as atividades industriais baseadas em tecnologias avançadas, a redescoberta do distrito industrial como manifestação empírica e categoria analítica permitiram resgatar teórica e empiricamente a tecnologia como variável central no desenvolvimento econômico e, por consequência, no desenvolvimento regional ou local (DINIZ, 2000, p. 7).

Portanto, as grandes teorias clássicas do desenvolvimento regional, desenvolvidas por Perroux, Boudeville, Myrdal, Hirschman e North, tiveram amplos impactos sobre o planejamento regional e as políticas econômicas adotadas no Brasil. Conforme citam Lima e Simões (2010), os principais planos de dinamização da economia nacional elaborados entre as décadas de 1950 a 1980, como, por exemplo, o Plano de Metas (1956-60), o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) II (1974-79),

possuem intensos indícios da influência dessas teorias sobre o planejamento regional. Neste período, observa-se uma escolha clara pelo desenvolvimento nacional, pois, ainda que não completamente articulado, ignora os desequilíbrios gerados pelos próprios planos.

3.3 PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS REGIONAIS NO BRASIL

A partir do século XIX, o regionalismo brasileiro faz parte da história política e social. Ele se manifestou, sobretudo, em vários movimentos revolucionários regionais daquele período, tanto nos debates parlamentares desde o Império, na vasta produção literária regional, quanto nos agravamentos do problema das secas do Nordeste, em fins do século passado. Para Cano (2001), é no final da década de 1950 que o problema ganhou maior destaque na discussão política nacional. Assim, até a década de 1950, a questão regional estava parcialmente circunscrita – no âmbito do discurso político e da tomada de decisões – às chamadas medidas de combate às secas do Nordeste. Porém, embora a década de 1950 se destaca no cenário nacional, cabe salientar que o Brasil tem uma tradição consolidada em políticas regionais que remontam aos anos 1950, como se pode verificar a seguir.

Carleial (2014) explica que o interesse pela questão regional brasileira é de longa data, embora no Brasil exista uma enorme dificuldade de se constituir uma convergência em direção a um projeto próprio de desenvolvimento regional. Para a economista, a questão regional está fora de diversas pautas, seja ela política, econômica, empresarial ou acadêmica.

Por conseguinte, ao longo de aproximadamente seis décadas, a década de 1950 pode ser considerada um período norteador para a adoção de políticas regionais no Brasil e foi coordenada dentro do Governo Federal. Assim, ao traçar uma síntese histórica, percebe-se que, desde a primeira década do século XX, a região Nordeste se constituiu em motivos de preocupação de políticas federais, com a criação da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, em 1909, para a realização de estudos e obras de combate à seca entre o Piauí e o norte de Minas Gerais. Foram perfurados poços, construídas estradas de rodagem, construídos açudes públicos e reservatórios.

Para Oliveira (1987), o discurso era amenizar os flagelos trazidos pelas secas, o que pouco tempo depois da sua criação foi desmistificado, pois o órgão foi

capturado pelas elites locais para interesses pessoais. Entretanto, conforme dados apresentados por Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017), somente na década de 1950 houve um esforço concatenado de reflexão, planejamento e criação institucional. Isso ocorreu ainda no governo Getúlio Vargas (1955-1960) com a criação do Banco do Nordeste, em 1952, e, depois, em 1956, no governo Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Esse foi considerado um marco na história do planejamento regional no Brasil. O resultado dessa experiência foi a criação da Sudene no ano de 1959, e, posteriormente, a criação da Sudam e da Sudeco.

É a partir desse período que o determinismo ambiental começa a ser definitivamente superado como paradigma principal para a explicação dos problemas da região Nordeste, que passam a ser entendidos sob uma ótica essencialmente histórica e econômica (DINIZ, 1999). Na concepção de Cohn (1978), começam as tentativas de resolver o problema das disparidades regionais utilizando o instrumental do planejamento econômico, como os incentivos fiscais, investimentos de infraestrutura, entre outros.

No entendimento de Diniz (1999), inaugurado por volta de 1930 e encerrado no final da década de 1970, esse modelo de planejamento regional tornou-se bastante adequado ao estilo de intervenção econômica do Estado desenvolvimentista. Por isso, até o final dos anos 80, as ações de planejamento regional implementadas revelavam os mesmos vícios característicos do desenvolvimento brasileiro, dos quais podem-se citar quatro. O primeiro, refere-se à centralização do poder. Para Galvão e Vasconcelos (1995), a elaboração e execução das ações de planejamento regional eram de competência do Governo Federal, cabendo, assim, aos municípios e aos estados a cooperação, que nem sempre se efetivava e, quando ocorria, baseava-se numa visão hierárquica, que estabelecia a subordinação das demais esferas de governo ao poder central. Caracterizado como o segundo vício, está o grande número de ações colocadas sob responsabilidade do Governo Federal, abrangendo investimentos de infraestrutura, investimentos diretos no setor produtivo e políticas de concessão de incentivos fiscais. O terceiro grande vício é a centralização dos recursos financeiros. A união era a principal financiadora das políticas de desenvolvimento regional, dada a grande concentração dos recursos tributários vigente até a Constituição de 1988. O

último vício está na fragilidade relativa do Estado frente às múltiplas demandas do setor privado.

As superintendências regionais, Sudene, Sudam e Sudeco, apresentavam como objetivo conduzir processos de industrialização nas chamadas periferias nacionais, com vistas a fazer, principalmente, as regiões Nordeste e Norte alcançarem níveis de produto por habitante mais elevados. Isso ocorreu por meio da atração e da implantação de setores industriais novos nos decadentes tecidos produtivos regionais preexistentes. No que se refere aos instrumentos e aos recursos da política regional federal, ficou, sobretudo, a atração de empreendimentos privados externos para ambas às regiões, de modo que os mecanismos de isenção fiscal e financeira foram intensamente utilizados para permitir a redução do custo de instalação do capital produtivo (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017).

A literatura mostra que, além da política regional ter papel decisivo na modernização de amplos setores produtivos nas regiões Norte e Nordeste, foi enorme a diferença que fizeram as políticas setoriais nacionais. Exposto de outra forma há o reconhecimento de que os impactos produzidos por políticas nacionais mais amplas, como infraestrutura de transportes, energia, comunicações, habitação, entre outras, afetam em magnitude muito mais relevante as trajetórias e as dinâmicas regionais do que simplesmente as políticas regionais explícitas. De acordo com Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017), foi assim que, na década de 1970 até meados da década de 1980, os PNDs I e II receberam investimentos – gastos governamentais – expressivos nas áreas de baixo desenvolvimento.

Dessa forma,

não somente o gasto direto em investimento da administração pública federal foi determinante para o desenvolvimento regional, como também o foi o gasto realizado por empresas estatais federais. E não foi por acaso que nesta última década se puseram em marcha os elementos sustentadores de um início de desconcentração produtiva no território nacional: as chamadas 'periferias' nacionais não apenas aceleraram o passo de seu crescimento econômico como ousaram aumentar, ainda que marginalmente, suas participações no produto nacional (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017, p. 39).

No final da Segunda Guerra Mundial, desencadeou-se um conjunto de políticas de reconstrução e de desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, que resultaram na criação de várias instituições internacionais, como. Por exemplo, o

Bird e o Banco Mundial, além de planos de ajuda – o Plano Marshall¹⁵ – e o aprofundamento dos estudos sobre desenvolvimento econômico, regional e urbano e o planejamento econômico.

Com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, bem como da própria Cepal na América Latina, desencadeia-se o desenvolvimento da chamada “ciência regional” – *regional science* (escola neoclássica de economia regional) –, formulada principalmente pelas escolas americana e francesa durante a década de 1950. Mesmo incapazes de explicar a problemática, uma vez que teoricamente eram consideradas inadequadas, contribuíram para que muitos se interessassem pelo seu estudo, ampliando a discussão sobre os problemas dos chamados “desequilíbrios regionais” (CANO, 2002).

Para Araújo (2001), a questão regional brasileira surge de fato e se coloca com força no século XX, uma vez que é nesse período que surgem mudanças importantes e significativas na vida do País. Uma das alterações consideradas importantes é a mudança do Brasil da condição de primário-exportador para um País de base industrial. Sobretudo, a principal e mais profunda mudança foi o mercado interno que passou a comandar a dinâmica econômica do país, ocasionando uma variável estratégica de comando, projetando o futuro do País.

Nessa linha, conforme apresenta Araújo (2001), é possível distinguir dois momentos sobre a questão regional brasileira. Um foi o período entre os anos de 1920 e, aproximadamente, 1970, quando se iniciou um movimento de desconcentração que se estendeu até pelo menos 1985, já no bojo da profunda crise que se abateu sobre o “Estado Desenvolvimentista” (DINIZ, 2001). Um segundo período ocorreu entre os anos de 1970 e 1990. A crise do Estado desenvolvimentista contribuiu para que algumas mudanças ocorressem. Entre elas,

¹⁵ No ano de 1947, o então secretário de Estado Norte Americano, George C. Marshall, lançou o Programa de Recuperação Europeia, que tinha como principal objetivo reconstruir a economia da Europa Ocidental arruinada pela Segunda Guerra Mundial com ajuda financeira dos EUA. Dessa forma, o Programa foi executado no período de 1948-1951, abrangendo os 16 países que se reuniram na Conferência de Paris em 1947. A Conferência resultou, um ano mais tarde, na fundação da Organização para a Cooperação Econômica Europeia, encarregada de viabilizar a integração dos planos de seus membros num âmbito global. O plano previa que cabia aos EUA o controle da política monetária e fiscal dos países envolvidos durante o Programa. Países como Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Itália foram os que mais se beneficiaram. Por ter sido executado no período da Guerra-fria, momento em que os EUA colocam em prática a chamada “Doutrina Truman”, o Plano Marshall, além de ajudar na reconstituição e desenvolvimento do aparelho produtivo europeu, foi também responsável para a penetração do capital norte-americano na Europa e serviu de obstáculo à expansão comunista na região.

os aspectos negativos do modelo de planejamento regional somados à redução da capacidade de investimento do privilegia as políticas de prazo a progressiva desarticulação e perda Estado, o que e curto da eficiência das agências de planejamento.

No que se refere ao primeiro período, ele é caracterizado como um predomínio da tendência à concentração. Ou seja, a dinâmica regional tem o comando da produção industrial há 50 anos, mas ela se localizou com muita força na região Sudeste, especialmente no Estado de São Paulo.

Já a periodização apresentada por Guimarães Neto (1989), que ocorre pela natureza das articulações entre as diversas regiões, deve ser chamado de momento da “articulação comercial”. Nesse período, as regiões começam a se articular. Embora o grosso da produção industrial estivesse centrado na região Sudeste e, sobretudo, no estado de São Paulo, a natureza principal das relações econômicas desse polo dinâmico com as outras regiões é uma relação tipicamente comercial. A produção é realizada no polo, mas as mercadorias circulam por outras regiões. Guimarães Neto (1989) chama esse momento de um processo de integração via articulação comercial, isto é, o movimento mais importante era o da circulação das mercadorias. Portanto, qual é a consequência desse momento e desse processo para a questão regional?

Num primeiro momento, a consequência é a intensificação entre a principal região industrial do país com as demais regiões era negativa. Isso vai definir o que se chamará de “questão regional”, o que ocorreu principalmente porque as regiões eram qualitativamente muito diferenciadas até o século XIX, embora tais diferenças não aparecessem. Mas, com a internalização da vida econômica, vai se fazendo também a articulação interna, ficando, assim, muito claras as diferenças de produtividade (ARAÚJO, 2001).

Um segundo momento da questão regional ocorre quando se olha para os principais acontecimentos entre os anos 1970 e 1990. Araújo (2001, p. 77) mostra que “o país passa por um processo que se chama, na literatura recente, de ‘modesta desconcentração’. Quer dizer, tem-se um fato novo importante, e aquele processo intenso de concentração, portanto de exacerbação da questão regional, se atenua”. Ou seja, inicia-se um processo de desconcentração, que pode ser comprovado a partir dos dados estatísticos. Tanto a base agrícola quanto a industrial do país se desconcentram.

No caso do Brasil, o “choque dos juros”, promovido pelos Estados Unidos, no final da década de 70, bate de frente no setor público brasileiro, gerando uma crise financeira sem precedentes. Na mesma década, com a descontração da dinâmica econômica no espaço territorial do País, muitos estudos foram realizados com ênfase à crescente diferenciação interna das macrorregiões brasileiras. Entre os estudos destaca-se Pacheco (1998) que chama a atenção para o aumento da heterogeneidade intra-regional que acompanhou o processo recente de desconcentração e trouxe ao País uma configuração distinta da que havia em 1970.

As modificações na dimensão dos fluxos de comércio e das estruturas produtivas de diversas regiões se deram principalmente em função do desenvolvimento da agricultura e da indústria “periférica”, tendo como produto final uma maior diferenciação do espaço nacional. Houve aumento da heterogeneidade interna e reforço de certas “especializações”, gerando o surgimento de “ilhas” de prosperidade, mesmo em contextos de estagnação (PACHECO, 1998).

O desenvolvimento regional, principalmente entre a segunda metade da década de 1970 e primeira dos anos 80, caracterizado, sobretudo, na fase de desconcentração, reforçou a heterogeneidade do território nacional e o território de cada macrorregião, tornando mais nítidas e mesmo maiores as diferenças entre as sub-regiões e áreas (ARAÚJO, 1999).

Araújo (1999) demonstra a necessidade de tratar a questão regional brasileira, em geral, e cada região de modo específico, e não de forma genérica, através de estímulos universais, que levam em consideração as especificidades e distintas realidades e potencialidades, ameaças ou entraves de cada sub-região ou macrorregião. Isso se faz mandatário muito em função da rápida inserção da economia brasileira numa economia mundial extremamente competitiva e complexa. Alguns critérios precisaram ser levados em consideração, como as formas de atuação específicas, as medidas diferenciadas e um cronograma diferente de exposição dessas áreas e de suas estruturas produtivas.

Para Diniz (2001), os estudos sobre a dinâmica regional brasileira até o final dos anos 80 procuravam explicar os condicionantes da divisão territorial do trabalho dentro de um contexto histórico, um modelo de organização política e econômica que pode ser denominado de “nacional desenvolvimentista”.

Para Cano (2011, p. 9), o período pós 1980, teve como reflexo novas determinações sobre os processos de desenvolvimento regional e de urbanização, em que

as principais mudanças, em seu patamar mais geral, ocorreram a partir das novas bases da Política Econômica Nacional, que resultaram em alterações radicais no ritmo e na forma de crescimento econômico do país, mudando significativamente nossas estruturas produtivas, de emprego e de relações internacionais. Elas também impactaram sobre as estruturas sociais e políticas, e causaram importantes alterações no processo de integração e desenvolvimento regional e no próprio processo de urbanização.

Diferentemente do primeiro período, o segundo é marcado pela articulação comercial entre as regiões para uma “integração produtiva” inter-regional. A produção não ocorre unicamente no estado de São Paulo, mas no mercado do próprio país. Trata-se da produção nas diversas regiões brasileiras, pois vive-se um novo momento com migrações de capitais. Para Araújo (2001, p. 77), “parte dos capitais que estavam no espaço mais dinâmico do país vai deixar este espaço para ir a outras regiões”.

Em meados dos anos de 1980, ocorreu uma redução expressiva na capacidade de intervenção governamental nas políticas nacionais de desenvolvimento, em razão, principalmente, da deterioração e crise das finanças públicas nacionais, num quadro de desorganização macroeconômica. O resultado foi a diminuição do investimento federal nas regiões de menor desenvolvimento, e as políticas regionais explícitas perderam vigor.

Sob a ótica internacional, com a disseminação do pensamento único neoliberal, as políticas de desenvolvimento regional tornaram-se ainda menos praticáveis e realistas no Brasil. Nesse quesito, pesa a deterioração fiscal e financeira decorrente da crise econômica dos anos de 1980 (a ‘década perdida’), que levou ao permanente ajuste fiscal, às elevações da taxa de juros e, em decorrência disso, ao baixo crescimento econômico (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017, p. 67).

Para Carleial (2014, p. 10-11), “a crise dos anos 1980 promoveu uma ruptura com o modelo de crescimento instalado, no Brasil, na década de 1950 e estabeleceu um ambiente de redução do poder de financiamento do Estado, com aumento da dívida externa e inflação”, refletindo no planejamento regional. Para Araújo (2001), a década de 1980 assistiu a fatos mundiais importantes, impulsionando a consolidação de novas formas de acumulação.

A expectativa era que, a partir da década de 1990, o país pudesse superar os anos difíceis de recessão e desemprego e encontrasse o caminho do desenvolvimento. Porém, o que se percebeu nessa década é que, na América Latina, se vivia o receituário do tão propagado “Consenso de Washington”. A colocação em prática desse receituário abriu os mercados desses países e atraiu investimentos externos, mas a política de equivalência da moeda local e o dólar resultou em desajustes internos, inclusive para o Brasil, com impactos negativos em suas contas, provocando importantes déficits em seus Balanços de Pagamentos. Na concepção de Cano (2011), o Consenso implicou na submissão consentida dos países em desenvolvimento à Nova Ordem, abdicando da soberania nacional, no desenho, implementação e no manejo da política econômica.

Ainda para Cano (2011), o Consenso estava assentado para atender a duas ordens de questões: a financeira e a produtiva. A questão financeira, muito em função da crise financeira internacional, corroborou para a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital, trazendo reflexos e quebras significativas na soberania nacional dos países. No que diz respeito às questões produtiva e comercial, realizadas por empresas de grande porte, conhecidas como transnacionais, em suas bases localizadas nos países desenvolvidos, exigir-se-iam, na década de 1990, algumas mudanças de reestruturações semelhantes em suas bases localizadas nos países em desenvolvimento. O resultado de todo esse processo culminaria com o que Cano (2011, p. 12) denominou “voracidade do capital estrangeiro na compra de empresas tanto públicas quanto privadas nacionais, debilitando ainda mais a nossa já precária soberania nacional”.

Dessa forma, nesse período, as políticas de desenvolvimento regional, praticamente foram extintas, uma vez que o Brasil passou a ser regido por ações de curto prazo. Com a Guerra Fiscal entre os estados brasileiros, o quadro agravou-se ainda mais e as políticas de desenvolvimento local, à medida que as de cunho nacional e regional haviam desaparecido, ganharam maior espaço.

Na década de 1990, no entanto, a tendência foi romper com o padrão de desenvolvimento regional existente até aquele momento no Brasil. O propósito foi destacar e atuar mais no contexto regional, sub e macrorregional, com intervenções locais e menos com as políticas regionais (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017). Na mesma década, mudaram as bases e o padrão da questão regional. Para Araújo (2001), as principais alterações ocorreram em função da crise

do setor público dos anos de 80 e 90, uma vez que a dinâmica anterior vinha sendo construída por políticas públicas. A crise do setor público foi definitiva para mudar essa rota. No entendimento do autor, outras condicionantes contribuíram para alterar o ambiente econômico brasileiro, como as transformações ocorridas em outras partes do mundo, entre as quais se destacam a colocação em prática de uma política de abertura comercial, a priorização à integração competitiva e as reformas profundas na ação do Estado. Concomitantemente, o setor privado promove uma reestruturação que pode ser caracterizada como intensa e rápida.

Cano (2011) ainda ressalta que o processo de privatização contribuiu para a entrada de capitais internacionais, porém os novos receituários determinaram formas diferenciadas de atuação do capital no país, estendendo suas forças de ação sobre alguns fatores, que atuaram de forma mais concentrada e às vezes nem tanto. Assim, fatores como a abertura comercial e as mudanças tecnológicas induziram a desconcentração espacial. Para Araújo (1999), esse modelo de desconcentração espacial proporciona uma melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente dotação de infraestrutura econômica e proximidade com os mercados consumidores, atuando como forças no sentido da concentração de investimentos nas áreas já mais dinâmicas e competitivas do país.

Ainda para Araújo (1999), os elementos capazes de atrair atividades e investimentos, especialmente no que diz respeito às atividades industriais, são frequentemente apontados. Por exemplo, a existência de mão de obra qualificada; a presença de competentes centros de ensino, pesquisa científica e tecnológica; a existência de um bom clima de negócios (empresários locais abertos a parcerias, alianças estratégicas e atores públicos locais ativos); a existência de massa crítica de fornecedores locais de componentes e serviços, entre outros.

No Brasil, durante os anos de 1990, ocorreu a deterioração técnica, política e econômica de órgãos regionais de fomento, tais como a Sudam e a Sudene, que acabaram extintos em 2001 e só recriados em 2007, mesmo que em bases precárias (CANO, 2011).

Ainda para Cano (2011), no ano de 1995, o governo federal, criou a política dos “Grandes Eixos”, os quais, ao mesmo tempo que ligariam zonas produtivas a portos de exportação, receberiam grandes investimentos para que houvesse um aumento na eficiência e na competitividade exportadora. O que chama atenção,

contudo, é que esses eixos apenas ligariam pontos de origem-destino, e pouco ou nada fariam em prol dos maiores espaços regionais em que estivessem inseridos. Tratariam, tão pouco, de problemas de cunho urbano ou social das cidades maiores envolvidas.

Ao mesmo tempo, alguns planos de desenvolvimento regional foram elaborados e suas principais concepções teóricas e políticas serviram de base para que o planejamento regional fosse desenhado a partir deles. Para Diniz Filho (1999), os planos estaduais tendem a seguir as mesmas diretrizes teóricas e políticas que servem de base aos planos federais, conforme constatado em estudos anteriores. Ao fazer uso do Conselho de Política Regional, o autor argumenta que

a principal característica da fase recente – anos 90 – no que se refere à dinâmica da organização territorial do Brasil e à questão das desigualdades regionais é a inexpressiva presença de políticas regionais explícitas do Governo Federal, associada a uma atomização de esferas de tratamento do regional, o que provoca, no pouco que sobrou do passado, superposição de esforços, desconexão de iniciativas, e revela, ao final, falta de prioridade (DINIZ FILHO, 1999, p. 15).

Na mesma linha de pensamento de Araújo (1999), Carleial (2000) defende a dinâmica da organização territorial do Brasil e a questão das desigualdades regionais, de modo que esta é uma das principais características dos anos 90. Os dois pontos marcam a inexpressiva presença de políticas regionais explícitas do Governo Federal. Porém, a década de 1990 é considerada como um novo paradigma de planejamento regional, principalmente em função de tentar superar os problemas da década de 1980 e incorporar os novos condicionantes políticos, econômicos e culturais do desenvolvimento.

Nessa década, conforme apresenta Araújo (1999), as políticas de desenvolvimento regional no mundo estavam ativas em vários países, como na Alemanha, na França, na Itália e no Japão. Mesmo em blocos supranacionais, como a União Europeia, foram identificadas políticas claras de tratamento de áreas menos dinâmicas ou submetidas a processos intensos de reestruturação econômica, com o uso de instrumentos financeiros específicos, como a exemplo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDR), que adotou programas regionais diferenciados.

Dessa forma, grande parte do esforço governamental, em matéria de política regional, é assumir a forma de gastos com infraestrutura econômica nas regiões que pretende desenvolver. Por exemplo, 90% dos recursos do FEDR, na União

Europeia, tem essa destinação. Percentuais elevados com esse tipo de gastos foram encontrados na Alemanha e no Japão. No Brasil, dos 42 projetos prioritários de investimentos na década de 90 (biênio 1997-98), com recursos que totalizam R\$ 54,4 bilhões, destacam-se obras prioritárias de infraestrutura econômica, mas a concentração ocorre nas áreas mais dinâmicas, como se mostrou anteriormente.

Para Araújo (1999) os projetos de infraestrutura têm capacidade de definir articulações econômicas inter-regionais ou internacionais e influir na organização territorial do Brasil em tempos de globalização. Os demais são projetos importantes, mas de impacto localizado, restritos a uma ou outra região do país (a exemplo da conclusão de Xingó, com impacto no Nordeste). Por sua vez, de grande importância para a modelagem territorial do Brasil, o Programa de Desenvolvimento das Telecomunicações fica fora dessa análise, por não ter sido apresentado com o detalhe da localização regional de seus investimentos (orçados em R\$ 16 bilhões para o biênio). O mesmo acontece com o Programa de Recuperação de Rodovias, que também não tem localização definida no documento oficial.

Ainda para Araújo (1999), os projetos prioritários de infraestrutura econômica, estratégicos para a futura organização territorial do Brasil, revelam algumas características importantes. Esses projetos

- a) têm uma opção prioritária clara pela integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo, em especial ao Mercosul e ao restante da América do Sul, o que é consistente com a opção brasileira de promover a integração competitiva. Essa orientação estratégica secundariza a integração interna;
- b) priorizam dotar de acessibilidade os focos dinâmicos do Brasil (agrícolas, agro-industriais, agropecuários ou industriais), deixando em segundo plano as áreas menos dinâmicas, ou os tradicionais investimentos autônomos, pelos quais o Estado patrocina infraestruturas que potencializam dinamismo econômico futuro. Na opção atual, o Estado segue o mercado, enquanto os investimentos autônomos se antecipam a ele. Na opção do Brasil em Ação, o governo busca ampliar a competitividade de espaços já competitivos;
- c) concentram os investimentos no Sul-Sudeste, na fronteira Noroeste, e em pontos dinâmicos do Nordeste e do Norte, seguindo os espaços que vêm concentrando maior dinamismo nos anos recentes.

Também na década de 1990, embora se iniciem no mesmo contexto da crise e hiperinflação que marcou os anos de 1980, tem-se apresentado perspectivas do planejamento regional e outras propostas, que contribuíram para o entendimento das mudanças do planejamento regional brasileiro. Entre as essas propostas estão o Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia (ZEE), o Projeto Áridas e o Projeto Ceres.

O ZEE não constituiu uma iniciativa de planejamento regional, mas como uma política de gestão do território que visa, na concepção de Diniz Filho (1999), normatizar as formas de exploração dos recursos naturais e harmonizar a atuação das várias instâncias de governo, evitando a sobreposição de funções entre os entes federados – União, estados e municípios. Ou seja, na concepção de Galvão e Vasconcelos (1995), significa fazer um estudo de regionalização, que usa como principal critério a homogeneidade de certos espaços, principalmente no que diz respeito aos problemas ambientais e socioeconômicos, que são passíveis de intervenções específicas para a racionalização dos usos.

A segunda proposta de mudanças do planejamento regional, o Projeto Áridas, tinha como principal objetivo promover uma profunda redefinição das políticas de desenvolvimento implementadas no Brasil e, em particular, no Nordeste. O principal objetivo do Projeto Áridas foi elaborar uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável do Nordeste e elaborar modelos de planejamento e de gestão para o desenvolvimento sustentável em níveis regional, estadual e municipal. Ele representa um esforço colaborativo de instituições como o Governo Federal, os Governos Estaduais, as universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, as instituições de financiamento e as organizações não-governamentais (IPEA, 1995).

Na concepção de Magalhães (1997), o Projeto Áridas estabelece a busca do desenvolvimento sustentável, procurando, dessa forma, incorporar a tendência internacional das variáveis ambientais, políticas e sociais às expectativas de desenvolvimento econômico.

Diferentemente do Projeto Áridas, que está voltado mais diretamente para uma macro-região específica, o Projeto Ceres abrange várias regiões brasileiras, como, por exemplo, o Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Este projeto fundamenta-se no desenvolvimento e integração econômica dessas regiões, buscando descongestionar a faixa litorânea e promover a interiorização do desenvolvimento

brasileiro. Na concepção de Diniz Filho (1999), seus pressupostos básicos contemplam as tendências econômicas e políticas mais recentes, com destaque para a adesão à tese da inevitabilidade da estratégia de integração competitiva no contexto da globalização.

A expansão da agricultura no cerrado constituiria uma melhor inserção dessas regiões no mercado internacional. O fato foi verificado em alguns estados, como em Tocantins, no Oeste da Bahia e no Sul dos estados do Maranhão e Piauí. Contudo, o Projeto Ceres prevê a necessidade de estudos aprofundados, tanto no que se refere ao potencial quanto aos limites de expansão da atividade agrícola nesses e em outros estados (GALVÃO; VASCONCELOS, 1995). Para os autores, o Projeto Ceres não teve continuidade. Ele foi encerrado e convertido em atividade permanente de formulação de diagnósticos, implementação de planos de desenvolvimento e avaliação dos resultados obtidos.

Além dos Projetos de ZEE, o Projeto Áridas, o Projeto Ceres e os estudos sobre os Macro-Eixos de Desenvolvimento Nacional, em uma escala maior que o Ceres, buscaram um modelo de desenvolvimento para todos os grandes espaços regionais do país. Os “Macro-Eixos”, contudo, serviriam para subsídio na elaboração do Plano Plurianual de Desenvolvimento, com base em duas grandes abordagens de cunho estrutural e regional que se complementariam, com base nos dados da MPO/Secretaria Especial, de 1995 (DINIZ, 1995).

Enquanto a abordagem estrutural apresenta quatro “vectores de políticas” que seriam fundamentais para a retomada do desenvolvimento, a abordagem regional, ou espacial, procura orientar a alocação dos investimentos produtivos e intensificar os fluxos entre as regiões e, concomitantemente como o exterior.

Ainda na década de 1990, outras propostas e programas foram elaborados pelo Governo Federal, como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres de Minas Gerais, que deveria reduzir o grau de pulverização das ações encetadas na região e que contaria com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Muito embora, cabe destacar que as prioridades definidas no Promovale eram semelhantes às estabelecidas anteriormente pela Sudene em sua área de atuação.

Portanto, atualmente nas propostas de desenvolvimento regional, é grande a noção de sustentabilidade, que em muitos casos se iguala ao conceito de

“competitividade sistêmica”, dando ênfase, sobretudo, à compatibilização entre o crescimento econômico e a conservação ambiental.

Segundo Diniz Filho (1999, p. 9),

isso chama a atenção para uma das diferenças mais importantes entre as recentes iniciativas de planejamento regional e aquelas que caracterizaram o período desenvolvimentista, que é o conceito da integração competitiva do país à economia mundial. Por esse motivo, os recentes projetos de desenvolvimento regional procuram traçar suas estratégias de acordo com determinadas formas de avaliar os impactos regionais desse processo.

A partir dos anos de 1995, ocorreram mudanças na economia brasileira, em razão da implementação do Plano Real de estabilização macroeconômica. Em decorrência, um novo cenário para a reorganização fiscal e financeira do Estado brasileiro veio a se estabelecer em bases mais permanentes.

Nessa nova fase, alguns elementos, entre eles o imperativo da liberalização tanto comercial quanto financeira da economia brasileira, somada à redução o papel do Estado como produtor econômico acabou impondo uma forte regressão às chamadas políticas regionais explícitas.

Os fatores que foram importantes ocorreram principalmente porque o Governo Federal conteve sua capacidade de investimento em políticas estruturantes. Ocorreu também porque os recursos da política regional explícita, os fundos constitucionais de desenvolvimento, como, por exemplo, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), ambos conforme mostra Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017) destinados por preceito constitucional para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tiveram sua base de arrecadação reduzida. Além disso, ocorreu quando o Governo Federal ampliou a porção relacionada com as contribuições sociais federais (não compartilháveis com governos subnacionais ou com regiões de menor desenvolvimento) no conjunto da carga tributária brasileira.

A economia brasileira apresentou, nesse período, um baixo crescimento econômico, causando preocupações, sobretudo, no campo do agravamento dos desequilíbrios locais. Instituições como a Sudene, Sudam e Sudeco, tidas como referências institucionais da política regional, sofreram um enfraquecimento substancial. Elas foram substituídas por agências de desenvolvimento com atribuições muito limitadas.

Muitos estudiosos, entre eles Cano (1995) e Pacheco (1998), se debruçaram para entender as razões do aumento das disparidades depois de um breve período, entre os anos de 1970 e 1985, de convergência regional e temeram a existência de um fenômeno novo, o da fragmentação da nação, devido a dois motivos principalmente. Um deles ocorreu porque houve movimentos de abertura da economia brasileira para o exterior com as economias mais aptas se colando às dinâmicas do comércio externo. O segundo motivo ocorreu porque o Estado se manifestou em produzir orientações de redução das desigualdades e até mesmo de promover de políticas de desenvolvimento local.

No início do século XXI, na década de 2000, algumas mudanças econômicas foram sentidas no Brasil. Foi o momento em que as perspectivas para a economia brasileira se tornaram, sobretudo, positivas. Nesse sentido, a economia brasileira e mundial teve um crescimento, o que permitiu a retomada da capacidade de intervenção do Estado brasileiro em políticas de desenvolvimento, inclusive as regionais. Uma nova proposta de política de desenvolvimento regional passou a ser construída a partir do ano de 2003. O objetivo do Governo Federal era superar algumas das principais limitações das políticas realizadas nas décadas anteriores (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017). Sobre o assunto, relacionam-se:

- a) às dificuldades para a efetivação de um processo de convergência das rendas per capita estaduais;
- b) à recorrente concentração dos recursos da política regional nas grandes áreas metropolitanas das regiões Norte e Nordeste;
- c) à incapacidade de atender adequadamente às necessidades de desenvolvimento das populações do semiárido nordestino;
- d) à reconhecida inadequação das propostas de industrialização para as sub-regiões da Amazônia brasileira.

Entretanto, no ano de 2007, implantou-se no Brasil uma nova política regional – a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) I –, com inspiração na experiência regional da União Europeia. Segundo a norma que a institui, o Decreto nº 6.047/2007¹⁶, a PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais

¹⁶ Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, institui a PNDR e dá outras providências.

no território nacional (atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição). Já em seu art. 2º, a PNDR I mostra a redução das desigualdades regionais e norteia pelas seguintes estratégias:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas;

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária, embora não apresente as universidades como potencializadoras do desenvolvimento (BRASIL, 2007).

Além disso, as estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica. A PNDR foi apresentada à sociedade brasileira em 2003 e somente em 2007, por meio do Decreto nº 6.047/2007, foi instituída como uma política de governo, que buscou responder às inconsistências relacionadas ao modelo anterior. No entanto, pode-se afirmar que entre os anos de 2003 e 2006, não houve qualquer avanço significativo na proposta original. De fato, conforme Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017), o texto do decreto nº 6.047/2007 que institucionalizou a política representou uma síntese do documento discutido em 2003.

Para Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017), no início do século XXI, a capacidade de intervenção governamental do Brasil foi fortemente modificada, principalmente a partir de 2007, momento em que o governo federal instituiu e passou a executar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O principal argumento do governo naquele momento era aumentar a taxa de acumulação da economia nacional por meio da elevação do investimento público em infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos), comunicações e habitação.

Em razão da crise financeira mundial, momento considerado de desaceleração da economia mundial, entre os anos de 2008 e 2009, o PAC ganhou uma importância maior como elemento da estratégia nacional de crescimento (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017). Na última década, o dinamismo econômico tem sido superior nas localidades de mais baixo nível médio do PIB per capita. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), as taxas de expansão do PIB em todas as regiões na década de 2000 foram superiores às das dos anos de 1990.

TABELA 1 – BRASIL E MACRORREGIÕES: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB TOTAL (DÉCADAS DE 1990 E 2000) (%)

MACRORREGIÕES	DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000
Norte	1,3	5,6
Nordeste	2,1	4,4
Sudeste	2,4	3,1
Sul	1,5	3,6
Centro-Oeste	7,3	4,6
Brasil	2,5	3,6

FONTE: IPEA (2019).

Conforme a TABELA 1, na década de 1990, as regiões Norte, Nordeste e Sul tiveram um crescimento menor em relação ao Sudeste e Centro-oeste. Pode-se afirmar que, nesse período, houve uma parada no processo de convergência regional, pois as seções de baixo desenvolvimento ficaram para trás em seu ritmo de crescimento, com exceção da região Centro-oeste, atrelada fortemente ao dinamismo do agronegócio regional (MONTEIRO NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017).

Portanto, mesmo em sua grande dimensão territorial, das complexidades e especificidades do país e dos gargalos históricos e estruturais, é fundamental inovar as práticas institucionais e alterar efetivamente o quadro regional, rejeitando modelos de desenvolvimento de políticas públicas implementadas por outros países que não correspondem à realidade brasileira.

Segundo Araújo (1999), a política de desenvolvimento regional precisa levar em consideração e objetivar a questão da redução sistemática das desigualdades regionais. Assim, ela contribui para o enfrentamento das diferenças espaciais dos níveis de vida das populações que moram em diferentes partes do território nacional e, no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, e para que a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência.

Embora se trate de aspectos que nunca estiveram ausentes das políticas tradicionais de desenvolvimento regional, as questões da *eficiência* e da *competitividade* passam, mais recentemente, a ter uma posição estratégica no tratamento da problemática regional, quando, num contexto mais geral, o processo de globalização e a proposta de inserção competitiva da economia nacional na economia mundial passam a exigir das políticas não só a ampliação da base econômica, mas a montagem de uma estrutura produtiva que possa ganhar mercados num contexto cada vez mais competitivo (ARAÚJO, 1999, p. 156, grifo do autor).

Em outras palavras, a nova PNDR precisa estar constituída, por um lado, pela equidade, que se traduz basicamente na redução das desigualdades no que se refere a níveis de renda, oportunidades e condições de trabalho das populações regionais. Por outro, pela eficiência, que vai além da montagem e ampliação de uma base econômica regional, cuja implantação de uma estrutura produtiva seja capaz de competir tanto no mercado nacional quanto internacional.

Para além do objetivo proposto no parágrafo anterior, Araújo (1999) pontua a importância de considerar a nova política de desenvolvimento regional, tanto no contexto nacional quanto no internacional. O enfrentamento das tendências de fragmentação das economias continentais, como a brasileira, se dá pela integração internacional e seletiva de regiões ou sub-regiões específicas, que são bem-dotadas e já articuladas ao comércio mundial.

Sendo assim, com o avanço do processo de globalização em curso, é necessário um projeto nacional que considere, na nova política de desenvolvimento regional, a integração dos espaços regionais, com uma divisão espacial de trabalho que articule as diferentes regiões no interior da economia nacional, difundindo em todas elas os efeitos positivos do crescimento da economia e da inserção cada vez maior do País no mercado mundial (ARAÚJO, 1999).

Furtado (1960) mostra que as políticas regionais de desenvolvimento pressupõem uma compreensão dos objetivos nacionais de desenvolvimento. Além disso, é preciso considerar o conjunto da economia nacional ao se fazer um plano de desenvolvimento regional.

3.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS EM ÂMBITO MUNDIAL E NO BRASIL

Nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1970, o debate internacional sobre o desenvolvimento local ganhou centralidade e espaço em vários países, como, por exemplo, na Itália, na França, no Reino Unido, na Espanha, no Senegal, no Egito e em alguns países da Europa Oriental. Além das experiências bem-sucedidas nos diversos países, pontua-se o caso das experiências inglesa e norte-americana, por terem sido notáveis no papel do poder local assentado na comunidade, já que, na década de 1980, se expandiram também para os países em desenvolvimento, inclusive os localizados na América Latina. Para Fonseca (2004),

nos países em desenvolvimento, sobretudo nos latino-americanos, o fortalecimento dos municípios ocorreu principalmente devido ao contexto da redemocratização e da consequente política descentralizadora posta em prática em muitos países, como no Brasil, no Chile, na Venezuela, entre outros.

Para Dansero *et al.* (2017), são principalmente três os primeiros países que desenvolvem uma literatura autônoma – integrada à temática internacional – destinada, posteriormente, a influenciar no debate que ocorreu em outras nações.

Na França e no Reino Unido, a institucionalização do desenvolvimento local ocorreu uma década mais tarde, a partir dos anos de 1980, por meio de um canal duplo, de descentralização e sustentação da economia local. Diferentemente dos dois países, no Egito, a toada para o seu surgimento ocorreu em função de uma reflexão sobre a economia informal e as microempresas.

Na década de 1990, enquanto prossegue a institucionalização do desenvolvimento local na França e no Reino Unido, na Itália, acontece a decisiva passagem da dimensão positiva à normativa¹⁷, com o fechamento da experiência da *Cassa per il Mezzogiorno*¹⁸ e início da fase da programação negociada. Exemplo de sucesso no mundo industrializado, a Terceira Itália segue como uma das principais referências para diversos atores sociais que promovem políticas de desenvolvimento local. Isso porque um conjunto de condições sociais, políticas, econômicas e culturais favoráveis, coadunaram em um novo modelo diferenciado de desenvolvimento industrial na região da Emília Romagna. Entretanto, mesmo nesse caso, mostrou-se necessário que certo tempo decorresse para que se pudesse atestar o êxito da experiência (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002).

Além das experiências bem-sucedidas nos diversos países, pontua-se o caso das experiências inglesa e norte-americana, por terem sido notáveis no papel do poder local assentado na comunidade. Isso porque, na década de 1980, se expandiram também para os países em desenvolvimento, inclusive os localizados na América Latina.

¹⁷ A Dimensão positivo-normativa atenta para a distinção entre o estudo do desenvolvimento como realmente é e o estudo do desenvolvimento como deveria ser. Atualmente o campo das teorias do desenvolvimento aparece fortemente dirigido para pesquisar a dimensão normativa. É evidente, todavia, que qualquer teoria social se baseie em determinados valores que pode ser explicitamente normativa e avaliar criticamente os fins e os meios, em vez de buscar na realidade uma oculta conformidade às leis teóricas.

¹⁸ A *Cassa per il Mezzogiorno* foi criada de imediato no pós-guerra para promover o desenvolvimento do sul da Itália e, posteriormente, reproduzida em várias partes do mundo, serviu inclusive de modelo para a criação da Sudene, no ano de 1959.

No caso inglês, predominou “a vertente da nacionalização¹⁹”, tomando como base as relações entre o governo central e o governo local, nas quais o segundo era interpretado à luz do funcionamento do primeiro, ou seja, de âmbito nacional. As contribuições partiam de teóricos de inspiração marxista que consideravam o governo local como estado local, não por ele ser forte, autônomo e com ampla liberdade de decisão, mas por fazer parte do estado capitalista e por desempenhar importante papel de legitimação e consumo. Nessa vertente, é possível identificar algumas variações internas que, posterior às contribuições em torno do estado local, se configuraram no contexto das políticas neoliberais implementadas na Inglaterra pelo governo de Margaret Thatcher. São contribuições que enfocaram a governança local e a cidadania ativa (FONSECA, 2004).

A reorientação das políticas locais na Inglaterra, objetivando a promoção econômica, ocorreram nos anos de 1970 no contexto das intensas transformações de caráter econômico, social e político que o país estava passando. Como exemplo, citam-se a crise econômica, o desemprego, a reestruturação industrial com o declínio das tradicionais áreas urbanas e industriais, o deslocamento da população e do emprego para outras áreas, a ascensão da indústria de alta tecnologia mais flexível e descentralizada, a crise fiscal do Estado e a reestruturação do território.

Para Harvey (1989), na mesma década, nos Estados Unidos da América, por motivos muito semelhantes da experiência inglesa, ampliou-se o engajamento dos governos locais na promoção do desenvolvimento econômico. No ano de 1985, em um colóquio realizado em Orleans, atores ligados desde o mundo dos negócios, da política e da academia de várias cidades, se reuniram com o objetivo de discutir os rumos dos governos locais em função das dificuldades econômicas e fiscais pelas quais estavam passando. Os participantes, sobretudo, os governos locais concluíram que havia deveriam ser mais atuantes, empreendedores e inovadores para poder atrair investimentos, aproveitar as oportunidades lançadas pela globalização e gerar condições de renda e emprego para as populações. Esse novo direcionamento ou essa repolitização local pretendia superar o tradicional modelo

¹⁹ No contexto da geografia, é possível identificar pelo menos três principais vertentes localistas complementares e inter-relacionadas. Embora muitas não tratem diretamente dos municípios ou de governos locais, elas enfatizam processos atuais que atingem e expressam a preocupação recente dos geógrafos pelos fenômenos que se manifestam na escala local: 1) a vertente da globalização ou baseada na relação entre o global e o local; 2) a vertente da nacionalização ou baseada nas relações entre o governo central e o governo local; e 3) a vertente da localização ou do território onde são enfatizadas as relações entre o local, nacional e global (FONSECA, 2004).

gerencialista e executor predominante nos governos locais, a quem estes eram submissos e de cujas diretrizes políticas e recursos centrais dependiam totalmente (FONSECA, 2004).

Porém, para Francisco Oliveira (2001, p. 14), pode-se dizer que

se tratou de experiências que estavam constituindo e construindo a própria sociedade liberal; portanto, não remavam contra a maré da sociedade mais abrangente: elas eram a sociedade abrangente, de forma marcante na experiência norte-americana.

Enquanto na Espanha a institucionalização ocorreu por meio dos planos comarcali, entre os quais pode-se destacar a experiência galiciana, nos demais países, inicia-se uma nova fase de programação comunitária, com seus temas, concepções e tempos, conforme pode ser verificado no QUADRO 1.

QUADRO 1 – A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PAÍSES SELECIONADOS

	Anos 1970	Anos de 1980	Anos de 1990	2000-
Descoberta	Itália, França, Espanha, Reino Unido	Egito	Senegal, Europa do Leste	
Institucionalização		França e Reino Unido	Itália, Espanha, Egito, Senegal, Europa do Leste	
Crítica				Reino Unido, França e Itália

FONTE: ADAPTADO DE DANSERA *ET AL.* (2017).

Conforme pode ser verificado no QUADRO 1, no decorrer da década de 1990, o desenvolvimento local afirma-se nos países da Europa do Leste e Senegal. Nesses Casos, Dansera *et al.* (2017, p. 264) pontuam que a descoberta não passa pelo reconhecimento de dinâmicas locais, mas aparece no plano institucional: “O desenvolvimento local configura-se como um processo fortemente guiado do alto, por parte dos governos e organismos internacionais”. Na mesma década, também no Egito, inicia-se um processo de institucionalização, apesar da resistência da elite intelectual e política que ainda estava ligada à herança nasseriana.

Mais recentemente, aproximadamente a partir dos anos 2000, acontece uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento local e, em particular, sobre as experiências e políticas, principalmente em países como Itália, França e Reino Unido. Isso significa percursos diferentes que encontram uma raiz na compreensão dos limites das políticas orientadas para promover e sustentar o desenvolvimento local e, além disso, no reconhecimento da mudança de contexto econômico, que deixa em dificuldade as formas organizativas territoriais que inspiraram a fase da descoberta do desenvolvimento local (DANSERA *et al.*, 2017).

Para o autor, para confrontar a experiência italiana com a dos outros países da Europa Ocidental, observa-se que, com diferentes condições históricas, econômicas e institucionais iniciais, os diferentes países europeus partilham uma parte importante do percurso que conduziu a conceitualização do desenvolvimento local. Porém, para além dos elementos comuns existentes entre os países da Europa Ocidental, pode-se verificar que as diferenças se fazem presentes, sobretudo, ao se analisar o exemplo do papel exercido pela Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale (Datar)²⁰ nos processos de

²⁰ Em 1963, foi criada a Datar, cujo objeto não era outro senão a relação entre o crescimento econômico e a dinâmica de ocupação do território. Sua estratégia de intervenção centrava-se na

desenvolvimento local e regional na França desde 1963. Fica evidente a antecipada institucionalização dos processos em relação à Itália, onde as primeiras agências para a atração de investimentos datam dos anos de 1990.

No caso espanhol, na gênese das teorias e práxis ligadas ao desenvolvimento local, o país assume características que podem ser definidas como intermediárias entre os países da Europa Ocidental e os periféricos, no que se refere aos processos econômicos e debates realizados. O país partilha com os demais países da Europa Ocidental uma datação mais antiga de reflexão e de práticas de desenvolvimento local, especialmente no que tange ao rural. Do mesmo modo, ocorre uma dependência espanhola de teorias e conceitos desenvolvidos em países como a França e Itália. Além dos elementos apresentados, outros dados também são úteis e corroboram para diferenciar a abordagem espanhola dos demais países da Europa Ocidental. Considera-se, por exemplo, a ligação original com o tema desenvolvimento rural, o que em países como Itália e Reino Unido era marginalizado, e a deficiência de instâncias críticas de reelaboração do desenvolvimento local, difuso no debate francês, italiano e inglês no final dos anos 1990 (DANSERA *et al.*, 2017).

O autor afirma que, no caso senegalês, somado a outros países da África Francesa, o desenvolvimento local adquire um papel central nas políticas de desenvolvimento efetivadas no decorrer dos anos de 1990. Alguns fatores, entre eles o desempenho estatal na intervenção econômica e social – consequência direta das políticas de ajuste estrutural “negociadas” com o FMI e com o Banco Mundial – definiu certo processo de descentralização político-administrativa orientado para a transferência, para o nível local, de competências que exigem capacidade local de programação e planejamento.

descentralização da atividade econômica, mas a criação da Datar não seguiu o caminho da institucionalização burocrática típica das estruturas da administração pública. De um lado, teve o planejamento econômico de base nacional como principal instrumento da ação pública e, de outro, a meta da distribuição mais equilibrada do desenvolvimento econômico sobre o território nacional. Forjou-se, então, uma nova arquitetura institucional, visando, sobretudo, influenciar as decisões governamentais referentes à localização das atividades econômicas. Na luta por esse objetivo, a Datar foi criada como uma organização original, de caráter interministerial, submetida ao comando do primeiro-ministro e caracterizada como uma administração “de missão” – que fixa objetivos determinados e busca implementá-los – e não como uma instituição. Sua função era dupla: elaborar projetos ou planos de ação e impulsioná-los no âmbito dos ministérios e demais órgãos da administração pública. Assim, a Datar não gerou os próprios projetos. Sua função foi de cunho estratégico e não operacional (JACCOUD, 2001).

No caso brasileiro, a trajetória da experiência sobre o desenvolvimento local tem início especialmente em meados da década de 1990. Se hoje no país a temática apresenta diferentes expressões, com várias iniciativas em gestação, isso não era verificado há mais de vinte anos quando pouco ou quase nada era articulado mesmo que de forma embrionária.

Nesse sentido, para Fonseca (2004, p. 48),

no Brasil, o processo de descentralização de 1988 concedeu maior autonomia política, administrativa e financeira aos municípios. Com isso, o município passou a se constituir num ente federado, no conjunto da organização política e territorial do Estado, inclusive com capacidade de auto-organização, pois pode criar sua própria Lei Orgânica, escolher seus representantes políticos (prefeitos e vereadores), estabelecer taxaço de impostos, e, também, decidir e elaborar estratégias visando o desenvolvimento sócio-econômico local.

Para França, Vaz e Silva (2002), nos anos 90, simultaneamente ao processo de globalização econômica e ao fortalecimento de políticas de descentralização, a temática do desenvolvimento local desperta grande interesse, constituindo-se em objeto de diversos estudos. Embora com características e perspectivas diversas, as análises tendem a convergir para o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes indivíduos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento.

Como teoriza Silveira (2010), como uma reconstrução histórica sucinta, cabe partir da identificação de um vasto campo de experiências localizadas que veio a se expandir nas diversas regiões do país, sobretudo a partir da década de 1990. Dessa forma, as primeiras iniciativas sobre o desenvolvimento local, diferentemente da configuração atual, apresentavam à época projetos e ações voltadas ao combate da pobreza, à desigualdade ou à exclusão, em campos estratégicos de políticas públicas. Ou seja, de certa forma, trabalhavam a partir de um eixo ou ponto de partida temática-setorial ou ainda com segmentos específicos.

Na concepção do autor,

são iniciativas implementadas, sobretudo por entidades não governamentais e governos municipais (em alguns casos, associadas a programas federais de execução descentralizada). Em boa parte, todas essas iniciativas associam-se à perspectiva de descentralização fortemente impulsionada a partir da Constituição de 1988 (SILVEIRA, 2010, p. 52).

Para o autor, na mesma década, mesmo que de forma tímida, começaram a esboçar ações e parcerias. Os projetos buscaram, progressivamente, por exemplo, estabelecer ligações entre proteção e promoção social, acesso a direitos e inserção econômica, moradia e trabalho, aspectos ambientais e sociais (expressos no enfoque socioambiental).

Contudo, com as alterações das estruturas produtivas e as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade mundial na década de 1990, a forma como o desenvolvimento local é visto também aos poucos se altera. A crescente percepção da necessidade de registro e visibilidade de todo esse leque de experiências localizadas, constitui-se a partir de diferentes vetores e focos temáticos. Por exemplo, as pesquisas, a construção de bancos de dados de projetos, a identificação de boas práticas e as premiações de projetos e experiências (sobretudo de iniciativas municipais). Surgem também esforços de criação de espaços e fóruns que entre seus objetivos incluem a circulação e a disseminação de práticas inovadoras, como fatores de aprendizagem e construção de referências.

Diferentemente dos exemplos citados, na mesma década, já podem ser identificados outros elementos de igual ou maior relevância e que passaram a constituir embriões das iniciativas sistêmicas de desenvolvimento local.

Silveira (2010) destaca que entre os principais elementos podem ser destacados vários projetos e experiências exitosas. Por exemplo:

- a) os esforços de construção de parcerias entre organizações de diferentes setores, entre eles os governamentais, comunitários e, em proporção bem menor, empresariais;
- b) o impulso a processos de auto-organização e capacitação das populações locais;
- c) a valorização da participação social no planejamento e na gestão de projetos;
- d) a busca de um modo de ação social em que o “público-alvo” torna-se agente ativo ou “público-sujeito” dos processos (e não apenas beneficiário ou cliente de programas e projetos);
- e) a ampliação prática da noção de política pública (como algo que inclui, mas não se reduz à política governamental).

Embora os exemplos das experiências exitosas da década de 1990 não representassem a tônica generalizada das iniciativas do período, elas corroboraram

para uma mudança em relação ao padrão verticalista e centralizador que ocupou praticamente toda a cena nas décadas anteriores – até mesmo na década de 1980.

Além disso, ao se sobressair a ênfase na articulação interinstitucional conjugada e um papel ativo das populações locais, produzindo a interface entre políticas sociais e políticas de desenvolvimento, o experimentalismo difuso e inovador que emerge desde a década de 1990 constituiu, mais do que uma alternativa provisória, um caldo de cultura gerador de novos referenciais de políticas públicas. Esse processo passa a ser responsável pelas visões mais abrangentes ou integradas na perspectiva do desenvolvimento local que começaram a entrar em cena (SILVEIRA, 2010).

Para Silveira, Bocayuva e Zapata (2001), o ambiente macroeconômico dos anos 90, com elevadas taxas de desemprego e baixo crescimento, embora tenha gerado iniciativas locais de resistência a esse cenário, constituiu fator de entrave à obtenção de resultados positivos. Mesmo assim, representou um impulso ao desenvolvimento local no Brasil, vindo de diversas frentes. Isso representou, além da ampliação do debate sobre a temática, a criação de vários programas de apoio ao desenvolvimento local e, sobretudo, as experiências que em diferentes localidades do país começaram crescer. Mas afinal, como verificar esse impulso e as principais mudanças em relações aos períodos anteriores e até mesmo ao início da década de 1990?

Uma das principais mudanças observadas nesse processo é a construção do desenvolvimento local como perspectiva consciente para os atores diretamente envolvidos e não como característica que um observador externo atribui a determinadas ações. Em outras palavras, isso significa mais do que ver “um quê de desenvolvimento local”, mas trata-se de reconhecer que os próprios participantes passam a se perceber como ativamente envolvidos em dinâmicas nomeadas como desenvolvimento local ou territorial (SILVEIRA, 2013).

Em função da abundância de casos concretos em andamento, não é difícil considerar que estamos diante de processo de experimentação. Contudo, há algo, principalmente a partir da década de 1990, no caso brasileiro, que se distingue do experimentalismo difuso que marcou um grande contingente de ações locais inovadoras. Ou seja, parece que daquele momento para cá houve uma adição – ou uma mudança – de sentido em todas essas ações, tal como são vocalizadas por seus atores diretos.

Embora, a partir da década de 1990 houvesse mudanças na expressão “desenvolvimento local”, nos dias atuais, a expressão ainda é utilizada em diversos momentos como referência a iniciativas pontuais e mesmo setoriais que lidam com a geração de trabalho e renda, ou com substâncias clássicas de desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural, por exemplo.

A partir da segunda metade dos anos de 1990, no entanto, surgem novas abordagens sobre o desenvolvimento local, que passaram a ser formuladas e apresentadas com um diferencial significativo. Trata-se da busca de uma ação territorializada que não apenas realiza “um projeto”, no sentido usual, mas gera uma matriz de projetos e ações continuadas a partir da mobilização dos diferentes atores presentes nos territórios.

Essa presença no território brasileiro, em função da sua grande extensão territorial, faz com que o desenvolvimento local possua características bastante diferenciadas no que se refere às metodologias, às ênfases temáticas e à abrangência geográfica. Muitos teóricos destacam avanços em todo esse processo. Primeiro, pelo crescimento do número de iniciativas locais de desenvolvimento pelo país. Segundo, pela emergência de redes multicêntricas e difusas de agentes envolvidos em iniciativas locais e conexões interlocais, a partir de associações, fóruns, conselhos e agências de desenvolvimento. Para muitos, isso é indicação de alterações no modo de percepção e construção do desenvolvimento. Um terceiro aspecto a ser considerado é o surgimento de centros de criação conceitual, de capacitação de agentes de desenvolvimento, de estudos e pesquisas, em diferentes lugares do país, relacionados aos temas básicos do desenvolvimento local, de forma mais ou menos direta.

Pode-se argumentar, portanto, que o desenvolvimento local aos poucos vai se constituindo como campo de reflexão e ainda que de forma lenta expanda seus tentáculos com um viés social e institucional, esse desenvolvimento é culturalmente significativo. Fonseca (2004, p.16) concorda com a questão, pois afirma que muitos municípios brasileiros vêm assumindo um protagonismo jamais visto. Eles passaram a canalizar um crescente número de iniciativas políticas e econômicas inovadoras destinadas a resolver sérios problemas que afetam as coletividades locais.

3.5 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao contrário das políticas de desenvolvimento regional, as políticas e experiências nacionais sobre o desenvolvimento local tiveram início no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando iniciou a valorização do local como uma instância privilegiada para planejar e executar políticas de desenvolvimento. Em função do contexto altamente centralizador e autoritário da época, não se tratava de uma prática cotidiana, mas sim de experiências pontuais em algumas regiões do Brasil. Isso se justifica, com base em Harvey (1996), que é a partir dos anos de 1970 que um novo conceito de desenvolvimento, baseado nos locais, ganha destaque no debate das políticas públicas ao redor do mundo. O termo em destaque passa a ser o local e a tese do crescimento endógeno é ressaltada. No entanto, enquanto as teses de desenvolvimento regional estimulam o crescimento econômico entre as regiões, as capacidades e atores de cada local como ponto de partida para a reestruturação da economia são conferidos no desenvolvimento local endógeno.

Na mesma linha de pensamento, Bastos (2005) pondera que as transformações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 contribuíram na emergência do desenvolvimento endógeno, um novo paradigma de desenvolvimento. As principais transformações mundiais do período ocorreram em diversas áreas, reestruturando os setores econômico, social e político, principalmente em função da passagem do modelo da grande empresa industrial fordista. Esta é baseada nas economias de escala, com um modelo de acumulação flexível, baseado nos setores da eletrônica e na informática e caracterizada pela redução do tamanho das plantas industriais, pela desverticalização e terceirização da produção, o que em função do aumento da proximidade entre as empresas forma redes entre produtores e fornecedores.

Na mesma linha de pensamento de Harvey (1996), Bastos (2005) vai além ao apresentar que a principal mudança de paradigma do desenvolvimento regional para o local está diretamente relacionada ao declínio do modelo fordista de produção nos anos de 1970. Para Sandroni (2007), até aquele momento, a produção, além de ser em massa e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador, deveria ser coordenada de forma hierárquica por grandes empresas e o crescimento poderia ser transmitido entre as regiões.

Barros *et al.* (2006) comunga com Harvey (1996) e Benko (2002) ao asseverar que a partir da década de 1970, quando se registra a crise do modelo

fordista de produção em massa; a descoberta de distritos industriais como no Norte de França, o Vale do Sena, o Ruhr, o Nordeste dos Estados Unidos e o triângulo industrial marshaliano na Terceira Itália por Arnaldo Bagnasco, Carlos Trigilia e Sebastiano Brusco; e o trabalho seminal de Michael Piore e Charles Sobel, com a proposta de um novo paradigma tecnológico, o da especialização flexível cuja forma espacial seria o distrito industrial complementada por inúmeras outras contribuições importantes de Becattini, Scott, Storper e Walker são lançadas as bases do que viria a ser conhecido posteriormente como “desenvolvimento local”. Os autores conforme pontua Benko (2002) expuseram que a produção de massa fordista, rigidamente estruturada, iria suceder um regime fundado na especialização flexível.

Ao mesmo tempo, Lamas (2004) contribuiu com o debate ao analisar que o desenvolvimento local é considerado um produto da crise dos anos 70, que acabou com o domínio do modelo fordista. Na mesma década, por oposição e contestação ao desenvolvimento centralizado imposto pelo modelo na década anterior, surgem certas noções como planejamento do território ou desenvolvimento local, apoiadas nas diversas políticas públicas de orientação territorial.

Com a emergência de modelos de produção mais flexíveis, o modelo fordista é substituído pelo toyotismo, que possui trabalhadores qualificados para atuar em várias etapas da produção, reduzindo os custos e o tempo de produção, resultando, sobretudo, na geração de produtos mais baratos e competitivos (SANDRONI, 2007).

Com base em Harvey (1996), porém, com a nova tendência mundial de acumulação flexível, as teorias de desenvolvimento local pretendem promover o crescimento dos territórios a partir das potencialidades endógenas competitivas. Na mesma linha de pensamento, Lamas (2004) apresenta que, simultaneamente a esse modelo, que continua a impor-se ao nível da economia mundial, há de se salientar uma economia local com mercados locais.

Autores como Bacattini (1994), Benko e Lipietz (1994) e Santos e Rodrigues-Garavito (2006) analisam o desenvolvimento local a partir de diferentes percepções. Enquanto para os primeiros autores as experiências do desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista”, para Bacattini (1994) as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e não são apenas reflexos da reorganização internacional do capital. Diferentemente Santos e Rodrigues-Garavito (2006) acreditam no local como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas.

Para Bellingieri (2007), no regime de acumulação fordista, a ideia de desenvolvimento regional ou local não era prioritária, pois o desenvolvimento era pensado em termos nacionais e conduzido pelos governos centrais. As políticas de desenvolvimento caracterizavam-se pela industrialização pesada, que estava centralizada nas grandes empresas, localizadas prioritariamente nas metrópoles nacionais. As grandes empresas não eram pensadas no plano do local, mas, sim, no marco da economia nacional. O local, visto como depositário de recursos e atividades, somente importava enquanto suporte do desenvolvimento da economia nacional.

As mudanças foram percebidas ao ser implantado o modelo de acumulação flexível, cuja ideia de desenvolvimento local começou a se tornar prioritária. Os governos centrais transferiram a tarefa das políticas de desenvolvimento regional e local para as instâncias inferiores, estados e municípios. Desse modo, se no fordismo a escala espacial dominante era a nacional, na acumulação flexível há certa polarização entre duas escalas que se articulam, a escala global e a escala local (BASTOS, 2005).

Para Bellingieri (2007), a partir da década de 1980, com o surgimento do paradigma do desenvolvimento endógeno, segundo o qual o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territoriais oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local, ao território e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global. Assim, o autor destaca que esse paradigma contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento em estágios de Rostow (1978), rejeitando a necessidade de uma imitação mecânica das sociedades industriais e valorizando as especificidades de cada território.

O autor ainda apresenta que, ao contrário dos modelos neoclássicos de crescimento, que incorporam o progresso técnico como o motor do crescimento, mas consideram-no exógeno, determinado fora do modelo, independentemente da intervenção dos agentes econômicos), essa endogeneização das teorias do desenvolvimento, ao fazer com que o progresso técnico passe a ser considerado como endógeno, abre as possibilidades para os territórios regionais e locais adotarem políticas ativas de desenvolvimento.

Outros autores, entre eles Benko (2001) e Vásquez Barquero (2001), seguem na mesma direção do que afirma Bellingieri (2007). Benko (2001) assegura que a

crescente internacionalização da atividade econômica e a redefinição das funções clássicas do estado modificam as escalas territoriais, fortalecendo os níveis de ação locais e regionais, elegendo as regiões e lugares como fontes de vantagens concorrenciais e os atores locais como determinantes da competitividade das atividades econômicas. Essa nova paisagem econômica forma um “mosaico de regiões”. No mesmo sentido, Vásquez Barquero (2001) entra com o processo de globalização, que está cada vez mais presente em todos os setores. Caracterizado por transformações nas áreas econômicas, organizacionais, tecnológicas e institucionais, o estado cedeu tanto seu papel de protagonista quanto sua liderança às empresas inovadoras. Surge a ideia do desenvolvimento endógeno, segundo a qual

o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 38).

Diversos autores, entre eles Castells (2000), Benko (2001), Pecquer (2001), Santos e Rodrigues-Garavito (2006), Pires (2007), afirmam que o desenvolvimento local se constitui como um campo de produção de novos fluxos, ou seja, articulações sociais de “dentro para fora” ou de “baixo para cima” (CASTELS, 2000). Pires (2007) converge com Castells (2000), pois nos anos 80 deram início a uma nova teoria do desenvolvimento, conhecida como “desenvolvimento por baixo”. Ela se opunha ao capitalismo dominante e ao potencial local de organização, propondo uma lógica de autonomia. Quer dizer, a proposta foi um modo alternativo de desenvolvimento endógeno e localizado que contasse com suas próprias forças. O desenvolvimento local de base “de baixo para cima”, proposto por Santos e Rodrigues-Garavito (2006), propõe que a capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não deve ser entendida somente como algo que seja de exclusividade do estado ou das elites econômicas locais. Os autores avistam na sociedade civil o ator principal desse processo de construção coletiva. Tal processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política.

Portanto, é a partir da década de 1980 que o local vai emergindo como o novo protagonista do desenvolvimento. Ou seja, para Amaral Filho (2001), em oposição

aos modelos exógenos, oriundos das teorias do desenvolvimento regional, de cima para baixo, o desenvolvimento endógeno supõe o território como fator estratégico de desenvolvimento ao partir das potencialidades socioeconômicas originais do local, calcadas nas condições locais, de baixo para cima. Dessa forma, o desenvolvimento poderia ser alcançado não pela capacidade do território em atrair atividades econômicas dinâmicas, mas, sim, por gerar internamente essas atividades. A base das decisões autônomas é ampliada pelos atores locais.

Silveira (2010, p. 43) argumenta que

a identificação de movimentos nessa direção está no cerne de abordagens diversas – não homogêneas, como dito antes –, que veem no desenvolvimento desde o local um potencial de mudança estrutural e mesmo a base para que se possa pensar em uma outra globalização.

Nesse sentido, as análises do fenômeno da globalização, enquanto para alguns autores, como Harvey (1989), Reich (1991), O'Brien (1992), Castels (1993) e Ohmae (1995), compromete a autonomia e identidade das regiões e das nações, para outros, o fenômeno da globalização faz emergir o quadro local e o valoriza, pois é na escala local que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Ou seja, nessa perspectiva, o local subentende o global através de um processo de territorialização.

Nessa perspectiva, para Perrin (1983), Scott (1986), Gilly (1987), Crevoisier e Maillat (1989) e Colletis, Courlet e Pecqueur (1990), o local subentende o global através de um processo de territorialização. De tal modo, para Benko e Lipietz (1992), os exemplos das regiões “ganhadoras” atestam a importância dos fenômenos de territorialização como elementos fundamentais da competitividade dos sistemas territoriais de produção.

Enquanto Harvey (1996) apresentava que a principal mudança de paradigma do desenvolvimento regional para o local estava diretamente relacionada, nos anos de 1970, ao declínio do modelo fordista de produção, no Brasil, alguns autores propuseram outra periodização sobre as experiências brasileiras de desenvolvimento local no período pós-redemocratização. Uma das periodizações foi elaborada por Vaz e Caldas (2006) e dividida em três grandes fases: primeira fase, de 1976-1988; segunda fase, de 1989-1992; e terceira fase, a partir de 1993. Dessa

forma, a primeira fase corresponde aos primeiros sinais de estiramento do regime militar instaurado no país até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Para Martins, Vaz e Caldas (2010, p. 567),

essa fase é caracterizada pela existência de um pequeno número de experiências de resistência que têm o mérito de trazer uma maior articulação entre políticas territoriais e desenvolvimento local. Nesse período, tratava-se de uma manifestação que ocorria paralelamente ao processo de democratização do país, com suas disputas políticas e ideológicas.

Ainda no primeiro período, percebe-se que algumas experiências que articulavam um conjunto de políticas setoriais territorialmente localizadas, com a preocupação de promover a participação efetiva da comunidade, acabaram se destacando. Dessa forma, o desenvolvimento local, se for vislumbrado a partir de uma perspectiva de luta pela democracia, contribui efetivamente como um instrumento para demonstrar de que as instâncias subnacionais “possuíam capacidade para promover o desenvolvimento em moldes alternativos aos grandes projetos desenvolvimentistas que caracterizaram o modelo centralizador e subordinador implantado durante o regime militar” (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010, p. 15). Portanto, ocorreu em uma conjuntura vivida no país tanto de desaceleração econômica e permanência do regime autoritário quanto de suas marcas.

Ainda para Martins, Vaz e Caldas (2010), o que se pode adiantar sobre as primeiras experiências desse primeiro período, é que elas serviram como referências para aqueles que acreditavam ser possível instituir novas práticas na gestão pública local, demonstrando a possibilidade de se fazer resistência a partir do nível local, apesar de diferenças contextuais e conceituais do que seja o próprio local.

Em função de o primeiro período coincidir com a fase ditatorial vivida no país, cabe salientar que, enquanto no plano nacional o que prevalecia eram os grandes projetos de cunho desenvolvimentistas, nos municípios brasileiros a realidade que se apresentava era bem diferente. O papel das câmaras municipais era ínfimo, uma vez que os municípios possuíam naquele momento várias restrições, sobretudo, pelo fato de não possuírem leis orgânicas municipais, terem uma pequena autonomia tanto fiscal quanto tributária, além de poucos recursos que eram transferidos dos governos federal e estadual.

No primeiro período, Martins, Vaz e Caldas (2010, p. 566) convergem que,

no âmbito local, as experiências inovadoras concentravam-se em descentralizar a gestão, em buscar formas de democratizar as relações do Estado com a sociedade. Não se tratava propriamente de encontrar alternativas locais de desenvolvimento econômico. Nem por isso, deixou-se de experimentar no âmbito da economia, instância recortada pela preocupação com a geração, distribuição e acumulação de renda e riqueza.

Diferentemente da primeira, a segunda fase estava inserida em outro momento histórico brasileiro entre os anos de 1989-1992. Autores como Vaz e Caldas (2006) denominam o período de “a grande encruzilhada”, muito em função ao mandato das primeiras gestões municipais após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Um ano mais tarde, a partir de 1989 até 1996, durante sete anos, os governos municipais tiveram sua capacidade tributária e fontes de financiamento ampliadas, bem como viram expandir atribuições dos municípios e sua autonomia no quadro federativo brasileiro, contribuindo para que a participação dos municípios nas ações do estado se tornassem mais visíveis (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

Para os autores, apesar de seu novo papel e das novas receitas com as quais passaram a contar, os municípios não desenvolveram um projeto de inserção na federação que privilegiasse seu papel de articuladores e protagonistas do desenvolvimento local. Ao contrário, Martins, Vaz e Caldas (2010) afirmam que as pressões por atendimento às demandas reprimidas de infraestrutura urbana básica, serviços públicos e políticas sociais consumiram a maior parte da energia e do tempo dos governantes municipais e dos recursos disponíveis nos municípios. Igualmente, não havia, por parte do governo federal, uma atuação e valorização qualquer de centralidade dos municípios no desenvolvimento local. Ao contrário, nesse momento, o desenvolvimento foi excluído da agenda governamental federal e estadual por conta da luta contra a inflação e os crescentes déficits fiscais nas contas nacionais. Esse período também marca o começo da influência do pensamento neoliberal e das políticas econômicas de ajuste e base monetarista no país.

A terceira fase, que se iniciou a partir de 1993, também ficou conhecida como o “despertar tardio”. Nela ganha ainda mais centralidade um estilo de governo local, caracterizado como gestor de crises sociais, executor de políticas sociais e de infraestrutura básica. Percebe-se, no entanto, que aos poucos é afastada da cena política a dimensão de um projeto de desenvolvimento local. Martins, Vaz e Caldas

(2010, p 567) pontuam que, em “um cenário adverso do ponto de vista macroeconômico, impõem-se tentativas locais de desenvolvimento”. Dessa forma, muitas administrações públicas locais encontraram como saída a isenção fiscal e a intensificação de uma guerra fiscal entre os municípios, cujas consequências foram inúmeras, sobretudo que, além de não contarem com recursos para executar políticas públicas, não conseguiam gerar empregos suficientes para a população local. Nacionalmente vivia-se uma crise sem precedentes recaindo, principalmente nos municípios que em muitos momentos apresentavam dificuldades para lidarem com o momento econômico e a política do período.

No plano econômico, era preciso conter a crise do desemprego por meio de isenções fiscais e, por isso, muitos municípios vão criar diversas alternativas, como por exemplo, a instituição de bancos do povo, como meio de financiar pequenos empreendimentos com taxas de juros menos extorsivas que as praticadas no mercado bancário; fomento a cooperativas; instituição de cursos de formação e de qualificação profissional; estabelecimento de parcerias com outros países em torno de projetos técnicos e a conquista de outros mercados por meio de iniciativas de comércio justo e solidário (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

A partir da década de 1980, muitas experiências públicas locais, conhecidas como “inovadoras”, compõem um repertório a ser combinado e replicado por gestores públicos municipais, multiplicando-se intensamente.

Para Lima (2011), em função da enorme desigualdade regional existente nos países latino americanos, há também uma dificuldade no desenvolvimento e na criação de novas instituições locais. Os desafios institucionais do desenvolvimento local no Brasil e os marcos legais ainda são recentes. Eles ganham força com a Constituição Federal de 1988. Porém, a trajetória do desenvolvimento local no caso brasileiro, desde a segunda metade da década de 1990 e após 2003, apresentou uma “ampliação de programas e metodologias que foram determinantes para sua continuidade”. Assim, para alguns autores, um dos primeiros marcos legais de políticas e programas no país voltados para esse novo tipo de arranjo institucional é o ano de 2003, quando ocorreu a formulação pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, embora as Políticas Públicas de APLs passaram a serem institucionalizadas somente a partir de 2007, pelo Ministério da Integração Nacional, constituindo-se como um dos esforços de coordenar políticas de desenvolvimento em todo o país.

Além disso, sua ampliação pode ser percebida, sobretudo no governo federal, que, desde o ano de 2003, vem implementando programas a partir de uma matriz territorial com ênfase na ação direta dos agentes locais no planejamento e na gestão do desenvolvimento. Por exemplo, as ações desenvolvidas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Integração. Além disso, há os esforços de ação interministerial no fomento a APLs, além dos programas governamentais, com outras estratégias e metodologias que possuem seus núcleos de referência em organizações da sociedade civil ou privadas.

3.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA DINÂMICA DO TERRITÓRIO

Nos últimos anos, o interesse pela dimensão da temática do desenvolvimento local vinculado à instalação e ao papel das universidades ganhou destaque em diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, no campo da geografia, área em que a produção acadêmica, embora recente, tem sido amplamente pesquisada. Isso significa, na concepção de Vitte (2009), que a temática do desenvolvimento não é um tema alheio ao debate geográfico, apesar das discussões sobre o desenvolvimento envolverem a análise de aspectos tangíveis e intangíveis, bem como outras áreas do conhecimento.

Esse interesse reveste-se na tentativa ou no movimento de explicar como e de que forma as universidades estão contribuindo para o desenvolvimento de municípios ou mesmo de mesorregiões contribuindo sobremaneira na dinâmica e alteração do território. Nos anos recentes, em diversas áreas do conhecimento fortaleceu-se o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos, como revela Schneider e Tartaruga (2004). Eles explicam “o dinamismo de algumas regiões e o declínio de outras com base em suas configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus atores e instituições” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 25).

Contudo, a partir da década de 1970, o fenômeno da reestruturação capitalista dos Estados Nacionais influenciou tanto nas discussões como nos rumos dos processos de desenvolvimento no mundo e também no Brasil. Conforme Vitte (2006), muitos estudiosos começaram a avaliar os resultados das políticas de

desenvolvimento que estavam em curso nos países capitalistas no período pós-guerra, momento em que os modelos de desenvolvimento e as práticas de planejamento da vida econômica eram realizados de cima para baixo.

Nos Estados Unidos, no final da década de 1970, Harvey (1996) pontua esse período como um novo debate sobre a gestão local. Iniciou-se naquele país e acabou influenciando outros, consolidando-se em meados dos anos 1980. Para o autor, essa maior ênfase da ação local em atividades vinculadas à produção foi uma estratégia para combater as dificuldades oriundas da crise capitalista que provocou impactos também nas cidades, por isso teve uma relação direta com a crise do modelo de estado keynesiano.

Araújo (2005) destaca que as políticas de desenvolvimento quase sempre estiveram presentes nas tentativas de mudanças das condições socioeconômicas das regiões. No caso da União Europeia, por exemplo, existem muitas iniciativas exitosas. Desde a difusão intensa dessas políticas no pós-guerra, mobilizaram-se investimentos vultosos em grandes obras de infraestrutura ou na implantação de grandes unidades de produção, que tendiam a reordenar o território contíguo, produzindo efeitos sobre as populações nele residentes.

Já para Vitte (2006), o desenvolvimento econômico local pode ser visto como um dos campos de investigação da própria escala local. Nas últimas décadas, em decorrência das transformações na economia mundial, do aprofundamento dos processos de democratização nos países europeus e da reabertura política nos países latino-americanos, a instância local de poder emergiu como tema, caracterizando um saber que converge na análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas.

O desenvolvimento econômico local pode ser definido, conforme Silva (1998), como o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local) e pode provocar impactos no território. Ele não deve ser confundido com desenvolvimento urbano, uma vez que ele se dá a partir de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo. O resultado é a ordenação do território e dos equipamentos coletivos, embora os efeitos do desenvolvimento local tenham grande influência e causem impactos na alteração da dinâmica das cidades nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Vitte (2009, p. 81), nesse sentido, argumenta que

o debate sobre o desenvolvimento local pode ser resgatado em duas vertentes. Primeiramente, no desdobramento das abordagens tradicionais de desenvolvimento econômico, já que em décadas recentes, outras concepções de desenvolvimento como o desenvolvimento sustentado, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento local endógeno, vêm sendo consideradas.

De acordo com o autor, a ideia de local pode ser compreendida como um município parte de município, um conjunto de municípios, um estado ou mesmo uma região. O município, por sua vez, é estabelecido como uma instância de poder político, destacado em um recorte territorial (VITTE, 2009).

Na concepção de Amaral Filho (1996), nos estudos de diversas experiências de desenvolvimento local, passou-se a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação local eram importantes na explicação do sucesso de certas localidades. Esses fatores, quando estimulados, permitiam melhorar a produtividade e possibilitavam uma melhor distribuição de renda. Sendo assim, ganhou corpo o discurso de que uma região poderia passar por um processo de transformação e qualificação, tornando o ambiente atrativo, de forma a facilitar a implantação de novas atividades econômicas em um contexto de economia globalizada, utilizando-se de recursos endógenos²¹ e/ou exógenos²².

Na concepção de Trigal e Del Pozo (1999), o desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial, cuja compreensão é um dos objetivos da análise territorial e de ordenação do território, visando compreender as formas de ocupação e utilização do espaço. “O modelo territorial é a expressão espacial de um modelo de sociedade” (TRIGAL; DEL POZO, 1999, p. 259), de modo que seus elementos dominantes são as esferas econômica, administrativa e política.

Dessa forma, existe um impacto em duplo sentido dos territórios e dos modelos de desenvolvimento, devido aos atributos ou carências dos territórios e às estratégias de desenvolvimento executadas. Para os autores citados, a ocupação e a utilização do território dependem da configuração do sistema de assentamentos, da utilização do meio físico e dos processos de transformações desse meio. Por

²¹ O desenvolvimento endógeno é baseado na tecnologia de ponta que estimula o crescimento do emprego e de outros mecanismos que visam à elevação do bem-estar social e regional (TRICHES; FEDRIZZI; CALDART, 2003).

²² O desenvolvimento exógeno mostra-se como alternativa e foi fundado sobre um nível tecnológico relativamente fraco que permite alcançar somente resultados em nível de crescimento global (TRICHES; FEDRIZZI; CALDART, 2003).

exemplo, a infraestrutura, os tipos de ocupação e de aproveitamento, entre outros. Assim, o modelo territorial expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelos estados e pelos governos e se dão no âmbito dos processos sociais vigentes.

A influência das universidades sobre determinadas regiões tem sido apontada como fator de transformação local e aparece como destaque nas análises conjunturais, principalmente nas esferas regionais. Na concepção de Araújo (2005), nas políticas de desenvolvimento nacionais e regionais pode ser destacada a relevância das IESs, na configuração do processo de desenvolvimento econômico local, dado a existência de um amplo espaço de ação dessas instituições. Conforme a autora, não se pode mais apenas contar de forma única e exclusiva com a atração de empresa de grande porte ou de novos empreendimentos, mas também fomentar ações mobilizadoras para o desenvolvimento local através da formação de profissionais qualificados, criando um ambiente diferenciado que corrobora para as transformações produtivas das regiões.

Economistas, como Mincer (1958), Schultz (1961, 1963, 1971) e Becker (1964), apontaram a educação como um meio de formar profissionais qualificados contribuindo para o processo de desenvolvimento. Na mesma linha de pensamento de Araújo (2005), Serra e Rolim (2013), afirmam que, nos últimos anos, ocorreu uma expansão das instituições de ensino superior, o que contribuiu para o crescimento econômico de diversas regiões.

Lopes (2003) também compactua com Araújo (2005) e Serra e Rolim (2013), ao defender que, no que diz respeito às universidades públicas, elas geram, sistematizam e difundem conhecimentos científicos e culturais. Lopes (2003) acrescenta que a universidade pública é um importante instrumento de transformação social e econômica em todos os países. Essa importância é ainda maior em países em desenvolvimento como o Brasil. Isso porque as instituições são responsáveis por expressivas parcelas da geração e transmissão de conhecimentos, da produção, apoio e divulgação de pesquisas, entre outros fatores.

Righi e Ruppenthal (2013) legitimam Lopes (2003) ao afirmarem que essas instituições possuem missão de gerar e transmitir conhecimento, formar capital intelectual, incentivar as inovações e promover a transferência de tecnologias. Desse modo, desencadeia-se um processo de mudança econômico-social através

da criação de um ambiente intelectualmente diferenciado, o qual facilita o processo de transformação das estruturas produtivas das regiões onde estão localizadas.

Na contemporaneidade, as atribuições designadas às IESs no processo de desenvolvimento foram revalorizadas, alterando a lógica existente. Elas são consideradas como atores cruciais dos sistemas de inovação.

Para Eliciana Vieira (2017, p. 279),

as atividades intrínsecas de pesquisas básicas e aplicadas, de disseminação de conhecimento científico e tecnológico e de formação e qualificação de recursos humanos incidem de forma decisiva na evolução e na trajetória do progresso técnico e, por consequência, no desempenho das empresas e, em termos mais amplos, da economia em seu conjunto.

Pode-se, portanto, afirmar que, o papel do ensino superior no desenvolvimento econômico contemporâneo é evidente. Ou seja, a concretização se dá em função do aperfeiçoamento e aplicação do conhecimento, sobretudo por meio da pesquisa e desenvolvimento, do aumento do contingente de pessoas qualificadas e da difusão do saber através de redes de inovação, pontua Eliciana Vieira (2017), ao fazer uso de Batterbury e Hill (2004).

No Brasil, a partir do início do século XXI, vivenciou-se uma fase significativa da expansão do ensino superior, pois uma boa parte dessa expansão aconteceu fora dos grandes centros, nas chamadas cidades médias. Esse processo, comumente designado por interiorização do ensino superior, tem contribuído para o desenvolvimento das cidades em que são instalados os universitários, bem como para desenvolvimento dos municípios do entorno. Araújo (2013, p. 168) afirma que “a presença dessas universidades em cidades médias tem um impacto imediato e significativo não somente na vida cultural, mas também no comércio e nos serviços locais”. A interiorização das universidades também contribuiu para um maior crescimento e desenvolvimento das regiões. Concomitantemente, tem-se um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes, ou seja, refletem nas mudanças tanto para a dinâmica local quanto para sua atuação regional.

Rolim e Serra (2009a, p. 9) explicam que hoje é inquestionável a importância das universidades tanto na produção da ciência, no processo de inovação tecnológica e também na formação de recursos humanos. Os autores ainda destacam que “o progresso social, o avanço da democracia, a melhor distribuição de

renda e uma sociedade mais justa têm na educação um dos pilares de sua sustentação” (ROLIM; SERRA, 2009a, p. 9).

Em outros países, como é o caso da Espanha, um estudo realizado por Sanfeliu (2011) sobre as relações espaciais entre a cidade e a expansão das universidades no país apresenta elementos respeitáveis para pensar a importância das universidades para o desenvolvimento regional no Brasil, principalmente para as cidades em que estão localizadas tais universidades. Para exemplificar, no caso da Espanha, muitas das novas universidades foram implantadas em cidades médias, com dois propósitos claros: primeiro, em virtude do aumento de estudantes universitários e a notável saturação de alunos nos grandes centros que visavam à necessária descentralização; segundo propósito, vai em direção ao interesse da sociedade e das instituições locais de obter centros de estudos superiores. Além disso, em termos econômicos, os efeitos do investimento são mais facilmente internalizados em cidades médias. Nos pressupostos de Sanfeliu (2011), além dos efeitos econômicos, tecnológicos e empresariais, a universidade, em sua localização física, imprime mudanças espaciais na estrutura urbana.

O autor destaca três pontos importantes. Primeiro, as sedes das universidades e dos Câmpus universitários são enormes criadores de centralidade, por gerarem e articularem fluxos de mobilidade e atraírem mais dinâmica social, gerando efeitos multiplicadores na localização de diversas atividades econômicas. Um segundo ponto, apresentado por Sanfeliu (2011), refere-se às instalações que atuam como difusores da ecologia social, por meio da incorporação de setores sociais dinâmicos ao território. O terceiro ponto diz respeito à localização da sede, que se converte em um referente urbano e territorial, um marco que simboliza o conhecimento, a modernidade e a inovação e goza de alta consideração por parte da população.

Rolim e Serra (2009a) trazem experiências exitosas de resultados diretos e indiretos sobre o impacto econômico de curto-prazo de diversas universidades nas economias regionais em que estão inseridas. Por exemplo, na Escócia, em Galles, na Inglaterra, no Reino Unido, no Canadá e na Austrália, fazendo uso de diferentes metodologias.

Ainda para Rolim e Serra (2009a), ao estudarem as IESs no Estado do Paraná, e Triches, Fedrizzi e Caldart (2003), as universidades do Rio Grande do Sul, detectaram impactos tidos como positivos no que se refere ao emprego e à renda.

Através de indicadores específicos, chegaram à conclusão de que os recursos investidos em educação superior em ambos os estados e os impactos sobre as economias local e regional, decorrente dos gastos acadêmicos dos estudantes, apresentaram efeitos positivos sobre o acréscimo da renda pessoal e elevação do número e da qualidade dos empregos gerados nas regiões. Portanto, é possível afirmar que as contribuições apontam para uma expansão significativa do ensino superior no Paraná. No Brasil, tanto na rede federal de educação como nas universidades e nos institutos federais, contribuem para uma série de alterações, entre elas, as de cunho territorial.

Atualmente o estado do Paraná também se destaca no ensino superior das universidades públicas federais. O ensino superior tem desempenhado um papel de evidência no desenvolvimento local e regional, recebendo uma atenção crescente e de destaque nos últimos anos, estabelecendo-se como “carro-chefe” desse processo. Para Rolim e Serra (2009a), as universidades sempre deram contribuições para o desenvolvimento das nações. Entretanto, a preocupação com o papel que elas desempenham no desenvolvimento das regiões merecem novas abordagens, dado ao incipiente processo de transformações regionais que deixam transparecer.

Deste modo, alguns teóricos abordam de forma diferenciada o crescimento e o desenvolvimento econômico das regiões brasileiras, que são destacados como temas de grande importância e que alcançam várias frentes da teoria do desenvolvimento regional. Na concepção de Almeida e Cavalcanti Filho (2011), entre a vasta gama de estudos, pode-se destacar a teoria evolucionária, que evidencia novos elementos responsáveis pelas disparidades regionais, bem como insere novas perspectivas para a interpretação do funcionamento dos sistemas econômicos.

Para Almeida e Cavalcanti Filho (2011), uma das novas perspectivas é conhecida como economia do aprendizado, que destaca que a força motriz para o crescimento de uma determinada região, independente das suas dimensões geográficas, é o conhecimento. É a partir da acumulação e difusão desse conhecimento que uma região é capaz de inovar e modificar o desenvolvimento de suas forças produtivas com o intuito de dinamizar sua produção e alcançar o crescimento econômico. Isso se dá através do seguinte “circuito”: com o conhecimento, é possível alcançar o desenvolvimento de habilidades (*skills*) e, portanto, o indivíduo, a empresa e a região são capazes de absorver as mudanças

tecnológicas existentes, bem como de criar novas tecnologias, através de um processo de inovações que auxiliem no desenrolar de problemas e no processo produtivo.

O interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos tem se fortalecido muito nos últimos anos em diversas áreas e, sobretudo, no campo da geografia. Dessa forma, esse interesse reveste-se, especialmente, na tentativa de explicar o dinamismo de algumas regiões e o declínio de outras com base em suas configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus atores e instituições, alterando as dinâmicas territoriais.

A relação existente entre as universidades e o desenvolvimento é estreita, podendo ser endossada pela literatura econômica, que sustenta ser a educação um fator de extrema relevância para se alavancar o desenvolvimento de um país. Para Serra e Rolim (2013), tal afirmação pode ser sustentada com base nas publicações de Adam Smith, em sua obra *A riqueza das nações*. Ele afirma que a acumulação de conhecimento de um trabalhador é o instrumento que serve para aumentar a sua produtividade, sendo este. Esse conhecimento é, portanto, uma espécie de capital.

Corroborando com Serra e Rolim (2013), Eliciana Vieira (2017) evidencia que as universidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país. Sua tese é defendida pela quase totalidade dos pesquisadores sobre a temática, principalmente em função das experiências históricas das industrializações tardias, em especial as dos Estados Unidos e da Alemanha, que colocaram em evidência a centralidade que as suas funções básicas de cunho acadêmico, científico e tecnológico assumem no bojo das transformações estruturais da sociedade.

Na concepção de Eliciana Vieira (2017, p. 278), que faz uso de Hirsch (2010), no final do século XIX, a emergência da tecnologia moderna, que pode ser caracterizada pela aplicação intensiva de ciência, contribui significativamente para “um campo de atuação para as IESs no âmbito do desenvolvimento que não cessou de ampliar desde então, à medida que o progresso técnico veio se acelerando e penetrando em praticamente todas as áreas das atividades humanas”. Isso culminou com o que tem sido propagado na contemporaneidade sobre economia do conhecimento.

Ainda para o autor, isso significa que, embora tais termos sejam um tanto quanto imprecisos, eles mostram o surgimento de um novo padrão dominante de

acumulação e reprodução ampliada na riqueza. Além disso, fazem a incorporação de técnicas e métodos aprimorados e inovadores para alguns setores considerados estratégicos na economia. Crescentemente, eles fazem também uso intensivo do conhecimento científico e tecnológico, bem como da mão de obra especializada e altamente qualificada nos seus processos particulares de valorização do capital e de produção de bens e serviços (VIEIRA, E., 2017).

A indústria pós-fordista da técnica de comunicação e informação, bem como a chamada *life industries* (biotecnologia e tecnologia genética), adotou um papel central, uma vez que, as principais características dessas indústrias é se basearem particularmente no conhecimento, possibilitando tanto uma melhor qualificação da força do trabalho quanto da produção e da apropriação do saber. Sendo assim, existe uma relevância considerada estratégica, por serem a base de novos processos sistemáticos de racionalização, especialmente na área do trabalho imaterial (pesquisa, desenvolvimento, preparação e direção da produção, prestação de serviços).

Na última década, as funções das IESs passaram a ser reavaliadas sob uma perspectiva territorial tanto por profissionais acadêmicos quanto por gestores públicos, promovendo trabalhos e pesquisas nacionais e internacionais e buscando examinar de forma detalhada a influência e o impacto do sistema de ensino superior para o desenvolvimento regional. Para Eliciana Vieira (2017), embora alguns avanços ocorreram, muitas questões ainda necessitam de compreensão. Entre elas, cabe mencionar a dimensão espacial das próprias atividades das IESs, “cujo caráter de cunho mais suprarregional implica o estabelecimento de ligações contraditórias e complexas com seu entorno geográfico” (VIEIRA, E., 2017, p. 279). Sendo assim, as conexões constituídas com as escalas nacional e internacional tendem a ser mais densas e estreitas. Por outro lado, o autor mostra que os vínculos mantidos com as localidades adjacentes são relativamente fracos, o que significa que a ideia de que a universidade moderna – a universidade de pesquisa surgida no século XIX – encarna, em seus fundamentos, a “rejeição do lugar”.

Na mesma linha de pensamento, teóricos como Goddard e Puukka (2008), pontuam duas grandes razões que contribuem significativamente para o distanciamento das universidades, o que eles também denominam de “rejeição do lugar”. Um primeiro apontamento mostra que o “distanciamento” está relacionado às orientações universalizantes de que as IESs buscam conferir ao ensino e à pesquisa

que desenvolvem. As instituições reafirmam as bases científicas do conhecimento gerado, desvencilhando-se do espaço-tempo e transcendendo para sua localização territorial. Ou seja, em praticamente todo o século XX, à medida que as IESs iam sendo articuladas de forma mais sistemática nos planos de desenvolvimento econômico, ocorria o que os teóricos denominaram de característica, de “afastamento” ou de “estranhamento” geográfico.

Um segundo apontamento, apresentado por Eliciana Vieira (2017), contribui para a tese do “distanciamento” das IESs em relação às zonas geográficas onde estão sediadas. A tese consiste, paradoxalmente,

nas estratégias dos atores e dos agentes locais, que são estabelecidas, frequentemente, com base no entendimento de que a forma mais promissora e dinâmica de apoio dos estabelecimentos de ensino superior ao desenvolvimento regional depende, em grande medida, da inserção que conseguem efetivar nos circuitos extrovertidos de ensino e pesquisa, favorecendo, assim, a projeção nacional e internacional da localidade (OECD, 1999, p. 16).

Eliciana Vieira (2017) mostra alguns estudos realizados por Mille (2004), que são importantes para entender a contribuição de caráter estritamente econômico das IESs ao desenvolvimento de seus territórios. Para ela, podem ser distinguidos dois tipos básicos de impactos: o “encadeamento para trás” (*backward linkages*) e o “encadeamento para frente” (*foward linkages*).

O primeiro tipo de impacto cobre os fluxos financeiros e monetários originados pelos dispêndios diretos das IESs, que envolve o consumo tanto dos estudantes e do quadro de profissionais técnicos, administrativos e professores, quanto os gastos de custeio e de investimentos, “efetuados na aquisição de bens e serviços, gerando encadeamentos para trás (*backward linkages*). Todos influenciariam a demanda efetiva local, com desdobramentos para as famílias, governo e empresas” (VIEIRA, E., 2017, p. 281). Sendo assim, as famílias seriam afetadas por meio de efeitos diretos induzidos sobre a renda e o emprego. No que se refere ao governo, os tipos de impactos apresentados seriam contraditórios na concepção do autor, pois, ao mesmo tempo em que poderiam estimular a arrecadação tributária, pressionariam o orçamento em razão da maior demanda por infraestrutura e serviços públicos. Além do poder público e das famílias, as empresas também se beneficiariam de um lado e do outro não. De um lado, seriam beneficiadas pela expansão da demanda de bens e serviços, mas, por outro, poderiam ver seus custos ampliados pela maior

concorrência de alguns “fatores”. Por exemplo, mão de obra e imóveis, provocada pela procura adicionada pelas IES nesses mercados.

Para Eliciana Vieira (2017, p. 281),

um aspecto a se destacar diz respeito à natureza de curto prazo desses encadeamentos originados pelos dispêndios diretos das IES, implicando uma dinâmica estática e suscetível de ser revertida, tendo em vista que eles se associam fortemente aos níveis conjunturalmente oscilantes e instáveis do poder de compra das instituições de ensino e de sua comunidade interna (discentes, docentes e demais empregados).

A segunda categoria de impacto, diferentemente da primeira, desencadearia o “encadeamento para frente” (*foward linkages*), o que pode transformar estruturalmente as bases econômicas e produtivas da região. Essa categoria deriva, sobretudo, das atividades finalísticas das IESs – produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico – mediante o ensino e a pesquisa. Os “encadeamentos para frente” podem transformar estruturalmente as bases econômicas e produtivas da região. Eliciana Vieira (2017) argumenta que as mudanças, sobremaneira o mercado de trabalho, passariam a contar com um número significativo de profissionais qualificados, mas que a grande massa de egressos com mão de obra especializada cairia na dependência da capacidade da região absorvê-los da educação terciária. O “encadeamento para frente” aconteceria, em função da ampliação do acervo local de conhecimento, sobretudo, devido às causas das interações que podem ser estabelecidas entre as IESs e o setor produtivo, concretizando processos efetivos de inovação.

Ainda para Eliciana Vieira (2017, p. 282),

a conjunção entre essas transformações e o próprio ambiente acadêmico e científico formado pelas IES resultaria em atributos locacionais mais atrativos, tanto aos indivíduos (amenidades) quanto às empresas (disponibilidade de força de trabalho qualificada, infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D – conhecimentos científicos e tecnológicos e processos propícios à inovação, entre outros elementos). Esses encadeamentos seriam claramente de longo prazo, afetando a região de forma gradual e acumulativa e fixando condições promissoras para um ciclo prolongado e autorreforçador de desenvolvimento econômico e social da região.

No que diz respeito ao primeiro tipo de impacto apresentado, ele não está associado especificamente apenas às IESs. Ele pode ser gerado por qualquer outra

atividade econômica que crie fluxos monetários e financeiros como multiplicadores positivos superiores a 1 (VIEIRA, E., 2017).

No que diz respeito aos encadeamentos para frente, eles são vistos como de maior complexidade e relevância para as perspectivas de desenvolvimento, consistindo naqueles que estão direta e estreitamente relacionados às atividades inerentes das IESs e, ademais, às que podem engendrar transformações econômicas e sociais de cunho estrutural (VIEIRA, E., 2017). Além disso, os encadeamentos para frente podem extrapolar os campos estritos do ensino e da pesquisa, particularmente, alcançando outras dimensões, como, por exemplo, a dimensão da cultura, que abrange um conjunto diverso de iniciativas e equipamentos culturais, que vão desde bibliotecas, museus, galerias de arte, entre outros. Todos esses aspectos contribuem para o desenvolvimento cultural, o que adiciona outros campos de interseção entre as IESs e sua zona geográfica adjacente, cuja dinâmica gradual e acumulativa, proporciona impactos a longo prazo, diferentemente do que ocorre com o encadeamento para trás, cujos impactos são de curto prazo e sua dinâmica, além de estática, pode ser revertida.

Para Triches, Fedrizzi e Caldart (2003, p. 5), “os estudos dos impactos econômicos tornam-se um veículo para promover atributos positivos das instituições não lucrativas para a comunidade local”. Portanto, as concepções de Eliciana Vieira (2017) convergem com as de Triches, Fedrizzi e Caldart (2003). Todos demonstram a dificuldade em traduzir benefícios de longo prazo, tais como a ampliação da atividade cultural, científica e tecnológica e o melhoramento dos recursos humanos. Logo, as IESs têm sido avaliadas como atores relevantes da transformação econômica e social, influenciando de forma decisiva o desenvolvimento regional.

Em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, inúmeras mudanças ocorrem em um espaço competitivo em que o ambiente regional/local, proporcionador de conhecimentos e capacidades, passa a ser um fator fundamental na determinação da habilidade dos agentes econômicos em competir numa economia globalizada.

Legitimando Serra e Rolim (2013), Triches, Fedrizzi e Caldart (2003) pontuam que as IESs são fundamentais para o desenvolvimento de uma região, pois oferecerem os meios para a formação profissional e o desenvolvimento de pesquisas. Além disso, os autores comungam do argumento de que, em função das suas atividades básicas, essas instituições passam a ser uma força de atração de

consumidores, atividades e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico local mais acelerado.

Para Serra e Rolim (2013), as universidades possuem um engajamento regional e contribuem significativamente para o desenvolvimento de um país, região ou localidade, embora a preocupação com o papel que as mesmas desempenham no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas seja ainda embrionário.

Para alguns teóricos, e na concepção da Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD, 2007), a preocupação deve-se às pressões da economia mundial, que se apresenta cada vez mais globalizada. Nesse sentido, o ambiente regional/local é tão importante quanto à situação macroeconômica nacional na determinação da habilidade das empresas em competir numa economia global. Ou seja, isso significa que a disponibilidade regional/local de conhecimentos e de capacidades passa a ter o mesmo grau de importância que a própria infraestrutura física, fazendo com que as universidades se engajem regionalmente no processo de desenvolvimento socioeconômico regional.

Para Serra e Rolim (2013), com as crescentes transformações que o mundo enfrenta na contemporaneidade, principalmente em função de um aumento significativo de mão de obra cada vez mais especializada e qualificada, muitos são os impactos que as universidades têm gerado. Esses impactos são pontuados como enormes instrumentos de mudanças sociais e econômicas a serem concebidas em suas regiões. Na concepção de Triches, Fedrizzi e Caldart (2003), os estudos dos impactos econômicos e sociais de uma IES sobre uma determinada comunidade ainda não foram difundidos nos meios científicos brasileiros. Diferentemente do que ocorre em outros países, como, por exemplo, nos Estados Unidos, esse tipo de estudo é frequente e considerado de grande importância em função da relevância da pesquisa e da educação naquele País.

Com base nessa reflexão, inúmeros são os desafios que as universidades enfrentam, a contar com a qualificação de mão de obra, a geração e o intercâmbio de importantes ideias, as atividades para a sociedade e a parceria ativa com o setor produtivo. Nessa linha de pensamento, é salutar destacar que há um novo papel para as universidades, pois, além do fato de contribuírem enormemente para o ensino e pesquisa, também desempenham a função de serem agentes responsáveis pelo desenvolvimento econômico, social e cultural das regiões em que estão

inseridas. Serra e Rolim (2013) pontuam que esse novo papel é uma Terceira Missão.

Serra e Rolim (2013) fazem uso da metodologia de classificação de indicadores europeus para a terceira missão da universidade²³. Entre os pesquisadores, existe um consenso de que as

atividades de Terceira Missão são aquelas relacionadas à pesquisa (transferência de tecnologia e inovação, etc.), à educação (aprendizagem ao longo da vida/educação continuada, etc.), e ao engajamento social (acesso público às atividades culturais; trabalho de voluntário de funcionários e alunos, etc.) – que envolvem muitas partes constituintes das universidades oferecidas para ou realizadas em cooperação com a sociedade em geral (E3M, 2008, p. 6).

O engajamento local que as universidades desempenham significa o compromisso que elas possuem no desenvolvimento das esferas econômica, social e cultural de suas próprias regiões. Serra e Rolim (2013) mostram que a Terceira Missão das universidades é reconhecida, tanto no âmbito acadêmico quanto nas políticas públicas, como uma ferramenta que pode contribuir no desenvolvimento socioeconômico. Contudo, para que isso de fato se efetive, um conjunto de ações deve ser envolvido e relacionado com a geração, uso, aplicação e exploração de conhecimentos e outras capacidades da universidade que extrapolam o ambiente acadêmico. Os autores pontuam, no entanto, que, para a concretização desse engajamento regional, vários são os obstáculos existentes. Entre eles, a adequação do ensino e das pesquisas às demandas do mercado de trabalho local, até, por exemplo, as incompreensões entre os agentes regionais/locais e as instituições de ensino superior.

A parceria entre as universidades e as autoridades locais só se tornará profícua se houver a compreensão entre os envolvidos do papel que cada um desempenha na região. Para a OECD (1997, 2007), pode-se computar casos de sucesso e também de exemplos malsucedidos. Os casos tidos como bem-sucedidos devem-se ao fato de que ambos os lados entenderam os desafios do desenvolvimento local, as suas missões, bem como as limitações com as quais tanto a universidade quanto as autoridades locais operavam, contribuindo para a superação dos entraves para uma colaboração mais duradoura.

²³ Documento preparado por uma parceria de universidades financiadas pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida.

Nesse contexto, atualmente um dos grandes desafios para os países, regiões, localidades, empresas ou sociedades deve-se ao aumento do conteúdo do conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços em relação à capacitação científica e tecnológica como pré-condição para o sucesso produtivo e comercial.

Para Serra e Rolim (2013), muito além dos próprios atributos que são intrínsecos a cada região, o esforço de busca e a luta competitiva, centrada no processo inovativo, dependem basicamente de duas dimensões: a primeira refere-se à capacidade empresarial em promover pesquisa e desenvolvimento e identificar novos produtos ou processos que assegurem o sucesso econômico, tanto produtivo quanto comercial. A segunda dimensão é criar um clima de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo. Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico das nações tem um papel de destaque na inovação, o que atualmente é denominado na literatura como Sistemas Nacionais de Inovação (SNIs).

Lundvall (1992) e Freeman (1995) são categóricos ao mostrar que os resultados das pesquisas sobre o SNI permitem um melhor entendimento do processo de inovação. Fundamentalmente esse é o resultado de interações em rede, de transferência de tecnologia e de *spillovers* de conhecimento entre vários atores e instituições, não ocorrendo somente dentro das empresas.

Paralelamente, houve uma retomada da discussão sobre desenvolvimento regional, na qual emergiu a concepção de que as regiões com maiores probabilidades de desenvolvimento eram aquelas que tivessem capacidade de estabelecer um projeto político de desenvolvimento que congregasse os seus diferentes atores regionais, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade (SERRA; ROLIM, 2013, p. 82).

É a partir dessas duas perspectivas que nasce o conceito de Sistema Regional de Inovação. Dele emergem vários subsistemas correlatos na constituição de um Sistema Regional de Inovação (SRI), dos quais os mais importantes são estes: a) financeiros, b) de aprendizado e c) de cultura produtiva. Na falta do subsistema financeiro, as possibilidades de inovação ficam reduzidas, particularmente, nas estruturas regionais em que predominam as pequenas e médias empresas. Já o subsistema de aprendizado é essencial, pois as restrições ao seu funcionamento representam restrições de acesso ao conhecimento

acumulado e, portanto, à anulação da possibilidade de gerar algum tipo de inovação (SERRA; ROLIM, 2013). No caso da cultura produtiva, significa o grau de envolvimento local com as atividades voltadas para essas atividades econômicas, ou seja, “decorrem da existência de uma mentalidade empresarial e de uma cultura técnica inerente aos habitantes da região, que é advinda da transmissão de conhecimentos e saberes” (SERRA; ROLIM, 2013, p. 83).

Para os autores, o conceito de SRI mostra que os vários recursos institucionais que influenciam coletivamente as capacidades inovadoras em um território, como, por exemplo, os subsistemas financeiros, de aprendizado e de cultura produtiva, como citado no parágrafo anterior, são desigualmente distribuídos tanto na escala regional quanto nacional. Com base nos autores, pode-se afirmar que as regiões mais bem-sucedidas numa economia baseada no conhecimento são aquelas que apresentam variedade econômica e adaptabilidade institucional. Esses são os ingredientes efetivos para fornecer o apoio às inovações contínuas ou os ajustes às mudanças de mercado. Portanto, todos esses fatores contribuíram significativamente para compreender uma nova configuração de se arquitetar as políticas regionais, alterando-se as formas tradicionais de transferência de recursos ou de atração de investimentos para as regiões tidas como deprimidas para o desenvolvimento da base institucional das regiões como forma de estimular um crescimento endógeno e mais sustentável (SERRA; ROLIM, 2013).

Para Serra e Rolim (2013, p. 83), outro aspecto importante verificado na literatura faz referência à

ênfase nas particularidades dos sistemas regionais de aprendizado, que são integrantes de um sistema regional de inovação na medida em que o aprendizado é a condição inicial do processo de inovação. De fato, o aprendizado significa uma mudança na capacitação de uma pessoa ou de uma organização, isso porque esse aprendizado é concebido não só como um acréscimo de informações, mas também como um processo de interação entre o que se sabe sobre uma determinada situação e o que se pode perceber como novo nessa situação.

É precisamente dentro desse arcabouço teórico que as universidades se inserem. Sendo assim, muitos são os aspectos positivos das universidades e o desempenho determinante que possuem no processo de desenvolvimento regional vai além da condição de formadoras de profissionais para o mercado de trabalho, mas podem se transformar nos principais difusores do crescimento econômico de

suas regiões no momento em que produzem conhecimento. Isso é valioso e pode ser transferido para as empresas de várias formas, como, por exemplo, por meio de parcerias estabelecidas ou através da criação de empresas, as quais serão capazes de comercializar os conhecimentos produzidos e, conseqüentemente, terão grande potencial para gerar *spin-offs* na economia (SERRA; ROLIM, 2013).

Com base nessas informações, muitos são os desafios que se apresentam. Entre eles, citam-se os impactos causados por uma crescente internacionalização do ensino superior, o questionamento acerca da importância de se ter universidades de pesquisa nos países em desenvolvimento, as novas tecnologias e as decorrentes mudanças no ensino e na pesquisa, a necessidade de se repensar a missão das universidades para o começo de século XXI, entre tantos outros. Contudo, o que se quer demonstrar é que, embora os desafios sejam inúmeros e gigantes e, entre eles está o engajamento regional das universidades, que cada vez mais assumem um papel extremamente relevante, contribuindo significativamente para as alterações do território.

Além do engajamento regional das universidades defendido por Serra e Rolim (2013), para Eliciana Vieira (2017), as IESs possuem um papel relevante que convergem a favor das áreas geográficas em que estão sediadas. Entre outros fatores, também estimulam a demanda efetiva local, aprimoram o mercado de trabalho, promovem a diversificação produtiva em direção a segmentos intensivos em tecnologia e incrementam a atratividade da região, tanto em relação ao fluxo de indivíduos quanto ao de capitais.

Por conseguinte, baseado em Saquet (2013), tanto os processos de desenvolvimento local como o território são interpretados numa perspectiva que concilia as relações matéria-ideia e território-rede-lugar, visto que o território é condição de processos de desenvolvimento. Portanto, natureza e sociedade manifestam-se de forma específica em diferentes lugares nas condições territoriais do desenvolvimento.

Ainda para o autor há, além disso, uma intenção constante em contribuir para a elaboração de políticas de desenvolvimento local. Para o autor, os sujeitos sociais têm ações territorializadas e territorializantes, que podem ser potencializadas, como mediação, para o desenvolvimento local territorial, através do seu capital territorial (SAQUET, 2013).

Mariani e Arruda (2010) explicam que as territorialidades do espaço apropriado são estabelecidas através das ações que desencadeiam um espaço transformado, particularizado pelos grupos que dominam. Ou seja, constituem as territorialidades do território ocupado, já que este não mais poderá ser entendido sem as relações de poder dos grupos que lhe conferem corpo. Do mesmo modo, a incorporação da perspectiva analítica do território e de suas respectivas territorialidades pelas dinâmicas do desenvolvimento local corresponde ao aproveitamento das sinergias existentes entre os atores de uma dada localidade específica, de modo que as relações que ambos estabelecem entre si e com o território são aproveitadas para a geração de renda, emprego, preservação das especificidades culturais e demais características do desenvolvimento local.

Portanto, pode-se inferir que o desenvolvimento de uma região está diretamente vinculado aos investimentos locais e muitas são as formas para alcançá-lo. No entanto, é convergente entre os pesquisadores que o incentivo à educação, principalmente superior, acelera o processo de crescimento e desenvolvimento local e a interiorização das universidades também contribui para um maior crescimento e desenvolvimento das regiões. Concomitantemente, há um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes no país e no estado do Paraná, objeto de estudo.

4 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ: CONDICIONANTES DA DINÂMICA LOCAL

4.1 O ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

O estado do Paraná é, na concepção de Moura *et al.* (2006), um território diverso, ao mesmo tempo, concentrado e desigual, que compõe espacialidades com certo grau de homogeneidade em seu interior – relevantes, sob o ponto de vista socioeconômico e institucional, ou socialmente críticas, pela carência e deficiência expressas em indicadores sociais –, cuja integração resulta da história e sustenta a dinâmica do território como um todo.

Para os autores, a configuração espacial caracterizada como heterogênea, não é específica do Paraná, mas sim decorrente da natureza do modo de produção vigente, caracterizado como concentrador, seletivo e excludente. Assim, o estado do Paraná, ao longo do tempo, consolidou seu papel centrado na exploração desses recursos e na agroindustrialização e, mais recentemente, na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. A integração do Paraná à dinâmica da economia do Brasil e, com ela, à do mundo, dá-se heterogeneamente, tornando diferentemente integradas as partes de seu território (MOURA *et al.*, 2006).

Conforme Firkowski (2001), ao longo de sua história, o estado do Paraná sobreveio por diferentes ciclos econômicos e, no entanto, nenhum deles teria sido suficientemente capaz de gerar uma dinâmica de acumulação como o que ocorreu no estado de São Paulo com o ciclo econômico do café e que contribuiu significativamente para a emergência da indústria. Portanto, muitas teses e trabalhos publicados, ao se reportarem à compreensão da formação econômica paranaense, a interpretam como tendo características de economia periférica.

Anterior à década de 1970, o estado do Paraná, como, por exemplo, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, apresentava um cenário do setor industrial paranaense diferente. Na década de 1940, o quadro básico da economia paranaense mantinha-se o mesmo, com predomínio das atividades primário-exportadoras, podendo ser caracterizado como pouco expressivo em seu conjunto, representando, no ano de 1942, 2,4% do valor da produção industrial (MAGALHÃES FILHO, 1996). Porém, a década de trinta é considerada um divisor, pois para alguns

teóricos, como Leão (1986), é nesse período que se inicia o grande movimento de incorporação do norte do Estado à economia nacional.

Na concepção de Firkowski (2001), a partir da década de 1940, o cenário econômico paranaense sofre relevantes alterações com a emergência do café no norte do Estado e com a intensificação das relações com a economia paulista, por intermédio do período econômico cafeeiro. Na mesma linha de pensamento, Braguetto (1999), faz uso de Leão (1986, 1989), para mostrar que o crescimento industrial paranaense entre 1939 e 1949 é explicado pela ocupação do norte do Estado e o estímulo consequente às atividades de beneficiamento de café. Esse foi o momento em que o crescimento industrial paranaense passou a ser maior do que o estado de São Paulo. Uma década mais tarde, o cenário da indústria paranaense, não sofreu transformações relevantes. Ela ainda era considerada pré-industrial, com beneficiamento primário de algumas matérias-primas oriundas da agricultura e da extração florestal, como pontua Firkowski (2001) ao se referir à década de 1950.

Mas, algumas mudanças foram observadas, sobretudo, na década de 1960, principalmente no que se refere à indústria, por gerar naquele período cerca de 10% da renda interna do estado. Enquanto isso, no Brasil, a indústria era responsável por cerca de 26% da renda interna, revelando a fragilidade da industrialização. Duas razões eram tidas como essenciais para justificar a fragilidade: uma em decorrência da geração de energia elétrica, e outra no que se refere à infraestrutura viária. Ambas são, conforme mostra Firkowski (2001), incompatíveis com as necessidades de um setor industrial vigoroso.

Para Braguetto (1999), no início dos anos 60, o Paraná apresentava uma indústria rudimentar, com predomínio dos produtos alimentares. Em 1959, os alimentos representavam 56,35% do valor da produção e a indústria da madeira, 17,15%. Essas indústrias se dedicavam ao primeiro processamento, principalmente no beneficiamento de café e madeira, utilizando-se de tecnologia pouco elaborada. Em função disso, apresentavam reduzida escala de produção e a produção era destinada fundamentalmente aos mercados locais. Politicamente, o Paraná tenta superar essa situação frágil dos anos 60, montando um modelo de desenvolvimento próprio, que se materializa na criação, no ano de 1962, da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) no ano de 1968.

Com base em Priori *et al.* (2012), entre as décadas de 1940 e 1960, enquanto no estado do Paraná se assistia a uma mudança na economia a passos lentos, a economia brasileira caracterizava-se pela industrialização substitutiva das importações, por uma revalorização do café em âmbito internacional, seguida de uma supervalorização da moeda nacional e da concentração industrial na região Sudeste do país. Principalmente nos estados de São Paulo e Paraná, desenvolveu-se o cultivo do café, impulsionado pela procura do produto no mercado mundial daquele momento.

Para Cano (2011), por sua vez, um dos setores que cresceu satisfatoriamente foi a agropecuária, com as trocas entre as regiões brasileiras com São Paulo. Os quatro maiores destaques para esse setor, no período, foram, em primeiro lugar, a redução da produção do café no estado de São Paulo. Enquanto isso, expandiam-se as culturas de cana de açúcar e algodão, ocasionando uma inibição dessas culturas no Nordeste. O estado de São Paulo, passava, então, por um processo que pode ser caracterizado de profunda transformação, modernização e diversificação. Um dos reflexos dessa política foi sentido no Paraná, devido ao grande fluxo de saída de pequenos produtores e trabalhadores rurais que migrariam de São Paulo para a agricultura paranaense tendo apresentado também reflexos na economia urbana de São Paulo, que crescia com a industrialização.

A colonização do norte paranaense e oeste catarinense, que se estendeu até a década de 1960, com base na agropecuária diversificada e caracterizada pela pequena e média propriedade, foi o segundo destaque apresentado pelo teórico. No sul de Goiás e no atual Mato Grosso, também ocorreu fato semelhante. Embora, considerado de menor impacto, contribuiu para a política federal da “Marcha para o Oeste” e, posteriormente, para a construção de Brasília e da Belém-Brasília.

Estes novos espaços – no CO, no PR e em SC – que constituiram uma ‘fronteira exuberante’, com produção eficiente e melhor distribuição de renda, receberam grandes fluxos migratórios de habitantes do NE, de MG, do RS e de SP: os que se dirigiram ao Sul somaram (em 1.000 pessoas), respectivamente, cerca de 400, 500, 450 e 700; os fluxos em direção ao CO foram ainda modestos, predominado os paulistas (cerca de 200) (CANO, 2011, p. 3).

O último destaque deve-se à grande ocupação no Maranhão e no norte de Goiás e, mais tardiamente, no sudeste do Pará. Cano (2011) caracteriza essa ocupação como uma “fronteira de pobres”, muito em função de questões agrárias,

ou seja, a questão fundiária local, a precariedade de sua agricultura e as perversas relações sociais de produção.

Dessa forma, à medida que a agropecuária se moderniza e cresce, por um lado expulsa parte de seu emprego direto e, por outro, gera empregos indiretos urbanos, como, por exemplo, na agroindustrialização ou na indústria que fornece bens de produção. Essa é a explicação para a rede urbana gerada pela cafeicultura paulista antes da crise de 1929 e também para a rede do norte do Paraná, que ocorreu durante o processo de “colonização” agropecuária entre 1925 e fim da década de 1960.

Porém, a partir dos anos 1970, transformações profundas marcaram o estado do Paraná na economia e sociedade paranaense, como a expansão industrial, a modernização da agricultura, a evolução das finanças estaduais e as transformações na estrutura social, o avanço da urbanização, a modernização da agricultura, a migração campo-cidade e uma maior participação do PIB, ultrapassando, por exemplo, o estado de São Paulo.

A indústria paranaense se expande a um ritmo bastante elevado, tornando-se a principal responsável pela geração de renda no estado do Paraná. Segundo Leão (1986), não se trata, contudo, da expansão da indústria rudimentar preexistente, mas de um crescimento baseado em um novo tipo de empresa, caracterizada como tecnologicamente moderna, com escalas de produção de grandes dimensões para atender aos mercados tanto nacionais quanto internacionais. O autor ainda demonstra que, embora a agroindústria continue dominante, no âmbito dos gêneros industriais, no período, houve certa diversificação que fizeram surgir novos gêneros, como material de transporte, elétrico e de comunicações, e novos ramos, como o refino do petróleo, em gêneros já instalados.

Para Braguetto (1999, p. 156), na década de 1970, a industrialização do estado do Paraná passou por transformações marcantes, entre os quais destacam-se cinco grandes elementos indispensáveis:

- a) Estruturalmente há uma diversificação dos gêneros industriais, com uma queda relativa daqueles mais tradicionais;
- b) Acontece uma elevação da participação de novos gêneros, como a metalurgia, a mecânica, material elétrico e de comunicação e material de transporte;
- c) Em boa parte dos gêneros há uma ampliação na escala de produção, utilizando tecnologias mais avançadas, resultando num aumento da produtividade;

- d) Surgem, ainda que timidamente, relações de compra e venda no próprio Estado, aumentando os fluxos interindustriais;
- e) Ocorre a conformação de oligopólios, como resultado da penetração de capital estrangeiro e da extensão de outras indústrias já radicadas no Brasil.

É nesse contexto que o crescimento industrial se torna líder do crescimento econômico do Estado. Porém, os principais gêneros tradicionais, perdem importância para outros setores da indústria, como, por exemplo, para o gênero químico devido à implantação da Refinaria e do Complexo Petroquímico da Petrobrás, localizada no município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. Além do setor petroquímico, outros setores, como o de alimentos, minerais, não metálicos e de madeira, sofreram importantes transformações internas.

Conforme observação de Braguetto (1999), se em relação à importância dos gêneros industriais as alterações não tivessem sido tão intensas na década de 1970, não se pode dizer o mesmo em relação às transformações na estrutura interna dos mesmos. Em praticamente todos os gêneros industriais, os ramos mais tradicionais perdem espaço para aqueles que exigem maior elaboração de matéria-prima.

Firkowski (2001 p. 40) mostra que a década de 1970 revela-se como

um marco importante na análise, pois o processo de crescimento industrial verificado no Brasil com o 'milagre econômico', teve importantes repercussões ao nível de inserção do Paraná no contexto, na medida em que esse estado passou a disputar parte dos novos investimentos, revelando um estreito vínculo entre a industrialização ao nível nacional e estadual.

Outra característica da expansão industrial dos anos setenta, na concepção de Leão (1986), refere-se às mudanças na forma de organização industrial. Surgiu no Paraná a grande empresa moderna, com ampla escala de produção e uso de tecnologias modernas que concorrem no plano nacional e internacional. Para o autor, esse processo vai resultar numa estrutura industrial bastante concentrada. Como exemplo, em 1975, cita-se o fato de que as dezesseis maiores empresas do estado geraram um quarto do valor agregado na indústria. Ao mesmo tempo, o autor insere que, no início dos anos setenta, as grandes transformações que a economia paranaense sofreu se traduziram numa industrialização complementar ao processo que vinha ocorrendo no parque industrial do estado de São Paulo.

Ainda para Leão (1986), e em convergência com os dados publicados pelo Ipea (1999), três fatores foram essenciais para que nessa década houvesse um dinamismo da economia paranaense. O primeiro grande fator mostra que o Paraná já contava, mesmo que de forma incipiente, com uma infraestrutura básica para receber indústrias, como uma rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e oferta adequada de energia elétrica. Um segundo fator está no fato de que havia alguns mecanismos institucionais de apoio à indústria, visto que o Badep e outros órgãos públicos foram os responsáveis pela atração de indústrias. O último fator deve-se ao fato de que o Estado apresentava uma agricultura dinâmica e modernizante, o que contribuía para a instalação de setores agroindustriais.

Para o Ipea (1999), há ainda outra razão fundamental para a expansão industrial dos anos de 1970, a saber, a existência de condições favoráveis para a indústria em plano nacional após a crise dos anos 60 e a retomada dos investimentos a partir do início da década setenta. Apesar disso, mesmo após o esgotamento do milagre econômico, a expansão industrial continua na esteira do PND II.

Na mesma linha, Firkowski (2001) assinala que o Estado foi o grande indutor do processo de industrialização paranaense, distinguindo dois momentos em que as ações foram decisivas para a industrialização. O objeto principal foi a atração de capitais externos, principalmente os multinacionais. O primeiro, na leitura da autora, é a materialização da Cidade Industrial de Curitiba, situada temporalmente na década de 1970. Porém, há reflexos visíveis uma década mais tarde. Em meados da década de 90, ocorre o que a autora denominou um segundo momento, em função da implantação de uma série de indústrias, particularmente relacionadas ao setor automobilístico localizadas no aglomerado metropolitano.

Sobre o assunto, tanto o interesse pelo processo de industrialização somado ao anseio da produção nacional foram determinantes e contribuíram no processo de modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960. Para Leão (1986), nos anos setenta, as transformações na agricultura paranaense, além de dinâmica e diversificada, passam também a moderna e tecnificada. Ao mesmo tempo, a modernização implica em novas formas de organização da produção, afetando a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos e sua comercialização.

O cultivo e a expansão da produção das lavouras da soja, bem como a do trigo, nas décadas de 1970 e 1980 constituem o principal vetor de modernização

agrícola, dispondo de tecnologia moderna para sua produção. Portanto, as transformações na agricultura paranaense apontam, conforme cita Leão (1986), para uma progressiva concentração de produção nos estabelecimentos médios e grandes, ocasionando uma progressiva migração campo-cidade.

Leão (1986, p, 39) apresenta que

as dramáticas transformações no campo paranaense refletiram-se na evolução da população do Estado. A taxa de crescimento da população, sistematicamente acima da brasileira nas décadas anteriores; cai de forma brusca nos anos setenta, devido a redução na população rural. Nesse período, assiste-se a um rápido processo migratório para fora do Estado que passa, assim, de polo de atração para polo de expulsão de migrantes.

A migração no estado do Paraná, desencadeada principalmente pela modernização da agricultura, não recebeu amparo dos governos estaduais e federais, que não apresentaram uma política de emprego ou mesmo habitação para aqueles que se deslocaram das áreas rurais para as urbanas. Para Leão (1986), durante os anos setenta, porém, o exame da economia estadual por setores indicou que a indústria salta à frente como a mais dinâmica, superando a participação da agricultura na geração de renda interna.

No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, as muitas economias regionais estavam mais inseridas na lógica do mercado externo do que articuladas entre si em território nacional. Essas economias representavam, dessa forma, o complexo mundo rural brasileiro, baseado em uma economia agro-exportadora e na procura externa por produtos agropecuários. Isso se justifica porque até então o território brasileiro apresentava-se desarticulado, e o País se baseava em uma economia nacional formada por várias economias nacionais (OLIVEIRA, 1990).

Em um intervalo de 50 anos, o estado do Paraná foi praticamente todo ocupado, destacando-se no cenário nacional por ter apresentado uma dinâmica de crescimento demográfico que esteve condicionada por diversos movimentos migratórios durante a etapa de expansão de sua fronteira agrícola. Esse foi o momento de crescimento tanto da população residente nas áreas rurais quanto nas cidades. O decréscimo da população rural tem início no final da década de 1960 e início da década de 1970, em decorrência dos efeitos do processo de modernização da agricultura, ocasionada por um modelo mecanizado que exigia cada vez menos mão de obra. Nesse período, o uso de tecnologia em substituição ao trabalho

manual foi cada vez mais incorporado, reconfigurando o processo de produção do meio rural, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. É inquestionável que os movimentos migratórios no território paranaense sempre foram dinâmicos e responsáveis pelas características atuais de sua população.

No estado do Paraná, esse processo teve como consequência uma concentração fundiária, um esvaziamento do campo, provocando transformações substanciais na estrutura fundiária do estado, ocasionando grandes movimentos migratórios para os centros urbanos. Estes centros passaram por mudanças profundas, como, por exemplo, o aumento do tamanho das cidades, sobretudo das que já tinham maior porte.

Leite (2006) explica que os espaços urbanos foram ocupados de forma rápida e desordenados. Não havia um planejamento prévio para ocupação do solo urbano, o que gerou um intenso processo de periferização e uma consequente marginalização socioespacial, sentida/vivida por uma parcela da população longe da infraestrutura.

Igualmente, para Cano (2011), uma série de efeitos complexos foram gerados com o acelerado processo de urbanização. Pode-se primeiramente apontar a periferização de populações de média e baixa renda. Essa foi a tônica desse processo, o que contribuiu para a política habitacional do período ditatorial brasileiro. Em função disso, foi necessário estimular o aumento da chamada especulação imobiliária, majorando, por um lado, os custos da infraestrutura urbana e piorando a qualidade de vida. Por outro lado, a

conurbação, aglomeração e metropolização superdimensionaram vários problemas de ordem municipal e de solução local, multiplicando seus tamanhos e custos, tornando-os, assim, problemas regionais, estaduais ou mesmo federal [...] (CANO, 2011, p. 9).

Já na visão de Maricato (2003), o capitalismo alterou claramente as cidades, fortalecendo seu papel na organização da sociedade, da produção e do espaço. A autora afirma ainda que “as cidades eram vistas como o lado moderno e avançado de um país predominantemente agrário e atrasado” (MARICATO, 2003, p. 78). Exemplo disso é o chamado “milagre econômico”, que fez com que parte da população buscasse novas oportunidades de trabalho em São Paulo e em outros

estados brasileiros, como as áreas que se expandiam nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Para Magalhães e Cintra (2012), com o milagre econômico, ocorreu o processo de desconcentração industrial a partir do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O estado do Paraná, no entanto, beneficiou-se de um processo mais amplo de desconcentração industrial.

Os efeitos multiplicadores desse processo levaram a um fenômeno chamado de migração de retorno, quando o Estado passou a receber significativos fluxos migratórios de retorno, seja porque os que haviam emigrado obtiveram êxito e retornaram para se estabelecer em melhores condições em suas regiões de origem, seja porque a emigração redundou em fracasso, provocando um retorno em busca das redes sociais e de parentesco de proteção (IPARDES, 2017, p. 22).

Outro processo, que marcou a dinâmica brasileira profundamente e a alterou a partir dos anos setenta, está vinculado ao processo de industrialização e modernização da agricultura. Isso se deve ao avanço da urbanização que passou a adquirir cada vez mais um papel de destaque na complexa teia de processos subjacentes à dinâmica do Estado nacional.

Na contextualização de Maricato (2013, p. 16),

o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Assim a urbanização que ocorreu juntamente com a industrialização, trouxe inúmeros problemas das mais diversas ordens à formação das cidades que não tiveram ou não se preocuparam com um adequado planejamento urbano.

Para Cano (2011), além do crescimento populacional concomitante ao aumento expressivo de população nas áreas urbanas, outro fator que merece atenção e destaque é a evolução das cidades. A estratificação das cidades com mais de um milhão de habitantes passa de uma cidade com mais de um milhão de habitantes para seis cidades em 1970. Maricato (2013) afirma que esse intenso processo de urbanização trouxe no bojo inúmeros problemas urbanos.

De acordo com Santos (2013), o processo de formação das cidades brasileiras se deu pela ocupação espacial do litoral. No interior do país, porém, se estabeleceram pequenas vilas de mineração, de produção agrícola e de pecuária. De modo geral, é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e é com

o desenvolvimento do comércio e da atividade manufatureira e artesanal que a cidade passa a ser moradia do fazendeiro e do produtor de açúcar, álcool e do café. Estes visitavam suas propriedades no interior apenas nos períodos de safra, colheita ou de moagem da cana. Esse modelo de cidade transparecia ter pouca relação com outros lugares e outras cidades, mesmo em um país com tão vasta extensão territorial.

O autor afirma que foi necessário mais de um século para que a urbanização atingisse sua maturidade no século XIX e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. A partir do final do século XIX, as cidades brasileiras passaram a ser geradas e ter requintes de urbanização. Elas foram impulsionadas pela abolição da escravatura, pela demanda de mão de obra de trabalhadores para o incipiente processo industrial brasileiro, pela Proclamação da República e pelo poder político e econômico centralizado nas mãos dos grandes fazendeiros e proprietários de terra. Nesse período, o grau de urbanidade era tão pequeno no Brasil que, em 1890, apenas Rio de Janeiro, Salvador e Recife tinham mais de 100 mil habitantes. Foi necessário um século a mais para que as cidades brasileiras chegassem a atingir um grau de urbanização próximo aos existentes na atualidade (SANTOS, 2013).

Santos (1993) argumenta que nos séculos passados a urbanização era menos competitiva, mas com o surgimento da urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui-se um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

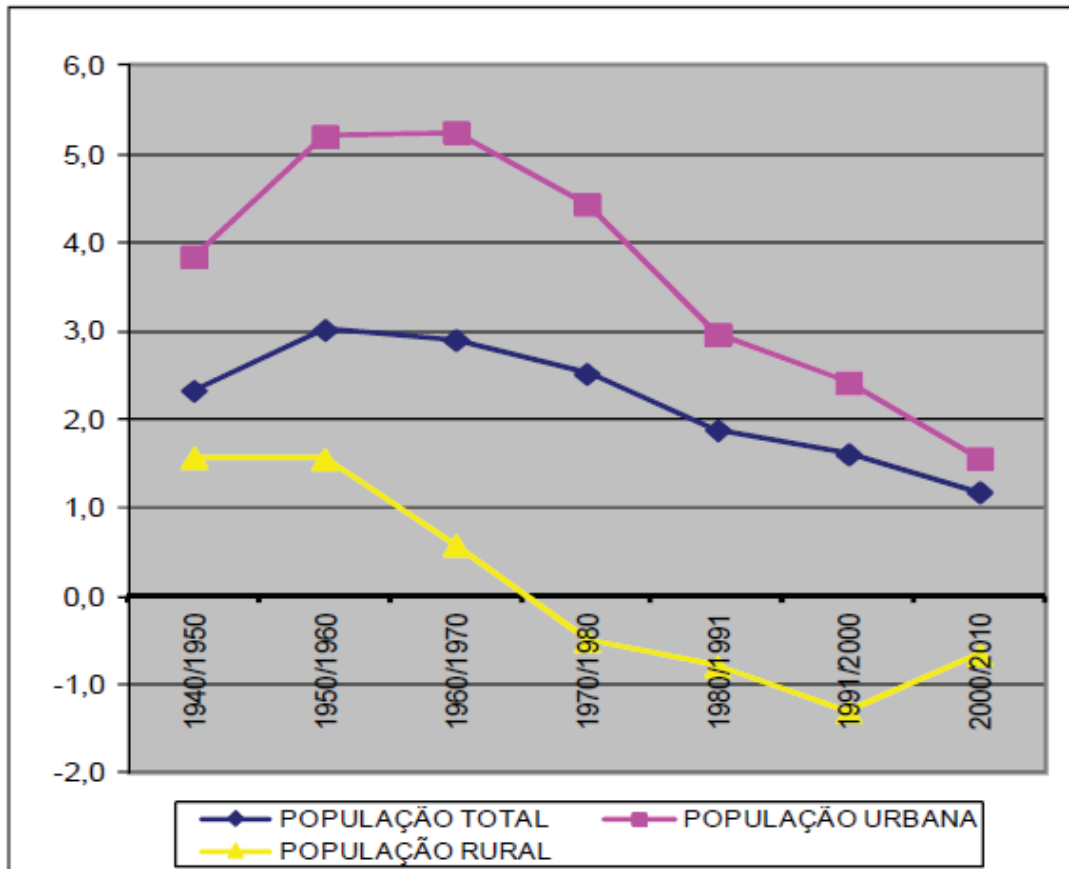
Benko (1983) afirma que, no século XIX, a industrialização foi eleita como o principal motor do desenvolvimento urbano, passando a ser conhecida como um fenômeno tecnológico com múltiplas ressonâncias econômicas e sociais.

É com o desenvolvimento das indústrias que se inicia um enorme movimento geográfico de matérias-primas, de produtos semi-manufaturados, de produtos fabricados que provoca a implantação de novos sistemas de transporte, de novos organismos de comercialização, um sistema novo também de crédito a curto e a médio prazo, da especulação sobre as colheitas dos antípodas e sobre os produtos das minas dos 'novos mundos' (BENKO, 1983, p. 25).

Contribuindo com o pensamento de Benko (1983), para Santos (2013), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização. Dessa forma, entre 1940 e 1980, acontece a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Isso significa que nesses quarenta anos triplicou a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplicou por sete vezes e meia.

Na primeira década do século XXI, dados apresentados pelo IBGE (2010), confirmam que em pouco mais de 50 anos, saiu-se de país majoritariamente rural para um país urbano. Ou seja, a população está mais urbanizada que há 10 anos. Em 2000, 81% dos brasileiros, ou 137.953.959 habitantes, viviam em áreas urbanas. Agora são 84%, o que representa 160.879.708 habitantes, de acordo com o IBGE (2010). O GRÁFICO 1 mostra a taxa de crescimento anual da população total – urbana e rural (%) – entre os anos de 1940 a 2010.

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL – URBANA E RURAL (%) – ANOS DE 1940-2010



FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010).

De acordo com Santos (1994), junto ao modelo agroexportador estabeleceu-se também um modelo de incremento das culturas agrícolas modernas que teve impacto sobre as mudanças na utilização da mão de obra no campo. Como consequência, ocorreu um processo migratório que introduz a necessidade de modificações na forma de regulação do território. Essa forma de regulação e controle da oferta e demanda por trabalho, relacionada ao processo de produção, distribuição e consumo, amplia a demanda por maior urbanização. Haja vista a evolução da população urbana do Brasil, conforme a TABELA 2 dos dados do IBGE (2010), nos anos de 1970, a população urbana, pela primeira vez ultrapassa a população rural. A velocidade de redução da população rural incrementou o ritmo da urbanização. Na concepção de Santos (2013, p. 77), “a partir dos anos de 1970, o processo de urbanização alcança um novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de qualitativo”.

TABELA 2 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL ENTRE 1900-2010

ANO	% POPULAÇÃO URBANA	% POPULAÇÃO RURAL
1900	9,40	90,60
1920	10,70	89,30
1930	20,60	79,40
1940	31,24	68,76
1950	36,21	63,79
1960	44,93	55,07
1970	55,92	44,08
1980	67,59	32,41
1990	75,59	24,41
2000	81,23	18,77
2010	84,40	15,60

FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010).

Se observado em termos regionais, o aumento populacional sofreu forte influência em decorrência dos fluxos migratórios, apresentando 2,7 milhões em 1940 e passando para os 11,9 milhões em 1970. É um aumento expressivo se comparado às décadas apresentadas. Portanto, entre 1940 e 1970 (em 1.000 pessoas), as entradas acumuladas em SP passaram de 726 para 3.185 no estado do Paraná (CANO, 2011).

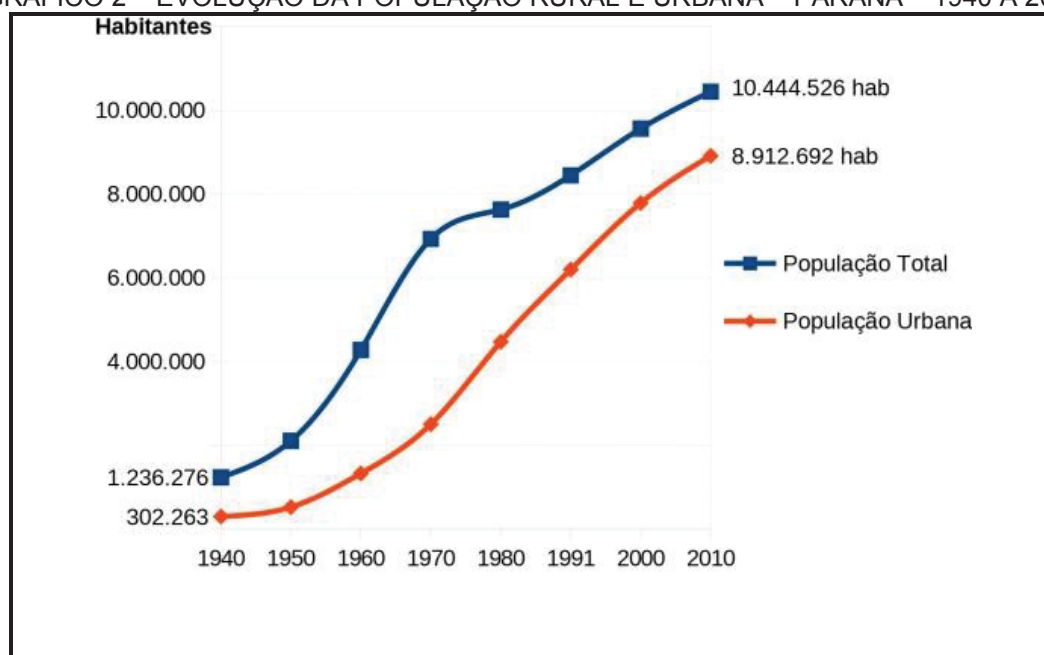
O estado do Paraná não passou imune a esse processo. Para Firkowski (2005), com base em dados do IBGE, enquanto na década de 1940 somente 24% da população paranaense vivia em cidades, na década de setenta, esse número aumenta para 36%, chegando atualmente a mais de 80%. Portanto, com base nas

leituras do IBGE, pode-se mostrar que a inversão dos índices entre população rural e urbana ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, quando a população migrou das áreas rurais para os centros urbanos. A análise realizada por Moura e Magalhães (1996) comunga com Firkowski (2005). Eles afirmam que o Paraná foi um dos estados brasileiros que mais sofreu os impactos da urbanização. Conforme Moura (2004), na segunda metade do século passado, o Paraná sofreu uma das mais drásticas transformações ao se urbanizar de forma intensa e rapidamente. Esse processo, que se generaliza pelo planeta, traz em si benefícios, mas ao mesmo tempo constrangimento. O processo apresenta avanços, mas, por outro lado, traz precarizações, afetando pessoas, ambientes e estruturas de poder. Para exemplificar melhor, Moura (2004), conforme GRÁFICO 2, mostra que a população do Paraná, em 1950, que era de 2,1 milhões de habitantes, saltou para quase 7 milhões, duas décadas mais tarde, em 1970, com taxas geométricas anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano.

Leão (1986) contribui com a análise ao mostrar que, ao mesmo tempo em que a população urbana no Paraná salta de 36,1% para 58,6%, como proporção da população total entre 1970 e 1980, crescendo 5,8% ao ano, enquanto no Brasil esse crescimento é de 4,6%. Na realidade, os ritmos de urbanização e de esvaziamento do campo ocorreram tanto no Brasil como no Paraná, mas ambos os processos foram muito mais intensos e acelerados no Paraná (MOURA, 2004).

Portanto, o Brasil e o Paraná, que passaram pelo mesmo processo transformador, deixaram para trás uma base populacional tipicamente rural, com proporções de população urbana em torno de apenas $\frac{1}{4}$ da população total, até os anos 50, para atingir mais de 81% no ano de 2010. Para Moura (2004), enquanto no Brasil essa inversão de proporcionalidade se deu continuamente, no Paraná, entre os anos de 1970 e 1990, percebeu-se a mudança muito fortemente quando o grau de urbanização saltou de 36% para 78%, prosseguindo em alta até o final do século.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA – PARANÁ – 1940 A 2010

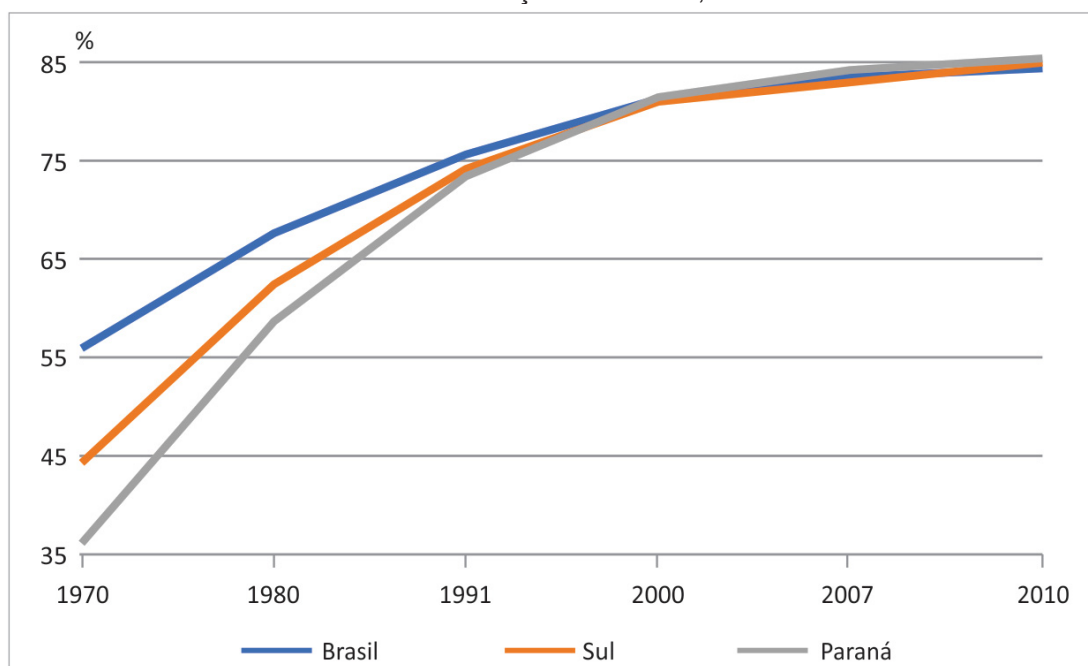


FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010).

Diversamente do que ocorreu em países da Europa, por exemplo, o processo de urbanização no Brasil e no Paraná foi profundamente célere, extenso e profundo, no que diz respeito principalmente às mudanças do ponto de vista econômico, demográfico, social e ecológico, diferentemente do que ocorreu em países da Europa, por exemplo, acentua Moura (2004). O aumento da população nas áreas urbanas brasileiras adveio concomitantemente com o ápice do crescimento populacional nos anos de 1960.

Igualmente com o que aconteceu no território brasileiro, no estado do Paraná, a população também cresceu fortemente no período correspondente. Esse momento calhou com a reestruturação econômica no Estado, tendo como reflexo o esvaziamento de amplas áreas rurais com o numeroso fluxo migratório para os mais diversos centros urbanos, conforme pode ser verificado no gráfico 3.

GRÁFICO 3 – GRAU DE URBANIZAÇÃO – BRASIL, SUL E PARANÁ – 1970/2010



FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010).

Conforme dados apresentados pelo Ipardes (2000, 2003), algumas alterações se fizeram presentes na base produtiva do estado, como a diversificação na agropecuária, com a modernização técnica da produção e grande expansão de culturas, o que, na concepção de Moura (2004), permitiu a entrada e comercialização de *commodities* e a agroindustrialização. No setor industrial, não foi diferente, pois surgiram ramos modernos na linha metalmeccânica, que se concentraram mais fortemente na Região Metropolitana de Curitiba. Dados divulgados pelo Ipea (1999), em convergência com os de Moura (2004), mostram que nos anos 70 o panorama da indústria paranaense sofreu profundas transformações, conformando-se um moderno complexo industrial e, ao mesmo tempo, um embrião da indústria metal-mecânica na Região Metropolitana de Curitiba.

Dessa forma, não se pode elencar somente um fator como decisivo para o processo de urbanização no estado do Paraná. Um dos principais motivos para a inversão dos índices entre as décadas de 1970 a 1980, porém, deve-se, principalmente, ao atrativo de empregos disponíveis nas maiores cidades do Estado, muito em função de ações voltadas para a atração de indústrias.

Para Firkowski (2005) e Silva (2007), entre as décadas de 1960-1970, a aceleração da urbanização no Paraná atrelou-se à industrialização e à dinâmica da

migração campo-cidade, momento em que a soma da crise cafeeira, aliada à emergência de uma agricultura em moldes modernos e voltada à exportação, foi fundamental para o movimento de saída da população do campo. Já para Moura e Magalhães (1996), os anos de 1970 estabelecem um novo marco no curso das tendências urbanas. Assim, os reflexos do expressivo crescimento da participação da população urbana no Paraná, a partir da década de 1970, marca a inserção do fenômeno de metropolização no processo de urbanização paranaense, o que é caracterizado por uma elevada concentração urbana, em um ritmo acelerado e um curto espaço de tempo. Além dos processos apresentados por Firkowski (2005) e Silva (2007), Moura (2004) afirma que o resultado do intenso e abrupto processo de urbanização no Paraná não foi acompanhado de políticas públicas condizentes com a realidade que se apresentava naquele momento.

Claramente consegue-se analisar que a década de 1990 apontou para a continuidade do esvaziamento rural e a concentração urbana. Dessa forma, as aglomerações se reforçaram com o crescimento elevado dos municípios periféricos e pequena redução do crescimento da população dos polos. Diferentemente do que ocorreu na década de 1970, a implantação da indústria automobilística, em particular das montadoras Renault e Audi/Volkswagen e seus fornecedores, altera a lógica do espaço urbano (FIRKOWSKI, 2005).

Assim, nos anos de 90, evidencia-se uma nova lógica de localização das atividades industriais, que se traduz pela ampliação das condições gerais de reprodução do capital – antes restritas à Curitiba – para o aglomerado metropolitano. Segundo essa lógica, novos espaços são apropriados pela indústria, com destaque para a automobilística, que agora tem necessidades e características diferentes. Tais fatos demandam que novos territórios sejam criados para recebê-las, em razão de suas especificidades técnicas e organizacionais, fazendo com que as mesmas se reúnam em distritos, diferenciados dos existentes anteriormente (FIRKOWSKI, 2002, p. 80).

Foram inúmeras as grandes transformações econômicas, sociais e políticas que o Brasil e o Paraná passaram ao longo do século XX. Elas impactaram fortemente em suas populações sob alguns aspectos. O primeiro aspecto a ser considerado, nos últimos 40 anos, são as mudanças no padrão de fecundidade das famílias brasileiras, sobretudo devido às mudanças dos aspectos sócio-econômicos e culturais. Depois, como segundo aspecto, a adoção de métodos contraceptivos mais eficientes reduz os níveis de fecundidade da população feminina, promovendo

mudanças no perfil etário de reprodução (CAMPOS; BORGES, 2015). Além das mudanças no padrão de fecundidade, outra tendência observada, como terceiro aspecto, foi à queda da mortalidade em várias regiões brasileiras, incluindo no estado do Paraná. Todos esses aspectos apresentados foram determinantes, pois impactaram na estrutura etária e alterou a pirâmide etária da população, provocando o aumento da população adulta.

Para Magalhães e Cintra (2012), além das mudanças no padrão de fecundidade, nas últimas décadas, as migrações internas sustentaram o crescimento da oferta de mão de obra para os mercados industriais do centro-sul brasileiro, provocando um decréscimo da população rural em todo o território nacional. Isso contribuiu para um processo acelerado de urbanização e, ao mesmo tempo, uma maior concentração populacional nas regiões consideradas de maior dinamismo econômico.

Dois fatores foram importantes para a dinâmica do crescimento populacional do Paraná. Primeiro, ocorreu em função dos movimentos migratórios interestaduais, na segunda metade do século XX. Segundo, somado aos movimentos migratórios interestaduais, as migrações intraestaduais contribuíram para a delimitação dos espaços ganhadores e perdedores de população no Estado. Como mostra Magalhães e Cintra (2012), algumas regiões paranaenses sofreram perdas populacionais ocorridas a partir da década de 1970, como foi o caso das regiões Norte, Oeste e Sudoeste. As regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, ao contrário, receberam população em função do impacto da dinâmica econômica em transformação, impulsionado pelo perfil industrial e pelas atividades de serviços do Estado. Firmaram-se, portanto, como espaços de elevado grau de urbanização e de concentração populacional.

A TABELA 3 demonstra a dinâmica populacional das dez mesorregiões paranaenses no período entre 1970 a 2010. Uma análise cuidadosa, de acordo com Magalhães e Cintra (2012), mostra que algumas mesorregiões tiveram o ganho populacional, a citar a RMC de Curitiba, o Norte Central e o Oeste, pois se destacaram como centros econômicos do estado e importantes cidades. Em outras, aconteceu o processo inverso, ou seja, a redução em sua população. Portanto, o desigual desenvolvimento regional paranaense, notadamente a partir dos anos de 1950, tornou mais intensa as diferenciações e disparidades entre suas mesorregiões, e algumas se destacaram na dinâmica econômica regional.

TABELA 3 – POPULAÇÃO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES 1970-2010

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	1970	1980	1990	2000	2010
Estado	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	10.444.526
RMC	1.050.813	1.703.787	2.319.526	3.053.313	3.493.742
Norte Central	1.521.550	1.479.850	1.638.677	1.829.068	2.037.183
Oeste	752.432	960.709	1.016.481	1.138.582	1.219.558
Centro-Oriental	355.253	472.643	547.559	623.356	689.279
Noroeste	962.798	746.472	655.509	641.084	678.319
Centro-Sul	338.141	453.030	501.428	533.317	544.190
Norte Pioneiro	705.957	571.679	555.339	548.190	546.224
Sudoeste	446.360	521.249	478.126	472.626	497.127
Sudeste	267.830	302.521	348.617	377.274	404.779
Centro-Occidental	528.734	417.452	387.451	346.648	334.125

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Ao chegar ao século XXI, sob o impacto da globalização, as cidades, e consequentemente o espaço urbano, passaram por transformações que alteraram ainda mais sua dinâmica social e política, seu padrão de organização espacial (estrutura interna), a organização do trabalho, além da estrutura de consumo, criando novos e expressivos padrões de desigualdade social urbana. Ao mesmo tempo em que se difunde pelo espaço, a economia capitalista consolida sua integração na escala planetária.

Além dos aspectos do ponto de vista populacional, os estudos realizados do ponto de vista socioeconômico, evidenciaram conquistas importantes para o Paraná desde os anos de 2000. Os indicadores mostram situações diferenciadas se comparados ao País e aos demais estados da Região Sul. Os dados do PIB mostram que, no ano de 2003, o estado do Paraná estava na quinta posição no *ranking* nacional de geração de renda, com 6,41% do PIB nacional. Ficou atrás somente de quatro estados, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ou seja, entre os anos de 2003 e 2013, o Paraná expandiu sua participação no PIB nacional, evoluindo de 5,80% em 2010 para 6,26% em 2013 (IBGE, 2013).

No início do século XXI, o Brasil iniciou no mercado de trabalho com alguns indicadores importantes, levando em consideração a combinação de crescimento econômico, com baixas taxas de desemprego, valorização salarial, políticas inclusivas e redução das desigualdades. Conforme dados apresentados pelo Banco Mundial (2015), a economia brasileira gerou mais de 18 milhões de empregos formais, ocorrendo uma redução da desigualdade na distribuição de renda.

O crescimento econômico, as políticas inclusivas, a redução das desigualdades e o aumento dos empregos formais tiveram a contribuição significativa do estado do Paraná colaborando para esse cenário. Este pode ser constatado por um conjunto de indicadores e dados econômicos do período. Dados obtidos da Rais (BRASIL, 2017) demonstram que, em termos de geração de empregos, no período entre 1990-2000, os empregos formais obtiveram um aumento de 28,1%. Já entre os anos de 2000-2010, 68,6%, e entre 2010-2014, um aumento de 13,8%, no estado do Paraná. Conforme se pode verificar na TABELA 4, alguns municípios paranaenses se destacaram na participação de postos de trabalho formal. De forma particular, pode-se analisar que, além de municípios localizados na Região Metropolitana de Curitiba, se destacam municípios com vocação industrial e agrícola. Cabe destacar, então, os municípios que são objetos da pesquisa.

TABELA 4 – MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE DESTACARAM COM AS MAIORES PARTICIPAÇÕES DE POSTOS DE TRABALHO FORMAL

MUNICÍPIO	%
Londrina	5,62%
Maringá	5,00%
Cascavel	3,21%
São José dos Pinhais	3,19%
Ponta Grossa	2,71%
Foz do Iguaçu	1,91%
Toledo	1,47%
Pinhais	1,45%
Araucária	1,40%
Guarapuava	1,38%
Colombo	1,28%
Arapongas	1,22%
Paranaguá	1,22%
Apucarana	1,16%

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Esse conjunto aponta para a posição superior da Região Metropolitana de Curitiba na geração de emprego, assim como dos demais aglomerados populacionais do Paraná, ao norte, a partir de Maringá e Londrina, e a oeste, com maior representatividade dos municípios Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (IPARDES, 2017).

Pode-se observar aí como alguns processos se destacaram para que o estado do Paraná pudesse se integrar à dinâmica da economia do Brasil e à do mundo, principalmente no que tange à industrialização paranaense. Associada às

ações do Estado, foi a grande indutora do processo. Somada à industrialização, outros processos contribuíram de forma significativa para que o Estado se modernizasse e ascendesse como centro. A contar com a modernização da agricultura, a urbanização moldou e alterou a dinâmica econômica, social e política do Estado. Para Firkowski (2005), fica evidente que a indústria paranaense assume posição de destaque na economia estadual.

Logo, as transformações ocorridas no território paranaense nos diversos setores da economia foram responsáveis pelas principais mudanças a partir de 1970, quando o Estado passou por um intenso processo de reestruturação produtiva e de urbanização, processo que se manteve com menos intensidade nos anos 80. Com isso, devido a fatores, como modernização do campo, concentração fundiária e baixos salários, parte da população do Estado migrou para os centros urbanos, alterando a dinâmica das cidades. No entanto, a contribuição da infraestrutura técnico-científica paranaense trouxe, além da dinâmica da economia, transformações no território.

4.2 A CONTRIBUIÇÃO DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA NA ECONOMIA PARANAENSE

No Estado do Paraná, observa-se que existem desigualdades inter e inter-regionais, sendo que nesses espaços desenrolam-se marcantes interesses sociais, em que o econômico e o político se fusionam. As diferentes espacialidades existentes no território paranaense são produtos dessas articulações. Elas não são estáticas, mas se engendram constantemente no espaço, com conexões resultantes de fatores hegemônicos e de ações do Estado (IPARDES, 2009). Para Santos (1999), em uma observação mais atenta, tais articulações em determinadas porções do território manifestam-se com maior intensidade, em função principalmente da presença de técnicas, informações, comunicações, transportes, indústria, entre outros fatores que organizam e desorganizam os distintos espaços.

Dessa forma, alguns avanços foram importantes para o aumento da economia paranaense. Um primeiro fator que merece destaque e progrediu em todo o Estado foi a infraestrutura técnico-científica, de modo que as IESs são as grandes responsáveis pelo aumento no número de ativos institucionais e por transformações significativas no território paranaense. A crescente demanda por cursos de

graduação no país e os incentivos, propiciaram a expansão acelerada do ensino superior no Paraná.

Somado às instalações das Universidades, ocorreu a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e de universidades estaduais dispersas em todo território paranaense. Foram instalados câmpus em vários municípios no interior do Estado, contribuindo para a desconcentração. A desconcentração territorial das instituições também ocorreu em função da expansão dos programas de pós-graduação.

Segundo dados do IparDES (2017), a instalação das Universidades, somadas aos grupos de pesquisa, apontou possuir relacionamentos com empresas. Destaca-se, dessa forma, a relevância das IESs com o setor produtivo, fenômeno fundamental para o desenvolvimento técnico, o crescimento e o fortalecimento de atividades empresariais, bem como para o desenvolvimento local e regional.

Embora em menor proporção, outro fator que contribuiu para a expansão da infraestrutura técnico-científica no território paranaense, deve-se ao surgimento de algumas instituições de pesquisa, incubadoras e parques tecnológicos, espalhados nas diversas mesorregiões paranaenses, ocasionando um aumento expressivo do número de laboratórios de calibração e ensaio, o que desempenha importante papel na medida em que a prestação de serviços de ensaio e testes laboratoriais são fundamentais para o exercício de atividades econômicas mais complexas. Portanto,

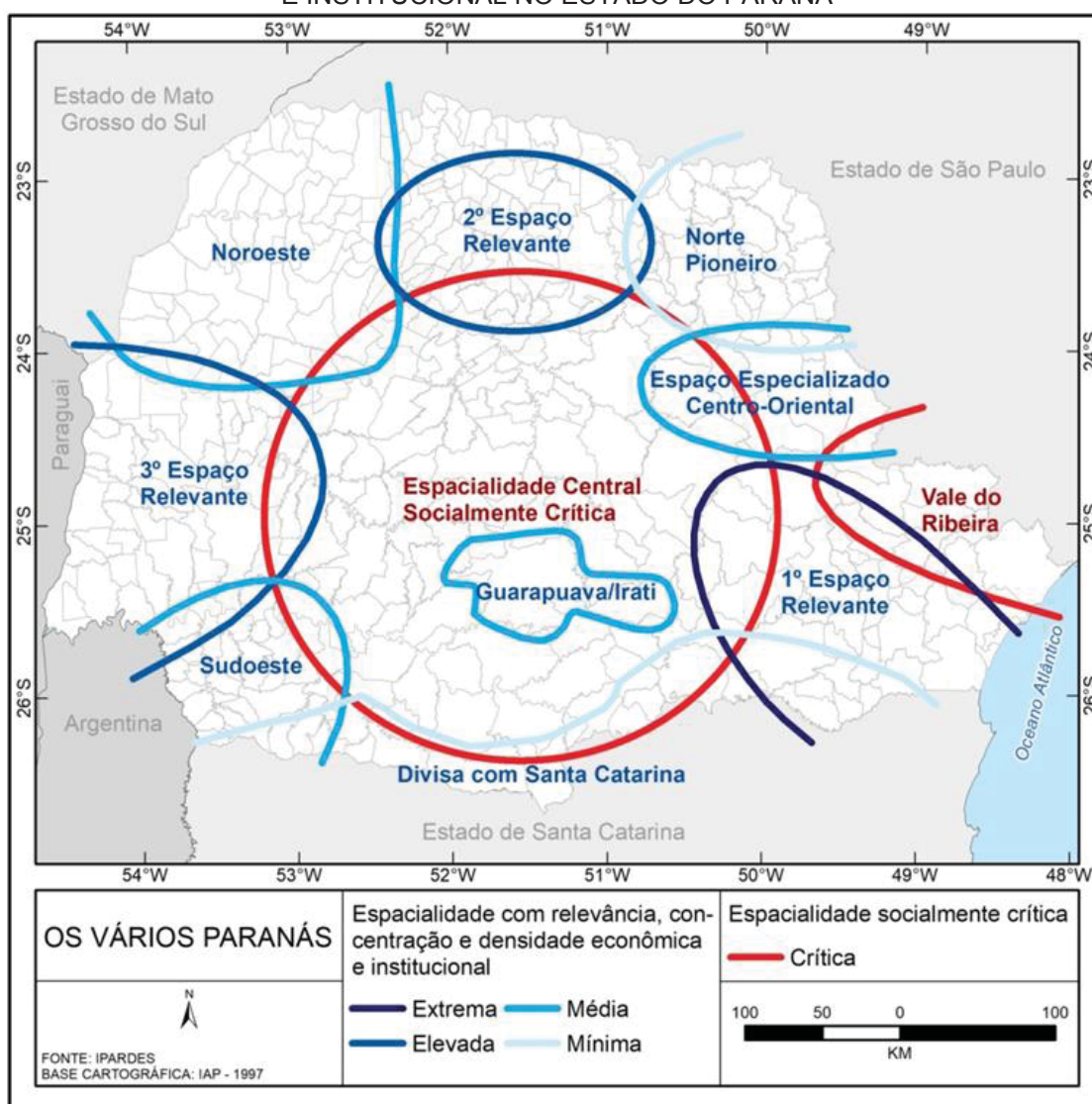
a maior parte dos parques tecnológicos e das incubadoras tem ativa participação das universidades e centros de pesquisa em todas as fases de seu desenvolvimento, reforçando a crescente importância das IES no avanço da inovação e da interação entre universidade e empresa (IPARDES, 2017, p. 37).

A expansão da infraestrutura técnico-científica do Paraná ocasionou o aumento dos indicadores sociais. Entre eles, o índice de desenvolvimento humano. Entre os fatores apresentados, foi na dimensão educação que se obteve o maior avanço entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) educação do Brasil foi de 0,456 no ano de 2000 e de 0,637 em 2010; no Paraná, respectivamente, os números foram de 0,522 e 0,668 (BRASIL, 2017).

Na mesma linha de pensamento, além dos fatores já citados, outro fator que corrobora para mensurar a contribuição da infraestrutura técnico-científica na economia paranaense foi realizado pelo IparDES (2017) para mostrar a identificação

das espacialidades socioeconômicas institucionais classificadas como de **máxima, média e mínima relevância**, como se pode ver no MAPA 1. Para isso, o Instituto organizou matrizes de indicadores econômicos, institucionais e sociais e realizou o georreferenciamento dos dados, com o objetivo de identificar conjuntos de municípios com maiores similaridades, conformando espacialidades ou recortes particulares que revelem a diversidade territorial paranaense, salientando suas características, particularidades, limitações e potencialidades.

MAPA 1 – ESPACIALIDADES COM RELEVÂNCIA, CONCENTRAÇÃO E DENSIDADE ECONÔMICA E INSTITUCIONAL NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IPARDES (2017).

Destarte, a classificação das espacialidades com média relevância inclui o Espaço Especializado do Centro-Oriental, a Porção Noroeste e a Porção Sudoeste. Dessa forma, Guarapuava que é um dos municípios objeto da pesquisa, que no ano

de 2005 encontrava-se na classificação de especialidades com média relevância, emergiu, no ano de 2013, como Especialidade Relevante. No caso da Porção Sudoeste, em que se insere o município de Francisco Beltrão, também objeto da pesquisa, apresenta algumas peculiaridades. Entre elas, pode-se destacar a predominância da produção e transformação agropecuária. No caso do município de Apucarana, conforme a classificação do estudo realizado pelo Iparde (2017), ele se encontra no Segundo Espaço Econômico Relevante.

Sendo assim, no Segundo Espaço Econômico Relevante (TABELA 5), o percentual dos setores econômicos no total dos postos de trabalho formais, no ano de 2013, o setor de serviços possuía a maior participação, com 40,62%. Isso inclui as instituições de ensino superior, seguidos da indústria com 28,31%, do comércio com valores de 23,07% e da construção civil com pouca expressividade, ou seja, apenas 4,94%. Em último lugar, estão a agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca, com 3,07%.

TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS – SEGUNDO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE – 2013

SETOR ECONÔMICO	PARTICIPAÇÃO
Serviços	40,62
Indústria	28,31
Comércio	23,07
Construção Civil	4,94
Agropecuária, Silvicultura, Extração Vegetal e Pesca	3,07
Total	100,00

FONTE: ADAPTADO DE BRASIL (2017).

NOTA: DADOS TRABALHADOS PELO IPARDES.

O Segundo Espaço Relevante, no ano de 2003, destaca-se, principalmente em relação à infraestrutura técnico-científico, por concentrar o terceiro maior número de ativos, ou seja, 14,81%, e a segunda posição em relação às instituições de ensino superior, com destaque para a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e de Maringá (UEM). Em função da relação entre universidade e sociedade/população, no mesmo ano, o espaço analisado concentrou o maior número de cooperativas agropecuárias do Estado, com 24,5%. Já os cursos técnicos representavam 23,7% do total de cursos oferecidos no Paraná no ano de 2001.

Os dados apresentados pelo Iparde (2017) demonstram que o Segundo Espaço Relevante obteve um aumento na participação, com 15,04%, e continuou ocupando a terceira posição em número de ativos no Estado. No entanto, deixou de

ocupar a segunda posição em relação às instituições de ensino superior, ocupada agora pelo Terceiro Espaço Relevante. Mesmo assim, como nas demais espacialidades, são as IES as responsáveis pelo aumento do total da infraestrutura técnico-científica nesta espacialidade, com destaque para as IESs privadas e para a implantação de algumas instituições federais e estaduais em Londrina e Apucarana.

No ano de 2007, na esfera federal, a instalação do IFPR, em Londrina; em Apucarana, o Câmpus da UTFPR; e na esfera estadual, o Câmpus da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), com a incorporação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea). Além disso, no que se refere aos ativos tecnológicos, ressaltam-se os laboratórios de calibragem que surgiram nos municípios de Londrina e Maringá no período analisado, e a iniciativa do Projeto Parque Tecnológico de Maringá, uma articulação entre o poder público, o setor produtivo, a academia e a comunidade, que prevê o desenvolvimento de estudos analíticos e de modelagem para o referido parque. O parque tem como objetivo abrigar empresas que invistam em produtos inovadores a partir de pesquisas feitas na universidade (IPARDES, 2017).

O Segundo Espaço Relevante continua apresentando expressividade institucional, que o coloca como terceiro espaço de concentração dessa infraestrutura, apesar da perda de algumas posições em relação às IES e cooperativas agropecuárias. Apresenta uma condição, em termos de representatividade e diversidade institucional, muito semelhante ao Terceiro Espaço Relevante e guarda distância considerável em relação ao Primeiro Espaço (IPARDES, 2017, p. 86).

Já o município de Francisco Beltrão, colonizado principalmente por gaúchos e catarinenses, na concepção de Moura *et al.* (2006, p. 147),

historicamente funcionou como 'porta de entrada' dos vetores de atividades oriundas dos estados do sul. O município insere-se na divisão social do trabalho, pela entrada da força colonizadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e transformação agropecuária.

Conforme dados do IparDES (2003), no Sudoeste do Paraná, uma soma de municípios aponta para uma configuração de espacialidade relevante, ou seja, aqueles recortes espaciais com expressão econômica e institucional em diversos níveis. As perdas de população foram evidenciadas desde a década de 1980, inicialmente de vetor interestadual e posteriormente para outras porções do Estado,

especialmente para as áreas mais dinâmicas, notadamente a RMC e o Norte-Central. Mesmo assim, no período, os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão se consolidaram enquanto duas importantes centralidades regionais, visto que em relação à primeira foi observado um movimento pendular mais expressivo.

O município localizado na porção Sudoeste foi classificado como Espacialidade de Média Relevância pelo registro, em 2007. Entretanto, seu desempenho econômico permanece ancorado nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos. Em 2007, apenas Francisco Beltrão e Pato Branco eram considerados relevantes nesse indicador. No ano de 2013, o município de Dois Vizinhos se incorporou a esse grupo. Os três ampliaram participação no período, passando da faixa de 0,25% e 0,50% do VAF Industrial, em 2007, para 0,50% a 1,00%, em 2013 (BRASIL, 2017). Os dados apresentados na TABELA 6 mostram a participação percentual dos setores econômicos no total dos postos de trabalho formais na porção Sudoeste do Paraná, no ano de 2013, em que o setor econômico de serviços possuía a maior participação, seguidos da indústria, comércio, construção civil e, em último lugar, a agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca.

TABELA 6 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS – PORÇÃO SUDOESTE DO PARANÁ – 2013

SETOR ECONÔMICO	PARTICIPAÇÃO
Serviços	33,48
Indústria	32,18
Comércio	25,21
Construção Civil	4,99
Agropecuária, Silvicultura, Extração Vegetal e Pesca	4,14
TOTAL	100,00

FONTE: ADAPTADO DE BRASIL (2017).

NOTA: DADOS TRABALHADOS PELO IPARDES.

Uma análise detalhada mostra que na indústria, a Porção Sudoeste também ganhou participação no período de 1,84%, em 2007, para 2,71, em 2013. Na indústria alimentar e fabricação de bebidas, esse espaço obteve o maior faturamento da indústria de transformação em 2013. Outras atividades se destacam, entre elas, as indústrias de máquinas e equipamentos em geral e material eletrônico e aparelhos de telecomunicações, indústria de madeira, fabricação de madeira, fabricação de móveis, papel e celulose, produtos têxteis e confecções de artigos do vestuário e acessórios.

Entre os espaços econômicos relevantes, o Sudoeste do Paraná, no período de 2003 e 2013, registrou o maior crescimento proporcional no emprego formal, próximo de 100%, ampliando a sua participação de 3,48% para 4,11% nesses anos (BRASIL, 2017). O maior acréscimo aconteceu nos serviços, com 33,48, seguido da indústria, setor que responde por 32,18% dos postos de trabalho no espaço em 2013. Em 2003, essa porção territorial era responsável por 4,61% do emprego industrial do Paraná, aumentando para 5,55% em 2013 (BRASIL, 2017).

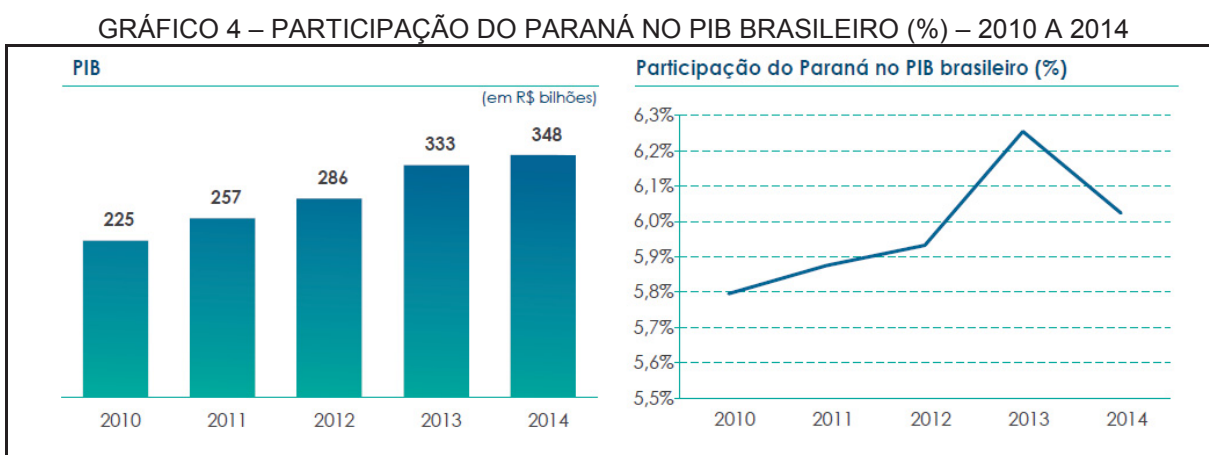
Além disso, a porção Sudoeste do Paraná, em relação à infraestrutura técnico-científica, mostrou importantes ativos institucionais, principalmente em relação às instituições de ensino superior, com a presença de universidades das redes estadual, federal e privada de ensino. Conforme dados apresentados pelo Ipardes (2017), o levantamento realizado reforça a presença das IESs com a implantação de novas universidades federais e estaduais na espacialidade. A implantação de duas novas incubadoras, uma no município de Dois Vizinhos e outra, a UTFPR, em Francisco Beltrão, no ano de 2007, também fortalece a infraestrutura técnico-científica existente. Sendo assim, ao longo da última década, a porção Sudoeste do Paraná manteve a sua posição em relação aos demais espaços e também sua característica de possuir diversas instituições envolvidas com o desenvolvimento desse espaço econômico.

Já na porção Central, economicamente se destacam os municípios de Guarapuava e Campo Mourão e juntos respondem, conforme dados do Ipardes (2017), pela maior proporção dos valores econômicos dessa espacialidade entre os indicadores analisados neste estudo. No levantamento realizado em 2005, em relação à Porção Central, a representatividade apontada se deu pela participação de poucos municípios, principalmente Guarapuava e Campo Mourão, onde se concentravam a UTFPR e as cooperativas agropecuárias. No município de Laranjeiras do Sul, encontram-se instalados um Câmpus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e um da IFPR, com oferta de cursos superiores em Palmas, Irati e Ivaiporã. Como iniciativa estadual, ocorreu a implantação de um Câmpus da UEM em Ivaiporã. Ainda, fortalecendo essa espacialidade, no município de Guarapuava, surge também o Parque Técnico Científico da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Observa-se também que é o único município da porção central do Estado a receber fluxos pendulares de estudantes dos municípios vizinhos em direção às instituições de ensino superior.

Contudo, cabe destacar que as iniciativas são relevantes, uma vez que

a presença de instituições de ensino superior nesse espaço favorece a mobilização de competências necessárias à realização de estudos regionais que subsidiem a elaboração de programas e projetos estratégicos para o seu desenvolvimento, dando possibilidades para que esse espaço possa sair do patamar de precariedade em que se encontra (IPARDES, 2017, p. 18).

As análises realizadas apresentam um Estado complexo, diversificado, repleto de potencialidades e heterogêneo. De um lado, concentrado, e de outro, desigual. Por outro lado, o Paraná possui uma produção diversificada, beneficiando-se desse avanço, com expansão das atividades da indústria, agropecuária e prestação de serviços. O GRÁFICO 4 mostra a participação do Paraná no PIB brasileiro (%), entre os anos de 2010 a 2014, apresentando uma elevação significativa e exponencial.



FONTE: ADAPTADO DE STUMM (2017).

NOTA: HOUVE MUDANÇAS NA METODOLOGIA DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DE FORMA QUE NÃO É POSSÍVEL COMPARAR A SÉRIE APRESENTADA COM PERÍODOS ANTERIORES A 2010, SOB-RISCO DE INCORRER EM IMPRECISÕES ESTATÍSTICAS.

Além dos fatores já destacados anteriormente, outros contribuíram e foram responsáveis pela variação do PIB, como, por exemplo, o ajuste fiscal, a implementação do regime de metas de inflação e o reequilíbrio do setor externo. Todos possibilitaram importante estabilidade macroeconômica, permitindo o manejo de taxas de juros, a expansão do crédito e o aumento dos investimentos. Além disso, o salário mínimo nacional teve aumentos sucessivos, somados às políticas de transferência de renda e ao crescimento do emprego ao longo desse período. Tal melhoria pode ser constatada por meio dos indicadores sociais, como o aumento da

renda *per capita*, e o decréscimo na proporção de pobres, embora seja relevante destacar que os avanços econômicos não tenham sido homogêneos.

Juntos, o Primeiro, Segundo e Terceiro Espaços Econômicos Relevantes seguem respondendo pela maior geração da renda estadual. Ao longo da década estudada, eles responderam por, aproximadamente, 75% do Valor Adicionado Fiscal do Estado, embora com decréscimo contínuo, pela maior participação na agregação de valor das demais especialidades econômicas (IPARDES, 2017, p. 201).

O Sudoeste do Paraná que engloba um dos municípios estudados ampliou as exportações, como demonstra o Brasil (2017). Porém, o maior acréscimo de faturamento de suas atividades ocorreu em compras e vendas de empresas do próprio Estado. Houve fortalecimento da integração, característica da atividade industrial predominante nessa espacialidade, voltada à produção de corte de aves e produtos relacionados, que apresentou elevação da demanda devido ao aumento da renda estadual e nacional. Essa espacialidade obteve o maior crescimento proporcional no emprego formal entre 2003 e 2013, próximo a 100%. O maior acréscimo aconteceu na indústria, que registrou 32,2% dos empregos formais, em 2013, e 33,5% em serviços.

Brasil (2017) ainda apresenta em seus resultados que, no Sudoeste do Paraná, os postos de trabalho com escolaridade e remuneração mais elevados permanecem nos municípios mais dinâmicos em termos econômicos. Considerando que eles sediam as atividades econômicas mais complexas do Estado, esse fato indica uma demanda de trabalho mais qualificado em decorrência do atual desenvolvimento das forças produtivas paranaenses, ou seja, do nível técnico e tecnológico atingido pela produção, mas pode estar indicando também a possibilidade de maior seletividade de pessoal diante de força de trabalho mais abundante. Observa-se que esses são também os municípios mais populosos do Paraná. Eles apresentam o crescimento populacional mais intenso, onde estão os melhores ativos educacionais do Estado e para onde migra e se prolifera a população com nível mais elevado de escolaridade formal.

Outro aspecto é a desconcentração da infraestrutura técnico-científica ocorrida no Paraná na década investigada consequência da expansão e interiorização das instituições de ensino superior. Nesse aspecto, o Governo Federal criou quatro universidades públicas superiores federais no Estado ao longo das

décadas. Essas universidades possuem importante capacidade de criação de unidades descentralizadas, que contribuem significativamente para o desenvolvimento estadual e das espacialidades, por meio de atividades de ensino, pesquisa, geração e difusão de inovações tecnológicas, além de serem responsáveis pela oferta de força de trabalho qualificada.

Além dos investimentos em educação realizados pelo Governo Federal, o Paraná, por meio de recursos estaduais, advindos da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, investiu na expansão da graduação e pós-graduação. Em consequência, tem-se um processo denominado de desconcentração geográfica e institucional dos grupos de pesquisa no Estado. A maioria está vinculada às IESs, sobretudo às sete universidades estaduais.

Conforme dados obtidos junto ao IparDES (2017), principalmente no Primeiro e no Segundo Espaço Relevante, os grupos de pesquisa, tanto das universidades estaduais quanto das federais, se relacionam com as empresas. Dessa forma, tanto a Universidade Federal do Paraná (UFPR) quanto a UTFPR são responsáveis por 40% dos referidos grupos, provocando o fortalecimento do poder público municipal, particularmente a qualificação técnica dos servidores públicos e a formação das lideranças e gestores públicos. “Os indicadores estudados neste trabalho apontaram que as diferenças de resultado verificadas entre os municípios podem estar relacionadas à capacidade de implementação de programas e ações públicas” (IPARDES, 2017, p. 219).

De acordo com os dados divulgados pelo IparDES (2017), o PDI 2018/2022 da UTFPR mostram que a interiorização do ensino superior tem como principal objetivo a disponibilidade de oportunidades de acesso aos cursos ofertados, bem como suas diversas áreas de atuação em localidades abrangidas pelos 13 (treze) câmpus da UTFPR no Estado do Paraná. Aliada ao ensino, à pesquisa e à extensão, o PDI tem possibilitado e incentivado o desenvolvimento regional, notadamente no conhecimento científico e tecnológico, aliado à cultura e às ações de cunho social. Notadamente, devido à necessidade de respeitar as características de cada região, há oferta de cursos que atendam às demandas locais e regionais, bem como a integração com o segmento produtivo. Essa é uma estratégia que permite trazer oportunidades à comunidade interna e o estímulo ao desenvolvimento de projetos e serviços cooperados, apoiados no binômio universidade-empresa.

Do mesmo modo, a universidade e o processo de interiorização contribuem significativamente para a diminuição do fluxo migratório, principalmente da população em idade produtiva. Geralmente são os jovens em plena capacidade de trabalho que buscam expandir seus horizontes a partir da formação educacional em instituições de ensino superior presentes nos maiores centros do Estado, mas também em outras unidades da Federação.

Estudos sobre os movimentos migratórios no Paraná apontam que as maiores perdas populacionais acontecem justamente nos municípios mais frágeis em termos de condições econômicas, sociais e institucionais. A ausência de atividades econômicas e de uma rede de serviços mais qualificada está na raiz da perda de população de mais de 50% dos municípios paranaenses, que migram internamente para outras regiões do próprio Estado, ou então para outros estados, principalmente para os vizinhos Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul (DELGADO; CINTRA, 2014).

Conforme destaca o PDI 2018/2022, a universidade possui a função e o papel de desempenhar iniciativas locais como incubadoras, parques tecnológicos, núcleos de inovação, a articulação do ensino com as iniciativas de pesquisa e de extensão e o estímulo ao desenvolvimento regional. Essa é a forma de contribuir para a minimização do processo migratório e o desenvolvimento técnico e científico dos municípios em que elas estão inseridas.

O próximo capítulo tem, por isso, como principal proposta a compreensão do processo de ocupação e formação econômica das mesorregiões, que são objeto desta pesquisa. Nessa perspectiva, apresenta-se a evolução do ensino superior no Brasil e no Estado do Paraná. Além disso, apresenta-se o processo de instalação da UTFPR no Paraná e seus principais elementos na dinâmica do território.

5 A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

5.1 A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A partir de 1930, a educação brasileira veio a ser efetivamente tratada como uma questão de interesse nacional, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Um ano mais tarde foi editada a Reforma Francisco Campos²⁴, que representou o estabelecimento de uma estrutura para a organização do ensino superior, estabelecendo o Estatuto das Universidades Brasileiras. Logo após, houve o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova²⁵, que se tornou um verdadeiro marco histórico na educação brasileira. Primeiro, por oferecer um diagnóstico do setor educacional no país e, segundo, por apontar procedimentos que pudessem corrigir rumos que haviam sido trilhados até aquele momento, assinalando efetivamente a tomada de consciência de seu caráter nacional.

Dessa forma, para Ranieri (2000), além de elaborar uma Política Nacional de Educação, foi fundamental pensar em um plano científico para a sua implementação. De fato, para Rolim e Serra (2009a), o Manifesto repercutiu nacionalmente, influenciando os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1934 e contribuindo para sua criação. A elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) ficou, conforme o art. 152 da Constituição Federal de 1934, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação (CNE). O PNE foi criado por meio do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. Pode-se, no entanto, afirmar que foi a partir da Constituição Federal de 1934 que a educação passou a ser um assunto de importância nacional, cabendo à União delinear as diretrizes da educação no país.

Na mesma década, em 1937, Getúlio Vargas acrescentou mais encargos para a União ao estabelecer que a própria União tinha a responsabilidade de legislar o sistema nacional de educação através de uma série de normas. Sendo assim, o ensino superior no Brasil passou por várias transformações, em função de seu

²⁴ Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.

²⁵ O manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais. Entre eles estão Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. O documento consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação (VIDAL, 2013).

processo de modernização, na tentativa de ajustar a educação às necessidades do desenvolvimento econômico e social. Após um longo período, iniciado em meados dos anos de 1940, de tramitação no Congresso Nacional, no ano de 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024/61, ou seja, a primeira LDB.

Sucedidas mais de duas décadas, foi na década de 60 que o ensino superior brasileiro passou por várias transformações. Esse período foi considerado o marco divisório em função de seu processo de modernização e, na tentativa de ajustar a educação às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país, em função da criação da Universidade de Brasília (UnB). Como pontua Ranieri (2000), na mesma década, com a implantação do regime autoritário no Brasil, pode-se observar a expansão do sistema educacional e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da pesquisa. Nesse longo período, ocorreu a implantação da reforma administrativa decorrente da Constituição Federal de 1967.

No ano seguinte, em 1968, o governo militar implantou a Reforma Universitária, por meio da Lei nº 5.540/68, proporcionando mudanças em vários aspectos do modelo tradicional de ensino superior vigente até aquele momento.

Na concepção de Oliveira Jr. (2014, p. 4),

a reforma se mostrou autoritária, antidemocrática e centralizadora, embora com alguns avanços como a extinção da cátedra, o estabelecimento de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, a instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, e a criação dos colegiados de curso.

Após a reforma de 1968, ocorreu uma demanda por uma oferta maior do número de vagas, além da expansão do setor público e do setor privado. Para Ranieri (2000), com o fim da ditadura militar, a abertura política e a retomada do regime democrático, foi promulgada a nova Constituição Federal de 1988. Ela foi estabelecida como um dos principais pilares legislativos que regem a educação superior no Brasil, representando não só um avanço na área da educação, como também no campo dos direitos políticos e sociais. Ao mesmo tempo, iniciou-se um debate acerca da nova LDB, que foi aprovada em 1996. A nova Lei nº 9.394/96²⁶ é o principal pilar que governa a educação, principalmente a educação superior brasileira.

²⁶ A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Na mesma década da implantação da LDB, de acordo com Vinhais (2013), no Brasil, expandiu-se não apenas o número de cursos superiores, mas também a estrutura de ensino. Embora de forma lenta, medidas foram implementadas, buscando-se, com isso, promover o crescimento do ensino público superior. Tal crescimento e expansão ocorreu em três fases. A primeira fase ocorreu entre os anos de 1998-2002, a segunda, entre 2003-2006, e a terceira, entre os anos de 2007-2012.

A primeira fase é marcada por alguns acontecimentos que refletiram, sobremaneira, na educação superior. Cabral Neto (2012) aponta que a educação superior nesse período passou por inúmeras mudanças, sobretudo em função das constantes mudanças e tensões na América Latina sobre o papel do Estado e seus limites face à necessidade de reorganização do capitalismo em sua nova fase, o capitalismo global. Nesse mesmo período, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou mudanças profundas na legislação educacional. Ele regulamentou o Ensino Profissionalizante com o objetivo claro de reduzir os gastos públicos e favorecer o empresariamento desse ramo de ensino pela rede privada. Além disso, o período foi marcado pela chamada Reforma do Estado, que se baseou no sucateamento e na posterior privatização de instituições estatais, bem como na terceirização de serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo, as transformações no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos são as justificativas usadas para promover reformas educacionais profundas, quase sempre financiadas por organismos financeiros internacionais. A educação consolida-se como mais um setor empresarial, com destaque para a expansão do ensino superior privado.

Assim, a primeira fase de expansão, embora não tão expressiva, se caracterizou pela ampliação do número de vagas e o aumento dos cursos nas sedes das universidades públicas federais já existentes. A prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas dessas instituições, como nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Além disso, ocorreu a instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior (MEC). A primeira fase do plano de expansão previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.

A segunda fase de expansão ocorreu entre os anos de 2003 e 2006, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa fase foi caracterizada pela ampliação da oferta de cursos e vagas através da expansão em direção ao interior de diversos estados brasileiros. Ocorreu a implantação de novos câmpus e universidades para atender à forte demanda das respectivas regiões. Cabral Neto (2012) destaca nesta fase a criação de novas universidades federais e a criação e consolidação dos câmpus universitários das instituições já existentes. Além disso, pode-se afiançar, conforme dados do MEC/INEP (BRASIL; INEP, 2003), um aumento expressivo do número de matrículas nos cursos de graduação em todas as regiões brasileiras, embora elas apontassem para um quadro de assimetria. Contudo, mesmo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), havia a lógica de incentivo ao setor privado com a implantação de políticas que privilegiaram a renúncia fiscal. Foi o caso da criação do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e a manutenção e continuidade do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso.

Dados do MEC auxiliam no entendimento de que a meta na segunda fase de expansão era a criação, em quatro anos, de mais de 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 Estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

A terceira fase da expansão do ensino superior ocorreu por meio do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), contribuindo com o propósito de superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhorar a vida da população.

O programa é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social, com conclusão prevista para 2012 (VINHAIS, 2013). O autor ainda destaca que a expansão da rede de universidades públicas federais superiores surge não apenas como parte das reformas gerencialistas dos estados, mas também como resposta à forte expansão do ensino superior privado que ocorre desde o início da década de 1990. Com o

processo de expansão do ensino superior em curso, percebem-se alguns avanços, principalmente, no que tange aos expressivos números do programa de expansão para além das capitais. Essa expansão para o interior ocorre não apenas no número de cursos e vagas de nível superior, mas também na estrutura de ensino.

Nessa linha de pensamento, conforme dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2015), é possível afirmar que, entre os anos de 2003 e 2015, foram criadas 18 novas universidades públicas federais²⁷ em vários estados brasileiros (QUADRO 2). No ano de 2001, eram 42 universidades, e em 2015 saltou para 63. Tornou-se evidente a ampliação e o acesso à rede pública, contribuindo para a redução das assimetrias regionais.

QUADRO 2 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES ENSINO PÚBLICAS FEDERAIS CRIADAS ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2015 PELO GOVERNO FEDERAL

IES	Município sede	UF	Tipo de credenciamento	Categoria administrativa	Ato de criação
Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)	Santo André	SP	EAD – Superior Presencial - Superior	Pública Federal	Lei nº 11.145, de 26/07/2005
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Cruz das Almas	BA	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.151, de 29/07/2005
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Dourados	MS	EAD – Superior Presencial - Superior	Pública Federal	Lei nº 11.153, de 29/07/2005
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)	Alfenas	MG	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.154, de 29/07/2005
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Mossoró	RN	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.154, de 29/07/2005
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Curitiba	PR	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.184, de 06/10/2005
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Uberaba	MG	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.152, de 29/07/2005
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Diamantina	MG	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.173, de 06/09/2005
Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Bagé	RS	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 11.640, de 11/01/2008
UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul	Chapecó	SC	Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.029, de 15/09/2009

²⁷ É importante destacar que algumas dessas universidades já existiam como faculdades.

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	Santarém	PA	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.085, de 05/11/2009
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	Foz do Iguaçu	PR	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.189, de 12/01/ 2010
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	Redenção	CE	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.289, de 20/07/2010
Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba)	Itabuna	BA	Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.818, de 05/06/2013
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Marabá	PA	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.824, de 05/06/ 2013
Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)	Barreiras	BA	Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.825, de 05/06/2013
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Porto Alegre	RS	EAD – Superior Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 6.891, de 11/12/1980; Lei nº 11.641, de 11/01/2008 ²⁸
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Juazeiro do Norte	CE	Presencial – Superior	Pública Federal	Lei nº 12.826, de 05/06/2013

FONTE: ADAPTADO DE E-MEC (2019).

No total, das 63 universidades públicas federais espalhadas pelo território nacional, 31 (trinta e uma) estão instaladas na capital e 32 (trinta e duas) no interior. Destas, os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Brasília, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins possuem 1 (uma) universidade instalada. Porém, a quantidade de câmpus varia em cada estado. Já os Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte possuem 2 (duas) universidades instaladas com variações no número de câmpus. Os estados do Ceará, Pernambuco e São Paulo, 3 (três) universidades. Bahia, Paraná, Pará e Rio de Janeiro aparecem na sequência com 4 (quatro) universidades em cada um dos seus respectivos estados. Os dois estados com o maior número de Universidades são Rio Grande do Sul, com 6 (seis), e Minas Gerais, com 11 (onze) universidades, totalizando 256 câmpus/unidades. Destas, 3 (três) foram criadas no

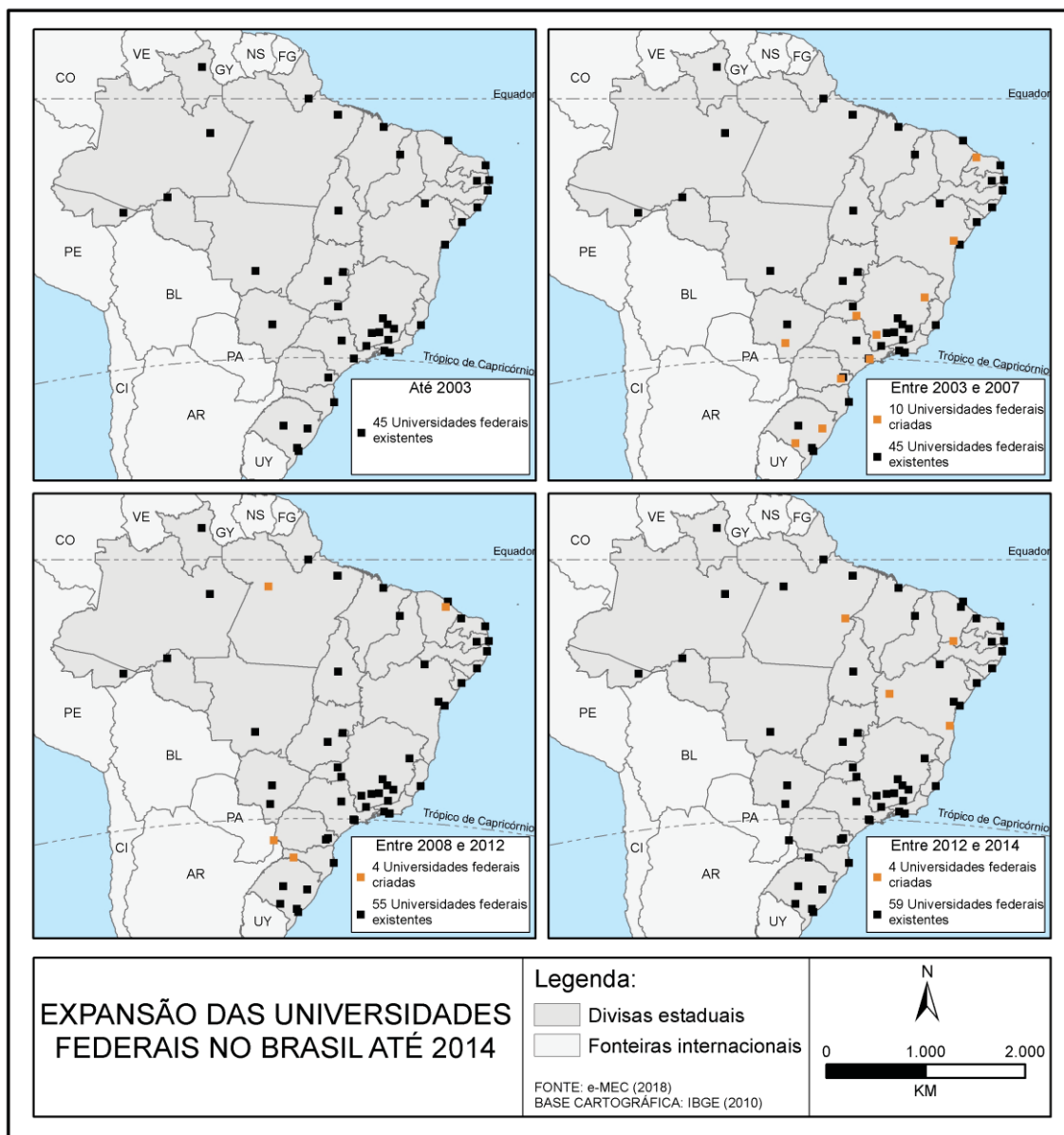
²⁸ Dispõe sobre a transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e dá outras providências.

ano de 2005, a Unifal-MG, a UFTM e a UFVJM (BRASIL, 2019). No estado do Rio Grande do Sul, 2 (duas) das 6 (seis) universidades foram criadas no ano de 2008.

O MAPA 2 mostra o processo de ampliação das universidades públicas federais no Brasil entre os anos de 2000 e 2014, quando entraram em funcionamento 18 novas universidades. Grande parte dessas instituições foram instaladas no interior.

Levar as universidades federais para o interior do país fazia parte das diretrizes do conjunto de medidas orientadas à expansão do ensino público, delineado pelo Governo Federal. Sendo assim, até o ano de 2003, eram 45 universidades federais no Brasil. Entre os anos de 2003-2007, o Governo Federal criou 10 novas universidades espalhadas pelo Brasil e, entre os anos de 2008 a 2012 e 2012 a 2014, foram criadas 8 (oito) novas universidades nos dois períodos. No entanto, esse número foi ainda maior, levando em consideração a quantidade de Câmpus presenciais que cada uma das universidades instalou, sobretudo no interior dos estados. Isso ocasionou o que autores como Sheen (1986), Silva (2002), Padilha (2008), Rolim e Serra (2009a), Araújo (2013), Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), entre outros, afirmam ser um processo de interiorização, o que trouxe contribuições expressivas sobre o desenvolvimento das economias locais onde as universidades estão inseridas.

MAPA 2 – EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2014



FONTE: ADAPTADO DE E-MEC (2019).

Nas Diretrizes do Programa de Reestruturação e expansão das universidades públicas superiores federais consta que a escolha da localização das novas universidades federais precisaria levar em conta, entre outros fatores, estudos referentes às condições socioeconômicas das regiões de interesse. Isso se deve ao fato de que a abertura dessas instituições deveria contribuir para o desenvolvimento nacional e regional, bem como para a correção das assimetrias regionais (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018).

As universidades públicas federais no Brasil possuem uma importância significativa na estrutura do ensino superior, seja pela sua dimensão seja pelo seu

volumoso orçamento que muitas vezes supera a arrecadação dos municípios onde estão instaladas. Autores como Vinhais (2013), Oliveira Jr. (2014), Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), entre outros, convergem nas suas teorias sobre a importância da instalação de Universidades Públicas Superiores Federais. Enquanto para Vinhais (2013, p. 18),

nesse processo de expansão do ensino superior, os efeitos das medidas adotadas podem ser percebidos, inicialmente, pelos expressivos números do Programa de Expansão para o interior das universidades federais e, em seguida, pelos resultados do Programa Reuni [...].

Destaca-se ainda a oportunidade que a reestruturação acadêmica e as inovações propostas pelas universidades podem significar para a educação superior pública do país.

Na mesma linha de pensamento, Oliveira Jr. (2014) argumenta que a política nacional de democratização do acesso de milhares de estudantes ao ensino superior tem contribuído significativamente para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos lugares, tornando-os polos de produção econômica. Enquanto isso, Niquito, Ribeiro e Portugal (2018) consideram que levar as universidades federais para o interior do país faz parte das diretrizes do conjunto de medidas orientadas à expansão do ensino superior público delineado pelo governo federal. O relatório da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012 para análise da expansão das universidades federais alega que o fenômeno da interiorização traz contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde elas estão inseridas. Ele afirma ainda que o desenvolvimento nacional e regional deve constar como princípio norteador das políticas implantadas. Segundo dados do Censo Superior da Educação (INEP, 2018), nas universidades de todas as unidades da federação estão matriculados mais de 1,1 milhão de alunos. Além disso, a evolução do número de matrículas na rede federal por modalidade de ensino no Brasil, entre os anos de 2008-2018, passou de 643.101 para 1.231.909.

Além da expansão das Universidades públicas federais, foram criados em dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892/2008²⁹, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), que trouxeram uma proposta de formação profissional inovadora e estruturante para o país, com forte atuação tanto nas

²⁹ Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

capitais como no interior. No entanto, no ano de 2007, já estava mencionado no PDE o modelo de instituição, que defendia a proposta de criação dos IFETs como uma possibilidade de articular as instituições federais de educação profissional tecnológica. Em outras palavras, isso significa, especialmente na concepção de Brasil (2007), uma atuação integrada e ao mesmo tempo referenciada regionalmente. Ainda conforme o documento, o novo modelo de instituição foi mais uma possibilidade de ampliação da educação superior por meio do ensino público federal, já que a demanda pelo nível de ensino cresceu desde o ano de 2001. O PNE aponta para a necessidade de ampliar o acesso e aumentar ao menos em 30% a população de jovens dos 18 aos 24 anos que iriam fazer um curso superior.

No caso dos IFETs, conforme os dados do censo da educação superior de 2018 foram no total 40 sedes espalhados pelo Brasil. Das sedes, os estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, São Paulo, Paraná³⁰ e Tocantins, possuem um instituto, com vários câmpus; os estados da Bahia, Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, dois instalados; os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, três institutos. Quem continua na liderança também dos institutos, além das universidades é o estado de Minas Gerais, que possui 6 institutos, totalizando 83 câmpus espalhados por diversos municípios do Estado. Conforme pode ser observado no MAPA 2, enquanto Minas Gerais possui 11 (onze) universidades públicas federais e 6 (seis) institutos com 73 (setenta e três) câmpus, o Paraná possui 4 (quatro) Universidades e 1 (um) instituto com 25 câmpus.

Segundo dados do MEC, a Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o MEC concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 câmpus em funcionamento. São 41 institutos federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de

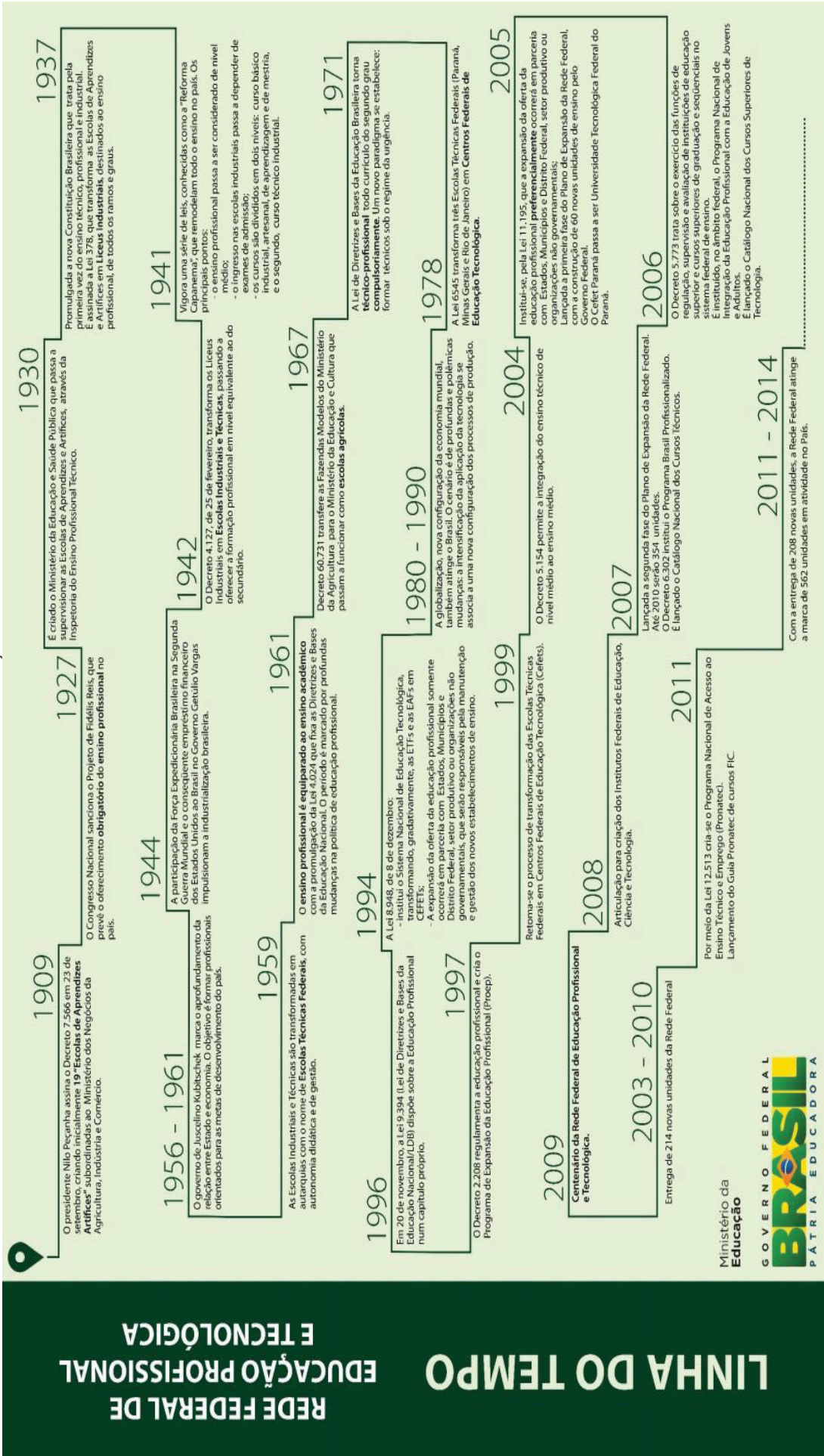
³⁰ A instituição contempla mais de 26 mil estudantes nos cursos de modalidade presencial e a distância. O IFPR oferece 43 cursos técnicos presenciais, 11 cursos técnicos na modalidade a distância, 20 cursos superiores presenciais, três cursos de especialização na modalidade presencial e um curso de especialização na modalidade a distância.

tecnologia e licenciaturas. Além disso, dados extraídos do Instituto Nilo Peçanha³¹ (2018) explicitam a importância tanto das sedes dos institutos quanto dos câmpus. No total, são 11.264 cursos, 1.031.798 matrículas, 371.438 ingressantes, 480.421 vagas e 1.925.412 inscritos, no ano de 2018 (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, o ORGANOGRAMA 1 apresenta a linha do tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desde 1909, momento em que o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”, até 2014, com a entrega de 208 novas unidades, momento em que a Rede Federal atinge a marca de 562 unidades em atividade no País.

³¹ A Plataforma Nilo Peçanha é constituída por um banco de dados do MEC, por meio de página colaborativa com informações das unidades de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O acesso à Plataforma Nilo Peçanha possibilita consulta às informações qualitativas e quantitativas anuais. Esses dados darão suporte aos indicadores de gestão para avaliação de políticas públicas em educação, sob a supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

ORGANOGRAMA 1 – LINHA DO TEMPO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 1909-2014

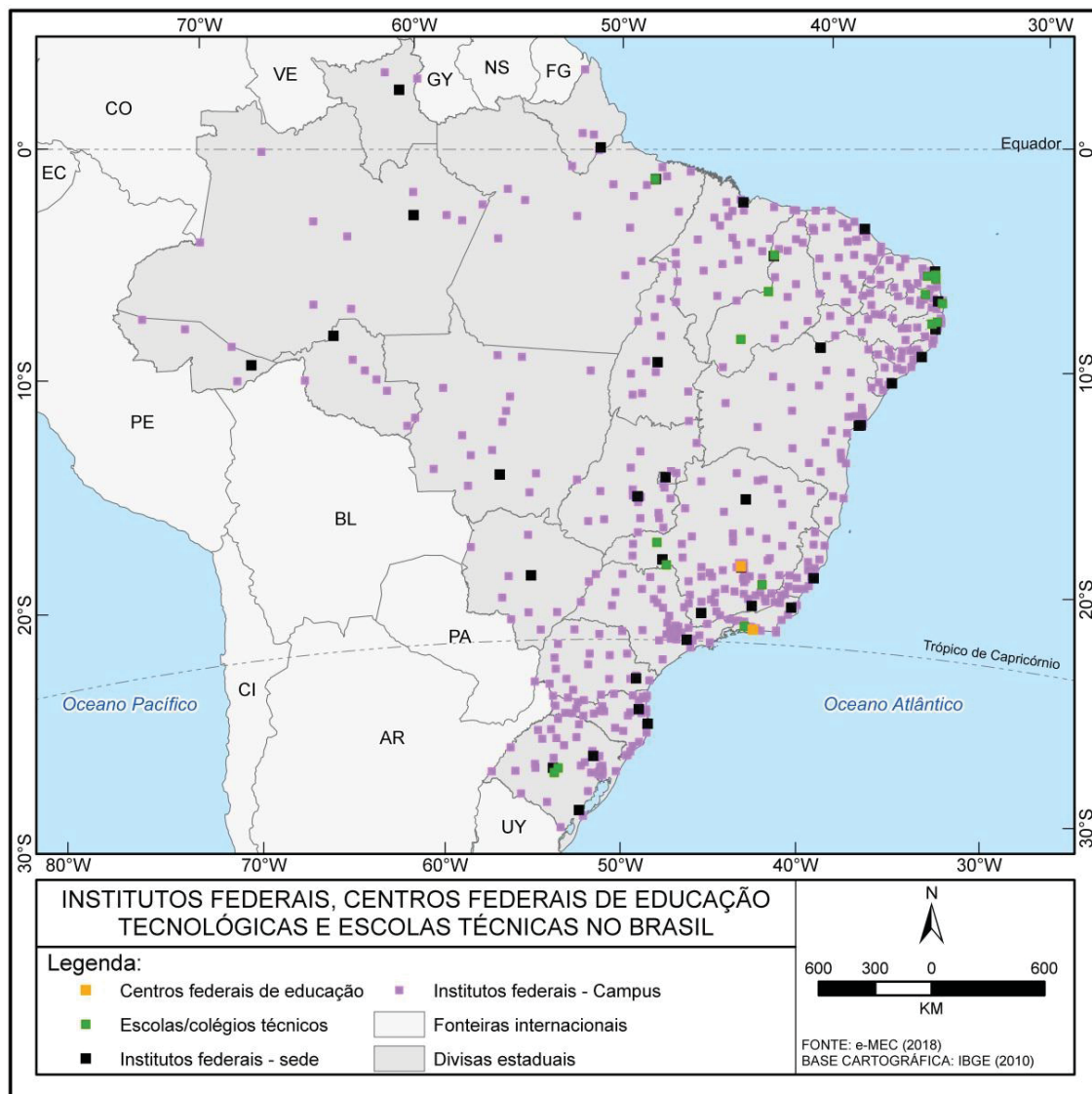


FONTE: BRASIL.



Apesar de recentes, os IFETs pertencem à trajetória centenária da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), iniciada em 1909. Isso porque, pela Lei nº 11.892/2008, os 40 institutos federais absorveram instituições de ensino – Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) –, dos quais um está no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais. Das Unidades Descentralizadas de Ensino, há 7 Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas, Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (UFPA), Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Escola Agrícola de Jundiá da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Escola de Música da UFRN, Escola de Saúde da UFRN, Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como 8 Escolas Vinculadas às Universidades, Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB, Colégio Técnico de Bom Jesus da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Colégio Técnico de Teresina da UFPI, Colégio Técnico de Floriano da UFPI, Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Colégio Politécnico da UFSM e o Colégio Dom Pedro II.

MAPA 3 – SEDES DOS INSTITUTOS FEDERAIS, DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS TÉCNICAS NO BRASIL



FONTE: ADAPTADO DE E-MEC (2019).

A partir do ano de 2003, o processo de ampliação das universidades públicas federais no Brasil ocorreu por meio de uma política de expansão da Educação Superior, expressa na ampliação e na diversificação da educação. Ficou evidente a intenção de expandir o acesso à rede pública e contribuir para a redução das assimetrias regionais (BRASIL, 2014).

Esse processo de ampliação, interiorização e democratização do acesso à educação superior, colocado em prática em todo o país, como anteriormente ressaltado, também foi perceptível no Paraná, onde a evolução do ensino superior se expressa nas mudanças dos indicadores sociais e em atendimento às

necessidades locais. Pode-se ver a informação no próximo tópico, onde se expõe a evolução do ensino superior no estado do Paraná.

5.2 A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ

As transformações do ensino superior ocorridas em âmbito nacional contribuíram para que os estados brasileiros iniciassem os seus primeiros movimentos na efetivação e implantação de instituições de ensino superior. Assim, a trajetória do ensino superior no Estado do Paraná, como apresenta Campos (2008), tem seus primeiros movimentos com as iniciativas de Rocha Pombo³². Em 1892, ele objetivava estabelecer uma universidade na capital do estado, embora existissem diversos parlamentares ou mesmo dirigentes políticos paranaenses que presenciavam, na capital brasileira, a discussão promovida no congresso. No período imperial, em diferentes contextos, houve tentativas de implantação da universidade. No pensamento de Rocha Pombo, a formação universitária deveria ser a expressão da totalidade do conhecimento.

No entanto, nenhum político paranaense apresentou um projeto universitário para o estado do Paraná. Dessa forma, a ação de Rocha Pombo pode ser entendida como pioneira no Estado, embora o seu projeto não tenha sido implementado. Apesar disso, Campos (2008) mostra que a proposta de Rocha Pombo, no fim dos oitocentos, ao propor a criação de uma universidade na capital paranaense, fez uma ação peculiar naquele período, pois as discussões sobre a criação de universidade ficaram centralizadas nos estados em que estavam às faculdades de direito, de engenharia e de medicina, ou seja, no Rio de Janeiro, São Paulo e em Pernambuco.

Além de ter sido uma ação peculiar para a época, a ação de Rocha Pombo em defesa da criação da universidade no Paraná não foi precedida de discussão teórica acerca de sua concepção sobre essa temática, ou melhor, ele não produziu obras em que a temática do ensino superior tivesse sido diretamente objeto de discussão (CAMPOS, 2008).

O sonho de uma universidade na capital do estado não ficou restrito somente às iniciativas de Rocha Pombo, cabendo a outros intelectuais da época a ousadia de

³² Considerado o primeiro paranaense, lança-se em 1891 a uma empreitada entendida como verdadeira utopia: fundar em Curitiba uma universidade. Essa era, então, uma cidade de 20.000 mil habitantes. Sozinho, sem equipe e sem dinheiro, com apenas 34 anos de idade (WACHOWICZ, 2006).

“construírem” a hoje denominada UFPR. Ela ficou também conhecida como a Universidade do Mate, pois havia naquele momento um progresso da economia paranaense em função do período econômico ervateiro.

Outros membros da intelectualidade paranaense, com a notícia do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911 – Lei Rivadávia³³, que liberava e desoficializava o ensino superior no Brasil, viram a Lei como uma excelente oportunidade para o estado do Paraná. Dessa forma, no início do século XX, em 1912, foi criada a Universidade do Paraná, destacando-se algumas personalidades paranaenses, entre as quais estão Vitor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo. Formaram-se, então, dois grupos distintos.

Conforme Wachowicz (2006), um primeiro grupo foi liderado por Nilo Cairo, que de forma ousada, juntamente com outros intelectuais, passou a ser porta voz de uma equipe. Para eles, a força que os movia em prol da universidade não era um sentimento histórico regionalista de afirmação, mas uma ideologia positivista. O segundo grupo foi liderado por Vitor Ferreira do Amaral, que se movia por laços e sentimentos ligados às elites tradicionais paranaenses. No entanto, a liderança coube à Nilo Cairo, para que a universidade de fato não fosse só idealizada, mas concretizada. Entretanto, após um período de debates, idas e vindas, ocorreu a fusão dos dois grupos que lançaram de forma pioneira a fundação da Universidade. Caso permanecessem isolados e divididos, a possibilidade da criação da universidade não passaria das primeiras iniciativas (WACHOWICZ, 2006).

Cunha (1980) e Durham (2005) convergem com Wachowicz (2006) na afirmação de que a história do desenvolvimento econômico paranaense está ligada à instalação da UFPR. Aquele foi um momento em que se percebeu a necessidade de mão de obra e de profissionais qualificados. Por isso, com a criação da Universidade do Paraná, os primeiros cursos oferecidos foram de Engenharia Civil, Direito, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio, organizada por diferentes personalidades paranaenses, entre as quais destacam-se novamente Vitor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo, cuja proposta de criação dos cursos era atender à necessidade do próprio mercado. Mais tarde, em 1915, a universidade transformava-se em Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Engenharia, ou seja, a universidade por determinação da Reforma Maximiliano deixaria de existir, o

³³ A Lei Rivadavia leva o nome do proponente do projeto Rivadavia da Cunha Correia – considerado liberal sendo na época Ministro do Interior.

que perdurou até 1946, quando as faculdades foram unificadas. A partir de então, passou a existir a Universidade do Paraná, constituída pelas faculdades de Engenharia Civil, Direito, Medicina e Filosofia, Ciências e Letras. Esta fora criada em 1938 (CAMPOS, 2008).

Embora o estado do Paraná, por meio das suas forças políticas, tenha instalado a Universidade para formar mão de obra qualificada, o ensino superior nas demais regiões paranaenses ainda era algo a ser conquistado, sobretudo, nas demais mesorregiões paranaenses. Na concepção de Wachowiz (2006) e Luporini (2008), a partir da década de 1960, o Paraná pode ser considerado um estado territorialmente ocupado, completando-se historicamente o período de ocupação territorial, que teve no seu processo de ocupação os diversos ciclos econômicos da mineração, do tropeirismo, do ouro, da erva mate, da madeira, do café, entre outros. Todos esses ciclos contribuíram enormemente para a consolidação do crescimento econômico e desenvolvimento paranaense. Para Turmena (2011), nessa época, deixaram de existir as frentes pioneiras, não restando mais terras a serem “ocupadas” e “colonizadas”.

Porém, para Schmidt (1999), até a década de 1960, a hegemonia política no Paraná estava nas mãos de apenas dois grandes grupos do “Paraná Velho ou Tradicional”. Um primeiro grupo era formado por representantes da burguesia industrial-comercial e teve como base econômica os ciclos econômicos da erva-mate e da madeira. Um segundo grupo, embora forte economicamente desde os tempos da Província, tomou para si a direção do processo, em substituição aos proprietários de terras localizadas nas regiões primeiramente colonizadas no Paraná, especialmente os dos Campos Gerais. Este grupo só conseguiu ver o seu poderio, em termos políticos a partir da República (SCHMIDT, 1999). Portanto, até o ano de 1964, por parte dos dois grupos, havia uma alternância de poder, que somente é finalizada com o governo de Ney Braga, refletindo nas iniciativas de educação superior no Estado.

Entre 1965 e 1968, Paulo Pimentel assumiu o governo do Estado, tendo como principal bandeira a necessidade de implantar infraestrutura básica em várias frentes, sobretudo, no setor educacional. Porém, para que sua “ideologia do desenvolvimento integrado” fosse de fato posta em prática, destacava a importância de recursos humanos qualificados como condição para o desenvolvimento. Dessa forma, essa necessidade estava vinculada a um processo de formação tanto

informal (treinamento) quanto do sistema de ensino. Para Pimentel, a educação era uma meta essencial dentro da política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento.

Na concepção de Pimentel, a proposta de interiorização do ensino superior fazia parte da estratégia de desenvolvimento integrado do seu governo, que buscava integrar regiões, áreas e diferentes estratos populacionais ao processo de expansão do capitalismo monopolista no Estado (SHEEN, 1986). Assim, a interiorização representou um forte componente econômico e político da filosofia administrativa do seu governo.

Padilha (2008) e Silva (2002) explicam que, no Paraná, a primeira universidade pública superior federal se concentrava na capital e, até 1960, contava apenas com a UFPR. Porém, desde 1949, o ensino superior, embora de forma embrionária implantado por meio de criação de faculdades isoladas fora da área de abrangência da Capital, levou à polarização das instituições de ensino superior no Estado, pois “as cidades-sedes das IES eram centros para onde convergiam preferencialmente as populações vizinhas, em busca de educação e de serviços técnicos e profissionais especializados”, iniciando de forma lenta um processo de interiorização.

O processo de interiorização pode ser melhor mensurado no final da década de 1960, momento em que o Governo Federal promoveu a descentralização do ensino superior para os governos estaduais, por meio da Lei nº 5.540/68 – da reforma universitária –, possibilitando a criação de IES em outras regiões que não fossem as capitais dos estados e destacando a organização universitária como forma privilegiada para a ampliação do sistema brasileiro. Seguindo a tendência,

[...] os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento (BRASIL, 1968).

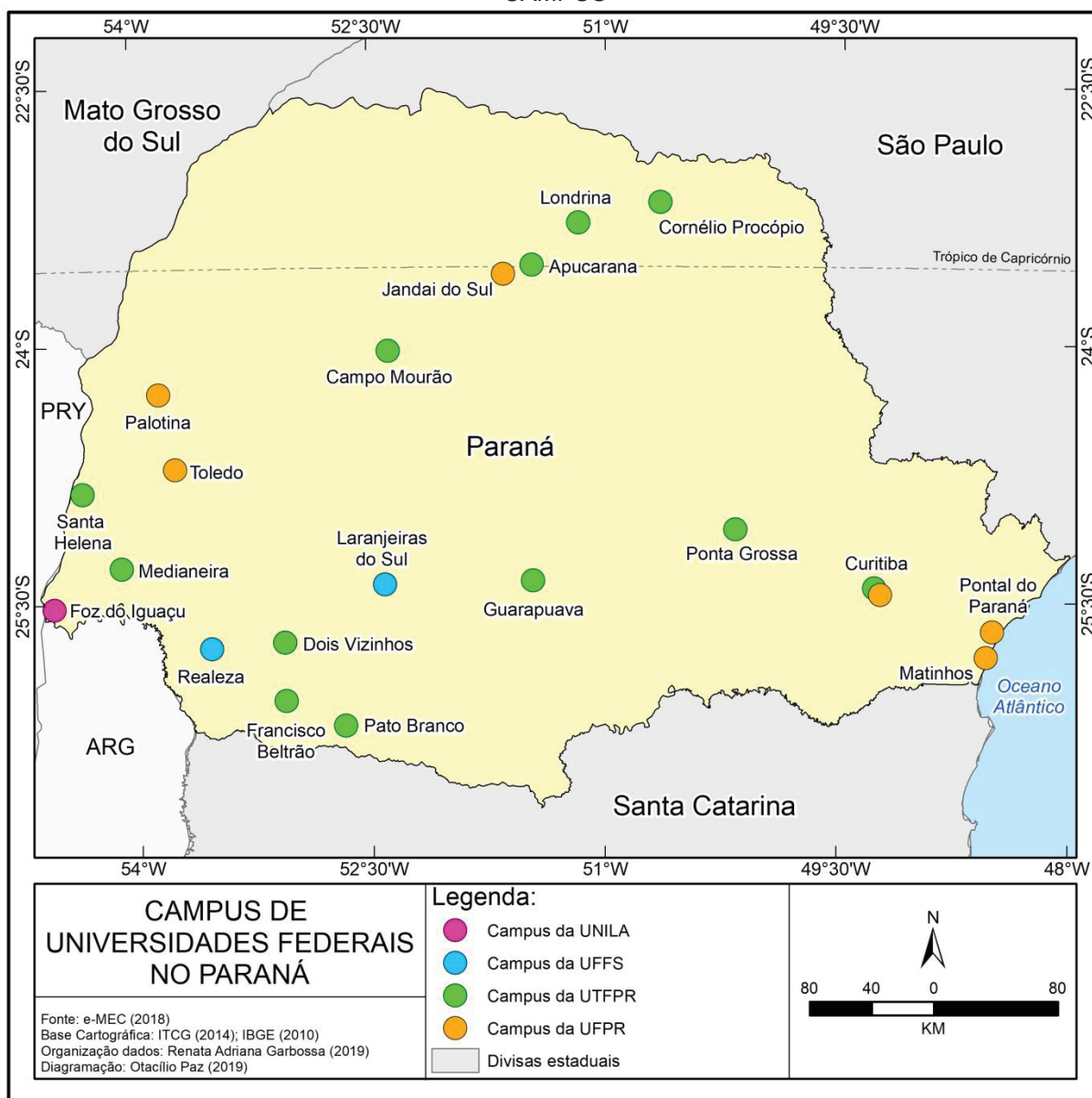
No entanto, por muitas décadas, a UFPR foi a única Universidade Pública Federal de Ensino Superior no Estado do Paraná. Além da sede em Curitiba, anos mais tarde implantou outros campus no interior do Estado e no litoral. O processo de interiorização ocorreu a partir da década de 1990. No ano de 1993, inaugura-se o

câmpus no município de Palotina. Quase uma década mais tarde foram inaugurados dois câmpus no litoral do Paraná. Em 2005, foi inaugurado o câmpus litoral em Matinhos³⁴ e, no município de Pontal do Paraná, está localizado o Centro de Estudos do Mar. Outros dois câmpus foram inaugurados nos municípios de Toledo, no ano de 2016 (Oeste paranaense), e o câmpus Avançado, no município de Jandaia do Sul, localizado na mesorregião Norte Central Paranaense, foi implantado em fevereiro de 2014.

Somado à instalação da UFPR nos anos 2000, outras universidades públicas federais se instalaram mais tarde em função de uma grande demanda da própria sociedade civil organizada e da necessidade de mão de obra especializada. A Unila, com sede no município de Foz do Iguaçu, instalada por meio da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, e a UFFS, com sede em Chapecó-SC, foi instalada por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. A UFFS abrange a Mesorregião Fronteira Mercosul – Sudoeste, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul, totalizando cinco câmpus nos municípios de Chapecó (SC), Cerro Largo e Erechim (RS) e, no Paraná, os dois polos estão localizados nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza (MAPA 4).

³⁴ Comporta cursos profissionalizantes (pós-médio) e de graduação e tem como objetivo principal formar cidadãos e profissionais que irão promover o desenvolvimento socioeconômico do litoral do Paraná.

MAPA 4 – UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS RESPECTIVOS CÂMPUS



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2019).

Além das universidades públicas federais, o Paraná possui ainda 25 câmpus do IFET localizados nos municípios de Assis Chateaubriand, Curitiba, Ivaiporã, Pinhais, Campo Largo, Foz do Iguaçu, Londrina, Pitanga, Capanema, Jacarezinho, Palmas, Telêmaco Borba, Cascavel, Jaguariaíva, Paranaguá, Umuarama, Colombo, Irati, Paranavaí, União da Vitória, Astorga, Barracão, Goioerê, Quedas do Iguaçu, Coronel Vivida, que ofertam cursos tecnológicos nas mais diversas áreas do conhecimento, o que proporciona o desenvolvimento tanto da pesquisa básica como a da aplicada e promove a extensão, a cultura e a cooperação técnico-científica institucional, nacional e internacional.

Os anos de 1994 e 2013, em especial, foram marcados por um significativo avanço na concretização do direito à educação para todos. Esse princípio foi consagrado na Constituição Federal de 1988 e teve como marco regulatório fundamental para a educação a LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Sem dúvida, os avanços no campo da educação foram expressivos, sobretudo, no orçamento dedicado a Educação que teve segundo a OECD (2015) crescimento contínuo durante todo o período alcançando, 17,2% do gasto público total em 2013. No entanto, apesar das sucessivas melhorias, esses valores ainda são considerados insatisfatórios, havendo a necessidade de mais investimentos, uma vez que o nível de investimento do Brasil é significativamente inferior ao dos países da OECD, e alguns países da América Latina, entre eles, aos números do Chile, Colômbia e México, por exemplo (OECD, 2015).

Historicamente, as instituições de ensino superior do Paraná foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade como um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado. O fato evidenciou a quase total inexistência, ao longo do tempo, de uma política que sistematizasse a educação superior (SCHMIDT, 1999). Nesse sentido, Luporini (2008), que converge com Schmidt (1999), afirma que o aspecto político foi de fundamental importância para a criação e desenvolvimento do ensino superior em determinadas regiões do Paraná.

Conclui-se, portanto, que a instalação e expansão das universidades públicas federais tem ocorrido de acordo com as demandas das regiões nas quais elas estão alocadas, trazendo mudanças significativas e efeitos positivos no que tange ao capital humano, melhorias nos indicadores econômicos e sociais. O fato foi evidenciado nas diversas regiões brasileiras, englobando o estado do Paraná. Ou seja, a história do ensino superior público federal paranaense abarcou episódios de grandes desafios, conquistas, dificuldades e superações. Além disso, influenciou positivamente tanto o crescimento qualitativo dos municípios e do entorno quanto o crescimento em volume de recursos financeiros aportados, por meio de uma estrutura de pesquisa científica e tecnológica das próprias universidades.

5.3 A EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL E SUAS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NAS MESORREGIÕES ESTUDADAS

A constituição da UTFPR é um evento atual, que pondera os marcos legais que a legitimaram nesse nível de ensino. Entretanto, a sua história, é centenária³⁵, pois percorre um longo caminho que atravessa o século XX, passando por inúmeras transformações até se apresentar no formato atual. A criação da instituição que, no ano de 2005, se transformou na UTFPR, ocorreu no ano de 1909. Isso se deu a partir da política implementada pelo Governo de Nilo Peçanha, que instituiu a Rede Nacional de Escolas de Aprendizes e Artífices. O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, estabeleceu a criação, em cada uma das capitais dos estados brasileiros, de uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário, de modo que elas seriam mantidas com recursos do Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio (BRASIL, 1909).

Um ano após a sua criação, no ano de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná entrou em funcionamento, atendendo aos princípios que vigoravam na época, de oferecer um ensino profissional. Em todo o país, a criação da Escola de Aprendizes Artífices teria o papel de absorver o grande número de meninos e adolescentes oriundos das faixas sociais mais humildes, que não trabalhavam e muito menos tinham condições de estudar.

Nesse mesmo ano, as primeiras unidades das novas escolas começaram a surgir cumprindo a determinação do Decreto Presidencial, período em que o Paraná experimentava fortes mudanças em seu perfil devido a um processo de intensa urbanização, impulsionado por dois fatores preponderantes. De um lado, a economia da erva mate e, de outro, o incentivo à imigração, visando à ocupação do solo. Esse processo teve início a partir de 1870. Soma-se a isso, ainda, a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885. O intenso movimento migratório em direção a Curitiba fez com que num período de apenas duas décadas – de 1890 a 1910 – a população da cidade mais que duplicasse, passando de 24.453 habitantes para 60.800.

O inchaço populacional não apenas potencializou os problemas de infraestrutura como fez multiplicar as questões sociais com a chegada de operários oriundos de todas as regiões do interior do Estado, elevando o número de

³⁵ Em 2010, foi lançado o livro comemorativo do centenário da UTFPR, denominado *UTFPR: história de 100 anos*. A publicação conta a trajetória da UTFPR desde sua criação em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, até sua transformação em Universidade Tecnológica, em 2005. Todos os principais acontecimentos da instituição, incluindo as programações do seu centenário, comemorado no ano de 2009, estão no livro. São 170 páginas de histórias, acontecimentos e imagens que marcaram alunos, professores, técnicos-administrativos e comunidade externa (UTFPR..., 2010).

desempregados e a disseminação de doenças a partir da ocupação de áreas insalubres. Para as crianças e jovens, pouco restava senão circular sem destino pelas ruas da cidade de Curitiba, por vezes cometendo pequenos delitos – um quadro que se repetia em outras capitais. Não por acaso, a chegada da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi acompanhada com especial interesse pela sociedade paranaense, pois representava uma tentativa, senão para sanar, ao menos para amenizar os problemas com as crianças e os adolescentes.

Ao longo de seus mais de 100 anos, a instituição passou por diversas transformações. Se nasceu em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices, daria o passo seguinte em 1937, quando foi transformada em liceu industrial do Paraná, e em 1942, com a mudança denominada para Escola Técnica de Curitiba. Novo capítulo seria escrito em 1959, com o nascimento da Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). Em 1978, seria transformada em Cefet-PR e, finalmente, a UTFPR foi criada oficialmente pela Lei nº 11.184, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 7 de outubro de 2005, trazendo mais autonomia para criar e extinguir cursos e programas de ensino superior, na emissão de diplomas de cursos superiores, ter mais facilidade no acesso a órgãos de pesquisa e na ampliação de recursos tanto humanos quanto financeiros.

Até o ano de 2005, a atuação da UTFPR estava concentrada em apenas sete câmpus. Além de Curitiba os outros seis estavam localizados no interior do estado, nos municípios de Dois Vizinhos, Medianeira, Pato Branco, Campo Mourão, Cornélio Procópio e Ponta Grossa. Em pesquisa de campo junto a UTFPR-Curitiba, para o assessor de Desenvolvimento Acadêmico³⁶, a história da origem dos câmpus instalados até o ano de 2005 é semelhante ao se tratar de uma intenção governamental e não política.

A partir de 2006 foram criados pelo ministério da educação outros seis novos câmpus no interior do estado, nos municípios de Apucarana, Londrina, Toledo, Francisco Beltrão, Guarapuava, Santa Helena, totalizando 13 (treze). Diferentemente dos câmpus implantados até o ano de 2005, que foram constituídos por meio de uma ação governamental, todos os demais sempre tiveram uma demanda local. Os representantes do poder público e as entidades da iniciativa privada dos municípios que tinham interesse na instalação de uma universidade

³⁶ Entrevista concedida pelo assessor de Desenvolvimento Acadêmico do câmpus Curitiba, em 15 de julho 2019. Arquivo mp3 (40 min).

federal buscavam a direção da UTFPR-Curitiba sempre com um apoio político local na intenção de apresentar um projeto preliminar. Ao mesmo tempo, a direção da universidade deixava claro que, para a instalação de um câmpus, eram necessários por parte dos municípios alguns fatores, como, por exemplo, apresentar um quadro mínimo de docentes e de técnicos administrativos, bem como infraestrutura física para dar início às atividades e, sobretudo, o apoio político que pudesse fazer o lobby junto ao MEC. “Sem esse apoio político dificilmente você conseguiria avançar no ministério da educação”. “Todos os câmpus tiveram um forte trabalho da classe política para a implantação obviamente com o interesse da comunidade local”, pondera o assessor de Desenvolvimento Acadêmico do câmpus Curitiba. Para Dourado (1997), a efetivação da expansão nem sempre ocorre a partir de mecanismos de planejamento qualitativo, resultando muitas vezes de pressões sociais ou barganhas políticas das mais diversas. Na mesma linha de pensamento, para Camelo (1992), o processo de interiorização em determinadas universidades dá-se por prestígio político em que predominam as práticas clientelistas.

Em outras palavras, enquanto a universidade tinha a função operacional na elaboração do projeto de um novo câmpus protocolado junto ao Ministério da educação, ter o momento de aprovação no MEC era um processo político que precisava ser levado em consideração. Caso contrário, não evoluía³⁷.

Iniciativas de projetos para implantação de câmpus da UTFPR, como é o caso dos municípios de Paranavaí (Noroeste) e Tibagi (Câmpus Gerais), não evoluíram, em função da pouca expressividade política local. Fica claro que, nos municípios em que as forças políticas locais eram melhor articuladas, juntamente com os grupos de interesse ligados ao poder político e econômico, somado aos grandes proprietários, promotores e empresas construtoras que atuam dentro do marco do sistema capitalista, o processo de instalação dos câmpus de Apucarana, Londrina, Toledo, Francisco Beltrão, Guarapuava e Santa Helena ocorreu de forma articulada.

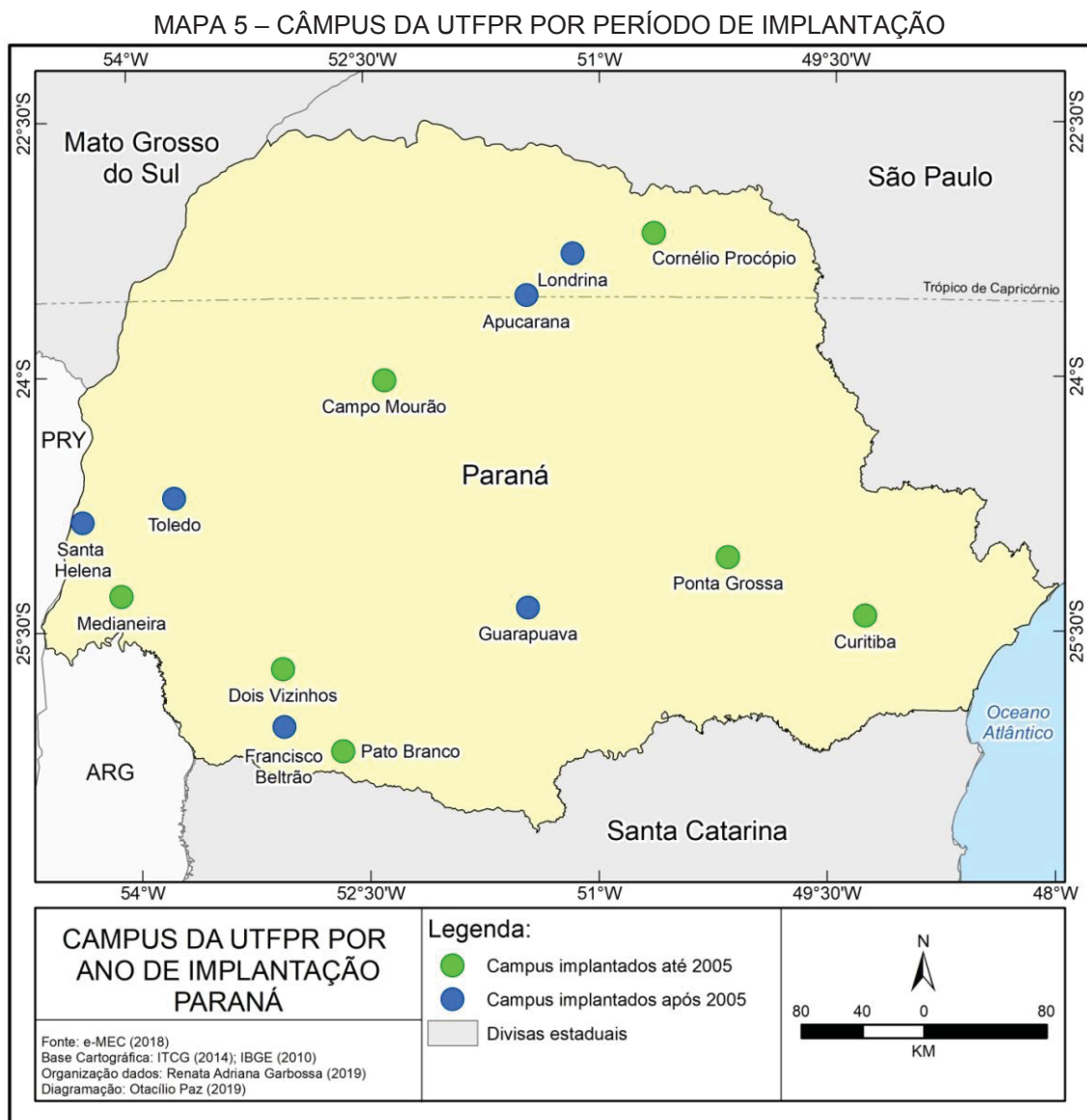
No ano de 2008, a UTFPR deu outro passo importante ao obter do Ministério da Educação a aprovação para aderir ao Reuni do Governo Federal. No entanto, o caminho percorrido pela universidade para a adesão ocorreu em meio a grandes debates e discussões nem sempre convergentes para a comunidade acadêmica, mas que foram necessárias naquele momento. Em pesquisa de campo da UTFPR-

³⁷ Entrevista concedida pelo assessor de Desenvolvimento Acadêmico do câmpus Curitiba, em 15 de julho 2019. Arquivo mp3 (40 min).

Curitiba, para o assessor de Desenvolvimento Acadêmico, “a implantação do REUNI foi um ponto de inflexão, pois a mudança foi muito positiva”. A adesão ao programa reverberou em uma ampla quantidade de recursos financeiros que contribuíram, sobretudo, na ampliação da pesquisa, das monitorias que deixaram de ser voluntárias para serem remuneradas, além da aquisição de materiais, *softwares*, melhorias de laboratórios, que, como destaca o docente, alteraram substancialmente o universo da academia.

Um dos objetivos do Reuni foi “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Observa-se que o objetivo do Reuni foi posto em prática na UTFPR com ampliação tanto da estrutura física quanto dos recursos humanos, suscitando alterações significativas, conforme dados apresentados nos Planos de Desenvolvimento Institucional. Em seu último PDI, de 2018/2022, a UTFPR em seus 13 (treze) câmpus (MAPA 5) conta com 2.520 docentes efetivos, sendo que destes, 57% são doutores e 37% mestres, 1.169 técnicos-administrativos e mais de 35.000 são estudantes regularmente matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio, em cursos de graduação nas modalidades de Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologias e em programas de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, distribuídos em seus 13 Câmpus no Estado do Paraná. O número de cursos ofertados tanto na graduação quanto na pós-graduação também é representativo, pois são ofertados 52 (cinquenta e dois) cursos de bacharelados, 28 (vinte e oito) cursos de licenciaturas e 14 (quatorze) de tecnologias. Já na pós-graduação, são 77 (setenta e sete) especializações, 52 (cinquenta e dois) mestrados e 7 (sete) doutorados, o que denota alterações substanciais na educação superior pública no estado do Paraná.



FONTE: ADAPTADO DE BRASIL (2019).

Conforme o PDI 2018/2022, a interiorização do ensino superior no Paraná contribuiu no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, mudança social, econômica, política e territorial em praticamente todas as mesorregiões paranaenses. Para o assessor de Desenvolvimento Acadêmico (2019), a importância da universidade nos municípios é muito sólida, pois ela possui uma grande conexão com a região onde os câmpus estão instalados.

5.4 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MESORREGIÃO SUDOESTE

A formação e a ocupação em larga escala da maior parte dos municípios que compõem a mesorregião Sudoeste³⁸ remontam, principalmente, às décadas de 1950 e de 1960³⁹, desenvolvendo-se no bojo da última onda de povoamento que se expandiu sobre o território paranaense, avançando no sentido sul-oeste do Estado (IPARDES, 2004). Na sua grande maioria, as principais correntes migratórias foram provenientes do sul do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, impulsionados, fundamentalmente, por fatores que atuaram de forma convergente e quase simultânea.

O primeiro fator que se apresentou como decisivo está relacionado às profundas transformações na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, o que resultou em um acelerado processo conhecido como minifundização, que refletiu em excedentes populacionais agrícolas. Esses excedentes populacionais, em sua maioria provenientes de áreas agrícolas, com poucas perspectivas e possibilidades de permanecerem nas áreas rurais, iniciam, então, o fluxo migratório, principalmente para o sudoeste do Paraná. Além do grande fluxo de sulinos, agricultores catarinenses de origem alemã e italiana também deserdados do campo, porém como uma melhor condição financeira, tanto no que se refere aos instrumentos de trabalho como de conhecimento técnicos, foram ímpares para a formação de novas propriedades rurais na região sudoeste do Paraná, muito em função de fatores como, terras baratas, férteis e de boa qualidade e escassamente povoadas (IPARDES, 2004).

O segundo fator ocorreu principalmente a partir dos anos 40, quando colonizadoras implantadas, ora pelo Governo do Paraná ora por companhias privadas⁴⁰, como, por exemplo, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda⁴¹, fundaram

³⁸ O Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, cunhado no Governo de Getúlio Vargas, criou no Sudoeste paranaense a Colônia Agrícola Nacional General Osório, visando a ocupação e a consequente integração da região às demais regiões do Estado. A colônia trouxe para o local milhares de posseiros que buscavam melhores condições de vida, oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul. Além desses, havia os posseiros que vinham independentemente e se instalavam nessas terras. Em nenhum dos casos, pela condição sub judice da região Sudoeste, eram fornecidos documentos de posse, circunstância que alguns anos depois tornaria incerta a situação dos posseiros no local (PRIORI *et al.*, 2012).

³⁹ Vale lembrar que as respectivas décadas foram marcadas por uma efervescente movimentação social no campo não só no estado do Paraná, mas em diversas regiões brasileiras.

⁴⁰ A Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. surge no cenário do Sudoeste do Paraná em 1950 como a nova dona das terras constituídas pela gleba Missões e parte da Chopim. Sua entrada na comercialização das terras do Sudoeste foi cercada por opositores: a grande maioria dos trabalhos referentes à Revolta dos Posseiros de 1957, no Sudoeste do Paraná, afirma que a transação que a tornou a dona das terras da região foi repleta de ilegalidade (PRIORI *et al.*, 2012).

⁴¹ Ver Martins (1986).

inúmeras colônias na região, contribuindo para o impulsionamento do comércio de terras locais, atraindo milhares de agricultores gaúchos e catarinenses em função da venda das terras em pequenas parcelas.

Desse modo, no início da década de 1970, a mesorregião do Sudoeste Paranaense, principalmente em função dos dois grandes fatores já expostos, mostrava uma população de 450 mil habitantes, residindo em sua maioria no meio rural, o que denota o pequeno índice de população urbana que estava estimado em torno de 18%. Dados do censo do IBGE (2000) demonstram que, em 2000, o Sudoeste permanecia abrigando quase 11% da população rural do Paraná e a maior parte da sua população vivia em áreas consideradas urbanas, ou seja, mais de 80%, o que representa uma trajetória de urbanização tão intensa quanto a do próprio Estado. O aumento e a intensidade como ocorreu a urbanização colocou em xeque as estruturas urbanas e os modelos vigentes de gestão das cidades.

A Mesorregião Sudoeste (MAPA 6) está articulada em um conjunto de municípios, sendo que, destes, Francisco Beltrão e Pato Branco são considerados pelo IBGE (2000) como os principais centros regionais, com níveis de centralidade forte, além de serem os únicos a apresentarem uma população total e urbana superior a 50 mil habitantes. Dados divulgados pelo Iparde (2017) sobre a população paranaense apresenta o município de Francisco Beltrão com uma projeção de crescimento de 20,7%, atingindo 108 mil habitantes. Nesse cenário, Francisco Beltrão consolidará ainda mais sua liderança regional.

MAPA 6 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE



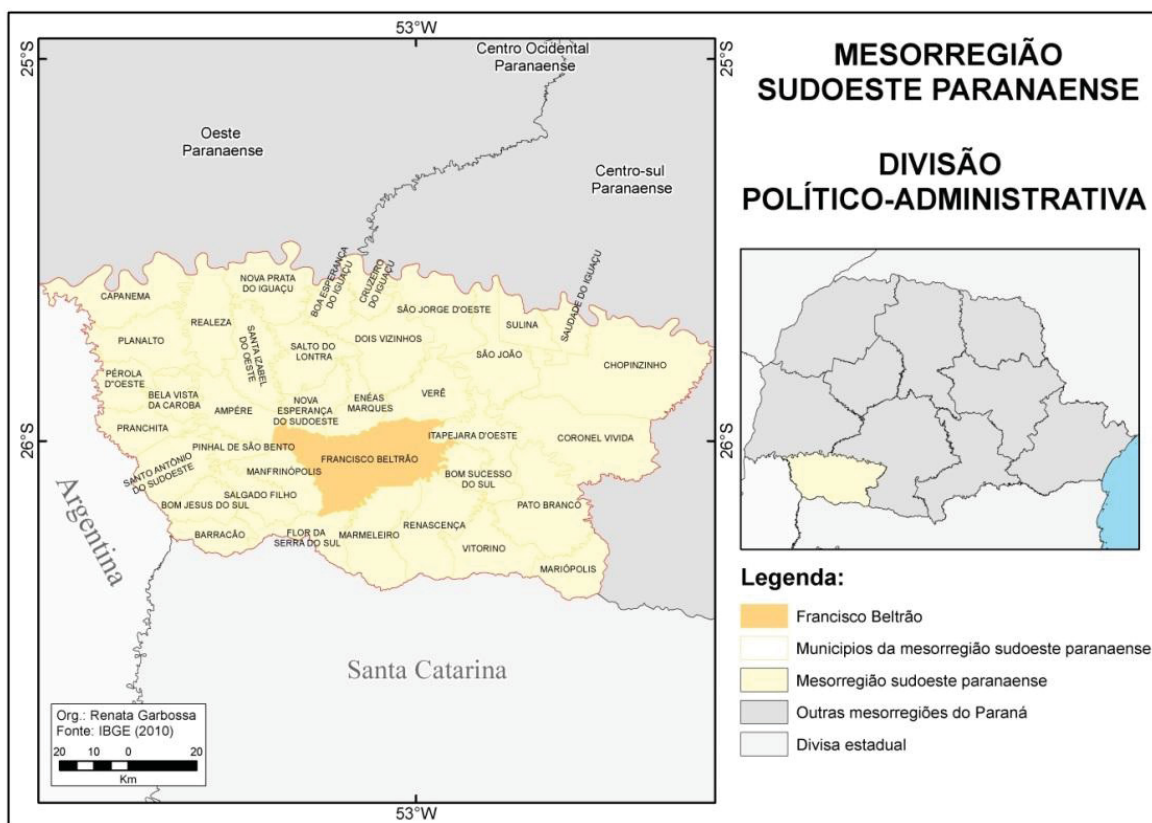
FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Dados do IparDES (2004) mostram que, com relativo desnível, os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco eram seguidos por outros três situados na classe entre 20 mil e 50 mil habitantes. Desses, somente Dois Vizinhos possuía população urbana acima de 20 mil habitantes no ano de 2000, ou seja, no ano de 2000, todos esses municípios juntos concentravam 47,3% da população urbana mesorregional. Dos outros 23 municípios que compõem a mesorregião, 49,3% da população está concentrada nos municípios com uma população que varia entre 5 mil e 20 mil habitantes. Destes, 12 tinham mais de 5 mil habitantes na área urbana, concentrando 35,7% da população mesorregional. Além disso, entre eles, 7 municípios tinham menos de mil moradores nas áreas urbanas, e Manfrinópolis e Bom Jesus do Sul sequer alcançavam 500 moradores em seu perímetro urbano.

O espaço da Mesorregião Sudoeste (MAPA 7), até a década de 1950, era constituído apenas por três municípios. Contudo, ocorreram muitas e sucessivas fragmentações em sua divisão político administrativa, num processo contínuo de desmembramentos, dando origem a vários municípios, os quais se mantêm até hoje, não somente no espaço da Mesorregião Sudoeste, mas aplicando-se para as outras mesorregiões paranaenses.

Para Alves (2006), a criação de municípios no Brasil assumiu, entre as décadas de 1980 e 1990, principalmente, com a promulgação da Constituição de 1988, novas regras. O aumento significativo de municípios exigiu por parte do governo federal uma medida preventiva que limitasse as emancipações municipais, por meio da Emenda Constitucional nº 15/96. Para exemplificar, até o ano de 1988, o Estado do Paraná contava com 318 municípios, passando para 399 no ano de 2000, ou seja, foram criados 81 novos municípios entre 1988 até 2000 – em um intervalo de apenas 12 anos. Nesse contexto, é preciso esclarecer que a grande maioria desses novos municípios que foram criados no Estado do Paraná tinham menos de 20 mil habitantes quando do momento da sua emancipação política.

MAPA 7 – MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA MESORREGIÃO SUDOESTE PARANAENSE



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Dos municípios que compõem a mesorregião Sudoeste Paranaense, 11⁴² foram criados entre os anos de 1988 e 2000, como poder ser verificado no QUADRO

⁴² Dados divulgados pelo IBGE (2017) mostram que, dos 11 municípios que foram emancipados com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o município de Saudades do Iguaçu possui o maior número de habitantes, com 5.448, enquanto o município de Boa Esperança do Iguaçu, 2.671 habitantes.

6. Entre eles, Bela Vista da Caróba (1997), Boa Esperança do Iguaçu (1993), Bom Jesus do Sul (1997), Bom Sucesso do Sul (1993), Cruzeiro do Iguaçu (1993), Flor da Serra do Sul (1993), Manfrinópolis (1997), Nova Esperança do Sudoeste (1993), Pinhal do São Bento (1993), Saudades do Iguaçu (1993), Sulina (1989). Para o IBGE, o período entre os anos de 1991 a 2000 expõe outro momento de significativo aumento do número de municípios em quase todas as unidades federativas, o que, em boa medida, reflete o período de descentralização política oferecido pela Constituição Federal de 1988 (QUADRO 3).

QUADRO 3 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANO DE CRIAÇÃO E RESPECTIVAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES⁴³ DO SUDOESTE PARANAENSE

MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - IBGE	MESORREGIÃO GEOGRÁFICA - IBGE	REGIÃO GEOGRÁFICA DO PARANÁ ⁽¹⁾
Ampére	1961	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Barracão	1952	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Bela Vista da Caroba	1997	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Boa Esperança do Iguaçu	1993	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Bom Jesus do Sul	1997	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Bom Sucesso do Sul	1993	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Capanema	1952	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Chopinzinho	1955	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Coronel Vivida	1955	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Cruzeiro do Iguaçu	1993	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Dois Vizinhos	1961	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Enéas Marques	1964	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Flor da Serra do Sul	1993	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Francisco Beltrão	1952	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Itapejara d'Oeste	1964	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Manfrinópolis	1997	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Mariópolis	1961	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Marmeleiro	1961	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Nova Esperança do Sudoeste	1993	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Nova Prata do Iguaçu	1983	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Pato Branco	1952	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Pérola d'Oeste	1961	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Pinhal de São Bento	1993	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Planalto	1963	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Pranchita	1983	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Realeza	1963	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Renascença	1961	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Salgado Filho	1964	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Salto do Lontra	1964	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Santa Izabel do Oeste	1964	Capanema	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Santo Antônio do Sudoeste	1952	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
São João	1961	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
São Jorge d'Oeste	1963	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Saudade do Iguaçu	1993	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Sulina	1989	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Verê	1963	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense
Vitorino	1961	Pato Branco	Sudoeste Paranaense	Sudoeste Paranaense

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

⁴³ A microrregião geográfica de Francisco Beltrão congrega 19 municípios. Já a mesorregião congrega 3 microrregiões (Microrregião Geográfica Capanema, microrregião de Francisco Beltrão e microrregião de Pato Branco), totalizando 37 municípios.

Até o início do ano de 2000, com a criação de novos municípios na região Sudoeste do Paraná, entre eles Francisco Beltrão e Pato Branco, constituíram-se como eixos articuladores formando em torno desses anéis de elevado crescimento da população urbana em municípios de pequeno porte (IPARDES, 2004). Esse novo panorama passou a exigir uma maior formação de recursos humanos contribuindo para o processo de expansão do ensino superior da Região Sudoeste do Paraná. Dessa forma, a educação superior, especialmente no município de Francisco Beltrão, a partir do início do século XXI, ganha uma nova configuração com instituições de ensino superior públicas e privadas e com as primeiras articulações para a instalação do câmpus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que será discutida no item a seguir.

5.4.1 O Câmpus da UTFPR – Francisco Beltrão

O Câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão teve sua incorporação formalizada com a publicação da Portaria Ministerial nº 1.863, em 30 de novembro de 2006, a partir da incorporação da estrutura da Fundação Texcel⁴⁴. O seu processo de implantação foi fruto de mobilização da sociedade civil organizada, o conselho de desenvolvimento local, juntamente com lideranças políticas que entenderam a relevância da instalação de uma universidade para a formação de mão de obra local, crescimento e desenvolvimento econômico.

Conforme dados da UTFPR, a escolha do primeiro curso, implantado no início de 2008, foi Tecnologia em Alimentos, que em 2014 passa a ser denominado de Engenharia de Alimentos⁴⁵. O curso foi escolhido devido à significativa presença de

⁴⁴ Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão, que ofertava cursos de educação profissional na modalidade pós-médio, contribuiu para a inserção profissional de seus alunos. O acordo de transferência da estrutura da Fundação Texcel para a UTFPR foi realizado em reunião com a Sociedade Rural, Cooperativa dos Suinocultores, representante da Associação Comercial e Empresarial, presidente da Fundação Texcel, representante da prefeitura municipal, representante da UTFPR de Pato Branco e do promotor de justiça.

⁴⁵ Em 2016, a Embrapa fez um acordo de cooperação técnica existente entre a Empresa, a UTFPR de Francisco Beltrão e o Instituto Agrônomo do Paraná, lançando oficialmente a instalação da Unidade Mista de Pesquisa e Transferência de Tecnologia, uma modelagem inovadora de arranjo institucional com atuação em pesquisa e transferência de tecnologia, com sede no Câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão. A UMIPTT irá contar com a infraestrutura da UTFPR, cujo objetivo é articular e identificar as demandas da região e propor soluções tecnológicas em parceria com os demais centros de pesquisa da Embrapa em todo o país. Foram assinados também um termo de adesão ao convênio tripartite, já firmado entre a Embrapa, Iapar e UTFPR, além da Associação das Agroindústrias de Francisco Beltrão; a UFFS; a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural; a Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná; o Instituto de Formação do

indústrias alimentícias na região, que necessitava de grande demanda de mão de obra especializada para atuar nos setores industriais e nas pesquisas, contribuindo com o desenvolvimento local. Para o diretor do câmpus⁴⁶, a implantação do curso “foi concebido por ser uma vertente muito forte nessa área da agroindústria por que é um dos pilares da economia do Sudoeste”. A iniciativa do programa consiste em qualificar os profissionais que atuam em empresas alimentícias e desejam aprimorar seu conhecimento técnico e científico para solucionar problemas no setor industrial ou prestação de serviços na área de alimentos, com a finalidade de promover o desenvolvimento tecnológico e inovar produtos e/ou processos nas empresas instaladas.

Em 2009, o curso de Engenharia Ambiental; em 2011, no segundo semestre, o curso de Licenciatura em Informática; e, em 2013, o Câmpus recebeu autorização do MEC para ofertar o curso de Engenharia Química. Sendo assim, a UTFPR de Francisco Beltrão passou a ofertar vagas nos cursos das engenharias e licenciatura. Contudo, conforme o PDI da UTFPR 2018/2022, consta a programação para a oferta de três novos cursos de graduação, a destacar a Engenharia de Software, Engenharia de Materiais, Engenharia de Controle e Automação, além do curso de engenharia agrônoma que já está sendo estruturado por um grupo de trabalho, para sua implantação em 2020. Neste caso, o principal desafio é o espaço de uma fazenda escola, pois o projeto é voltado à agricultura de precisão, à tecnologia agroindustrial, à produção agrícola sustentável e ao empreendedorismo rural. A previsão é de que sejam ofertadas 88 vagas, todas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁴⁷/Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

De acordo com o reitor em entrevista, esse modelo de seleção garante ao menos R\$ 20 milhões anuais para assistência estudantil à universidade. A oferta do curso de engenharia agrônoma possibilitará a criação do Centro de Ciências Rurais dos câmpus da UTFPR da região, com fortes ações em pesquisa e soluções direcionadas às demandas. Além disso, estimulará no estudante a visão

Cooperativismo Solidário; o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Paraná; a Associação Empresarial de Francisco Beltrão e a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

⁴⁶ Entrevista concedida pelo diretor do câmpus, em 29 de novembro de 2018. Arquivo mp3 (82 min).

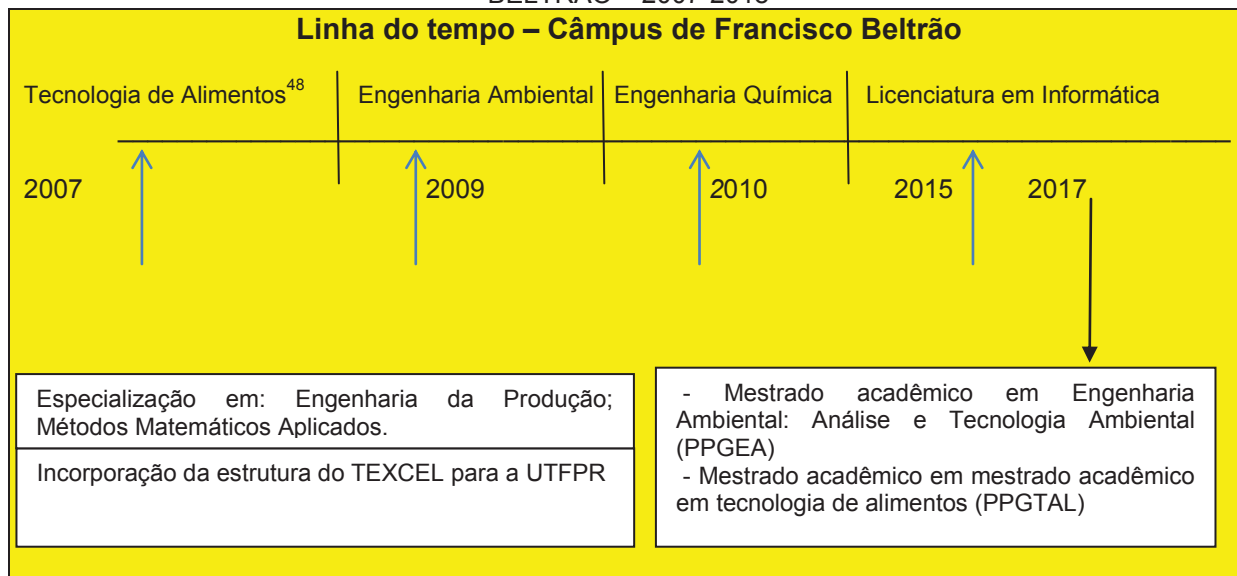
⁴⁷ O Sisu é o sistema informatizado do MEC, instituído pelo Governo Federal por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

empreendedora para viabilizar a sua permanência na propriedade, o que contribui para a sucessão familiar, um dos grandes gargalos para o desenvolvimento regional.

Ainda conforme dados obtidos por meio de entrevista com o diretor do campus a universidade tecnológica, contribui significativamente para a formação de mão de obra especializada, oportunizando a contratação de profissionais altamente qualificados. Com um grande número de indústrias no ramo alimentício, os egressos do curso de Engenharia em Alimentos são absorvidos na região e preparados para atuar em qualquer lugar do país. Esses profissionais encontram na própria universidade uma oportunidade para especialização através do programa de Mestrado Profissional em Tecnologia de Alimentos. No entanto, o que se pode constatar na pesquisa de campo é a necessidade da universidade ser mais conhecida e, ao mesmo tempo, ampliar os laços com a indústria e o setor produtivo. Para o diretor do câmpus, a partir da sua gestão, foi criada uma comissão composta por 12 (doze) servidores que tem como objetivo fazer um portfólio da universidade e visitar as empresas da região, mostrando o que os cursos que são ofertados no câmpus podem oferecer para as empresas. “A ideia é sensibilizar a empresa da importância da universidade para desenvolver pesquisa e contribuir com a empresa”, mostra o diretor do câmpus.

Outro potencial da região, a geração de energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas e a energia eólica é explorada no curso de Engenharia Ambiental. Em 2016, o Câmpus recebeu a autorização para abertura do Mestrado Acadêmico em Engenharia Ambiental: Análise e Tecnologia Ambiental e um segundo programa de pós-graduação, um Mestrado Acadêmico em Tecnologia de Alimentos. Em 2017, iniciou a primeira turma do primeiro mestrado acadêmico do Câmpus, conforme pode ser verificado no ORGANOGRAMA 2.

ORGANOGRAMA 2 – LINHA DO TEMPO DOS CURSOS OFERTADOS NO CÂMPUS FRANCISCO BELTRÃO – 2007-2018



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2018A).

A Universidade promove atividades culturais, desenvolve projetos sociais e tecnológicos, proporciona atividades extraclasse e intercâmbios internacionais. Ela busca parcerias para possibilitar a oferta de estágio e emprego, fomenta a prestação de serviços e desenvolve programas de incubadoras de empresas. Além disso, desenvolve projetos de extensão em diversas áreas, entre as quais estão a social, a tecnológica e de educação, visando integrar-se e colaborar com a comunidade. No início do primeiro semestre de 2019, foram assinados os contratos de quatro novas empresas na pré-incubadora da UTFPR de Francisco Beltrão. Além disso, o Câmpus dispõe de Anfiteatro, Biblioteca, Restaurante Universitário, salas de aula, laboratórios, diversas salas para atendimento administrativo, centro de convivência para alunos, além de uma série de obras de ampliação que já estão em andamento, conforme o PDI 2018/2022. Portanto, o Câmpus da UTFPR em Francisco Beltrão leva em frente o desígnio de educar com padrão de excelência, evoluindo permanentemente, além de adaptar-se às mudanças e exigências constantes dos avanços tecnológicos.

Desde a instalação da UTFPR no ano de 2007, é possível, por meio das imagens aéreas do Câmpus de Francisco Beltrão, verificar as alterações ocorridas no entorno. Embora de forma tímida, houve um aumento das instalações com construções, vias de acesso, pavimentação e alterações significativas. Entre elas, a

⁴⁸ No ano de 2014, o curso de Tecnologia em Alimentos foi transformado em Engenharia de Alimentos.

BR 163, que liga Francisco Beltrão ao município de Cascavel, em função da demanda da Universidade que está localizada em uma área onde se permite o uso, fora da zona de comércio e serviços. Para Capel (1974), se em épocas anteriores a localização no centro da cidade era indispensável, hoje, com o avanço da tecnologia e a possibilidade de transmitir a distância mensagens e informações, essa localização não resulta em uma exigência.

IMAGEM 1 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2002



FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 2 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2008



FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 3 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2010

FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

IMAGEM 4 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2012

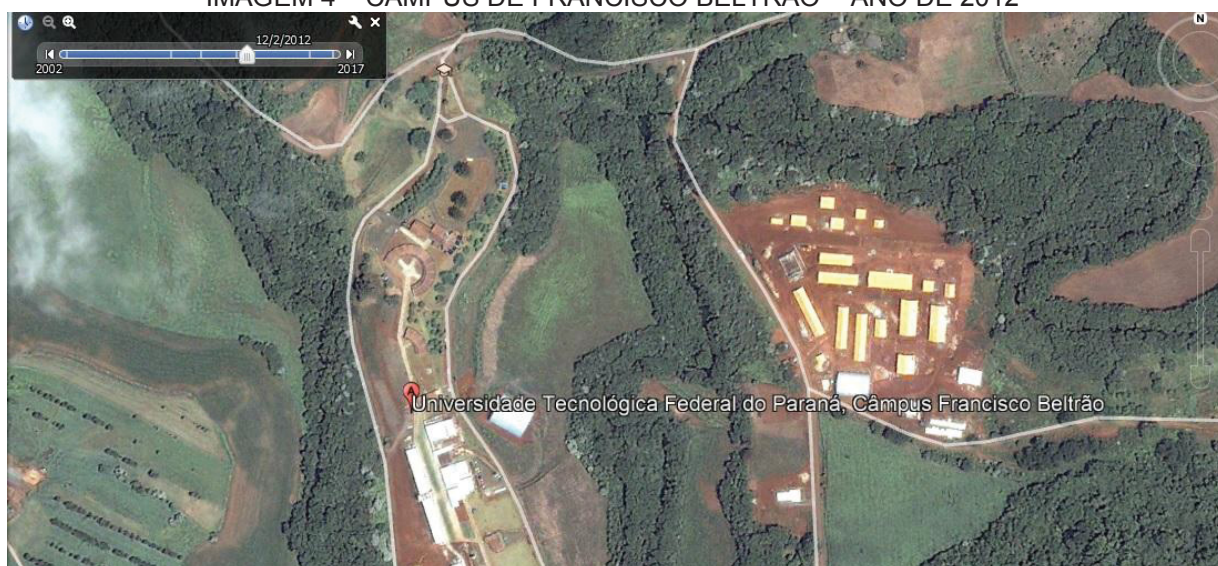
FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

IMAGEM 5 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2017

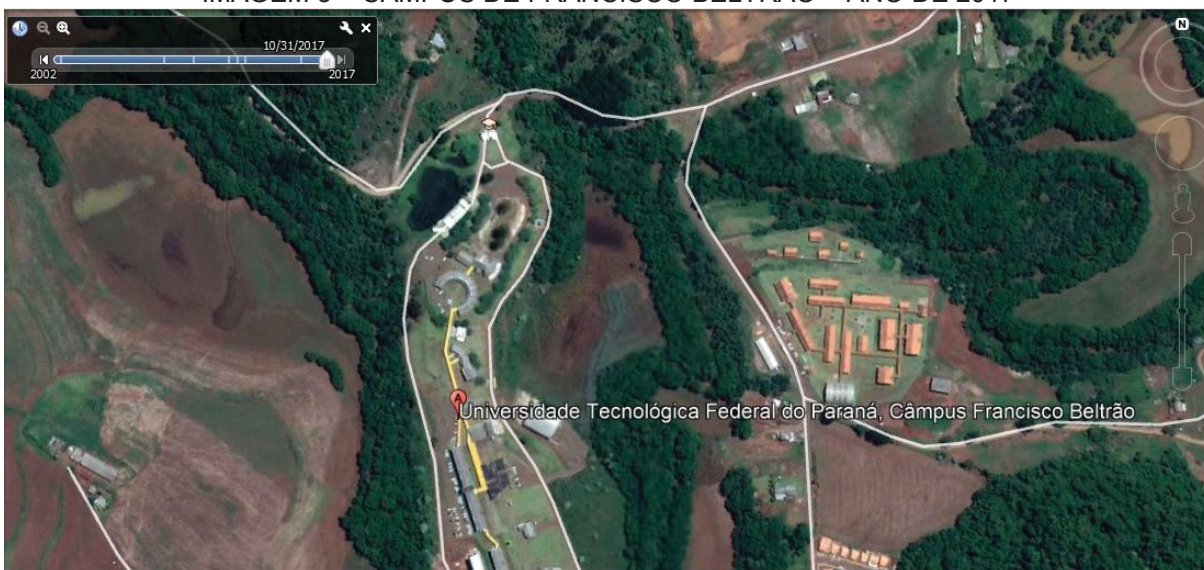
FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

IMAGEM 6 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO – ANO DE 2019

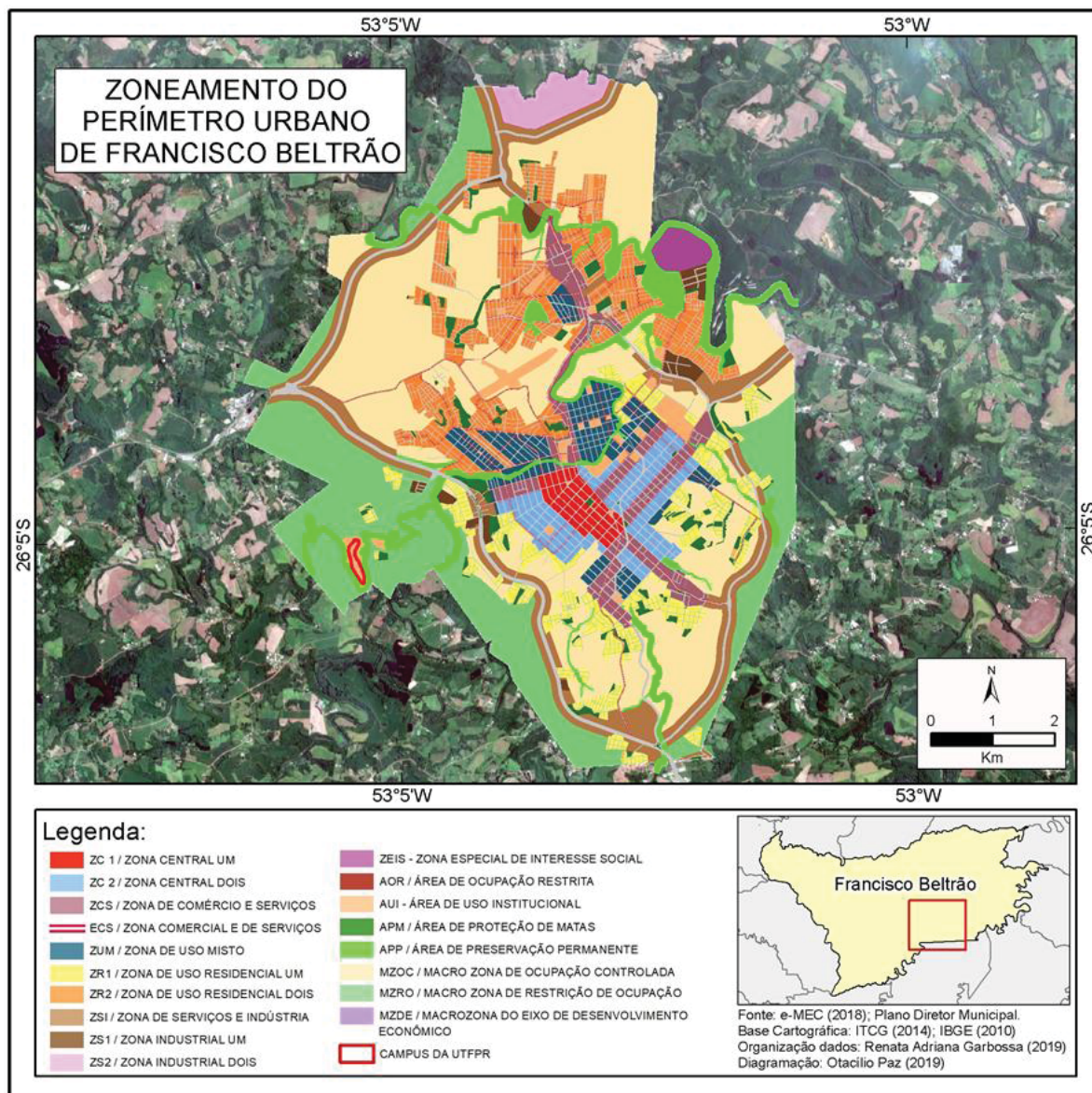
FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

Por meio de uma análise mais apurada, as áreas de usos possíveis no entorno do câmpus de Francisco Beltrão (MAPA 8) e com base na Lei Municipal nº 4.612, de 31 de outubro de 2018, que dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão, o câmpus está localizado em uma Área de Proteção de Matas. São áreas onde se permite o uso do solo, desde que sejam preservados o relevo e a vegetação

existente. Além disso, encontra-se afastado da Zona Central Um (ZC1) e Dois (ZC2)⁴⁹. No seu entorno, verifica-se pequenas áreas de Zona Residencial Um (ZR1), em que seu uso predominante se destina à Habitação Unifamiliar, bem como a Zona Residencial Dois (ZR2), destinada à Habitação Unifamiliar e Multifamiliar. Os parâmetros tolerados de uso do solo urbano na ZR1 e ZR2 contemplam a habitação coletiva, lazer e cultura, ensino, saúde, culto religioso, habitação de uso institucional e indústrias Tipo 1.

⁴⁹ Áreas destinadas, conforme Lei Municipal nº 4.612/2018, ao exercício do comércio e/ou à prestação de serviços. Elas têm a finalidade de atender aos usos e atividades característicos dos centros urbanos. Já a ZC2 destina-se ao exercício do comércio e/ou à prestação de serviços e à habitação multifamiliar. Esta tem a finalidade de atender aos usos e atividades característicos nas áreas no entorno dos centros urbanos.

MAPA 8 – ZONEAMENTO DO PERÍMETRO URBANO DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010), ITCG (2014), FRANCISCO BELTRÃO (2018) E IPARDES (2019).

Para Leme (2015), nas áreas próximas à universidade, em função das áreas que ainda não foram ocupadas (IMAGEM 7), existe um potencial de crescimento no que tange ao mercado imobiliário, seja para a realização de empreendimentos como a abertura de loteamento, construções de edifícios, ou para investimentos individuais em imóveis – terrenos ou apartamentos para especulação imobiliária ou para a obtenção de renda. No caso de Francisco Beltrão, embora o processo de verticalização não tenha ocorrido nas proximidades da universidade, mas em outras áreas do município, o desenvolvimento do ensino superior, conforme destaca Leme (2015), tem causado verdadeiro alvoroço no mercado imobiliário, tanto dos que

investem em imóveis para locação quanto daqueles que compram imóveis para seus filhos poderem frequentar as universidades. Esse investimento se faz necessário em função não só do número de alunos matriculados no câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão, como nas demais instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* presencial no município.

IMAGEM 7 – VISTA ÁREA E ACESSO AO CÂMPUS DA UTFPR – FRANCISCO BELTRÃO



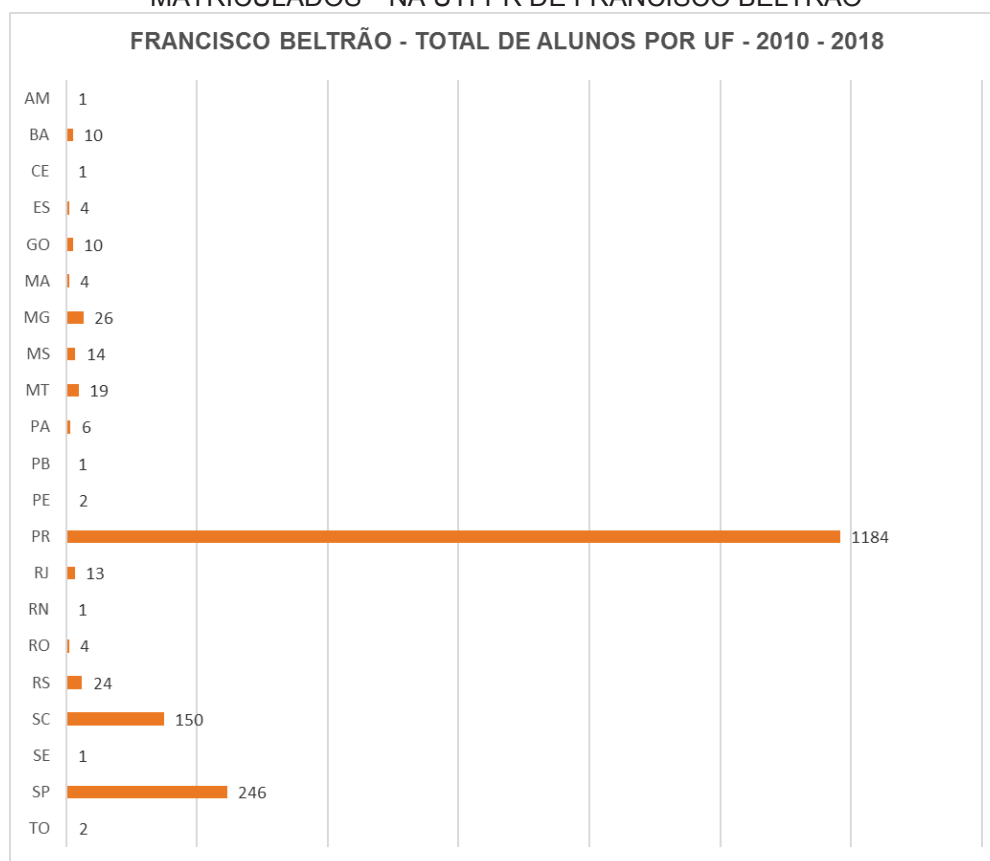
FONTE: A AUTORA (2018).

No município de Francisco Beltrão, o número de alunos matriculados no ensino superior presencial, nas instituições que ofertam cursos superiores, permitem verificar um crescimento exponencial entre os anos de 2003 a 2017. Conforme dados obtidos no IparDES (2019), com base nas informações da Rais, no ano de 2003, o número de alunos matriculados no ensino superior presencial era de 2.702, passando para 6.610 no ano de 2017⁵⁰. Destes, até o primeiro semestre de 2018, 1.728 alunos estavam matriculados no câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão, totalizando um percentual de 26.14%. Dos 1.723 alunos matriculados na UTFPR de Francisco Beltrão, 1.184 são do próprio Estado do Paraná, totalizando 69%. Em segundo lugar, em função da proximidade geográfica e das vagas oferecidas pelo

⁵⁰ O número de alunos matriculados em 2018 e primeiro semestre de 2019 não foi disponibilizado pelo IparDES. Dessa forma, não é possível inferir o número total de alunos matriculados no ensino presencial após o ano de 2018. Já o número de alunos matriculados na UTFPR até o primeiro semestre de 2018 era de 1.728 aumentando em 2019.

Sisu, destacam-se alunos oriundos do Estado de São Paulo que representam 14%, ou seja, 246 alunos. Já o número de alunos provenientes do Estado de Santa Catarina totaliza 150, o que representa 8% do total de alunos matriculados. Os demais alunos, em menor número, são oriundos de outros estados brasileiros, entre eles Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás (GRÁFICO 5). Ou seja, conforme dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2018), em 2018, do total de 309.266 ingressos em cursos de graduação presencial da rede federal em 2018, 33.929 (11%) se matricularam em uma Unidade da Federação diferente da de sua residência.

GRÁFICO 5 – TOTAL DE ALUNOS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2010-2018 – MATRICULADOS⁵¹ NA UTFPR DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2019).

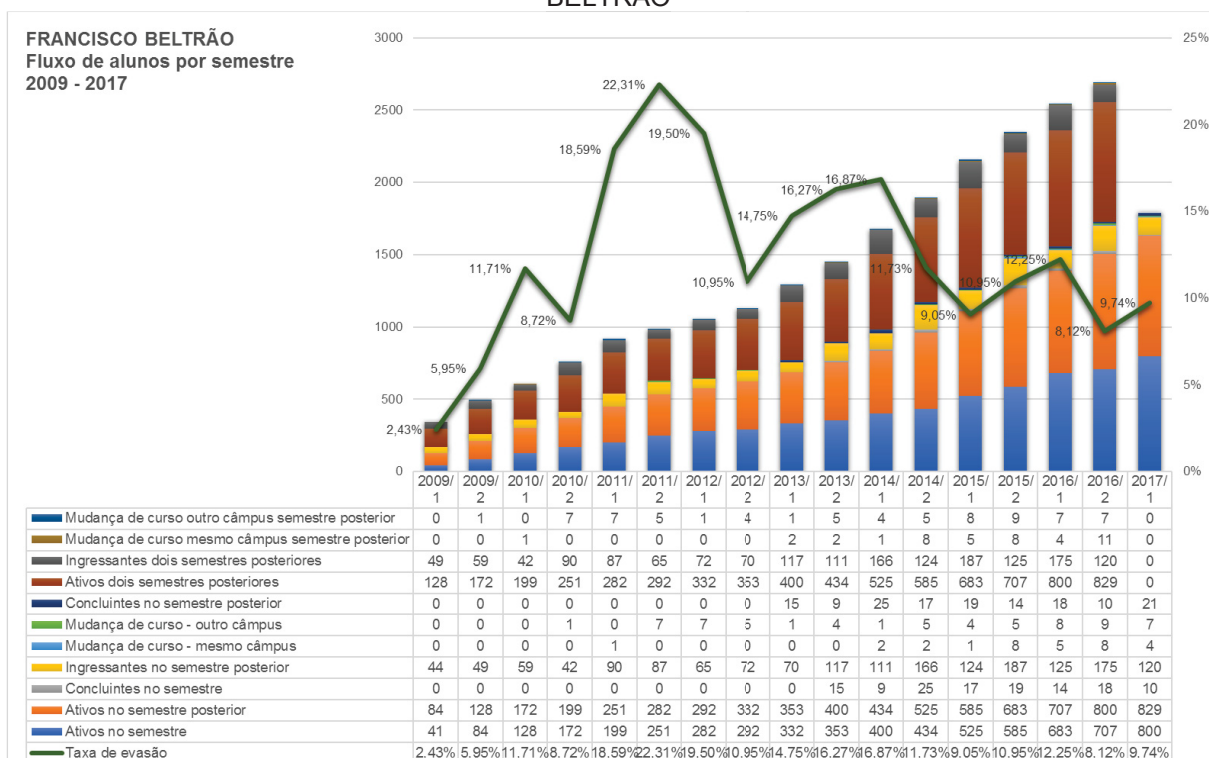
⁵¹ O número de alunos passou a ser contabilizado a partir dos dados obtidos junto a UTFPR. Anterior a esse período, a informação obtida é a de que não foram computados os dados da quantidade de alunos matriculados. Isso se aplica não só ao câmpus de Francisco Beltrão, como para os outros dois câmpus pesquisados. No caso do câmpus de Francisco Beltrão, entre os anos de 2007 até 2009, não foram obtidos dados. Já os alunos que se matricularam no segundo semestre de 2018 e 2019 não estão computados na análise.

Em entrevista de campo, conforme afirmou o diretor do câmpus, boa parte dos alunos ingressa pelo Sisu, de modo que “temos alunos de todos os Estados da Federação, o que muda o perfil de cada curso”. Por exemplo, no curso de licenciatura em informática noturno, o perfil é mais regional. Já nos cursos de engenharia, engenharia química e ambiental, os alunos vêm de outras regiões mais distantes, conferindo ao câmpus uma diversidade cultural acentuada em função da origem tanto dos discentes quanto dos técnicos administrativos e do corpo docente.

Pode-se verificar na pesquisa de campo que as vantagens em termos econômicos, culturais e sociais com a vinda de alunos e professores de outras regiões desenvolve um papel fundamental, destaca o diretor do câmpus. Os gastos com alimentação, aluguel, lazer, transporte dos alunos matriculados no câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão aquece a economia do município. “Se a universidade não estivesse lá, qual seria o baque econômico? Com certeza, seria significativo para uma cidade que tem 95 mil habitantes, quanto que ela coloca lá de dinheiro mensalmente”, pontua o diretor do câmpus.

Para Gumbowsky e Siqueira (2013), com a instalação de uma universidade, ocorre um aumento das atividades comerciais gerado pelo consumo de alunos, docentes, funcionários, terceirizados, prestação de serviços, aumento da construção civil e dos negócios e imobiliários. Na mesma linha de pensamento, Raiher (2015) mostra que o investimento de R\$ 1,00 (um real) nas instituições de ensino superior reflete em R\$ 4,00 (quatro reais) de retorno para a comunidade na qual estão inseridas.

GRÁFICO 6 – FLUXO DE ALUNOS POR SEMESTRE – 2009/2017 – CÂMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2019).

Outra constatação verificada ao longo da pesquisa (GRÁFICO 6), no entanto, mostra que o número de alunos ativos e ingressantes tem aumentado ao longo dos semestres desde a implantação do câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão. Porém, no que tange às mudanças de curso, tanto no mesmo câmpus quanto em outros Câmpus, não são consideradas expressivas. Conforme pode ser constatado na pesquisa de campo, a mudança de curso para outros câmpus geralmente está associada à busca de centros urbanos maiores, como, por exemplo, Curitiba, Ponta Grossa e Londrina. Além disso, a taxa de evasão se comportou de forma diferente. Ela iniciou com uma porcentagem reduzida de apenas 2,43% em 2007, aumentando para 9,74% no primeiro semestre de 2017. Dados do mapa de ensino superior do Brasil mostram que a taxa de evasão dos cursos presenciais no país, em 2016, atingiu o índice de 18,5% na rede pública. Portanto, de forma geral, a evasão na UTFPR de Francisco Beltrão apresenta um percentual inferior à média nacional no ano de 2016.

Assim, considera-se que, com o aumento do número de alunos ao longo dos semestres desde a instalação do câmpus e a ampliação do número de cursos ofertados, o aumento e ampliação da infraestrutura física tem sido alterada, e a

previsão, conforme consta no PDI 2018-2022, é um aumento ainda maior, o que gera também um crescimento de empregos diretos e indiretos

TABELA 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS – CÂMPUS FRANCISCO BELTRÃO – 2009 – 2022

CÂMPUS	SALAS DE AULA TEÓRICAS	LABORATÓRIO GERAL	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	AUDITÓRIOS	ALOJAMENTOS ⁵²	TOTAL
PDI - 2009/ 2013	12	3	1	0	3	19
PDI - 2013/2017	9	8	2	1	0	20
PDI – 2018/2022 ⁵³	16	8	7	1		32

FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2009, 2013, 2018A).

Em função do aumento do número de alunos e da implantação de novos cursos, os últimos três PDIs apontam (TABELA 7) para um aumento do número de salas de aulas teóricas, laboratório geral e de informática, ou seja, a diferença entre o PDI 2009/2013 para o último PDI 2018/2022 demonstra que quase duplicou o número de infraestrutura física em aproximadamente 13 anos. Dando continuidade ao processo de expansão da infraestrutura física no primeiro semestre de 2019, o câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão inaugurou um novo bloco⁵⁴, com salas de aula, salas para pós-graduação, salas administrativas e laboratórios. Em uma construção de 4.304,02 m², o novo bloco conta com 4 pavimentos, abrigando 7 laboratórios, 15 salas para 2 professores em cada sala, 8 salas de aula, ambientes administrativos para as diretorias de área, além de estrutura para as salas de pós-graduação.

É possível perceber o aumento significativo dos espaços de infraestrutura física, o que denota uma alteração da dinâmica não só do próprio câmpus, mas da infraestrutura urbana, no que se refere ao desenvolvimento local, além de contribuir para o aumento dos indicadores econômicos e sociais da mesorregião. Isso mostra a relevância da Universidade no desenvolvimento local e dos municípios vizinhos, pontua o diretor do câmpus.

Para Rolim e Serra (2009a), é necessário considerar os impactos indiretos na economia, ou seja, levar em conta os efeitos multiplicadores. Assim, alunos advindos de outros estados brasileiros causam impactos indiretos dos atores

⁵² O item alojamento não está contemplado na tabela no PDI 2018/2022.

⁵³ Número de ambientes de ensino existentes contemplado no PDI 2018/2022.

⁵⁴ O Bloco R, de acordo com a nomenclatura padrão da UTFPR.

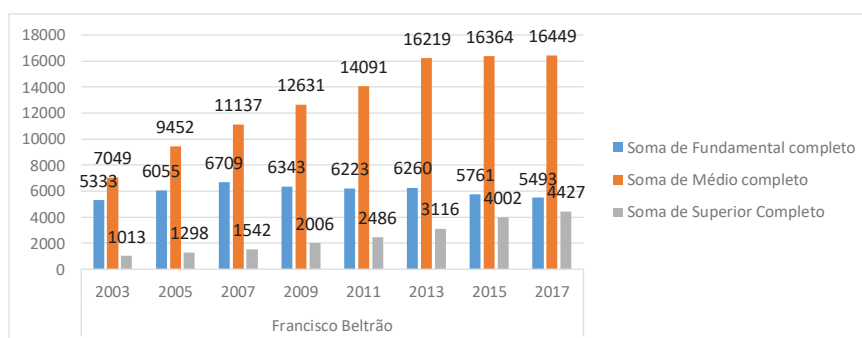
universitários na região, bem como acréscimos no volume de emprego regional associados a eles.

Para Leme (2015, p.198),

o desenvolvimento do ensino superior na cidade tem causado verdadeiro alvoroço no mercado imobiliário, tanto dos que investem em imóveis para locação, quanto daqueles que investem em imóveis para seus filhos poderem frequentar as universidades beltronenses. Além do grande número de alunos o impacto causado pelos professores e funcionários das universidades é significativo na cidade, afinal a folha de pagamento dessas universidades, principalmente as públicas, permite um aquecimento do comércio da cidade e da procura por imóveis.

Ainda na concepção de Leme (2015), muitos entendem que as universidades, no caso de Francisco Beltrão, foram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova fase do mercado imobiliário e que representaria inclusive uma marca divisória nesse processo. Além da atração de empreendimentos e de investidores no mercado imobiliário no município, percebe-se uma mudança no município em função do porte da cidade, que passa a capitanear franquias, sobretudo, ligadas às atividades de alimentação, como, por exemplo, rede de lanchonetes “Subway” e “Bob’s”, que são franqueadas por políticos e empresários locais, geralmente em função do perfil consumidor universitário que comumente são jovens que moram sozinhos ou que dividem apartamentos.

GRÁFICO 7 – NÚMERO DE CONCLUINTEs DO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 – FRANCISCO BELTRÃO

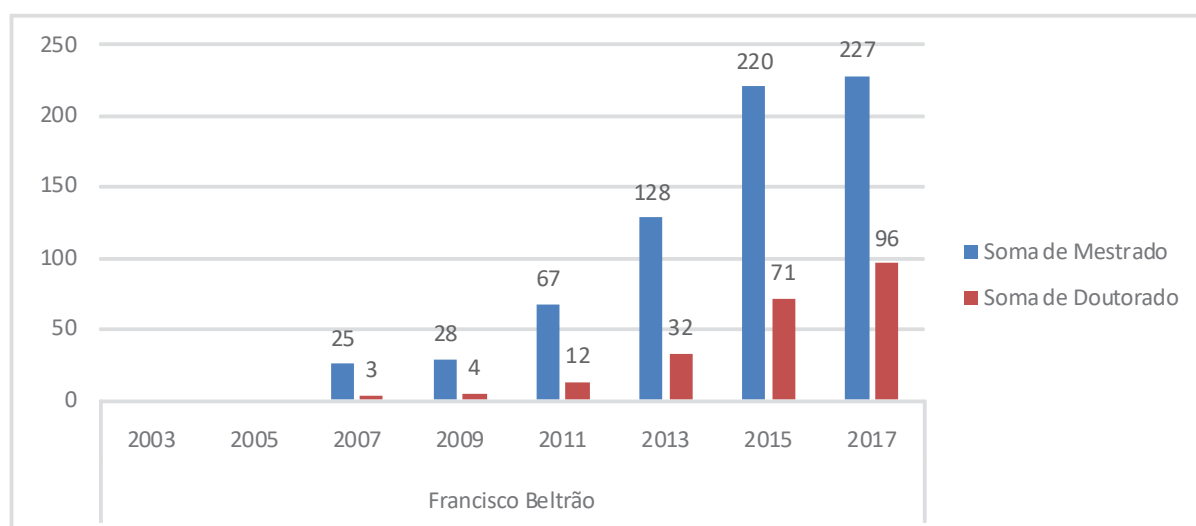


FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2018).

No município de Francisco Beltrão (GRÁFICO 7), entre os anos de 2003 a 2017, o número de concluintes no ensino fundamental apresentou uma leve redução. Porém, o que chama a atenção são os números dos concluintes do ensino médio e superior que têm aumentado gradativamente entre o período analisado. Enquanto em 2003 o número de concluintes no ensino médio passou de 7.049 para 16.449, em 2017, representou um aumento de 57,15%. No ensino superior, é possível verificar um aumento significativo, pois, no ano de 2003, o número de formandos era de apenas 1.013, passando para 4.427 no ano de 2017. Isso representa uma taxa de crescimento de 77.12% em apenas 14 anos. O maior aumento no número de formandos, no entanto, ocorre entre os anos de 2013 a 2015.

Nesse escopo, por outro lado, o aumento do número de pessoas com ensino superior reflete na soma de profissionais empregados com ensino superior completo e, sobretudo, com mestrado e doutorado. No período de 2007 a 2016⁵⁵, os dados indicam uma ampliação significativa na soma de empregos com ensino superior completo, que se elevou de 1.542 empregos em 2007 para 3.939 em 2016. Já o número de empregos com mestrado e/ou doutorado no mesmo período passou de 28 em 2007 para 305 em 2016 (IPARDES, 2016).

GRÁFICO 8 – NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 – FRANCISCO BELTRÃO



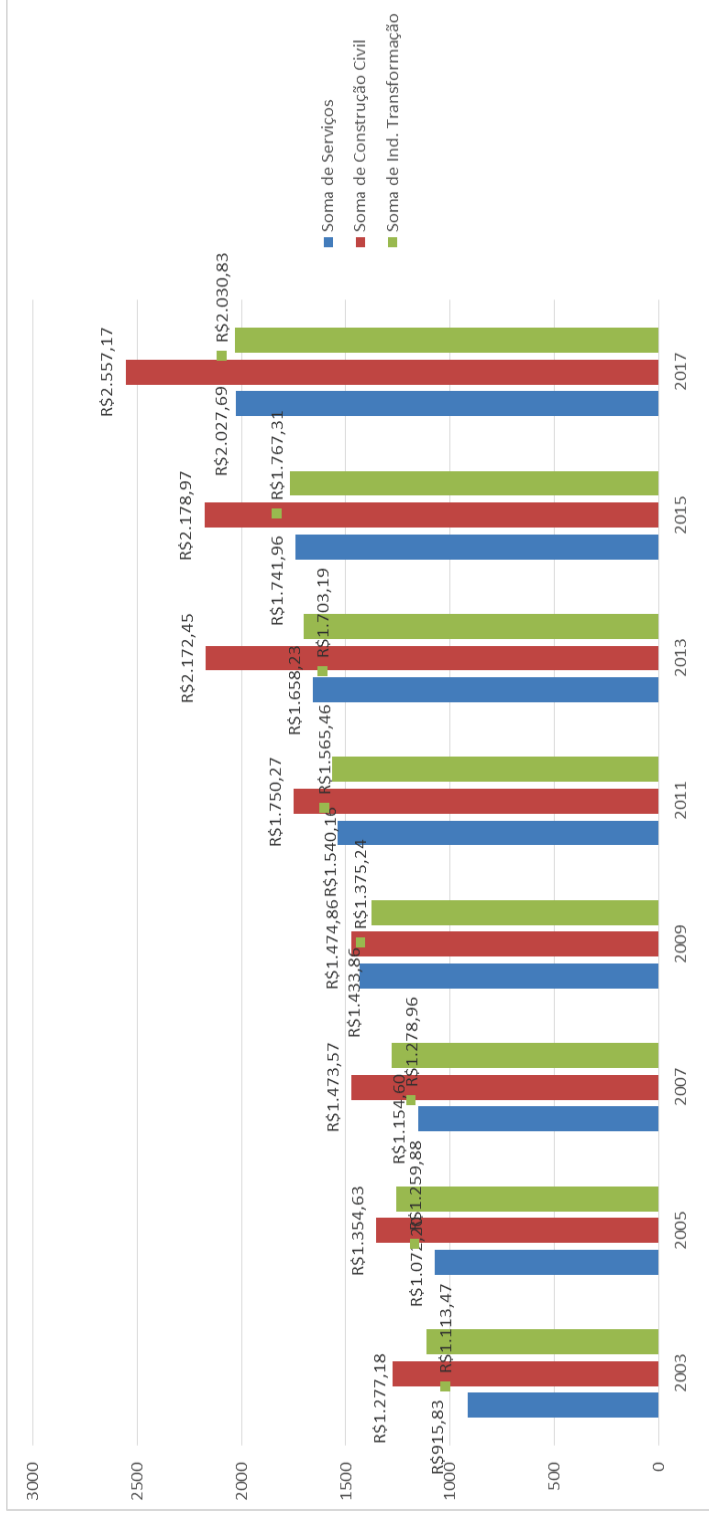
FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

⁵⁵ O período considerado para a soma do número de profissionais empregados com ensino superior completo e com mestrado e doutorado nos municípios pesquisados foi de 2007 a 2016, em função da disponibilização dos dados. Os anos de 2018 e 2019 ainda não estão disponíveis para consulta.

No âmbito do quadro de mestres e doutores entre os anos de 2003 a 2017 (GRÁFICO 8), percebe-se um aumento significativo em ambos os casos desde a instalação do câmpus UTFPR de Francisco Beltrão no ano de 2007, o que comprova os dados obtidos em campo de que a grande maioria dos 110 (cento e dez) professores que compõem o quadro docente da UTFPR são oriundos de outros estados brasileiros, ocasionando uma elevação do quadro de mestres e doutores no município. O número de mestres em 2007 era de apenas 25 (vinte e cinco), totalizando 227 (duzentos e vinte e sete) no ano de 2017. Ou seja, houve um aumento de 88,99% em 10 (dez) anos. Dos 227 (duzentos e vinte e sete) mestres no município de Francisco Beltrão, 66 (sessenta e seis) estão atuando na UTFPR, desempenhando a função de professor.

Por outro lado, pode-se notar um aumento significativo do número de doutores no período pesquisado. De forma sintética (GRÁFICO 8), é possível mensurar que, no ano de 2007, o número de doutores era de apenas 3 (três), passando para 96 (noventa e seis) em 2017. Isso representa um aumento superior a 90%. No entanto, isso significa que, embora a instalação do câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão seja recente, com aproximadamente 12 anos, ressalta-se o aumento do quadro de docente, tanto de mestres quanto de doutores, refletindo sobre a quantidade e a qualidade da produção científica e afetando o volume de investimentos realizados em pesquisa na instituição.

GRÁFICO 9 – SALÁRIO MÉDIO REAL DA SOMA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS SERVIÇOS ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: ADAPTADO DE BRASIL (2019).

Além do aumento do quadro de mestres e doutores o GRÁFICO 9 mostra que a soma do salário médio real⁵⁶ da indústria de transformação, da construção civil e dos serviços entre os anos de 2003 a 2017 no município de Francisco Beltrão cresceram consideravelmente e, mesmo com as crises econômicas que ocorreram no período analisado, o crescimento se manteve. A soma do salário médio real da indústria de transformação que em 2003 era de R\$ 1.113,5 passou para R\$ 2.303,83 em 2017, com um crescimento percentual de 82,38%. Já na construção civil, o crescimento dobrou. Foram 100,2%, passando de R\$ 1.227,18 para R\$ 2.557,17. Outro setor de atividade econômica no município de Francisco Beltrão que apresentou crescimento entre os anos de 2003 a 2017 foi o de serviços que, conforme os dados reportados no GRÁFICO 9, o salário médio real do setor no decorrer desse período se manteve crescente. Enquanto no ano de 2003 o salário médio real era de R\$ 915,83, no ano de 2017 elevou-se para R\$ 2.027,69, com um crescimento de 121,40%.

Por outro lado, além do aumento do salário médio real, é possível verificar que quando considerado o período de 2003-2017, os setores analisados ampliaram o número total de vínculos ativos. Em 2003, a soma total dos vínculos ativos nos setores de serviços, indústria de transformação e construção civil era de 9.816, elevando-se para 19.241 no ano de 2017. Dos três setores analisados, é possível inferir, com base na TABELA 8, que os setores que apresentaram o maior número de vínculos no período analisado foram de serviços, seguido da indústria de transformação e, por último, com um número pouco expressivo, o setor da construção civil. Portanto, pode-se inferir que o crescimento nos setores econômicos deve-se a instalação do campus.

⁵⁶ Para calcular o salário médio real dos serviços, como o da construção civil e da indústria de transformação, e do ensino superior dos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava, foi utilizado o Rendimento Nominal Total (Massa Salarial) (Rais), utilizando o deflator do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – para se obter a massa salarial real que, dividida pelo número total de vínculos ativos, até 31 de dezembro de cada um dos anos selecionados, obteve-se o salário médio real dos anos de 2003, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017.

TABELA 8 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS, NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – FRANCISCO BELTRÃO

MUNICÍPIO	ANO	TOTAL DOS VÍNCULOS ATIVOS: SERVIÇOS, INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS ⁵⁷	%	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ⁵⁸	%	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL ⁵⁹	%
Francisco Beltrão	2003	9.816	5.111	52,07	4.417	45,00	288	2,93
	2005	12.349	6.541	52,97	5.208	42,17	600	4,86
	2007	14.292	6.393	44,73	6.896	48,26	1.003	7,01
	2009	14.946	6.208	41,54	7.220	48,30	1.518	10,16
	2011	16.217	7.577	46,72	7.427	45,80	1.213	7,48
	2013	18.286	8.952	48,95	7.878	43,09	1.456	7,96
	2015	18.977	9.911	52,22	7.455	39,29	1.611	8,49
	2017	19.241	10.744	55,83	7.190	37,36	1.307	6,81

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

Ou seja, do total de vínculos ativos no ano de 2003, nos três setores analisados, 5.111 (52,07%) estavam diretamente vinculados ao setor de serviços, enquanto 4.417 (45,00%) junto à indústria de transformação. Apenas 288 (2,98%) estava no setor da construção civil. Em todo o período analisado no município de Francisco Beltrão, o setor de serviços apresentou os maiores percentuais de vínculos ativos, com uma queda pouco significativa em termos percentuais (%) entre os anos de 2007 a 2009. Além disso, enquanto o setor de serviços apresentou uma

⁵⁷ É o número total de empregos (postos de trabalho), no grande setor de serviços, que corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, na data de referência. Foi incluído no grande setor serviços os subsetores: Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização; Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar de Atividade Econômica; Transporte e Comunicações; Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão; Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários; Ensino; e Administração Pública Direta e Indireta (BRASIL, 2018).

⁵⁸ É o número total de empregos (postos de trabalho), no setor da indústria de transformação, que corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, na data de referência. Foi incluído no setor da Indústria de Transformação os subsetores: Produtos Minerais não Metálicos; Metalúrgica; Mecânica; Material Elétrico e de Comunicações; Material de Transporte; Madeira e do Mobiliário; Papel, Papelão, Editorial e Gráfica; Borracha, Fumo, Couros, Peles e Produtos Similares e Indústria Diversa; Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas; Têxtil, Vestuário e Artefatos de Tecidos; Calçados; e Produtos Alimentícios, Bebidas e Alcool Etilico (BRASIL, 2018).

⁵⁹ É o número de empregos (postos de trabalho), no subsetor da construção civil, que corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos (BRASIL, 2018).

leve queda entre os anos de 2007 a 2009. Por outro lado no mesmo período o setor da indústria de transformação manteve resultados superiores aos demais setores.

No entanto, em 2011, o setor de serviços novamente aparece com os maiores índices de vínculos ativos percentuais se mantendo assim até o ano de 2017, quando ficou responsável por 10.744, ou seja, 55,83%, seguido do setor da indústria de transformação, com 7.190 vínculos (37,36%) e por último o setor da construção civil, com 1.307 no ano de 2017, representado 6,81% do total de vínculos ativos nos três setores analisados. O maior crescimento em termos percentuais ocorreu no ano de 2009, com 10,16%.

Portanto, como já citado ao longo do texto, a participação percentual dos setores econômicos no total de postos de trabalho formais na porção Sudoeste do Paraná no ano de 2013 referenda que o setor econômico dos serviços possui a maior participação, com 33,48%, seguido da indústria, com 32,18%, e a construção civil, com 4,14% (BRASIL, 2018).

Já a indústria da transformação paranaense é a quarta maior do país. Ela é responsável por 8,1% do Valor da Transformação Industrial no ano de 2016 (IBGE, 2017), ocupando uma posição de destaque na economia brasileira. Na indústria, a porção Sudoeste do Paraná ganhou participação, no período, de 1,84% em 2007 para 2,71% em 2013, se mantendo como a sétima espacialidade na participação do VAF industrial.

O aumento no total de vínculos ativos e da soma do salário Médio real na indústria de transformação no município de Francisco Beltrão e nos demais municípios que compõem a porção Sudoeste do Paraná apresentou, entre os anos de 2007 e 2013 um crescimento na estrutura produtiva industrial e, por extensão, a geração de empregos formais, que historicamente estava assentada no setor de alimentos e na fabricação de bebidas. Estava assentada também no setor das indústrias de máquinas e equipamentos em geral; de material eletrônico e aparelhos de telecomunicações; da indústria de madeira; da fabricação de madeira; da fabricação de móveis, papel e celulose; de produtos têxteis e confecções de artigos do vestuário e acessórios.

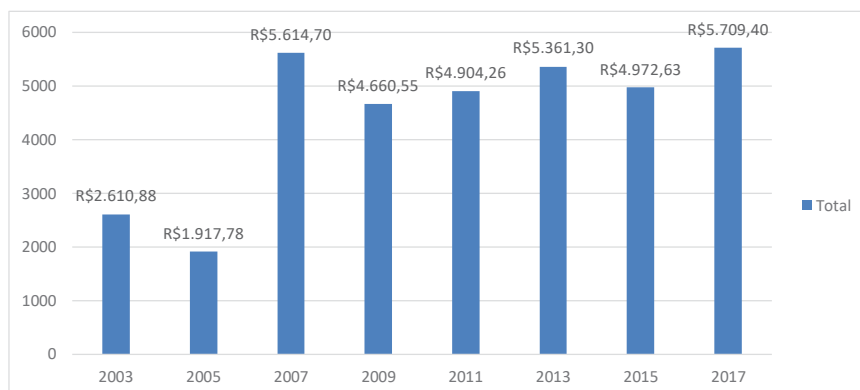
Nos anos recentes, verificam-se alterações na estrutura produtiva, com declínio da indústria da madeira (entrada de grande plantas no Estado, fabricantes de derivados da madeira mais sofisticados) e crescimento da indústria de máquinas e equipamentos (eletrodomésticos) e metalurgia, e de forma menos expressiva, de

indústrias do complexo eletroeletrônico (bens de informática, equipamentos e materiais eletrônicos), com o APL na área de *softwares* e na área de confecções, caracterizado como um importante segmento para a economia municipal.

Entre os espaços econômicos relevantes, o Sudoeste do Paraná, no período de 2003 e 2013, registrou o maior crescimento proporcional no emprego formal, próximo de 100%, ampliando a sua participação de 3,48% para 4,11% nesses anos (BRASIL, 2017). O maior acréscimo aconteceu nos serviços, com 33,48, seguidos da indústria, setor que responde por 32,18% dos postos de trabalho no espaço, em 2013. Em 2003, essa porção territorial era responsável por 4,61% do emprego industrial do Paraná, tendo aumentado para 5,55% em 2013 (BRASIL, 2017).

A partir da análise dos dados entre os anos de 2003 e 2017, existe em curso uma mudança estrutural no que tange à ocupação da mão de obra na economia do Sudoeste do Paraná, mais especificamente, no município de Francisco Beltrão. Essa mudança passa primeiramente em função da grande parcela da população que vive nas áreas urbanas do município, com mais de 90% fazendo com que as atividades urbanas se fortaleçam, o que afeta a distribuição da mão de obra ocupada por setores, alterando a forma como a população é ocupada na estrutura produtiva e na composição dos setores econômicos. A evolução da mão de obra no setor de serviços demonstra que houve alta concentração de empregos, refletindo, inclusive na expansão do PIB, sobretudo no setor dos serviços. Em um segundo momento, essa mudança ocorre em função da sua centralidade e, ao mesmo tempo, por apresentar ativos técnico-científico, tais como instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, que potencializam a formação de quadros técnicos e profissionais, apontando para a robustez no que tange à renda em função do aumento do nível de escolaridade.

GRÁFICO 10 – SALÁRIO MÉDIO REAL DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

A ampliação dos cursos técnico-científicos no município de Francisco Beltrão contribuiu para a evolução da soma do salário médio real. No que concerne à evolução do salário médio real do ensino superior entre os anos de 2003 a 2017, pode-se destacar o aumento considerável no ano de 2007, com a instalação do câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão, passando de R\$ 2.610,88 no ano de 2003 para R\$ 5.614,70 em 2007, conforme gráfico 10. Nos anos posteriores, embora o crescimento não tenha sido nas mesmas proporções do ano de 2007, manteve um crescimento considerável e relativamente estável mesmo com a crise capitalista mundial, ou com a crise orgânica e geral do capitalismo, cujo marco foi em 2008⁶⁰. Assim, no ano de 2017, a soma do salário médio real no município de Francisco Beltrão foi de R\$ 5.709,40.

No entanto, além do aumento da soma do salário médio real no ensino superior, perceber-se também um crescimento no número de vínculos ativos no mesmo período analisado, elevando-se de 126 em 2003 para 860 em 2017. Com efeito, em um intervalo de 14 anos, apresentou um aumento de 734 vínculos ativos, o que representa um crescimento de 114,65%.

⁶⁰ No plano internacional, duas obras fundamentam essa afirmação: o livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, escrito por David Harvey, e publicado em 2011, e o livro *A crise estrutural do capital*, de István Mészáros, publicado em 2009. É bastante extensa a literatura sobre os impactos da crise de 2008, no Brasil". Destaca-se uma coletânea recente, *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?*, organizada por André Singer e Isabel Loureiro, pois conjuga análises de cientistas sociais de diversos matizes no campo da esquerda e examina o projeto político brasileiro a partir da vitória eleitoral de Lula em 2002, especialmente, o cenário pós-crise internacional de 2008 (MANCIBO, 2017).

TABELA 9 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR – ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 – FRANCISCO BELTRÃO

MUNICÍPIO	ANO	VINCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR
Francisco Beltrão	2003	126
	2005	298
	2007	174
	2009	410
	2011	501
	2013	605
	2015	840
	2017	860

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

Com base nessas informações, estudos desenvolvidos por Souza (2008) mostram que o retorno do investimento em capital humano sobre os salários é direta. Van Zaist, Nakabaski e Salvato (2008) verificam que o ensino superior apresenta o maior retorno, tanto para a renda quanto para o crescimento econômico. No entanto, no que tange à infraestrutura técnico-científica, na porção Sudoeste, há importante representatividade de ativos institucionais, principalmente em relação às instituições de ensino superior, com a presença de universidades que conferem um retorno tanto do ponto de vista da renda quanto do crescimento econômico. Com efeito, no município de Francisco Beltrão, a soma de profissionais empregados com mestrado e doutorado, entre os anos de 2007 a 2017, teve um aumento expressivo. O número de profissionais empregados com mestrado⁶¹ elevou-se de 1.542 em 2007 para 4.427 em 2017; no caso dos doutores, elevou-se de 28 em 2007 para 323 em 2017.

Além do município de Francisco Beltrão, conforme dados obtidos junto a Rais, dos 36 municípios que compõem a mesorregião Sudoeste do Paraná, praticamente 15 (quinze) ou possuem apenas um profissional ou não possuem profissionais com emprego de mestrado e/ou doutorado.

Embora pouco expressivos em relação aos profissionais com emprego de mestrado e/ou doutorado, os municípios de Barracão, Capanema, Coronel Vivida, diferentemente dos demais possuem um número superior de empregos nessa condição. O município de Dois Vizinhos, enquanto que no ano de 2007 apresentava

⁶¹ É o número de empregos (postos de trabalho), para estabelecimentos com pessoas com mestrado e/ou doutorado, que apresentaram algum empregado em 31/12 ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano (BRASIL, 2018).

43 empregos com mestrado e/ou doutorado, em 2017, esse número passou para 212. No município de Pato Branco⁶², o número de empregos com mestrado e/ou doutorado passou de 28 no ano de 2007 para 142 em 2017. Outro município que apresentou uma relevância numérica de empregos com mestrado e/ou doutorado, foi Ampére.

Pode-se constatar que, de todos os municípios que compõem a mesorregião Sudoeste do Paraná, um dos motivos pelo qual apresentam um maior número de empregos com mestrado e/ou doutorado é o fato de terem instalado em seu território um câmpus avançado do IFPR ou da UTFPR. O município de Ampére, diferentemente, não possui instalado câmpus avançado do IFPR ou da UTFPR. Entretanto, ao serem analisados os dados de empregos com mestrado e/ou doutorado entre os anos de 2007 a 2017, o município apresentou um número que varia entre 27 a 35 empregos, que podem estar relacionados a uma instituição de ensino superior privada, instalada em Ampére, desde 2002.

A ampliação do número de mestres e doutores no mercado de trabalho é mencionada também por Caldarelli *et al.* (2015). Eles afirmam que a maior produtividade científica, entre outros fatores, contribui para o incremento da produtividade na região. Em outras palavras, o aumento da mão de obra qualificada, em função da instalação do câmpus da UTFPR de Francisco Beltrão e outras instituições de ensino superior contribuem para a formação e qualificação formal do trabalho, bem como o desenvolvimento de novas ideias e do crescimento e desenvolvimento econômico.

Portanto, ao analisar o aspecto econômico dos efeitos da universidade no âmbito local, percebe-se que as universidades são empregadoras de um quadro de pessoal com nível elevado, com salários acima da média dependendo da região, os quais acabam proporcionando poder de compra acima da média, contribuindo para o movimento da economia local. Isso significa que profissionais com ensino superior,

⁶² Em 1990, o Governo Federal, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, fez com que o Cefet-PR se expandisse para o interior do Paraná, onde foram implantadas cinco unidades, entre as quais está a Unidade de Pato Branco. Em 1992, além da autorização de funcionamento, pelo Ministério da Educação, da Unidade Descentralizada de Pato Branco, através da Portaria 1.534, de 19 de outubro de 1992, foi realizado concurso público para contratação dos primeiros servidores, que tomaram posse em março do ano seguinte. As primeiras aulas foram ministradas dia 15 de março de 1993, e a aula inaugural realizada no dia 29 de março (UTFPR, 2019).

além de terem salários maiores, também possuem níveis de produtividade mais elevados nas empresas.

Os números refletem a relevância da instalação dos câmpus nos municípios paranaenses para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. A existência de grande número de professores mestres e doutores contribui para o fortalecimento da universidade, na medida em que estimula a pesquisa, os projetos, a inovação, a ciência e a tecnologia e, ao mesmo tempo, as instituições promovem mais geração de conhecimento e constroem um ambiente de aprendizagem, além de ofertarem recursos, formação de lideranças e uma visão estratégica sobre a economia do município. A maior contribuição da universidade para o desenvolvimento local está na formação de quadros técnicos e profissionais que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região de sua influência. Além disso, é através do ensino e do recrutamento dos egressos pelos diferentes segmentos econômicos que se gera maior impacto.

No entanto, conforme defendem alguns autores, sobretudo, Becker (1962), a produtividade do trabalhador pode ser elevada a partir do momento em que ele aprende novas habilidades, aperfeiçoa antigas ou também aumenta a sua formação. Várias são as vantagens ao seu investir em educação.

Na concepção de Schultz (1960), maximiza-se o bem-estar e, ao mesmo tempo, expande-se as capacidades, tendendo-se a ter incrementos nos seus futuros rendimentos e, ampliando as possibilidades de suas escolhas, obtenção de maiores retornos. Na mesma linha de pensamento, para Pires (2005), não é só o indivíduo que amplia os seus rendimentos, mas o conjunto da sociedade, afetando o comportamento transitivo da economia. Em sua dinâmica, com base na teoria Smithiana, a nação enriquece à medida que os indivíduos procuram enriquecer-se e cada aumento de produtividade individual, por somatória, aumenta a produtividade coletiva nacional.

Na mesma linha de análise, Mincer (1958) considera que, quanto maior for a escolaridade mais alto será o seu nível salarial. Enquanto alguns autores, entre eles Lau *et al.* (1993), defendem que, para cada ano adicional de escolaridade, a renda se eleva aproximadamente 20%, para Andrade (1997), o rendimento se eleva em torno de 32%. Na análise de França, Gaspari e Loureiro (2005), no entanto, esse valor varia entre 10% a 14%.

Para alguns autores, a diferença do nível salarial é explicada a partir de um grau de escolaridade mais elevado. A capacidade do indivíduo de fomentar sua habilidade para receber, decodificar e entender informações são extremamente relevantes tanto no processo de aprendizagem quanto na execução de diversos trabalhos (NELSON; PHELPS, 1996). Ainda para Nelson e Phelps (1996), embora a forma de se trabalhar em funções rotineiras não mude ao longo dos anos, a escolaridade é fundamental para que se possa entender e dominar os processos com habilidades suficientes para o seu desenvolvimento. Por outro lado, no caso das funções consideradas inovadoras, faz-se necessário um melhoramento não só da tecnologia, mas, especialmente, da escolaridade, dada a necessidade de constante adaptação à mudança, para se ter o entendimento das novas tecnologias. Pelo exposto, fica evidente que os argumentos defendidos por Nelson e Phelps (1996) mostram a importância da escolaridade e da qualificação profissional, quer seja para o processo de difusão de tecnologias no setor produtivo quer para a eficiência do trabalhador que acaba se tornando mais produtivo.

Para Raiher (2015), uma maior habilidade torna-se essencial para a criação de um ambiente propício para se ter inovações que, além de melhorarem a produtividade de toda a economia, também geram externalidades na produção, reverberando em uma taxa de crescimento positivo para a produção per capita de uma região. Na mesma linha de pensamento, Lucas (1988) e Romer (1990) pontuam ser o capital humano o principal fator na criação de novas ideias, tornando-se determinante para o avanço tecnológico de uma região e, para avanços na produtividade de algumas regiões. Outros autores também compartilham das ideias de Lucas (1988) e Romer (1990), como, por exemplo, Nakabaski e Figueiredo (2008). Eles ponderam que o capital humano no crescimento econômico pode ser analisado por meio de três frentes. A primeira, de forma direta, ocorre por meio do emprego de pessoas com maior habilidade, reverberando na elevação da produtividade. A segunda frente ocorre através da criação de tecnologias, cujo foco está na quantidade de capital humano empregado em atividades de pesquisa e desenvolvimento e a quantidade de tecnologias previamente acumuladas. Uma terceira frente destaca as facilidades no emprego de tecnologias.

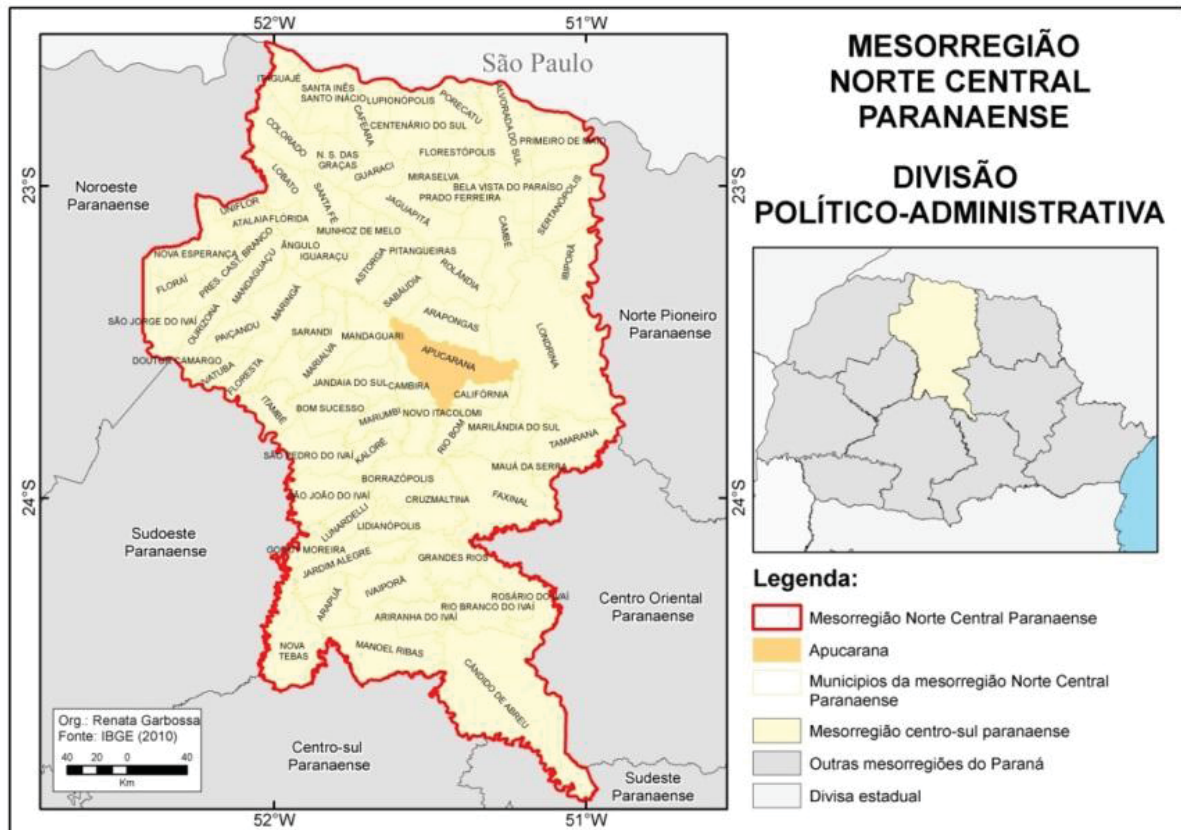
Face a isso, infere-se que o capital humano é importante para que se tenha avanços na produtividade, atraindo o setor produtivo para algumas regiões (RAIHER, 2015). Para a autora, o capital humano influencia positivamente na

localização industrial. Ou seja, o aumento do capital humano é crucial para o desenvolvimento da estrutura industrial, especialmente a de nível mais avançado, acarretando multiplicadores na economia e oportunizando o aumento de empregos formais. A autora conclui que a partir do momento em que as universidades formam capital humano, teoricamente contribuem de forma direta para o dinamismo econômico de toda uma região.

5.5 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL

Para Dennison de Oliveira (2001), o processo de ocupação e dinamização da mesorregião norte central foi em decorrência do período econômico do café, que guarda forte relação com interesses políticos e eleitorais e, ao mesmo tempo, traduz um padrão de adensamento urbano. Para tanto, a partir da década de 1940, em razão do período econômico cafeeiro, a história da ocupação de muitos dos 79 (setenta e nove) municípios que compõem a mesorregião Norte Central Paranaense (MAPA 9) é deflagrada, fundamentalmente, em grande parte como um prolongamento agrícola da economia cafeeira paulista, avançando e se alastrando rapidamente pelas vastas áreas de terras férteis e praticamente desabitadas, que passaram a constituir uma excelente válvula de escape para inversões lucrativas de amplas parcelas do capital acumulado no núcleo mais dinâmico do capitalismo nacional, localizado na Região Sudeste do País e centrado em São Paulo (IPARDES, 2004).

MAPA 9 – MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Convergindo com Ipardes (2004), Chies e Yokoo (2012) exprimem que algumas características da colonização, entre elas a organização em pequenas e médias propriedades, a produção familiar, a facilidade nas formas de pagamento e no planejamento de uma rede de cidades que pudessem atender às necessidades da população rural, foram criadas a partir da ação das companhias colonizadoras.

Contudo, como destacado por Ipardes (2004, p. 27),

o estilo de ocupação da fronteira agrícola que predominou no Paraná, em particular nas áreas do Norte Central, baseou-se fundamentalmente no regime de colonização dirigida, na maior parte dos casos sob os auspícios do capital privado, nacional e mesmo internacional. Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores, que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para comercialização. Ao mesmo tempo, a ampla oferta de terras baratas e de ótima qualidade constituiu um forte atrativo ao capital fundiário especulativo, que incrementava parte dos seus rendimentos lançando mão de contratos de parceria, colonato e arrendamento. Nesse processo, distintas correntes imigratórias, formadas basicamente por paulistas, mineiros e nordestinos, mas também por imigrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Estado, no leste paranaense,

adentraram a vasta região do Norte, conformando uma onda intensa e acelerada de povoamento que, paulatinamente, desarticulava a incipiente economia primitiva local.

Cabe destacar, entretanto, que parte da infraestrutura, como, por exemplo, a construção de estradas e pontes, bem como, o prolongamento dos trilhos férreos que eram essenciais para o acesso viário dos novos colonos, possibilitou a comunicação das propriedades rurais, e o próprio escoamento da produção foi realizado pelos próprios empreendimentos colonizadores. Além do desencadeamento da infraestrutura, as atividades agrícolas, principalmente, a cultura do café, foi em grande parte responsável pela expansão e surgimento de muitos centros urbanos que foram se formando rapidamente, ocasionando um adensamento populacional muito intensivo.

Praticamente todas as cidades localizadas na Mesorregião Norte Central Paranaense tiveram seus primeiros núcleos urbanos constituídos pelas inúmeras companhias de terras que se instalaram na região. Rosaneli (2009) afirma que praticamente 96 novas cidades foram fundadas por 41 companhias entre os anos de 1923 e 1966. A criação de cidades por companhias é marcada por grande inconstância. Assim, de todos os períodos em que ocorreram fundações, foi na década de 1950 que o processo se tornou mais intenso e concentrado e quando praticamente a metade das cidades surgiu. Os anos de 1951 e 1953 foram considerados como os de maior intensidade imobiliária, evidenciado o início da conjuntura mais favorável à atividade cafeeira no Estado (ROSANELI, 2009).

MAPA 10 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

A despeito disso, Rosaneli (2009), converge com Padis (1981), ao afirmar que mais de 110 núcleos urbanos surgiram em função da companhia inglesa – Companhia de Terras Norte do Paraná. Igualmente, outras companhias corroboraram para a criação de vários outros núcleos que mais tarde, em sua grande maioria, foram transformados em cidades. Dessa forma, com o surgimento de diversos núcleos urbanos que mais tarde se transformaram em cidades, tanto as áreas rurais quanto o meio urbano sofreram alterações significativas, sobretudo, incrementos substanciais de população, refletindo um acelerado crescimento populacional na década de 1970 e, ao mesmo tempo, o acréscimo do seu grau de urbanização.

Notadamente, a partir da década de 1970, a região integra-se rapidamente ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna, introduzindo tecnologias avançadas de cultivo, de substituição da cultura cafeeira pela produção, e *commodities*, ampliação das áreas de pastagens e de alterações radicais nas relações de trabalho. Ou seja, esses fatores desencadearam um intenso êxodo rural, ocasionando um amplo processo de urbanização. A mesorregião Norte Central

Paranaense encontra, nos setores tradicionais, como, por exemplo, agroindustrial, vestuário, mobiliário, açúcar e álcool e, em certos segmentos agroindustriais, os setores mais representativos da região. Enquanto na agricultura o destaque está na produção da cultura do arroz, café, cana de açúcar e soja, assentado na modernização agropecuária, na indústria o destaque está no setor de vestuário, nos equipamentos para instalações industriais e comerciais, contribuindo fortemente para a expansão econômica da região.

Dados divulgados pelo Ipardes (2004) contribuem para a análise da mesorregião ao afirmarem que, nas décadas seguintes a de 1970, a intensidade da perda da população rural superou os níveis estaduais. Ao mesmo tempo, o grau de urbanização superou os próprios níveis estaduais, saltando de 40% para 65% entre as décadas de 1970 e 1980. Prosseguiu aceleradamente no ano de 2000, atingindo um patamar de 88%. Além disso, se comparado à mesorregião do Norte Central, com as demais do Estado, confirma-se como uma área de forte absorção populacional, tanto do ponto de vista inter-mesorregional quanto interestadual.

A mesorregião Paranaense Norte Central configura-se com marcantes heterogeneidades no que tange ao comportamento evolutivo das variáveis demográficas. Além de outros fatores, para o Ipardes (2004, p. 28),

a intensa mobilidade populacional que se observa nas espacialidades da região, envolvendo trocas intermunicipais no interior da própria mesorregião, entre mesorregiões distintas, bem como interestaduais e mesmo internacionais, constitui um forte elemento definidor do padrão demográfico das localidades, condicionando estreitamente as estruturas por sexo e idade de suas populações.

Além das variáveis no que tange a demografia, outro indicador que merece destaque na mesorregião Norte Central é a própria trajetória de urbanização, bastante similar à do próprio Estado do Paraná. Enquanto na década de 1970, 39,9% da população vivia em áreas urbanas, superando em números o Estado, nos anos 2000, a proporção continua superior à média estadual, ou seja, 88,4% da população nas áreas urbanas, enquanto no Estado 81,4% compõem o percentual dos que estão vivendo nas cidades. Assim, pode-se afirmar que a mesorregião segue como a segunda mais urbanizada do Paraná (IPARDES, 2004).

Alguns municípios da mesorregião Norte Central registram um grau de urbanização superior à média estadual. Igualmente, Maringá continua sendo o

município com o maior grau de urbanização, 98,4%, seguido por Sarandi e Paçandu, configurando um aglomerado altamente urbanizado. Portanto, o elevado padrão de urbanização provoca grandes transformações de diversas ordens, como impactos na estrutura urbana e nas próprias condições de gestão das cidades, havendo a necessidade de planejar as cidades a partir do abrupto crescimento das demandas.

QUADRO 4 – NÍVEL DE CENTRALIDADE DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL

Município	Centralidade
Londrina, Maringá	Muito forte
Apucarana	Forte para médio
Arapongas e Jandaia do Sul	Média
Mandaguari, Nova Esperança e Rolândia	Média para fraco

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Somado ao grau de urbanização e demografia, o nível de centralidade de alguns dos municípios que compõem a mesorregião Norte Central Paranaense, estende-se (QUADRO 4), em alguns momentos, para além dos limites da mesorregião, o que denota a importância da polarização devido à área de abrangência e o atendimento de demandas de alta complexidade. Portanto, o município de Apucarana possui um grau de centralidade, considerado, conforme classificação do IparDES (2004), de forte para médio, o que demonstra a influência que o município possui na mesorregião, uma vez que a microrregião geográfica de Apucarana congrega 9 (nove) municípios e a mesorregião congrega 9 (nove) microrregiões (Microrregião Geográfica Astorga, Microrregião Geográfica Porecatu, Microrregião Geográfica Floraí, Microrregião Geográfica Maringá, Microrregião Geográfica Apucarana, Microrregião Geográfica Londrina, Microrregião Geográfica Faxinal, Microrregião Geográfica Ivaiporã) – totalizando 79 municípios, destacando-se Londrina e Maringá, em função tanto no que se referem as suas dimensões populacionais quanto a polarização exercida.

QUADRO 5 – RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANO DE CRIAÇÃO E RESPECTIVAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DO NORTE CENTRAL PARANAENSE

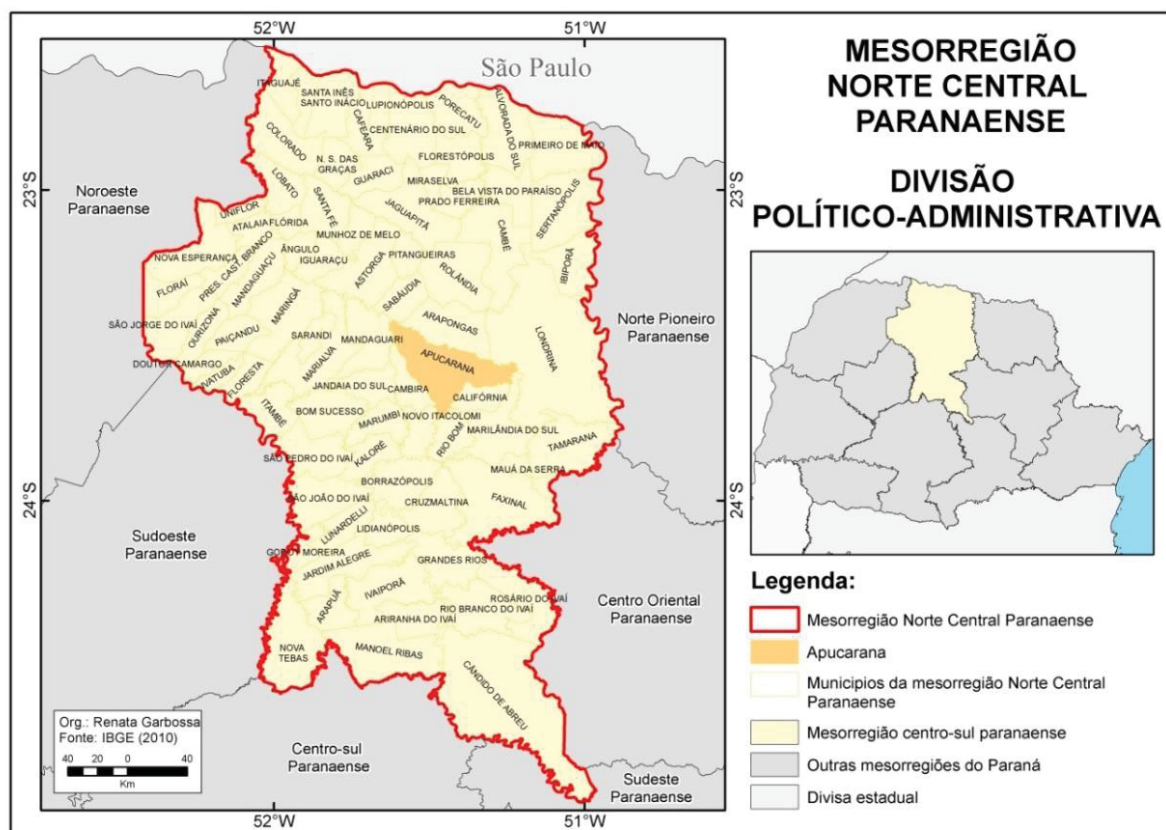
MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - IBGE	MESORREGIÃO GEOGRÁFICA - IBGE	REGIÃO GEOGRÁFICA DO PARANÁ ⁽¹⁾
Abatiá	1947	Cornélio Procopio	Norte Pioneiro Paranaense	Norte Pioneiro Paranaense
Alvorada do Sul	1952	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Ângulo	1993	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Apucarana	1944	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Arapongas	1947	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Arapuã	1997	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Airanha do Ivaí	1997	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Astorga	1952	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Atalaia	1961	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Bela Vista do Paraíso	1947	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Bom Sucesso	1955	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Borrazópolis	1952	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Cafeara	1955	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Califórnia	1955	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Cambé	1947	Londrina	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Cambira	1961	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Cândido de Abreu	1955	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Centenário do Sul	1952	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Colorado	1955	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Cruzmaltina	1997	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Doutor Camargo	1964	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Faxinal	1951	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Floraí	1956	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Floresta	1961	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Floreópolis	1952	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Flórida	1961	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Godoy Moreira	1990	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Grandes Rios	1967	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Guaraci	1955	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Ibiporã	1947	Londrina	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Iguaraçu	1956	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Itaguajé	1955	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Itambé	1961	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Ivaiporã	1961	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Ivatuba	1961	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Jaguapitã	1947	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Jandaia do Sul	1952	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Jardim Alegre	1964	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Kaloré	1962	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Lidianópolis	1993	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Lobato	1956	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Londrina	1934	Londrina	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Lunardelli	1983	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Lupionópolis	1952	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Mandaguaçu	1952	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Mandaguari	1947	Maringá	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Manoel Ribas	1956	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Mariaiva	1952	Maringá	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Marilândia do Sul	1952	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Maringá	1952	Maringá	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Marumbi	1961	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Mauá da Serra	1993	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Miraselva	1961	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Munhoz de Melo	1956	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Nossa Senhora das Graças	1961	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Nova Esperança	1952	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Nova Tebas	1989	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Novo Itacolomi	1993	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Ourizona	1961	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Paiçandu	1961	Maringá	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Pitangueiras	1993	Londrina	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Porecatu	1947	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Prado Ferreira	1997	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Presidente Castelo Branco	1965	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Primeiro de Maio	1952	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Rio Bom	1964	Faxinal	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Rio Branco do Ivaí	1997	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Rolândia	1944	Londrina	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Rosário do Ivaí	1989	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Sabáudia	1955	Apucarana	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Santa Fé	1956	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Santa Inês	1961	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Santo Inácio	1952	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
São João do Ivaí	1964	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
São Jorge do Ivaí	1955	Floraí	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
São Pedro do Ivaí	1955	Ivaiporã	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Sarandi	1983	Maringá	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Sertãozinho	1934	Porecatu	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Tamarana	1997	Londrina	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense
Uniflor	1961	Astorga	Norte Central Paranaense	Norte Central Paranaense

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2004).

Dados apresentados pelo Iparde (2017) indicam que, dos 79 municípios que compõem a Mesorregião Norte Central Paranaense (MAPA 11), 13 foram criados entre os anos de 1988 e 2000 após a Promulgação da Constituição Federal de 1988, (QUADRO 5). Entre eles, Ângulo, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Lidianópolis, Mauá da Serra, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Pitangueiras, Prado Ferreira, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí. O município com menos população é Novo Itacolomi, com 2.908 habitantes, enquanto Tamarana possui 14.143 habitantes. Do total dos municípios que compõem a Mesorregião, 64 tem menos de 20.000 mil habitantes, 12 estão entre 20.001 e menos de 10.000 e três se encontram acima desse patamar, estando o desenvolvimento da mesorregião concentrado nos maiores municípios.

Dos municípios que articulam a Mesorregião Norte Central, apenas os municípios de Londrina e Maringá apresentam população superior a 200 mil habitantes, e Apucarana com mais de 100 mil habitantes no ano de 2000, sendo que a estimativa do Censo do IBGE de 2017 mostra um aumento populacional, totalizando 132.691 mil habitantes.

MAPA 11 – MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Devido ao grande número de municípios que compõem a Mesorregião Norte Central Paranaense, na oferta de estabelecimentos de ensino superior público e privado, destaca-se, a contar, Apucarana, Arapongas, Colorado, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguari, Maringá, Rolândia e Sarandi, atendendo a praticamente 50 mil alunos no ano de 2001, dos quais quase 8 mil estavam concluindo seus estudos naquele ano. Assim, na área da graduação são ofertados 164 cursos que abrangem diversas áreas de ensino e pesquisa, totalizando 32 instituições de ensino superior no ano de 2001, categorizadas como Universidade (4), Centro Universitário (3), Faculdade Integrada e (1), Faculdades, escolas e institutos (24) (INEP, 2001).

O número expressivo de alunos somados à instalação de universidades implica, portanto, positivamente no processo de desenvolvimento das regiões. Esse número tem um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico (ROLIM; SERRA, 2009). Para Raiher (2015, p. 21), as universidades estão inseridas em um contexto regional e “são também importantes agentes no desenvolvimento regional, desde que as citadas instituições compreendam e estejam alinhadas às

demandas regionais [...]”. Na mesma linha de pensamento, o Ipardes (2004) pontua que as contribuições das instituições de ensino e pesquisa, tem sido relevantes, consolidando um sistema local com perspectivas crescentes de estreito intercâmbio com a base produtiva regional e estadual.

No caso da UTFPR de Apucarana, e com base seu PDI, as contribuições da universidade com empresas e entidades vinculadas ao mundo do trabalho tem sido um importante diferencial institucional em decorrência dos programas e ações desenvolvidos sob a gestão da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias e Diretorias de Relações Empresariais. A UTFPR de Apucarana desenvolve de forma contínua um Catálogo de Inovação, o qual mapeia suas competências nos diferentes campos em que atua, divulgando suas potencialidades junto à comunidade empresarial. Isso permite alavancar o aumento no número de parcerias com empresas dispostas a desenvolver conhecimentos e/ou produtos cooperados.

Um dos principais mecanismos de interação da Universidade com a comunidade empresarial tem sido o estágio curricular. Para o estudante, essa atividade visa complementar, consolidar e atualizar seus conhecimentos pela vivência direta no ambiente profissional relacionada à sua futura área de atuação. Para a entidade concedente do estágio, há o interesse em buscar, na Universidade, recursos humanos capacitados para o desenvolvimento de suas atividades, principalmente aquelas ligadas à tecnologia.

Portanto, as universidades tecnológicas, além de possuírem a função de ensinar e pesquisar em todos os ramos da ciência, também são as grandes responsáveis pela aplicação direta do conhecimento vinculado ao processo produtivo e ao empreender. Como preconiza a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em relação à educação, além de formar um profissional que busque vaga no mercado de trabalho, espera-se que elas tenham ao mesmo tempo capacidade de gerar novos postos de trabalho.

Uma universidade com as características apresentadas no parágrafo anterior, certamente criará um profissional com uma amplitude formativa que aplica os conhecimentos tanto científicos quanto tecnológicos na implantação de soluções e inovações produtivas, podendo estar vinculada à indústria ou ser ele mesmo o empreendedor.

Alguns exemplos de instituições em países europeus auxiliam na compreensão da importância de instituições com essas características. Pode-se citar que a primeira que tinha esses moldes na Europa foi a Universidade de Braunschweig, na Alemanha, predominando os cursos de engenharia. A Universidade Tecnológica de Compiègne, na França, também apresenta características bastante semelhantes às da universidade alemã de Braunschweig. Com atributos de vinculação à produção e inovação, o ensino e a pesquisa tecnológica são referência no país. Os principais diferenciais que a universidade apresenta são os diplomas de dupla diplomação em engenharia de alunos brasileiros. Eles estudam pelo menos três anos no Brasil e concluem com aulas em francês e inglês e com estágio na França.

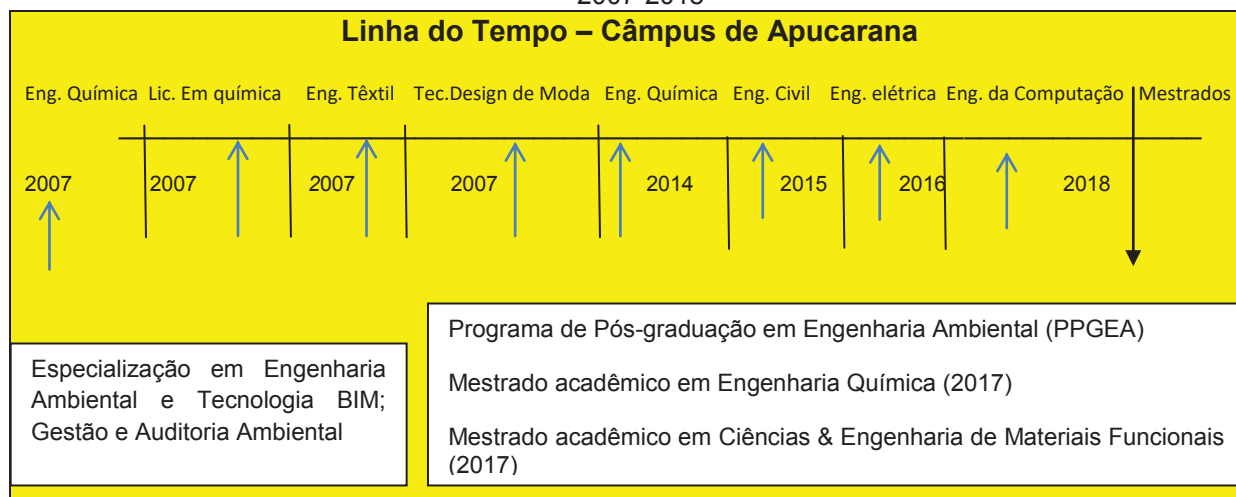
Outro exemplo da França é a Universidade Tecnológica de Troyes, respeitada pela produção tecnológica. Embora apresente uma configuração administrativa diferente da Universidade Tecnológica de Compiègne, busca adaptar a universidade ao perfil interativo desejado com os meios de produção, ou seja, possuem uma cidade tecnológica que integra a gestão, a pesquisa, a produção e o surgimento de novos empreendimentos. Portanto, os exemplos de países como Alemanha e França, referências internacionais podem balizar o surgimento de instituições com formato semelhante no Brasil.

5.5.1 O Câmpus da UTFPR – Apucarana

O Câmpus da UTFPR de Apucarana teve sua portaria de criação em 29 de novembro de 2006. Em janeiro de 2007, as atividades nasceram timidamente com a oferta de sete cursos de graduação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Têxtil, Design de Moda, Licenciatura em Química, utilizando a estrutura do antigo Centro de Modas que atualmente compõe a infraestrutura da universidade. Os cursos não ficaram restritos somente aos que deram origem ao Câmpus, mas, além de cursos de graduação, atualmente são ofertados o curso de qualificação profissional destinados aos alunos e à comunidade, especialização em engenharia ambiental e tecnologia *Building Information Modeling* (BIM), gestão ambiental e auditoria ambiental, bem como o curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e dois mestrados, um de

engenharia química e outro em materiais funcionais, como pode ser verificado no ORGANOGRAMA 3.

ORGANOGRAMA 3 – LINHA DO TEMPO DOS CURSOS OFERTADOS NO CÂMPUS APUCARANA – 2007-2018



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2018A).

A implantação do curso de Design de Moda tem a finalidade de atender à demanda presente na região, que é o potencial encontrado no Corredor da Moda, assim chamada à região entre Norte e Nordeste do Paraná, referente ao eixo Londrina-Apucarana-Maringá-Cianorte-Umuarama, que aglomera empresas de todo setor do vestuário. Esse complexo vestimentar, composto por empresas voltadas às atividades de beneficiamento, fiação, tecelagem, lavanderias e serviços de acabamento vem adquirindo importância nacional como o maior produtor de jeans e bonés do País (IPARDES, 2006). O município de Apucarana, onde o curso é oferecido, situa-se estrategicamente no centro desse eixo, justificando a implantação de um curso voltado ao setor de vestuário, garantindo a formação de profissionais para atender às necessidades da região e da comunidade em que está integrado.

Na entrevista de campo tanto com o Vice-presidente para assuntos da indústria da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana⁶³ da Associação Comercial de Apucarana, quanto do diretor⁶⁴ do Câmpus da UTFPR de Apucarana, pode-se perceber a relevância da implantação primeiramente do Centro de Modas e posteriormente sua incorporação à universidade, para ter mão de obra especializada em função da aptidão da cidade e da região.

⁶³ Entrevista concedida pelo Diretor da Associação Comercial de Apucarana, em 8 de abril de 2019. Arquivo MP3 (40 min).

⁶⁴ Entrevista concedida pelo Diretor do Câmpus, em 8 de abril de 2019. Arquivo MP3 (91 min).

A partir da pesquisa de campo realizada com o diretor do Câmpus UTFPR de Apucarana, a implantação do curso deve-se à necessidade de mão de obra especializada que em grande parte é absorvida nas indústrias de produção de bonés, que se destaca como uma das principais atividades econômicas do município e da região. Em média, a produção é de 2 (dois) milhões de bonés por mês, sendo responsável por 80% da produção nacional, gerando muitos empregos. O estado do Paraná é o segundo maior produtor do País no setor têxtil e de confecções, que reúne 4.345 empresas. Apucarana, por exemplo, sedia duas grandes empresas que atuam no ramo de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos. As empresas fornecem tecidos para indústrias locais e para todo País. Além disso, essas empresas estão instaladas no município numa unidade de fiação de um grande grupo do segmento têxtil, cuja produção de fios é exclusiva, especialmente para a produção do índigo de marcas famosas.

Em função da grande produção de toda a cadeia têxtil de vestuário nos espaços fabris, o município de Apucarana e todo Noroeste do Estado geram, como parte da sua cadeia produtiva, uma série de resíduos devido ao processo de alvejamento e tingimento das peças. Em função disso, surgiu a demanda de alguns setores envolvidos para que a universidade pudesse ofertar cursos que desenvolvessem tecnologias que causassem menos impactos no ambiente, como é o caso do curso de engenharia química.

A demanda dos setores econômicos do município e da região fez com que a configuração inicial do Câmpus que contava inicialmente com apenas 40 docentes e 20 servidores, pudesse na concepção do diretor do Câmpus ser dividida em dois grandes momentos. De 2006-2013,

era a visão que se tinha do Câmpus de Apucarana para a cidade de Apucarana. Ou seja, a concepção que a comunidade apucaranesa tinha de ser um Câmpus que deveria ser modesto, pequeno e só deveria atender às necessidades básicas do Vale do Ivaí⁶⁵, porque estávamos entre duas grandes cidades e obviamente não se tinha muitas perspectivas para crescer.

No entanto, é possível observar um considerável aumento no número de profissionais diretamente vinculados às atividades desempenhadas na universidade.

⁶⁵ Além de polarizar a microrregião, Apucarana é o centro de referência da associação de municípios do Estado do Paraná, a Associação dos municípios do Vale do Ivaí, que integra 26 dos municípios pertencentes às microrregiões geográficas de Apucarana, Faxinal e Ivaiporã (IPARDES, 2006).

Há ressalva de que o quadro de professores cresceu de forma vertiginosa, passando de 40 em 2010, para 143 em 2018, além dos 7 professores substitutos⁶⁶. Já o número de técnicos administrativos também aumentou consideravelmente em um curto intervalo de tempo. Ou seja, em 2007, eram apenas 20 técnicos administrativos, elevando-se para 69 no ano de 2018, o que comprova a expressividade do Câmpus para o município.

O segundo momento ocorreu após o ano de 2013, quando “tivemos um *crossover* – uma transição para outra visão do que nós queríamos para essa unidade”, pontua o diretor. Assim, várias instituições, entre elas o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Crea), Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana (Acia), Associação de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Femap, sindicato do comércio, órgãos de classe e a sociedade civil organizada fizeram uma pactuação ao perceberem a necessidade de novos cursos que pudessem ser oferecidos pela universidade e atendessem a outros setores da economia de Apucarana, para formar profissionais qualificados. Naquele momento, a sociedade percebeu que “para expandir a região era necessário expandir a universidade”, eram necessários que fossem implantados os cursos de engenharia elétrica e o curso de engenharia civil. No entendimento da instituição, os dois cursos iriam alavancar o desenvolvimento e crescimento do município e da região. Com isso, no ano de 2014, teve início o curso de engenharia química; em 2015, o curso de engenharia civil; e em 2016, a engenharia elétrica. No ano de 2017, o Câmpus completou 10 anos e

abrimos uma especialização BIM – Especialização *Lato Sensu* em Engenharia Digital e Tecnologia BIM, para aprimorar os recursos na área de Engenharia Civil, Arquitetura e áreas afins, de forma a melhorar o desempenho desses profissionais no mercado da construção civil, atendendo aos constantes avanços das tecnologias digitais.

Além de capacitar profissionais com condições técnicas que lhes permitam contribuir decisivamente nas fases de projeto, planejamento, implantação, utilização e manutenção de obras de engenharia, com o intuito principal de utilizar o processo

⁶⁶ O número de substitutos deve-se, sobretudo, ao fato de os professores concursados estarem fora da instituição para fazer doutorado ou pós-doutorado Brasil afora ou mesmo fora do país.

BIM para obter melhorias na qualidade do ambiente construído e redução no impacto que todas as etapas da construção civil causam ao meio ambiente.

Para os próximos anos, conforme PDI 2018/2022, quatro novos cursos de graduação serão instalados no Câmpus de Apucarana, Engenharia de Computação, Engenharia Agrônômica, Arquitetura, Tecnologia em Mecanização em Agricultura de Precisão. Eles visam ao mesmo tempo atender às demandas locais e regionais e fortalecer a identidade e a inserção da universidade no cenário nacional e internacional, destacando-se nos “Eixos Desenvolvimento Institucional e Políticas Acadêmicas”. O curso de Engenharia da Computação⁶⁷ foi implantado ainda em 2018, uma vez que a universidade possuía a infraestrutura necessária para seu funcionamento, como, por exemplo, laboratórios, técnicos que pudessem desenvolver as atividades, salas de aula e quadro docente, iniciando suas atividades antes do previsto. A sua implantação deve-se, conforme pontuou o diretor do Câmpus, a um grande número de indústrias/multinacionais na área de tecnologia da informação, que estão se instalando entre Maringá e Londrina. Dessa forma, a universidade formará mão de obra capacitada para atuar no ramo, uma vez que o município de Apucarana faz parte da APL⁶⁸ de TI de Londrina.

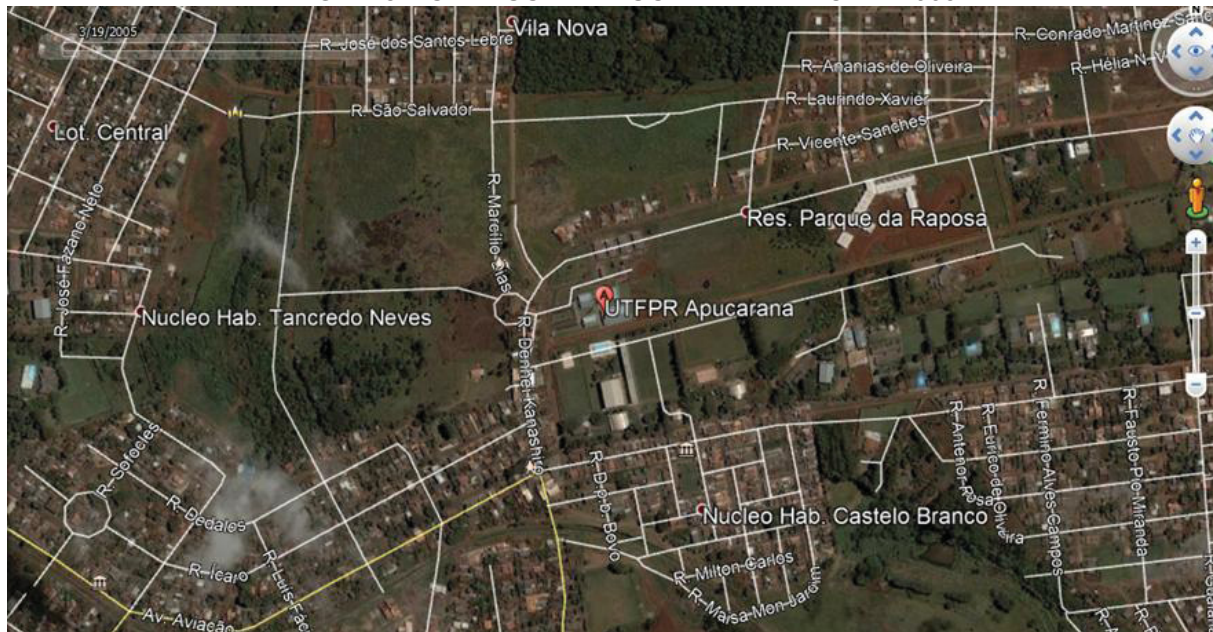
A implantação de novos cursos alterou, sobremaneira, o uso e ocupação do solo no entorno da universidade, diminuindo os vazios urbanos (IMAGENS 8 a 13) desde a sua instalação, como uma maior quantidade de construções em seu entorno para atender à demanda dos acadêmicos que vêm de outros estados e necessitam de moradia. Isso contribui e reforça o impacto econômico sobre a economia do município. Para o diretor do Câmpus, as alterações urbanas no entorno da universidade foram inúmeras, pois não havia asfalto, o número de traficantes de drogas era muito grande em função do vazio urbano do entorno. Com a vinda da universidade, a realidade agora é outra. Houve a construção de prédios, a implantação de loteamentos, casas, comércio, ou seja, um maior investimento do setor imobiliário e sem a presença dos traficantes. “Só a presença da universidade trouxe um desenvolvimento muito grande para a região, não só do ponto de vista

⁶⁷ O Curso de Engenharia de Computação ofertou sua primeira turma no segundo semestre de 2018 via SISU, com oferta de 44 vagas semestrais no período da manhã e tarde.

⁶⁸ O APL de Tecnologia da Informação de Londrina e Região conta atualmente com mais de 1.000 empresas que compõem este APL e abrange empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação de nove municípios da Região Norte do Paraná, próximo à Londrina, que são Apucarana, Araçongas, Rolândia, Cambé, Londrina, Ibiporã, Jataizinho, Uraí e Cornélio Procópio (APL de Gestão, 2019).

social, porque você trouxe junto com a universidade uma atenção maior do poder público”, pontua o diretor.

IMAGEM 8 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2005



FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

IMAGEM 9 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2007



FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

IMAGEM 12 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2016

FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 13 – CÂMPUS DE APUCARANA – ANO DE 2018

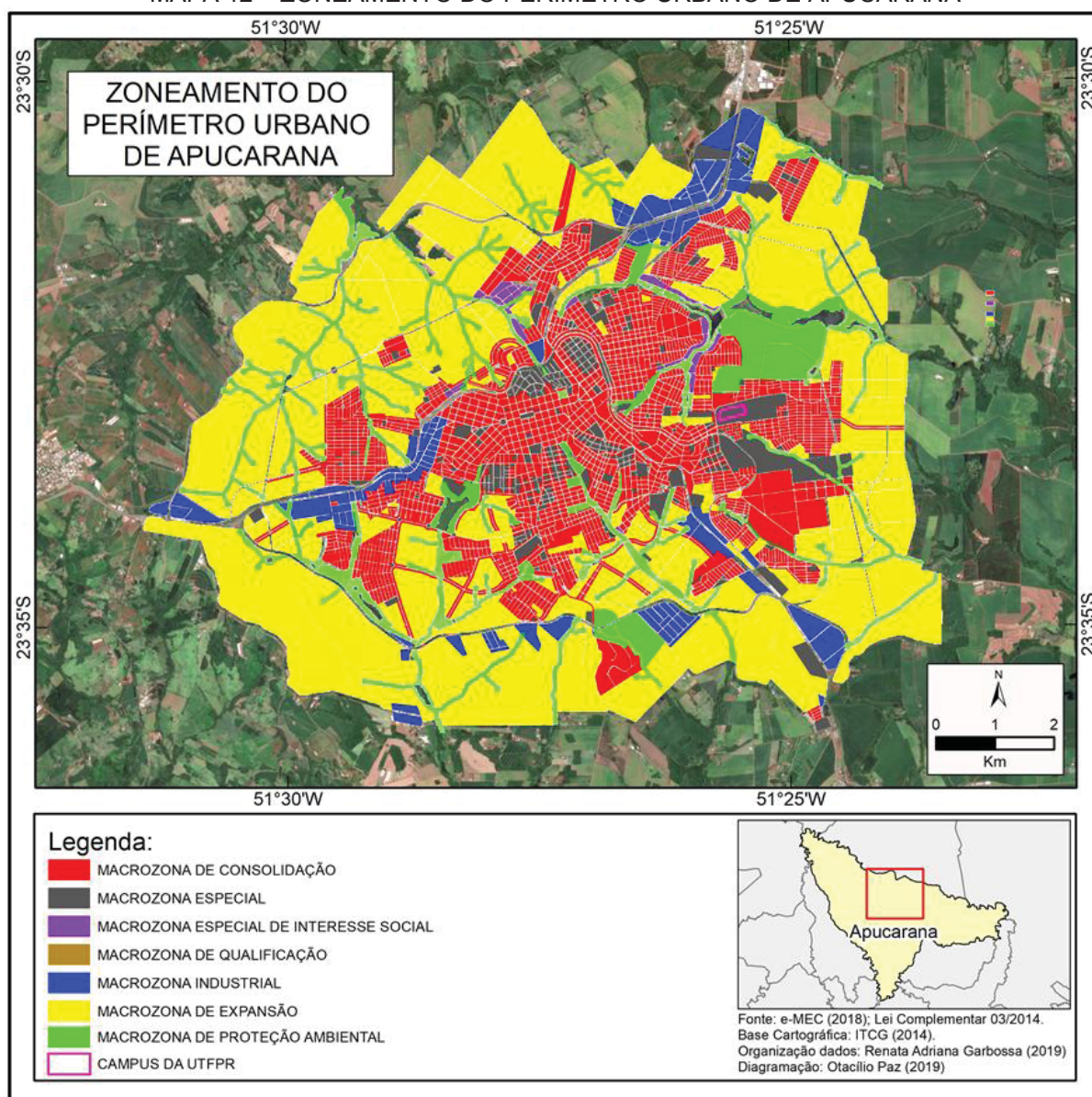
FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

No caso do Câmpus da UTFPR de Apucarana, com base na Lei Complementar nº 005/2014, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo (MAPA 12) e do zoneamento do perímetro urbano do município de Apucarana, pode-se

eleger algumas características distintas do Câmpus UTFPR de Guarapuava. Uma primeira constatação deve-se ao fato de estar localizado em uma macrozona de consolidação, ou seja, com áreas já urbanizadas, cuja ocupação se dá através da intensificação do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação aos serviços, infraestrutura, equipamentos e meio ambiente, de modo a evitar sua ociosidade ou sobrecarga e otimizar os investimentos coletivos. Uma segunda constatação deve-se ao Câmpus estar localizado em uma macrozona especial, com áreas onde existe a presença de atividades, usos ou funções urbanas de caráter excepcional, não enquadráveis nas demais macrozonas, sobretudo, em função da proximidade com uma macrozona de proteção ambiental, que é o parque Ecológico da Raposa⁶⁹. Além disso, pode-se inferir, com base no MAPA 12, que as Zona Industrial Um (ZI1) são destinadas às atividades industriais não incômodas, nocivas ou perigosas, compatíveis com as zonas urbanas de baixo risco ambiental, de acordo com a legislação ambiental vigente; e a Zona Industrial Dois (ZI2): destinadas às atividades industriais nocivas e perigosas não compatíveis com as zonas urbanas, que estão localizadas em um raio distante da universidade.

⁶⁹ O Parque Ecológico da Raposa foi criado no início da década de 1990. Por Lei, a dimensão da unidade de preservação é de 290 hectares. A título de ICMS Ecológico, o IAP repassa anualmente cerca de R\$ 400 mil à Apucarana pelos trabalhos de conservação promovidos no Parque Ecológico da Raposa.

MAPA 12 – ZONEAMENTO DO PERÍMETRO URBANO DE APUCARANA



FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010), APUCARANA (2014), ITCG (2014) E IPARDES (2019).

Além das alterações que podem ser verificadas nas imagens e no mapa de zoneamento do perímetro urbano, é possível, com base nos dados extraídos a partir da própria Universidade, analisar o aumento da sua área física que, em 2007, era apenas 11.816 m², e já na primeira expansão, em 2008, passou para 70.575 m², com a doação da área realizada pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana. Para a abertura de mais 3 (três) cursos de Engenharia, pactuados com o Governo Federal, o Câmpus recebeu em contrapartida, a doação dos terrenos pela Prefeitura Municipal de Apucarana e sua área física quase duplicou, passando de 70.575 m² para 121.490,13 m².

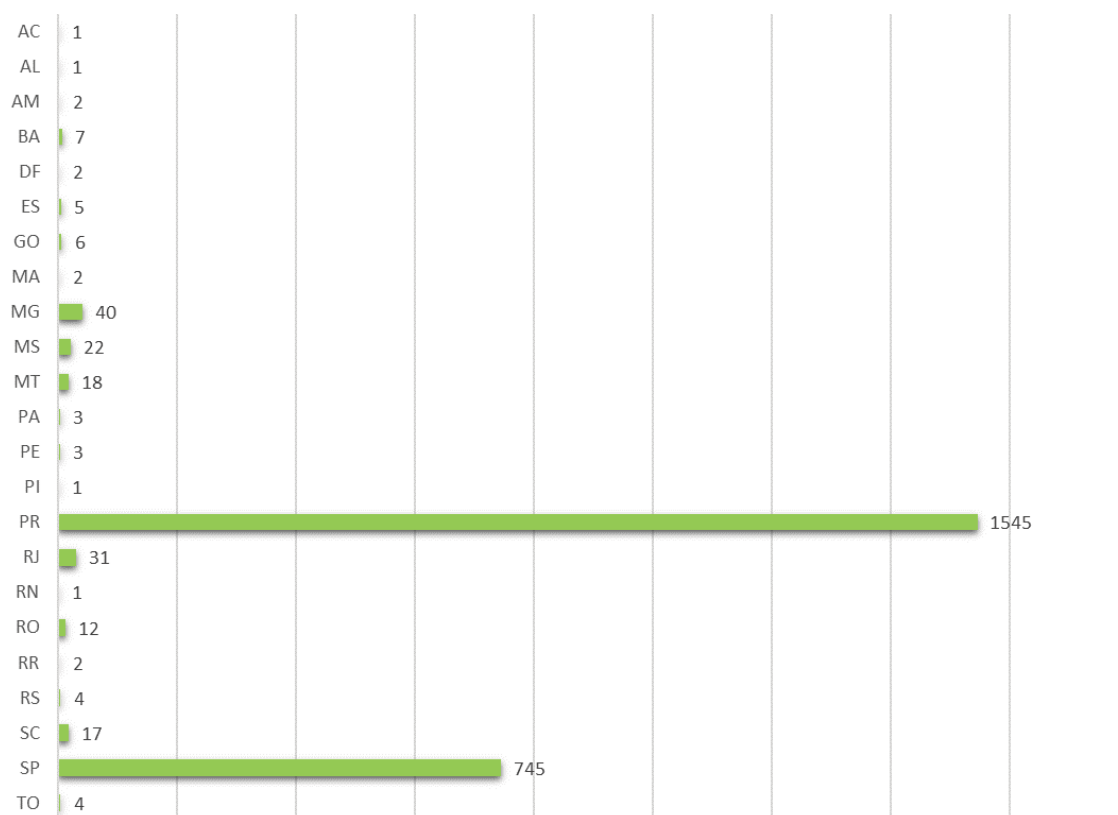
A expansão física e as negociações com o Governo Federal, bem como o apoio da sociedade, possibilitaram a abertura de 3 novos cursos de engenharia: Engenharia Química (2014), Engenharia Civil (2015) e Engenharia Elétrica (2016). Comparando a área construída, é possível observar o crescimento expressivo do Câmpus. Até 2011, eram apenas 3.306 m² construídos; em 2012 eram 5.794,55 m²; em 2014, houve ampliação para 8.764,87 m², e em 2016, são 9.442,79 m² construídos. Devido à pactuação com o Governo Federal para a abertura das 3 novas engenharias, o Câmpus está ampliando sua área física construída em mais 10.522,36 m². Essas ações de ampliação têm sido garantidas pela pactuação realizada junto ao Governo Federal, MEC e à Reitoria da Universidade. Portanto, com a pactuação, o Câmpus Apucarana da UTFPR ampliará sua oferta de vagas em 1.320, considerando somente os três novos cursos de engenharia. Ao levar em consideração a oferta de vagas em todos os cursos das engenharias, tecnologia e licenciatura, o Câmpus ofertará 2.792 vagas, nos próximos anos, pontua o diretor do Câmpus.

Ainda para o diretor do Câmpus, a expansão da infraestrutura física é extremamente importante para o desenvolvimento do município de Apucarana, pois oportuniza a formação de diferentes profissionais que poderão atuar nessa região ou nas demais regiões do país. Conclui o diretor:

A oferta e novos cursos atrai estudantes de outras regiões que podem aqui residir e, por meio de sua formação, contribuir para o desenvolvimento do município e região. A Instituição recebe muitos alunos de outras regiões do Paraná e do Brasil, que chegam buscando um ensino público de qualidade.

GRÁFICO 11 – TOTAL DE ALUNOS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2010-2018 –
MATRICULADOS NA UTFPR – APUCARANA

APUCARANA - TOTAL DE ALUNOS POR UF - 2010 -2018



FONTES: ADAPTADO DE UTFPR (2019).⁷⁰

A ampliação da infraestrutura do Câmpus da UTFPR de Apucarana deve-se ao aumento do número de alunos matriculados desde a sua instalação. Ou seja, com base no GRÁFICO 11, percebe-se que, dos 2.473 alunos matriculados entre os anos de 2010-2018, no Câmpus de Apucarana, 1.545 são provenientes do próprio estado do Paraná, incluindo municípios próximos da universidade, totalizando um percentual de 62,5%. Do total, quase 15% se deslocam diariamente de municípios vizinhos, como Arapongas, Jandaia do Sul, Mandaguari, Ortigueira, Londrina. No entanto, o maior percentual de alunos vindos de municípios mais distantes passou a fixar residência em Apucarana, conforme pesquisa socioeconômica elaborada pela Diretoria de Relações Empresariais (UTFPR, 2018b). O perfil de origem geográfica dos alunos demonstra que o número de alunos provenientes do estado de São Paulo fica em segundo lugar, com 745, totalizando 30%, provenientes dos

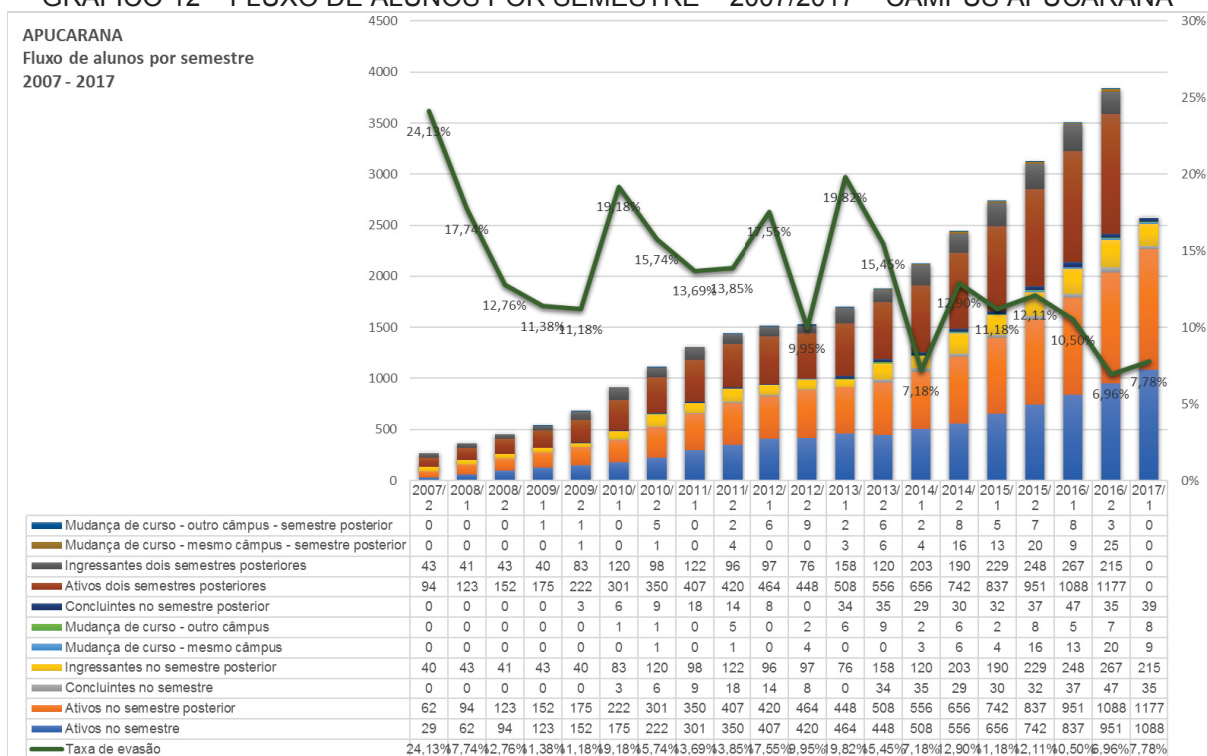
⁷⁰ A origem é relativa ao comprovante de residência apresentado pelo aluno na efetivação da matrícula. A quantificação da proveniência dos alunos passou a ser realizada pela UTFPR a partir do ano de 2010. Dessa forma, entre os anos de 2007 a 2010, a universidade não possui dados para que possam ser analisados.

municípios de Barretos, Bauru, Bragança Paulista, Itapetininga, Jacareí, Marília, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo. As demais matrículas são de diversos estados brasileiros, preenchidas em função das vagas do Sisu, e isso acontece graças ao processo de democratização do acesso ao ensino superior que utiliza a nota do Enem para a ocupação das vagas públicas oferecidas (UTFPR, 2018b). Portanto, esses alunos que chegaram à universidade por meio das vagas oferecidas pelo Sisu, quase 50% também fizeram o ensino médio em instituições da rede pública e possuem uma renda mensal de até 2,5 salários mínimos, o que equivale a 52% dos alunos matriculados no Câmpus da UTFPR de Apucarana⁷¹, e pouco concentrado em uma faixa de maior renda, apenas 10% acima de 7 salários mínimos. Do total de alunos matriculados no Câmpus, 84% possuem entre 17 e 23 anos. Esse percentual reforça, segundo Corbucci (2014), que no Brasil apenas 9,1% dos jovens entre 18 e 24 anos tinham acesso ao ensino superior no ano de 2000, percentual que subiu para 18,7% em 2010, indicando uma melhora dos indicadores de acessibilidade à educação superior ao longo da década.

Por ser um público jovem, outro dado que chama a atenção na pesquisa socioeconômica dos alunos realizada pela Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias, refere-se ao perfil de ocupação econômica dos alunos de que 48,15% não trabalha e pretende ficar sem trabalhar durante todo o curso. Já os que estão procurando trabalho totalizam 30,55% e os que trabalham como autônomos ou de forma esporádica chega a quase 22% (UTFPR, 2018b).

⁷¹ Pesquisa socioeconômica elaborada pela Diretoria de Relações Empresariais de Apucarana, cujo objetivo é o levantamento dos dados socioeconômicos para servir de base para ações de Gestão & planejamento, ações de endomarketing e relações públicas (UTFPR, 2018b).

GRÁFICO 12 – FLUXO DE ALUNOS POR SEMESTRE – 2007/2017 – CÂMPUS APUCARANA



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2019).

Destarte, percebe-se que o número de alunos ativos (GRÁFICO 12) desde a instalação do Câmpus da UTFPR de Apucarana de 2007 até 2017, um intervalo de tempo de dez anos manteve-se em constante crescimento em cada um dos semestres analisados. As mudanças de curso tanto para outros Câmpus quanto para o mesmo Câmpus praticamente não ocorreu nos primeiros anos das ofertas dos cursos, vindo a apresentar um aumento, embora pouco expressivo, sobretudo no segundo semestre dos anos de 2015 e 2016. Além disso, ao observar o GRÁFICO 12, percebe-se uma diminuição significativa nas taxas de evasão, que em 2007 eram de 24,13%, apresentando em 2017 apenas 7,78%.

O aumento do número de alunos e a oferta de novos cursos contribuiu para a necessidade de ampliação da infraestrutura física e das instalações acadêmicas do Câmpus de Apucarana (TABELA 10) com base nos três últimos PDIs: 2009/2013, 2013/2017 e 2018/2022. É possível analisar que as salas de aulas teóricas, os laboratórios gerais e de informática apresentaram um aumento significativo, triplicando no período analisado desde a instalação do Câmpus, corroborando com o que foi citado pelos donos dos empreendimentos imobiliários, dos professores e dos primeiros técnicos administrativos. Ou seja, para os funcionários da UTFPR, tanto o corpo docente e os profissionais administrativos quanto os empresários destacam a

importância da instalação do Câmpus e o aumento da infraestrutura física não só para o município, mas para a mesorregião, uma vez que a universidade contribuiu enormemente para a qualificação profissional de vários segmentos econômicos existentes na região.

Para o professor Aloysio Gomes de Souza Filho, vale ressaltar que, além dos cursos de graduação, o Câmpus Apucarana também está focado na interação local e regional por meio de ações de extensão, cursos de qualificação profissional e estágios, capacitação de profissionais e projetos e serviços tecnológicos, mobilidade estudantil internacional, projetos de ação social e programa de egressos (CANZIANI, 2017).

TABELA 10 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS – CÂMPUS APUCARANA – 2009-2022

CÂMPUS	SALAS DE AULAS TEÓRICAS	LABORATÓRIO GERAL	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	AUDITÓRIOS	ALOJAMENTOS	TOTAL
PDI - 2009/2013	7	13	1	1	0	22
PDI - 2013/2017	17	19	2	2	0	39
PDI – 2018/2022	26	31	4	1	0	62

FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2009, 2013, 2018A).

Na concepção do professor Ivan José Coser⁷², os empresários, as associações, o comércio, os segmentos hoteleiro e gastronômico, as ações de infraestrutura realizadas pelo poder público, tudo contribuiu para o pleno sucesso do Câmpus da UTFPR de Apucarana, o que se reverte também em benefícios para toda a coletividade. Ainda para o professor, a abertura do Câmpus de Apucarana foi

um grande avanço para a cidade, pois possibilitou a vinda de muitos servidores de outras regiões que aqui vieram desenvolver suas atividades, aumentando o número de cursos e vagas ofertadas, mais serviços à comunidade, além da expansão física da instituição.

“A vinda dos alunos de outras regiões do Paraná e de diversos estados traz uma nova dinâmica para Apucarana”, que, como lembra, “não estava preparada num

⁷² O professor José Ivan Coser acompanhou o nascimento do Câmpus de Apucarana, na função de primeiro diretor do câmpus e como parte do primeiro grupo de servidores encarregado de fazer a instituição iniciar suas atividades em 2007 (CANZIANI, 2017).

primeiro momento para receber tantos estudantes”. Ele cita a diversidade étnica e cultural, potencializada por essa migração estudantil como um fator altamente positivo. “Apucarana ficou mais cosmopolita, com mais diversidade, integração e convivência e vai quebrando aos poucos eventuais barreiras inerentes a uma cidade de médio porte”, avalia o professor Oscar Jussato Nakasato.

Comungando com os professores citados, o diretor da imobiliária, J. Marese Cearini Imóveis, João Eduardo Prado Mareze, também ressalta que “a instalação do Câmpus contribuiu para o desenvolvimento de toda a cidade, começando pelas vias de acesso entre esses locais e a universidade”. Destaca, portanto, que “desde a instalação do Câmpus já foram construídos 3 condomínios e que muitos dos alunos foram morar nos apartamentos, assim como em outras regiões da cidade”. Conforme dados obtidos na pesquisa de campo junto à Acia e à direção do Câmpus, os condomínios foram construídos a partir do ano de 2012, quando foi aprovado junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção. São várias torres, com apartamentos de 42 m² e dois quartos, com 4 andares. Por estarem localizados ao lado da universidade, mais de 70% dos estudantes moram nos condomínios, locando ou adquirindo os imóveis, o que permite um aquecimento da procura do setor imobiliário, conforme IMAGEM 14.

IMAGEM 14 – AUMENTO DA EXPANSÃO URBANA NO ENTORNO DA UTFPR DE APUCARANA



FONTE: UTFPR (2019) E A AUTORA (2019).

No entanto, além do setor imobiliário, que fica com o grande aporte de recursos gerados pelos estudantes, a parte de infraestrutura física acabou tendo um aumento significativo, não somente no entorno da universidade, mas também em toda a cidade. No entendimento do diretor do Câmpus as alterações se deram tanto no setor de hotelaria, com o aumento do número de hotéis próximo à universidade, e em outros segmentos, como o aumento do número de farmácias, a instalação da Uber, o aumento do número de restaurantes no entorno da universidade e, ainda, o estudo de viabilidade para implantar franquias no setor de alimentação que atenda ao público jovem, bem como o sistema de moradia em estilo americano nas proximidades da universidade.

Se considerarmos os impactos diretos na economia local, tanto os dados coletados em entrevista junto a Acia quanto do diretor do Câmpus e do diretor das

Relações Empresariais e Comunitárias, percebe-se que entre os alunos que estabeleceram residência em Apucarana em função do ingresso na UTFPR, os gastos médios mensais para se residir no município e se manter é de aproximadamente R\$ 1.196,13 (um mil cento e noventa e seis e treze centavos) mensais, sobretudo contabilizando gastos com higiene, vestuário, transporte, lazer, alimentação e moradia. A média anual de injeção de recursos na economia, considerando os alunos que se mudaram para Apucarana, é de R\$ 12.289,35 por aluno. Porém, analisando o número total de alunos do Câmpus e a porcentagem dos que se mudaram para Apucarana (57%), o total anual injetado em consumo na economia municipal chega a 9,457 milhões de reais/ano. Projetando esse perfil para a próxima década, irá gerar mais de 115 milhões de reais em consumo, pois geralmente são jovens que tem um perfil consumidor diferente da população da cidade, criando uma demanda mais específica geralmente encontrada nos centros urbanos maiores (UTFPR, 2018b).

Além dos gastos com o número de alunos que se instalaram e fixaram residência no município, o impacto causado pela folha de pagamento dos professores também se torna expressivo pelo grande número de profissionais que atualmente atuam e compõem o quadro docente no Câmpus. No entanto, diferentemente dos outros dois Câmpus pesquisados, a maioria do corpo docente mora ou em Londrina ou em Maringá, em função do favorecimento de transporte, que é concedido pela própria universidade, e por serem cidades que oferecem uma maior infraestrutura. Na concepção do diretor do Câmpus “trabalham aqui, exercem suas atividades em Apucarana e gastam seus recursos nos outros municípios”. Destacou ainda que isso gera uma falta de pertencimento à localidade, uma vez que não criam uma identidade com o lugar. “Os professores que trabalham e moram aqui querem o progresso da região [...]. Porém, quando você está de passagem é mais difícil”, pontou o vice-presidente para assuntos da indústria da Acia. O vice-presidente vai além ao afirmar que “Quando os professores estão instalados no município existe um engajamento maior, eles procuram fazer para a comunidade ter uma relação mais estreita [...], desenvolvendo projetos”. Muitos professores estão procurando a associação, apresentando projetos e colocando não só a universidade à disposição, mas se colocando também. Esse relacionamento é fundamental, tanto para o progresso da universidade quanto para a associação. Portanto, conforme cita Caldarelli *et al.* (2015, p. 27),

deve-se deixar claro, no entanto, que a simples presença de uma universidade pública numa determinada região não é garantia de seu desenvolvimento. São necessárias ações que possibilitem a integração da universidade com outros agentes responsáveis pelo desenvolvimento regional, dentre os quais, se destacam as empresas.

Segundo Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), espera-se que o aumento dos gastos, do número de funcionários e de estudantes, além de outros aspectos que resultam do processo de expansão das universidades federais pelo interior do país, tenha efeitos sobre as economias locais.

Conforme pesquisa de campo realizada junto à Acia e à direção da universidade, as articulações do Câmpus com o setor político e empresarial do município são estreitas e organizadas pela Diretoria de Relações Empresariais – UTFPR, que, por meio de estratégias direcionadas, identifica as demandas das empresas de Apucarana e região por meio de visitas e reuniões direcionadas. O Diretor da Diretoria de Relações Empresariais promove e participa de vários encontros com empresários de diversos segmentos como APL de Bonés⁷³, Acia, Sindicato das Indústrias do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí, entre outros. Após o levantamento, faz-se as reuniões setoriais internas com os membros da Diretoria de Relações Empresariais para encaminhar as demandas e buscar junto à comunidade acadêmica soluções que reduzam os custos de produção, minimizem os impactos ao meio ambiente, entre outros. Um exemplo dessa parceria é um Termo de Cooperação protocolado junto à Diretoria de Relações Empresariais, no ano de 2017, pela empresa Antares Reciclagem Ltda⁷⁴.

A cooperação com a Antares Reciclagem mantém um projeto de pesquisa tecnológica para o desenvolvimento de um processo industrial visando à recuperação de ferro e ácido clorídrico contidos em resíduos gerados por empresas de tratamento de superfície através do processo de decapagem de peças de aço. Como é a mais importante empresa do ramo na região de Apucarana, a Antares

⁷³ Governança da APL Bonés de Apucarana congrega vários setores: empresários do setor, Associação Brasileira dos Fabricantes de Bónes de Qualidade, Acia, Associação dos Fabricantes de Bónes, Camisetas, Chapéus e Outros Brindes Promocionais, Caixa Econômica Federal, Faculdade de Apucarana, Fecea, Prefeitura Municipal de Apucarana, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Paraná, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Sesi/Senai, Sindicato das Indústrias do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí, UTFPR.

⁷⁴ A Antares Reciclagem – especializada no desenvolvimento e implementação de soluções sustentáveis para reciclagem e reaproveitamento de resíduos industriais, de forma ecologicamente correta e economicamente viável.

demonstrou interesse no desenvolvimento de um novo processo industrial, procurando por um grupo de pesquisa que atuasse na área de adsorção e tratamento de resíduos industriais e pudesse conduzir os estudos laboratoriais. A UTFPR Câmpus Apucarana é a única Instituição de Ensino Superior na região com pesquisa na área e possui vários egressos dos cursos de graduação atuando como técnicos operacionais na empresa. Dessa forma, o perfil e os problemas encontrados na empresa são eventualmente discutidos entre alunos e professores da instituição.

Outras parcerias com grandes empresas foram firmadas, como, por exemplo, com a “Caramuru alimentos”, que se destaca no município com 25% da produção e industrialização brasileira dos alimentos à base de milho; ‘Alpes’, no setor de segmento de higiene e limpeza; ‘Golden’, empresa multinacional na área química. Além disso, constam empresas na área do couro, com várias delas compondo toda a cadeia produtiva do setor, o que corresponde por 25% do couro curtido no Paraná e sedia algumas grandes empresas do país, que buscaram a universidade para firmar parcerias e buscar apoio técnico e institucional no desenvolvimento de pesquisa nos seus campos de atuação. O resultado é que parte das empresas que buscam a universidade para auxiliar nas pesquisas querem investir na universidade. Para o diretor da Diretoria de Relações Empresariais, é um trabalho de “formiguinha”. “Temos que provar para eles que vale a pena”.

Em algumas empresas, foi necessário mostrar um cálculo de viabilidade econômica para perceberem a importância de terem a universidade como pesquisadora e quanto a empresa economiza tendo a pesquisa na própria universidade e não contratando outra para dar os resultados. “O empresário precisa ver a importância da universidade, da pesquisa, do capital humano”, pontua o diretor. No ano de 2017, eram 6 (seis) professores que pesquisavam diretamente com as empresas e, hoje, são mais de 30 (trinta) que possuem essa relação em trabalhar com pesquisa junto às empresas, sobretudo, na área química. Ressalta-se que a Cepal (1996), ainda na década de 1990, já estacava em um dos seus documentos a estreita relação entre a universidade e as empresas por meio da direção de relações empresariais, encarregada de promover a interação com a comunidade empresarial.

Outra grande iniciativa inovadora no município de Apucarana é o projeto “Conecta Apucarana”⁷⁵ desenvolvida pela Acia juntamente com a prefeitura, a UTFPR, a Unespar, o Sebrae, o Senai e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Essas sete entidades fazem parte do Conecta Apucarana, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento econômico e social do município, articulando, dinamizando, fomentando e catalisando processos de inovação não só para o município, mas para toda a região. Além de ajudar a atrair novos investimentos para o município, a ideia é oferecer às empresas novas perspectivas de crescimento e inserção no mercado, disponibilizando todo suporte necessário para o aprimoramento dos produtos e a gestão dos futuros. Ou seja, estimular *startups* para o desenvolvimento de produtos e serviços com potencial de crescimento acelerado.

Para o diretor do Câmpus o Hotel Tecnológico é uma pré-incubadora da UTFPR e abriga, por um período de até dois anos, projetos de empresas selecionados através de editais abertos pelo Programa de Empreendedorismo e Inovação (Proem) de cada Câmpus tecnologia e inovação e tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de alunos, egressos, servidores e pesquisadores empreendedores da comunidade acadêmica e comunidade externa, apoiando-os em seus primeiros passos o foco é a formação empresarial, o estímulo à postura empreendedora e à criação de empresas com produtos e serviços inovadores de base tecnológica, além de aproximar o meio acadêmico do mercado. Nesse espaço, os empreendedores desenvolvem as bases de seu empreendimento sem ainda ter a empresa aberta juridicamente. Por um período de até dois anos, equipes receberam consultorias nas áreas financeiras, no plano de negócios, na gestão de pessoas, na área jurídica e de *marketing* para estruturarem suas futuras empresas e entrarem mais sólidos no mercado, além de suporte com suprimentos, treinamentos, assessoria psicológica e espaço físico. O Hotel Tecnológico da UTFPR – Câmpus de Apucarana – iniciou as suas atividades em março de 2015, e até o presente momento passaram pelo Hotel Tecnológico 10 projetos, com um total de 25 alunos.

As Incubadoras de Inovações da UTFPR têm como missão abrigar empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. O

⁷⁵ Foi criada a Lei de Governança aprovada no final de 2018 para que haja uma interação entre outras governanças de outras cidades e outras instituições.

objetivo geral das Incubadoras é acelerar o processo de criação de micro e pequenas empresas, aumentando suas chances de sobrevivência na sociedade, gerando emprego e renda, a fim de ajudar na promoção do Desenvolvimento Regional Sustentável. Pode-se afirmar que as incubadoras empresariais operam no mesmo sentido das incubadoras existentes em hospitais. Elas asseguram as funções vitais de recém-nascidos com problemas específicos e proporcionam inúmeros benefícios para o nascimento, desenvolvimento e consolidação de novas empresas. Atualmente as incubadoras estão presentes nos Câmpus de Londrina, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cornélio Procópio, Ponta Grossa e Curitiba. O Diretor observa que cada vez mais as incubadoras estão desenvolvendo projetos em parcerias com diversas empresas já consolidadas no mercado.

Para Buarque (1999, p. 10),

as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência relevante dos atores sociais do município torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

Nesse sentido, para Castels e Borja (1996), isso representa o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. Para Harvey (1996), o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto.

Indo ao encontro de Castels e Borja (1996), para Goddard (1998), as universidades devem estabelecer diálogo com os diferentes segmentos responsáveis pelo desenvolvimento local, as administrações centrais, das quais depende o financiamento do ensino superior, as autoridades eleitas locais e regionais, os empregadores e organizações patronais, as organizações culturais, os meios de comunicação, os níveis de sistema educativo, os recém-diplomados e os estudantes atuais e futuros. Na concepção do autor, não será através de mecanismos de planejamento, que operam de cima para baixo em escala institucional, que se poderá melhorar a integração das universidades no desenvolvimento, mas fazendo com que os diversos atores do processo de

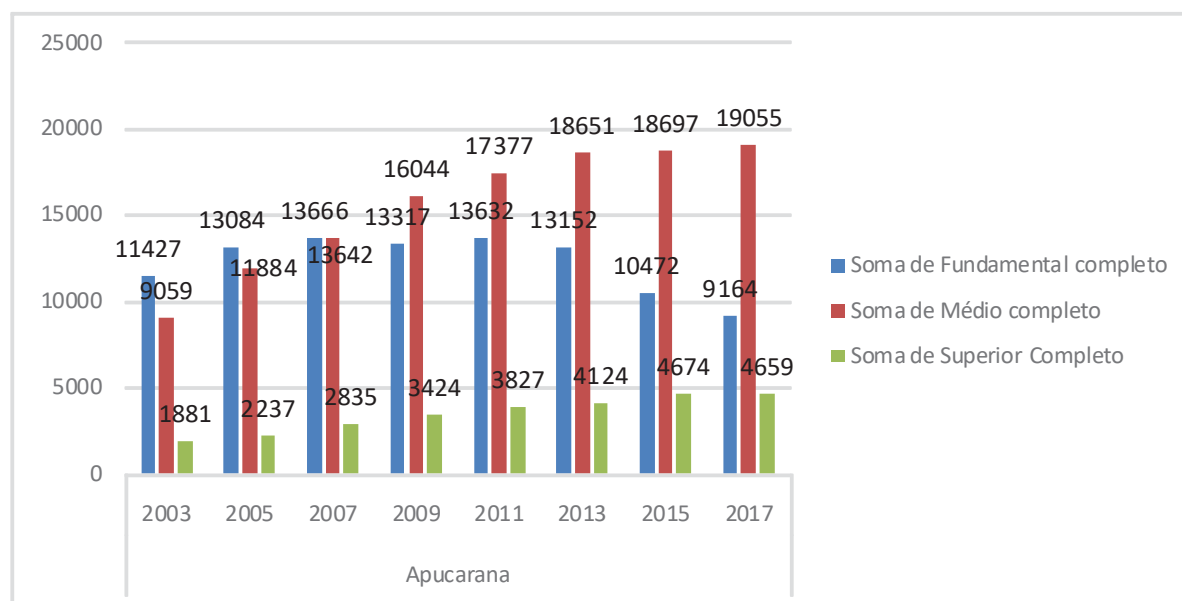
desenvolvimento tenham uma compreensão da relevância do papel de cada um e dos fatores que favorecem ou que dificultam o avanço do engajamento.

Yusuf e Nabeshima (2007) corroboram com Castels e Borja (1996) e Goddard (1998) mostrando a relevância da presença de uma universidade para o desenvolvimento, bem como a relevância das parcerias estabelecidas que são benéficas para a localidade.

No entendimento de Raiher (2015), tanto no Brasil quanto no estado do Paraná, é preciso superar o distanciamento da produção científica dos empresários e da indústria, pois quando a produção científica e tecnológica se transforma em novos produtos e processos, alteram a renda, aumentando as oportunidades de trabalho repercutindo na melhoria das condições de vida das pessoas.

As melhorias das condições de vida das pessoas passam principalmente pelo campo da educação, o que é um fator relevante tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento econômico local. O GRÁFICO 13, então, auxilia no entendimento do número de concluintes do ensino fundamental, médio e superior entre os anos de 2003-2017 no município de Apucarana. Enquanto o número de concluintes do ensino fundamental no período analisado diminuiu substancialmente, por outro lado, cresce consideravelmente os que concluem o médio e o superior. Uma das razões para o decréscimo do número de alunos no ensino fundamental se explica em função da taxa de fecundidade (filhos/mulher), que conforme dados do censo 2010 no município de Apucarana é de apenas 1,53, enquanto no Estado do Paraná esse número é de 1,86 (IBGE, 2010).

GRÁFICO 13 – NÚMERO DE CONCLUINTE DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 EM APUCARANA



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

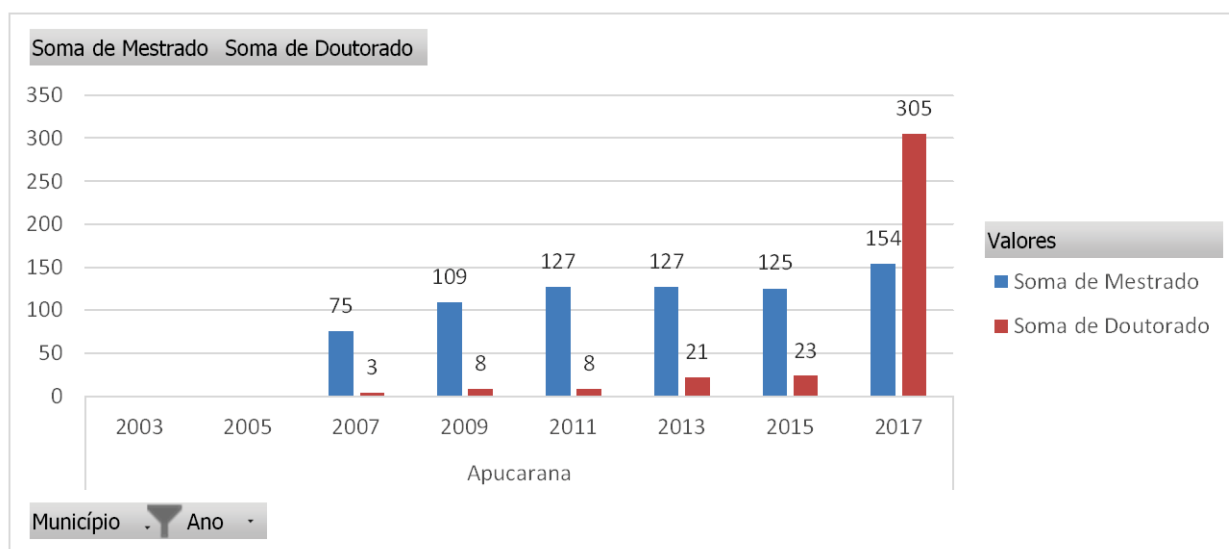
No ensino superior, o número de concluinte em 2003 era de apenas 1.881, chegando a 4.659 formandos em 2017, o que representa um aumento de 59,63% em 14 anos (MEC). Parte dos alunos formados a partir de 2017 eram oriundos das primeiras turmas dos cursos ofertados pelo Câmpus da UTFPR de Apucarana e de outras instituições de ensino superior que estão instaladas no município de Apucarana.

O aumento do número de formandos no ensino superior não reflete somente a realidade dos municípios pesquisados, mas, conforme dados do IBGE (2010), nas últimas décadas, o ensino superior no Brasil apresentou acelerada taxa de expansão, principalmente no número de graduados no mercado de trabalho, que aumentou cinco vezes entre os anos de 1982 a 2009, passando de 1,9 milhão em 1982 para 10,3 milhões em 2009 (RIPPEL, 2013).

Nesse sentido, conforme dados do Censo do IBGE (2010), o aumento do nível de instrução das pessoas refletiu na elevação do rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*. No contingente de pessoas de 25 anos ou mais, sem instrução ou com fundamental incompleto, a parcela com rendimento domiciliar *per capita* de mais de 5 salários mínimos foi de 1,1%. Com o aumento do nível de instrução, esse indicador foi crescendo e alcançou 33,9% para as pessoas com pelo menos nível superior de graduação completo (IBGE, 2010).

Já para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), dado importante para análise da qualificação no Estado diz respeito à escolaridade dos trabalhadores no mercado de trabalho formal, que se elevou ao longo da última década. Em 2001, os trabalhadores com ensino médio completo eram 24,5% do total de empregados, passando para 40,6% em 2010. Nesse último ano, o total de trabalhadores com ensino superior completo e incompleto somava 20,1% do total. Ou seja, 3/5 dos trabalhadores formais do Paraná, em 2010, possuíam pelo menos o ensino médio completo.

GRÁFICO 14 – NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – EM APUCARANA



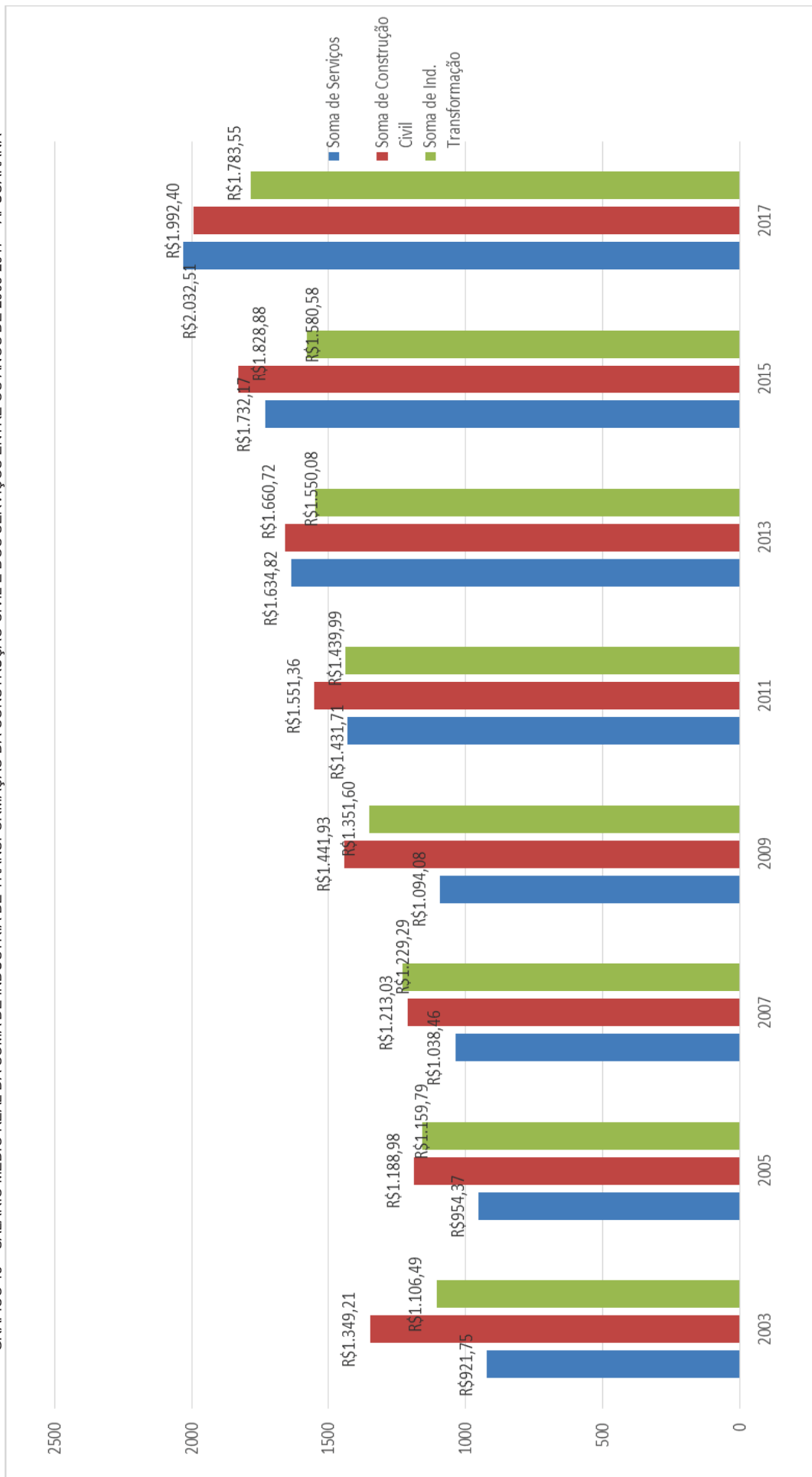
FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

Além do número de concluintes do ensino superior, o número de mestres e doutores⁷⁶, entre os anos de 2007 e 2017, em um intervalo de tempo de apenas 10 anos, apresentou aumentos consideráveis, ou seja, enquanto o número de mestres, em 2007, era de 75 (setenta e cinco); em 2017, esse número cresceu para 154 (cento e cinquenta e quatro); dez anos depois (GRÁFICO 14), destes, 43 (quarenta e três) estão desempenhando funções docentes no Câmpus da UTFPR de Apucarana. Já o número de doutores que atualmente compõem o quadro de profissionais vinculados à universidade totaliza 110 (cento e dez).

⁷⁶ A Rais passou a medir o número de mestres e doutores em 2007. O prazo legal de entrega da Rais ano base 2018 encerrou em 05 de abril de 2019. Desta forma, utilizou-se para a pesquisa dados até 2017.

O Câmpus da UTFPR, desde a sua instalação ao longo dos doze anos, trabalhou com vários setores econômicos do município, buscando incorporar cursos que possam atender à demanda local e regional. Mudou de cursos técnicos para cursos mais especializados, com um grande número de mestres e doutores. Aumentou o número de laboratórios, criando um ambiente propício para fazer pesquisa e investir em publicações e, dessa forma, irradiar o desenvolvimento não só para o município, mas também para todo o Vale do Ivaí. Na concepção do diretor do Câmpus a universidade se encontra em sua fase “adulta”. “Estamos formando mão de obra especializada para as cidades e o papel da interiorização foi fundamental para alavancar muitos municípios e regiões, sendo que os resultados serão verificados em longo prazo”, destaca o diretor.

GRÁFICO 15 – SALÁRIO MÉDIO REAL DA SOMA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS SERVIÇOS ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA



FONTE: ADAPTADO DE BRASIL (2019).

Conforme pode ser verificado no GRÁFICO 15, com base nos dados extraídos dos microdados da Rais, entre os anos de 2003 e 2017, o salário médio real da soma de indústria de transformação e de construção civil no município de Apucarana apresentou resultados positivos e crescentes. Enquanto no ano de 2003 a soma do salário médio real na indústria de transformação era de R\$ 1.106,49, no ano de 2017 esse número cresceu para R\$ 1.783,55, ou seja, apresentou um crescimento em termos percentuais de 61,19%.

Ressalta-se também que, considerando o período entre os anos de 2003 e 2017, a soma do salário médio real no setor da construção civil apresentou aumentos consideráveis. Enquanto em 2003 a soma do salário médio real na construção civil era de R\$ 1.349,21, em 2017, esse número cresceu para R\$ 1.992,40, o que representa em termos percentuais um aumento de 47,67%.

A soma do salário médio real dos serviços no mesmo período analisado indica um crescimento que se manteve ao longo do período, elevando-se de R\$ 921,75 em 2003 para R\$ 2.032,51 em 2017, o que representa um aumento em termos percentuais de 120,51%. Portanto, o maior percentual de crescimento nos três setores analisados no município de Apucarana entre os anos de 2003 a 2017 foi, em primeiro lugar, o setor de serviços com 120,51%, seguidos da indústria de transformação com 61,19%, e o setor da construção civil, com 47,67%.

No entanto, o número total de vínculos ativos no setor de serviços, da indústria de transformação e na construção civil no município de Apucarana, entre os anos de 2003 e 2017, apresentou um crescimento acentuado em números absolutos, enquanto no ano de 2003 era de 17.236, no ano de 2017, o número total era de 25.878 vínculos ativos. Ou seja, um aumento de 8.642 vínculos ativos, números absolutos nos três setores analisados. Com base nos dados apresentados é possível perceber que a universidade também teve um papel relevante tanto na ampliação do número de vínculos ativos quanto no aumento da soma do salário médio real nos setores analisados.

TABELA 11 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS, DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA

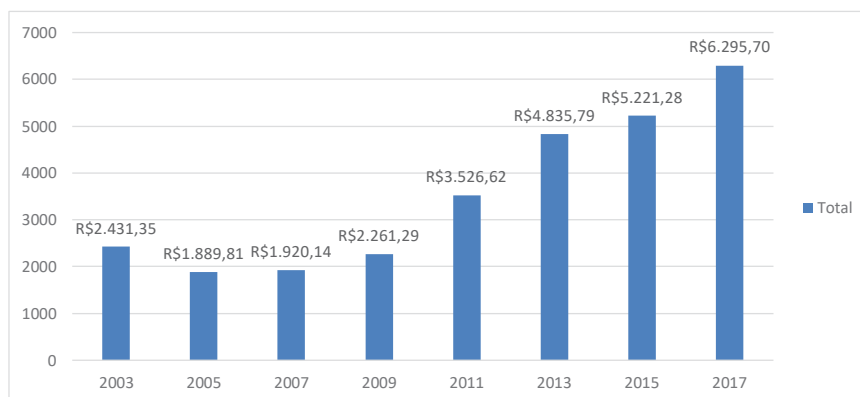
MUNICÍPIO	ANO	TOTAL DOS VÍNCULOS ATIVOS: SERVIÇOS, INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS	%	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	%	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL	%
Apucarana	2003	17.236	7.245		9.396	54,51	595	3,45
	2005	20.729	8.112	39,13	11.993	57,85	624	3,02
	2007	23.364	8.242	35,27	14.300	61,21	822	3,52
	2009	25.091	9.639	38,42	14.344	57,16	1.108	4,42
	2011	26.564	10.869		13.995	52,32	1.700	6,40
	2013	28.135	11.280	40,09	14.599	51,88	2.256	8,03
	2015	26.094	12.196	46,74	12.685	48,62	1.213	4,64
	2017	25.878	12.015	46,43	12.495	48,29	1.368	5,28

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

Os dados indicam que, dos três setores analisados entre os anos de 2003-2017 no município de Apucarana, o setor da indústria de transformação apresentou os maiores valores seguidos do setor de serviços e da construção civil. Com efeito, ao observar a tabela, o número de vínculos ativos na indústria de transformação elevou-se de 9.396 (54,51%) no ano de 2003 para 12.495 (48,29%) em 2017. No entanto, embora tenha apresentado crescimento no período analisado, é possível analisar que, entre os anos de 2015 e 2017, apresentou uma diminuição do número de vínculos ativos, porém pouco expressiva.

Da mesma forma que no setor da indústria de transformação, no setor de serviços em números absolutos apresentou um crescimento ao longo dos anos analisados. Isso significa que, o número total de vínculos ativos passou de 7.245 (42,04%) em 2003 para 12.196 (46,43%) em 2017. No entanto, não apresentando um crescimento constante entre os anos de 2003-2017. Já no setor da construção civil, percebe-se as alterações de modo que o maior crescimento, tanto em números absolutos quanto em números percentuais, foi no ano de 2013, ou seja, com 2.256 vínculos ativos, o que representa 8,03%.

GRÁFICO 16 – SALÁRIO MÉDIO REAL DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

A soma do salário médio real do ensino superior entre os anos de 2003 e 2017 no município de Apucarana se manteve em constante crescimento, com uma pequena queda entre os anos de 2005 a 2009. Infere-se, no entanto, que a queda apresentada no período se deve à crise econômica estabelecida no país. A partir de 2011, novamente a soma do salário médio real passa a apresentar um crescimento acentuado, de R\$ 3.526,62%, elevando-se para R\$ 6. 295,70 em 2017.

TABELA 12 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR – ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – APUCARANA

MUNICÍPIO	ANO	VINCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR
Apucarana	2003	152
	2005	368
	2007	256
	2009	315
	2011	488
	2013	488
	2015	596
	2017	608

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2019).

O número de vínculos ativos no ensino superior, entre os anos de 2003 e 2017 em Apucarana, apresentou oscilações no período pesquisado. No entanto, com a instalação do Câmpus da UTFPR de Apucarana, percebe-se um aumento de 256 vínculos no ano de 2007 para 315 no ano de 2009, ou seja, um aumento de 56

vínculos ativos no ensino superior no município de Apucarana. Em 2009, tem-se um aumento em relação ao ano de 2007 com 315 vínculos ativos, ficando, no ano de 2017, com 608 vínculos ativos.

O aumento do número de vínculos ativos no ensino superior entre os anos de 2003 a 2017 no município de Apucarana contribui para o aumento da soma de profissionais empregados com ensino superior completo, bem como, com mestrado e doutorado, apresentando elevações consideráveis entre os anos de 2007 e 2016. No ano de 2007, o número de empregos com ensino superior no município de Apucarana era de 2.835 passando para 4.543 em 2017. Por outro lado, o número de empregos com mestrado e/ou doutorado também apresentou elevações passando de 78 no ano de 2007 para 459 no ano de 2017 (BRASIL, 2018).

Quando se analisa os municípios que compõem a Mesorregião de Apucarana, uma parcela significativa não possui emprego com mestrado e/ou doutorado, ou possuem, no máximo, 20 profissionais com a qualificação de *stricto sensu*. O número de empregos com ensino superior completo é pouco expressivo. Dessa forma, de todos os municípios que compõem a mesorregião, Astorga, Ivaiporã e Araçongas apresentam um crescimento tanto do número de empregos com ensino superior completo quanto um número maior de empregos com mestrado e/ou doutorado. Dos três municípios, Ivaiporã e Astorga apresentaram o maior número de empregos com ensino superior completo. Enquanto em Ivaiporã, no ano de 2007, esse número era de 650, no ano de 2017 passou para 1.151. Já no município de Araçongas, os números também foram significativos. Foram 2.420 empregos com ensino superior em 2007, passando para 4.923 em 2017.

Além disso, os três municípios possuem em seus territórios a instalação do Câmpus avançado do IFPR. É importante destacar que o município de Araçongas teve ampliação no número de empregos com mestrado e /ou doutorado, passando de 7 em 2007 para 132 no ano de 2017.

Na mesma direção, segue o município de Jandaia do Sul, que teve um aumento no número de empregos com ensino superior completo e com mestrado e/ou doutorado entre os anos de 2007 e 2017. Desde a sua instalação, em 2014, o Câmpus avançado da UFPR oferta anualmente 250 novas vagas para os cursos de

graduação⁷⁷. Atualmente conta com aproximadamente 500 alunos, 34 professores e 34 servidores técnico-administrativos. Dessa forma, o número de empregos com ensino superior completo em 2007 era de 732, e em 2017, alcançou 1.075. No que se refere ao número de empregos com mestrado e/ou doutorado em 2007, o município apresentava 52 empregos, passando para 38 em 2017, com uma diminuição de 14 profissionais.

Enquanto isso, no município de Londrina, percebe-se um aumento expressivo tanto no número de empregos com ensino superior completo quanto com mestrado e ou doutorado. Em 2007, o número de empregos com ensino superior completo era de 18.219, sendo que, em 2017, contabilizou 37.023. Os dados coletados junto à RAIS também auxiliam na análise quanto ao aumento no número de empregos com mestrado e/ou doutorado. Em 2007, era de 1.999, passando para 3.681 no ano de 2017. No município de Londrina está instalado o Câmpus do IFPR, bem como a UEL, além de instituições de ensino superior privadas, o que contribui para a qualificação profissional do trabalho, a formação de mão de obra qualificada, crescimento da produtividade, entre outros fatores.

Já o município de Maringá possui a UEM e instituições de ensino superior da rede privada. Da mesma forma que os municípios de Astorga, Arapongas, Jandaia do Sul e Ivaiporã, o município de Maringá apresentou um crescimento no número de empregos com ensino superior completo entre os anos de 2007 e 2017. Enquanto em 2007 o número de empregos com ensino superior completo era de 12.261, em 2017 passou para 30.113. Esse município possuía 1.540 empregos com mestrado e/ou doutorado em 2007. No ano de 2017, esse número aumentou para 1.996. Além de instituições de ensino superior privadas, o município conta com o Câmpus do IFPR, bem como a UEL.

Para Caldarelli *et al.* (2015), a maioria dos egressos, sobretudo, os formados na Universidade Estadual de Londrina permanecem no município e região e, em sua grande maioria, no estado do Paraná. Por outro lado, para o autor, a maior produtividade científica, entre outros fatores, parece contribuir para o incremento da produtividade na região.

⁷⁷ O câmpus oferta os cursos de Engenharia Agrícola (50), Engenharia de Alimentos (50), Engenharia de Produção (50), Licenciatura em Ciências Exatas (50) e Licenciatura em Computação (50). Os primeiros ingressos na universidade através da graduação aconteceram via Sisu.

5.6 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICA NA MESORREGIÃO CENTRO-SUL

Alguns dos ciclos econômicos, que ocorreram no estado do Paraná, entre eles da mineração, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, contribuíram significativamente para o processo de ocupação e formação econômica da Mesorregião Centro-Sul, que integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história da ocupação remonta ao século XVII.

As atividades econômicas tradicionais, tanto de cunho extensivo quanto extrativo, auxiliaram na organização do espaço na região. Isso significa afirmar que, inicialmente,

apoiada na criação de muares e de gado para comercialização, a economia regional, paulatinamente, direcionou-se apenas à invernagem e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira (IPARDES, 2004, p. 23).

Todavia, o crescimento e o desenvolvimento da mesorregião sempre estiveram, de alguma forma, vinculados à exploração de recursos relacionados à natureza, a contar por alguns dos ciclos econômicos.

Sob esse contexto, a maior parte das atividades econômicas predominantes no Centro-Sul paranaense (MAPA 13) basearam-se em grandes propriedades rurais, porém sempre utilizando parte da mão de obra escrava ou familiar.

MAPA 13 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

A região como um todo acabou tendo uma ínfima integração com as demais regiões do Estado e, concomitantemente, do País, resultando, assim, em uma pequena ocupação regional e populacional, cujo reflexo também pode ser sentido no baixo dinamismo regional.

Dadas as características estruturais da base produtiva regional, essencialmente assentada na pecuária extensiva e na exploração da madeira, com o predomínio de grandes propriedades agrícolas, a inserção da mesorregião no processo de modernização da agropecuária paranaense dos anos 70 foi mais lenta, tendo atuado, inclusive, como fronteira interna de ocupação, absorvendo fluxos populacionais vindos de outras regiões do Paraná, em particular do norte e do oeste (IPARDES, 2004, p. 24).

Dados do IparDES (2004) revelam que, entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu um elevado crescimento populacional na mesorregião, se comparada demais existentes do Estado, com 8,4% a.a. nas áreas urbanas, sendo considerado somente inferior ao da mesorregião Oeste. Nas décadas posteriores, as áreas rurais perderam população e, embora os espaços urbanos tivessem ritmos expressivos de crescimento populacional, provocando aumentos paulatinos no grau de urbanização

regional, a mesorregião experimentou os reflexos declinantes. Os fatores apresentados contribuem no sentido de entender que, como consequência dessa dinâmica, nas últimas décadas do século XX, o peso populacional da região no total do Estado permaneceu baixo, embora, em 2000, o percentual de população rural tenha chegado a 11,7%, uma das mais elevadas nas taxas paranaenses.

Para Magalhães (2003), o que explica as alterações na dinâmica de crescimento populacional na região, além dos processos e fluxos migratórios, são as mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população. Ou seja, ocorreu uma redução expressiva no número médio de filhos por mulher, bem como no grau de envelhecimento da população. Este é o mais baixo no comparativo mesorregional em 2000, sinalizando a importância que a população jovem ainda apresenta na dinâmica demográfica regional.

Contudo, para Ipardes (2004, p. 30),

o principal polo da região, Guarapuava, apesar dos diversos desmembramentos que sofreu, vem mantendo crescimento acima da média estadual e, em 2000, concentrava, sozinho, quase 30% do total da população mesorregional. Além de Guarapuava, outros municípios, localizados na faixa central da região, por onde passa um dos principais eixos viários que interligam as porções leste e oeste do Paraná (BR-277), evidenciaram, na última década, taxas de crescimento demográfico superiores à média do Estado.

A Mesorregião Centro-Sul Paranaense se distingue das demais por apresentar uma característica diferenciada devido ao grande número de assentamentos rurais que comporta e que vem sendo instalados em seu território, interferindo de forma direta nas suas áreas urbanas próximas. Como reflexo de todas as alterações apresentadas, é possível afirmar que quase 70% dos municípios da mesorregião ainda não haviam alcançado 50% de grau de urbanização em 2000. Como contraponto, o polo de Guarapuava, município mais urbanizado da região, abrigava, naquele ano, quase 44% da população urbana regional.

Diferentemente das demais mesorregiões, a Centro Sul Paranaense em seu grau e trajetória de urbanização distinguiu-se em relação ao Estado. Isso pode ser rapidamente concluído ao se verificar que, “enquanto o Paraná adentrou os anos 80 com mais de 50% da população vivendo nas áreas urbanas, apenas no decorrer da década de 90 o Centro-Sul paranaense superou esse patamar” (IPARDES, 2004, p. 32).

Em 2000, essa proporção segue sendo bastante inferior à média estadual (81,4%), alcançando 60,8% da população nas áreas urbanas, mantendo a mesorregião entre as menos urbanizadas do Paraná. Nos anos 70, Guarapuava, o principal centro da mesorregião, possuía grau de urbanização de 39%, e apenas Clevelândia tinha mais de 50% da sua população total vivendo na área urbana. No decorrer do período 1970/2000, Guarapuava e Palmas tornaram-se os municípios mais urbanizados da mesorregião, superando o grau de 90% em 2000. Clevelândia permaneceu com padrão de urbanização elevada, com grau de 80,8%, posicionando-se como o terceiro município mais urbanizado do Centro-Sul (IPARDES, 2004, p. 32).

Embora para Magalhães (2003) as áreas urbanas, por seu turno, continuaram a absorver parcelas expressivas do êxodo rural e, a despeito da taxa de crescimento urbano do Estado nos anos 80 ter sido inferior à da década de 1970, o processo de urbanização permaneceu substantivo. Em 1991, apenas três regiões – Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste – ainda não haviam atingido a marca de 50% de grau de urbanização. Porém, de todos os municípios da Mesorregião Centro-Sul, somente Guarapuava vem mantendo crescimento da população acima da média do Estado desde os anos 70 e, conforme o IBGE (2010), se enquadra no nível de centralidade forte para médio, uma vez que, na hierarquia de centros da rede urbana brasileira, se enquadra na categoria de Centro Sub-regional 1, conferindo ao mesmo tempo relações com os municípios do seu entorno.

A rede de cidades da mesorregião Centro-Sul articula um conjunto de 29 centros, dos quais apenas Guarapuava possuía, em 2000, população total superior a 150 mil habitantes, e população urbana da ordem de 141,7 mil. Com elevado desnível, é seguido por outros cinco municípios situados na classe entre 20 mil e 50 mil habitantes, dos quais somente Palmas e Laranjeiras do Sul possuíam população urbana também entre 20 mil e 50 mil habitantes em 2000 (IPARDES, 2004, p. 34).

Em meio às dinâmicas impulsionadas pela urbanização, cabe destacar, assim como nas mesorregiões Sudoeste e Norte Central Paranaense, o elevado número de desmembramentos que vem ocorrendo no Centro-Sul. O QUADRO 6 auxilia no entendimento de que, dos 29 municípios, 10 já estavam instalados em 1970; dois foram criados entre 1970 e 1990; e 17, após 1990, seguindo a lógica da evolução da criação de municípios do Brasil, como apregoou o próprio IBGE (2010).

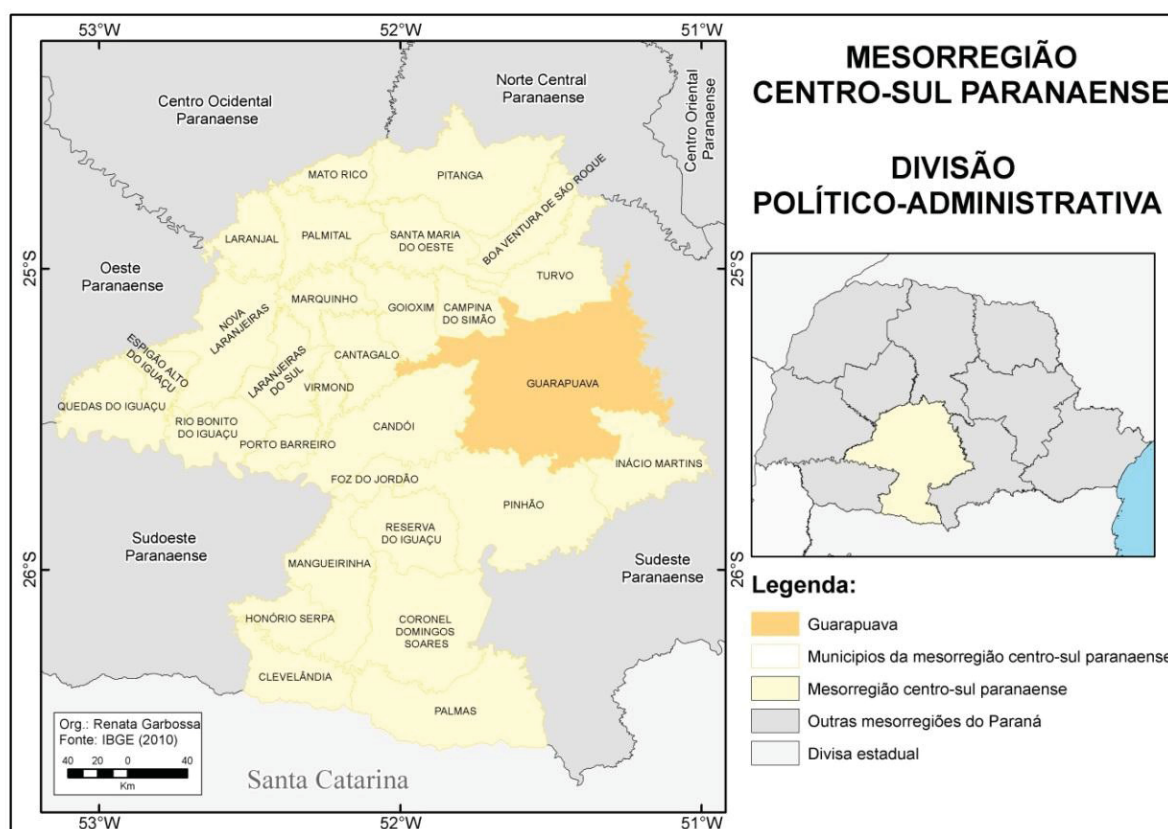
QUADRO 6– RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, ANO DE CRIAÇÃO E RESPECTIVAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO-SUL PARANAENSE

MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA - IBGE	MESORREGIÃO GEOGRÁFICA - IBGE	REGIÃO GEOGRÁFICA DO PARANÁ ⁽¹⁾
Boa Ventura de São Roque	1997	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Campina do Simão	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Candói	1993	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Cantagalo	1983	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Clevelândia	1892	Palmas	Centro-Sul Paranaense	Sudoeste Paranaense
Coronel Domingos Soares	1997	Palmas	Centro-Sul Paranaense	Sudoeste Paranaense
Espigão Alto do Iguaçu	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Foz do Jordão	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Goioxim	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Guarapuava	1871	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Honório Serpa	1993	Palmas	Centro-Sul Paranaense	Sudoeste Paranaense
Inácio Martins	1961	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Laranjal	1993	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Laranjeiras do Sul	1946	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Mangueirinha	1946	Palmas	Centro-Sul Paranaense	Sudoeste Paranaense
Marquinho	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Mato Rico	1993	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Nova Laranjeiras	1993	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Palmas	1879	Palmas	Centro-Sul Paranaense	Sudoeste Paranaense
Palmital	1961	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Pinhão	1965	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Pitanga	1944	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Porto Barreiro	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Quedas do Iguaçu	1968	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Reserva do Iguaçu	1997	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Rio Bonito do Iguaçu	1993	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Santa Maria do Oeste	1993	Pitanga	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Turvo	1983	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense
Virmond	1993	Guarapuava	Centro-Sul Paranaense	Centro-Sul Paranaense

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2004).

No que tange ao IDH na Mesorregião Municipal do Centro Sul Paranaense, entre os anos de 1991 e 2010, ocorreu um aumento nos componentes de longevidade, educação e renda, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

MAPA 14 – MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA MESORREGIÃO CENTRO SUL PARANAENSE



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

O município de Guarapuava (MAPA 14) se encontra mais próximo da média do Paraná, confirmando que sua condição mais urbanizada e de polo regional ainda assegura empregos e serviços. Porém, o aumento nos indicadores não reflete a realidade de todos os municípios que compõem a mesorregião, apresentando disparidades. No entanto, conforme dados do Brasil (2017), do ponto de vista da estrutura de serviços educacionais, cabe assinalar a presença de estabelecimentos de ensino superior públicos e privados, em cinco municípios da Mesorregião Centro Sul, a contar Guarapuava, Laranjeiras do Sul⁷⁸, Palmas⁷⁹, Pitanga⁸⁰ e Quedas do

⁷⁸ Possui a UFFS – Câmpus Laranjeiras do Sul, situada na Região Cantuquiriguaçu, oferecendo os cursos de agronomia, Ciências Biológicas, Engenharia de alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura, interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza (UFFS, 2019).

⁷⁹ Possui o IFPR – Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Bacharelado em Farmácia, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Letras – Português/Inglês, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Química (IFPR, 2019a).

⁸⁰ Possui o IFPR – oferece os cursos de cooperativismo e licenciatura em química (IFPR, 2019b).

Iguaçu⁸¹, totalizando um contingente de 8,6 mil alunos no ano de 2001, contribuindo, portanto, para o ensino e pesquisa, visando apoio ao desenvolvimento local.

5.6.1 O Câmpus da UTFPR – Guarapuava

Entre os três Câmpus da UTFPR⁸² pesquisados, o de Guarapuava, localizado na Mesorregião Centro Sul Paranaense, foi um dos últimos a ser instalado no ano de 2011, e a justificativa da proposta para a implantação estava pautada, sobretudo, em função do apoio ao segmento empresarial regional pelo desenvolvimento de projetos cooperativos, consultorias e apoios tecnológicos, que posteriormente viriam a ser prestados pela competência técnica do quadro de servidores da UTFPR, pela geração de empresas de base tecnológica a partir de Incubadoras Tecnológicas. Porém, assim como nos demais Câmpus que são objeto da pesquisa, a instalação deve-se também em função de barganhas políticas de representantes do poder político municipal que juntamente com representantes que possuíam interesses econômicos, interviram nas esferas superiores responsáveis pela sua implantação.

No entanto, para além das propostas já apresentadas, outro fator relevante para sua implantação era em função de formar mão de obra especializada para o desenvolvimento de projetos tecnológicos, visando a solução de problemas, demandados pelo segmento produtivo, por intermédio de pesquisas realizadas nas universidades, ou mesmo de projetos de pesquisas que seriam desenvolvidos pelos professores juntamente com os discentes.

Conforme pesquisa de campo, foi possível verificar que os critérios utilizados para que os primeiros cursos fossem instalados ocorreram por meio de audiência pública. Algumas comissões foram organizadas com o intuito de debater sobre quais cursos atenderiam à demanda e vocação das atividades do município e da região. Porém, no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, houve, por meio de lideranças políticas do município e da região, um movimento para a instalação do antigo CEFET, mas que, por falta de interesse e de força política, não se concretizou, afirmou em entrevista a direção do Câmpus.

⁸¹ Possui o Câmpus do IFPR – oferece o curso de Informática (IFPR, 2019c).

⁸² A Lei nº 1.961/2011, art. 1º autoriza o Poder Executivo Municipal a doar um terreno a UTFPR, com área de 151.304,23 m² (cento e cinquenta e um mil, trezentos e quatro metros e vinte e três centímetros quadrados), de propriedade do Município de Guarapuava, o qual será destinado à construção da sede da UTFPR, Câmpus Guarapuava.

Para a direção do Câmpus parte das lideranças políticas do município já haviam tentado anteriormente a instalação da universidade, junto ao governo federal, com o apoio de lideranças nacionais. A instalação da UTFPR representava, naquele momento, um interesse em desenvolver o município, e os novos cursos poderiam agregar novas áreas e impulsionar a região. Assim, as lideranças locais entendiam que esse desenvolvimento passava primeiramente pelo campo do ensino, principalmente pelo ensino tecnológico. Até então os cursos tecnológicos, das engenharias, eram ofertados por instituições privadas do município e da região.

No entanto, para atender à demanda, tanto do município quanto da região, a proposta de projeto para implantação do Câmpus Guarapuava (GUARAPUAVA, 2011) definiu que os critérios de escolha dos cursos seriam prioritariamente o de atendimento às vocações locais e às regionais atuais e ao desenvolvimento de potencialidades econômicas regionais. Assim, a Comissão de Trabalho instituída com representantes municipais e as entidades envolvidas elegeram quatro cursos superiores de graduação: Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Tecnologia em Manutenção Industrial e Tecnologia em Sistemas para Internet. Todos devidamente autorizados pelo MEC (ORGANOGRAMA 4), que passaram a ser ofertados no primeiro ano de funcionamento da Universidade.

Para atender à demanda dos cursos e da população universitária, o Câmpus possui uma ampla infraestrutura, dispondo de 9 (nove) blocos, quadra poliesportiva e restaurante universitário, totalizando uma área construída de 18.053,22 m², (dezoito mil e cinquenta e três metros quadrados), com 25 (vinte e cinco) salas de aula e 25 (vinte e cinco) laboratórios, dos quais 18 (dezoito) são laboratórios específicos das engenharias e 7 (sete), laboratórios de informática.

ORGANOGRAMA 4 – LINHA DO TEMPO DOS CURSOS OFERTADOS NO CÂMPUS
GUARAPUAVA – 2011-2018



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2018A).

Todavia, diferentemente dos demais Câmpus pesquisados, o Câmpus da UTFPR em Guarapuava está localizado em um bairro planejado, denominado “Cidade dos Lagos”⁸³. Ao todo, são 100 (cem) hectares de áreas verdes e 20 (vinte) de parques, com nove lagos já construídos e mais quatro no Parque das Araucárias, espaço público anexo ao empreendimento. Também faz parte do projeto áreas de convivência e lazer, teatro a céu aberto, concha acústica e cachoeiras. No entanto, conforme entrevista com a direção do Câmpus, embora estivesse em um bairro planejado, a ideia da instalação da universidade em Guarapuava fugiu da proposta dos demais câmpus. Segundo a diretora do câmpus, primeiramente houve a instalação da UTFPR e, na sequência, as lideranças e interessados iniciaram os empreendimentos a partir dela. Ou seja, a âncora educacional foi importante para que o município viesse a se desenvolver. No entanto, para o assessor de Desenvolvimento Acadêmico do câmpus de Curitiba, alguns empreendedores locais sempre deixaram claro desde as primeiras reuniões com a Reitoria Central-Curitiba, os membros do poder público municipal e as de entidades parceiras, que o objetivo era, principalmente, utilizar a instalação da universidade para a especulação imobiliária no entorno do câmpus.

Com um investimento de mais de um bilhão de reais, a área de três milhões de metros quadrados recebeu em seu entorno vários empreendimentos, como o

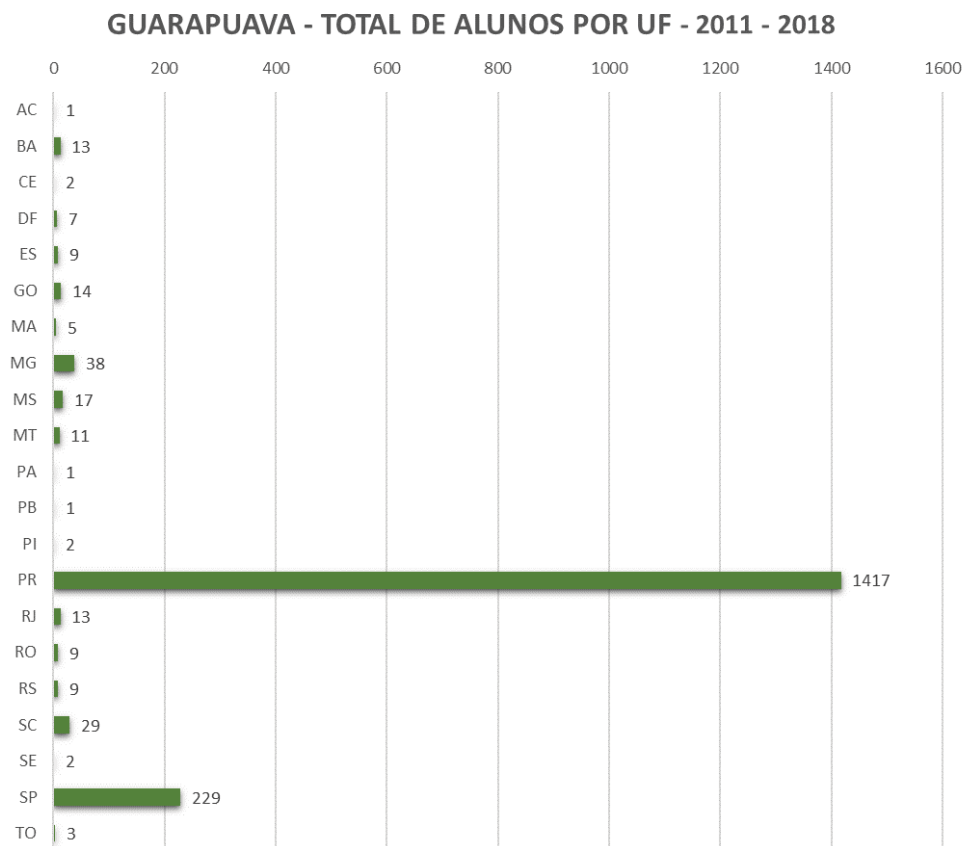
⁸³ O bairro planejado “Cidade dos Lagos” está localizado na cidade de Guarapuava, entre a PR 466 e a BR 277.

primeiro *shopping center* da região, um hipermercado, a sede da UTFPR – primeira a ser instalada –, o Hospital Regional e o Hospital do Câncer, além de loteamentos, edifícios comerciais e residenciais, centro de eventos e centro tecnológico. Para o presidente da Associação Comercial de Guarapuava, os empreendimentos realizados mudaram o cenário e a economia da região. A instalação da universidade, de grandes empresas e hospitais resultou no crescimento da economia, na melhoria da infraestrutura e no aumento da oferta de empregos. De quebra, também são impactados o turismo e a qualidade de vida. O presidente da Associação ainda ressalta que a perspectiva é que a cidade cresça nos próximos anos. O efeito multiplicador da instalação do bairro planejado vem sendo percebido em diversos setores. O primeiro grande impacto foi em relação à abertura de novos postos de trabalho. “Até agora já foram cerca de três mil novas vagas criadas, apenas na área de construção civil. Com isso, temos trabalhadores com poder de compra ampliado, fazendo com que a economia da cidade possa girar”, observa o presidente.

Contudo, com a criação da “Cidade dos Lagos”, o secretário de Planejamento de Guarapuava, explica que, por ser antiga e não ter sido planejada, a cidade está começando a apresentar problemas de mobilidade e, por isso, a ampliação do perímetro urbano é vantajosa para a cidade. “O bairro pode ser acessado pelas rodovias, o que naturalmente irá desafogar o trânsito na região central e, ao mesmo tempo, é muito próximo ao centro – cerca de 3 km de distância”.

O município de Guarapuava, por se destacar frente aos demais municípios que compõem a Mesorregião Centro Sul Paranaense e por possuir outras instituições de ensino superior, apresentava 6.249 matrículas na educação superior em 2003, passando para 12.866 em 2016. Porém, cabe destacar que, do total de alunos matriculados, 1.832 estavam vinculados diretamente ao Câmpus da UTFPR de Guarapuava no ano de 2018, e destes, 1.417 são do próprio estado do Paraná, ou seja, 77,4%. O estado de São Paulo se destaca em segundo lugar, com 229, totalizando 12,5%. Os demais alunos são de outros estados brasileiros (GRÁFICO 17).

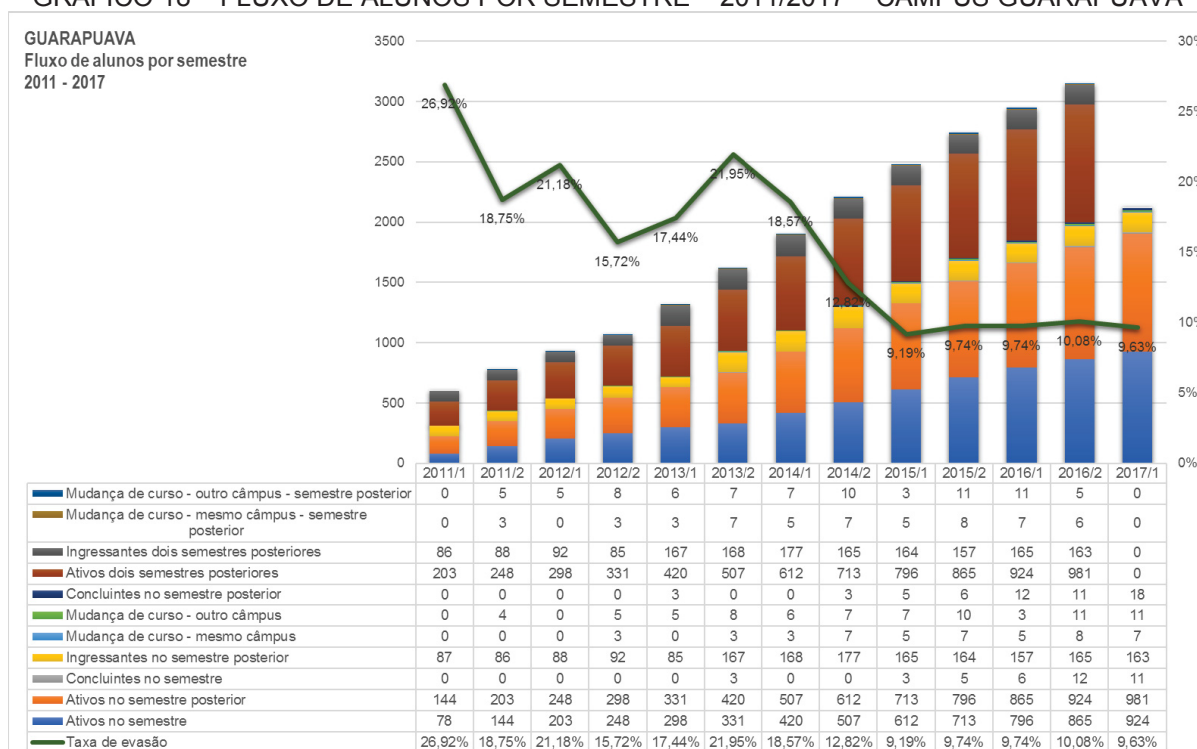
GRÁFICO 17 – TOTAL DE ALUNOS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2011-2018 –
MATRICULADOS NA UTFPR – GUARAPUAVA



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2019).

A última análise realizada pela direção do Câmpus demonstra que 52% dos alunos matriculados no ano de 2016 no Câmpus da UTFPR de Guarapuava, eram de outros municípios, sendo que 8% eram provenientes da região num raio de aproximadamente 100 a 150 km de distância e 40% de Guarapuava. No entanto, não era essa a realidade até o ano de 2015, em que a maior parte dos ingressantes era de fora em função das vagas oferecidas pelo Sisu. “Temos alunos de todas as regiões do país. Nos cursos de tecnologia, normalmente são alunos de Guarapuava e região e os cursos de engenharia a maioria acaba sendo de fora”, explicita a diretora do câmpus.

GRÁFICO 18 – FLUXO DE ALUNOS POR SEMESTRE – 2011/2017 – CÂMPUS GUARAPUAVA



FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2018A).

O fluxo e o número de alunos ativos por semestre desde à instalação do câmpus, em 2011, se manteve crescente, com uma diminuição das taxas de evasão de 26,92% no primeiro semestre da instalação dos cursos em 2011 para 9,63% no primeiro semestre de 2017. Houve também uma diminuição das mudanças de curso tanto no mesmo câmpus quanto para outros câmpus (GRÁFICO 18). Isso se explica principalmente em função das melhorias da infraestrutura interna Câmpus e externas do câmpus, devido ao aumento do número de horários e linhas de ônibus e construção do *shopping center* “Cidades dos Lagos”. O *shopping* passou a oferecer vagas de trabalho, novas possibilidades de alimentação e demais atividades para os alunos. Percebe-se que o número de alunos ativos passou de 222 no primeiro ano de curso para 1.661 no ano de 2017, aumentando ainda mais nos anos de 2018 e 2019, formando as primeiras turmas no ano de 2016.

Conforme pesquisa de campo realizada com a direção⁸⁴ do Câmpus, embora os egressos demonstrem interesse em permanecer no município, é fundamental ampliar o número de empresas que incorporem em seus quadros de funcionários os profissionais das áreas de formação que são oferecidas e formados no câmpus. A universidade possui vínculos fortes com o setor empresarial e comunitário, além de

⁸⁴ Entrevista concedida pela Diretora do câmpus, em 13 de novembro de 2018. Arquivo MP3 (50 min).

convênios com instituições em outros países⁸⁵, o que contribui para o desenvolvimento dos alunos que ficam próximos de metodologias e tecnologias de ponta. Nesse sentido, a Diretoria de Relações Empresariais promove e fortalece a interação entre a Instituição, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa.

De acordo com a diretora do Câmpus, a relação entre a universidade e a associação comercial do município, bem como a relação entre a universidade com a casa da indústria, tem se estreitado nos últimos tempos. Dessa forma, a universidade convoca o setor empresarial para ouvir as principais demandas e, ao mesmo tempo, mostrar a relevância do capital humano para atender às demandas locais dos diversos setores da comunidade empresarial. Porém, é necessário ampliar a parceria para atrair os alunos egressos, o que na percepção da universidade ainda não ocorre. Embora o município tenha se tornado um polo irradiador, a mesorregião é muito pobre e os municípios pequenos. Para a direção do Câmpus,

o município de Guarapuava, por ser o maior, tem essa responsabilidade de desenvolver a região como um todo. Se o município cresce, os demais municípios também crescem. Precisamos entender que o Brasil, precisa dar um salto nas tecnologias. Enquanto a gente não entender que só exportar soja não agrega.

Para a diretora do Câmpus

é preciso fazer com que as pessoas olhem as universidades públicas como um patrimônio do país e usar realmente todo esse capital humano, todos esses doutores e mestres que passaram anos estudando e usar isso realmente para o benefício do nosso país. Olhar para as instituições e verificar o potencial das mesmas. Estamos aqui para desenvolver seja um bairro, um município, uma região. É esse o papel da universidade.

Pode-se verificar *in loco* que a origem dos 40 técnicos de laboratório e administrativos que atualmente compõem o quadro de servidores da universidade é

⁸⁵ Os alunos da UTFPR de Guarapuava dispõem da possibilidade de convênios internacionais que são importantes para o desenvolvimento profissional. Além de estarem bem próximos das metodologias e tecnologias de ponta utilizadas em outros países, trazem inovações a serem aplicadas, pois são vários os convênios estabelecidos pela UTFPR com outros países. O Câmpus de Guarapuava possui mais de 10 alunos realizando intercâmbio na Alemanha e Bragança (Portugal) e em outros países, inclusive com dupla diplomação, o que confere ao aluno uma formação ainda maior.

originária do município ou do próprio entorno. No entanto, isso não se aplica ao quadro docente. Os dados coletados em campo mostram que, dos 77 docentes, 64 são efetivos e 13 substitutos. Aproximadamente 93% dos que atuam no Câmpus são provenientes de outros estados e ingressaram na instituição por meio de concurso público, o que representa uma grande heterogeneidade do grupo. Em função disso, eles trazem as famílias, ocasionando uma série de vantagens em diversas áreas, principalmente em termos econômicos, sociais e culturais. Contribui para o aumento do consumo no município em função da vinda de alunos, servidores e docentes de diversas regiões do país, com uma enorme troca cultural.

Para a diretora do Câmpus “Tem-se uma visão que a universidade pública, de quanto ela gasta no ano. Claro tem o gasto, mas as pessoas se esquecem de ver quanto ela injeta na economia”. Na pesquisa que foi realizada, em média, os alunos gastam entre R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por mês, entre aluguel, alimentação, vestuário, transporte e lazer. Dessa forma, se multiplicarmos o número de alunos que vieram de fora pelo total dos seus gastos mensais, obtêm-se um resultado quantitativo por ano de R\$ 25.920.000 (vinte e cinco milhões e novecentos e vinte mil), que serão injetados na economia do município. Além disso, é preciso contabilizar a média dos servidores e professores.

Na concepção de Rolim e Serra (2005), além dos efeitos duradouros na economia, existe o impacto direto sobre o fluxo de renda local, via os gastos realizados pelas universidades com o pagamento de professores e funcionários, as compras de material e todo tipo de pagamentos realizados por elas sobre a economia da região em que estão instaladas. Os autores ainda defendem que esse efeito impacta na renda, sobretudo, das famílias, do poder público, ocasionando um efeito na demanda das empresas locais.

Na mesma linha de pensamento, Raiher (2015) pontua que o ensino superior traz benefícios para a região, uma vez que propicia emprego, promovendo o crescimento econômico. Ou seja, a renda dos servidores, quer sejam os docentes e os técnicos administrativos, utilizadas no município significam injeção de dinheiro no mercado. A universidade movimentada a economia. Ainda na concepção da autora, a educação pública, se comparada a outros setores da economia, é um setor chave no que se refere ao salário médio, ao multiplicador de produção e à geração de postos de trabalho.

Desde a instalação do Câmpus da UTFPR em Guarapuava no ano de 2011, é possível verificar, com base nas IMAGENS 15 a 19, significativas alterações no seu entorno para atender a demanda da comunidade universitária e também da comunidade local. Houve ampliação do mercado de trabalho e de outras atividades econômicas no município. Pode-se perceber na pesquisa de campo que, com a instalação da universidade, as mudanças na estrutura urbana foram significativas, no que tange principalmente ao entorno da universidade. “Não tinha iluminação, era plantação de eucalipto. Não preciso dizer quantas foram às mudanças, basta olhar”, argumenta a diretora do Câmpus.

Além disso, pode-se perceber que, antes da instalação do Câmpus o valor do m² do terreno era muito baixo. No entanto, com sua implantação no ano de 2011, ocorreu uma grande especulação imobiliária e o valor do m² do terreno mais que triplicou. Após a instalação da UTFPR de Guarapuava, todos os demais empreendimentos imobiliários, como, por exemplo, *shopping*, prédios, condomínios fechados, supermercado, posto de combustível, prédios comerciais e residenciais começaram a serem instalados. Para a diretora do Câmpus muitos foram os problemas enfrentados devido ao pioneirismo. Não havia linhas de ônibus, as ruas não tinham asfalto, havia problemas com os horários dos ônibus e não havia atendimento de transporte público coletivo aos sábados. Ou seja, “colhemos o preço por sermos pioneiros”. A as mudanças só ocorreram com a vinda do *shopping*, que acabou aumentando a demanda e ao mesmo tempo otimizando a infraestrutura necessária.

IMAGEM 15 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2006

FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 16 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2010

FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 17 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2013

FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 18 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2017

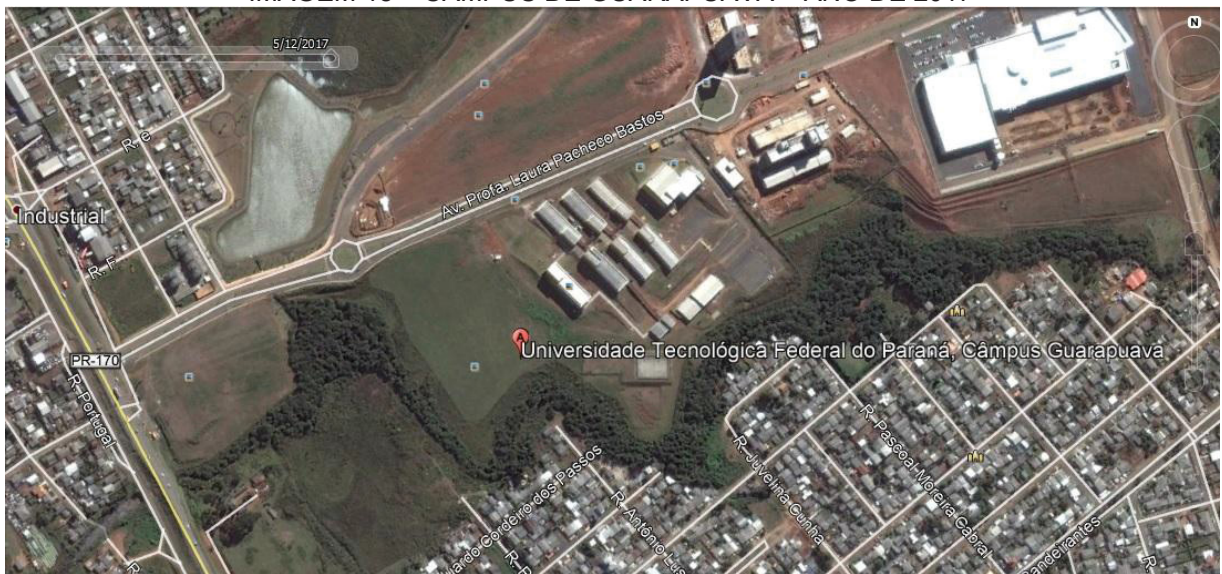
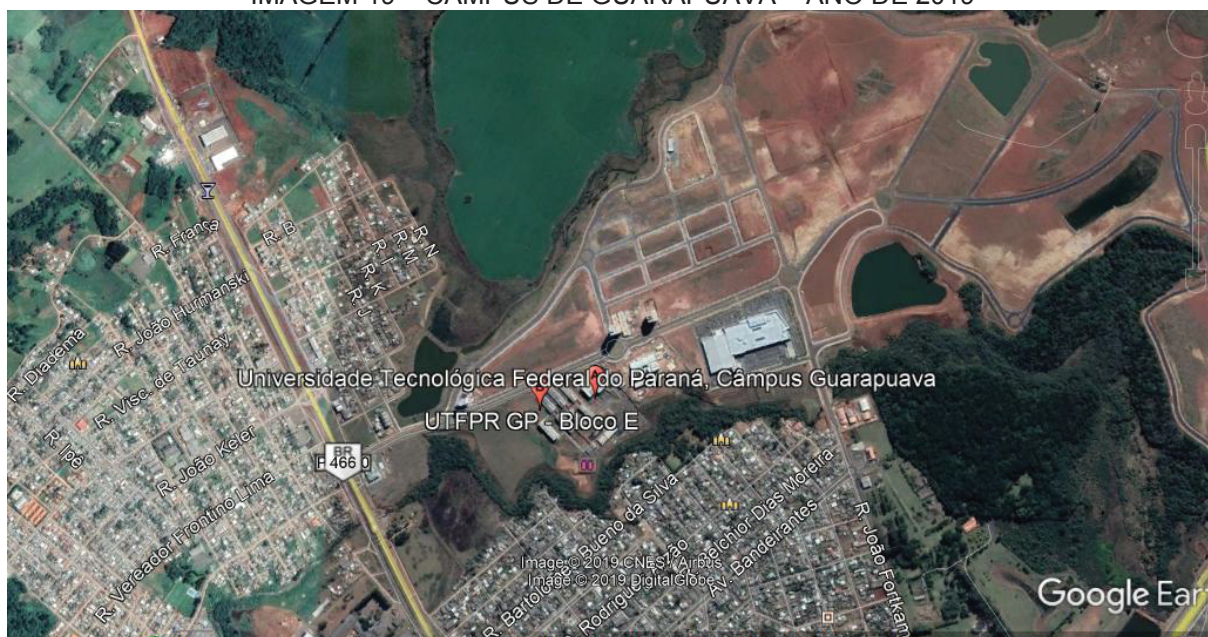
FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM.](http://www.google.earth.com)

IMAGEM 19 – CÂMPUS DE GUARAPUAVA – ANO DE 2019



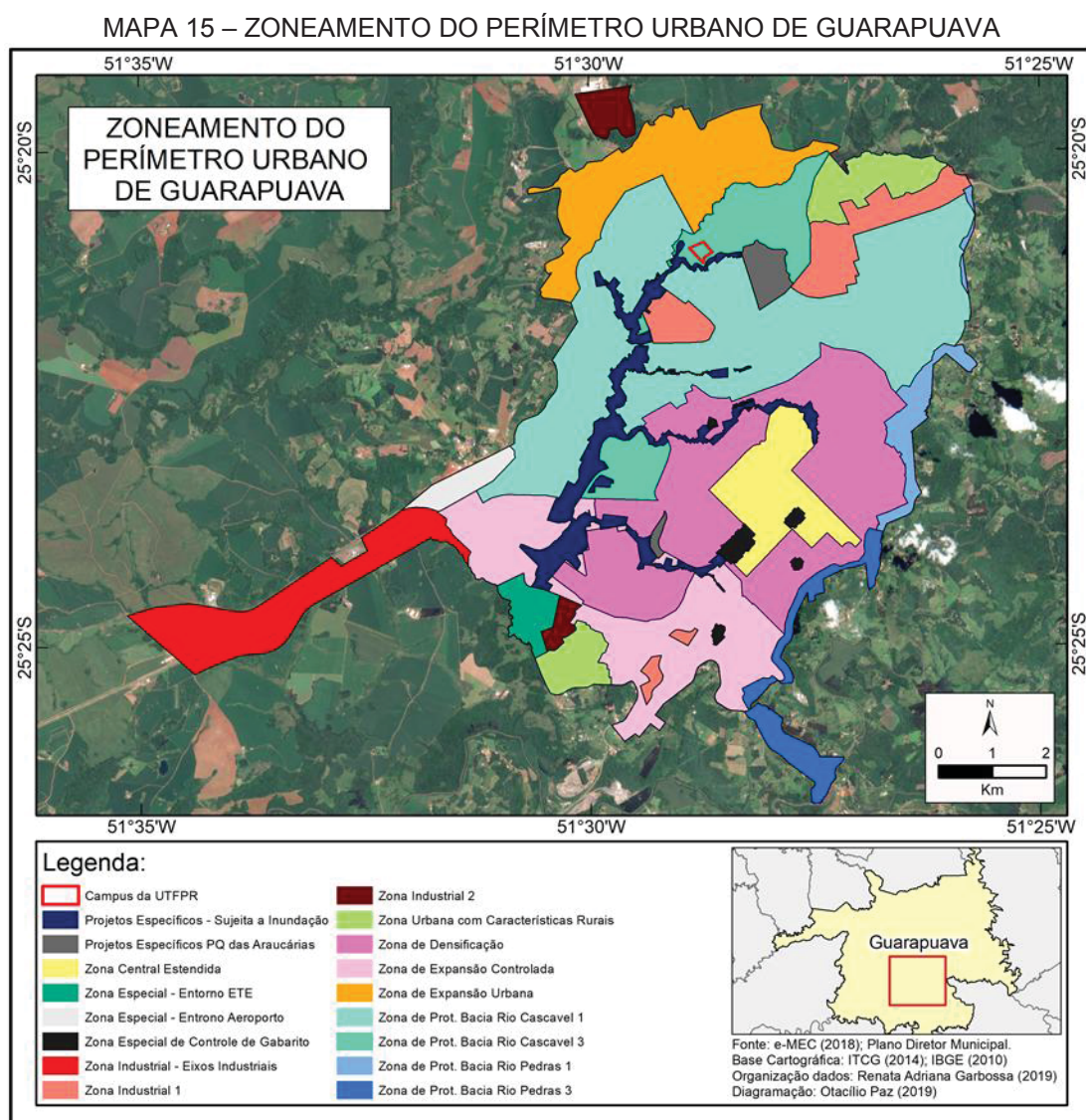
FONTE: [HTTP://WWW.GOOGLE.EARTH.COM](http://www.google.earth.com).

Com a instalação do Câmpus da UTFPR, o poder público municipal realizou várias intervenções urbanas para atender a demanda da própria Universidade e, em função disso, por meio da Lei Municipal nº 1.939/2011, o perímetro urbano foi ampliado para 73,03 quilômetros quadrados, trazendo um crescimento vertiginoso para a região onde foi construído o Câmpus da UTFPR. Nesse local, conforme o Decom, projetou-se a “Nova Guarapuava”, como foi chamado o loteamento de alto padrão constituído no entorno do Câmpus da UTFPR.

O perímetro urbano contava com 68,18 metros quadrados, sendo que a alteração representa 4,85 quilômetros quadrados a mais⁸⁶. Nos dispositivos da Lei Complementar nº 69/2016, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, das áreas urbanas do município, o Câmpus da UTFPR de Guarapuava está localizado fora da zona de densificação e da Zona Central Estendida (ZCE) (MAPA 15). Por outro lado, a universidade encontra-se próxima a uma zona de expansão urbana e controlada, onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infraestrutura e a necessidade de diversificação de uso não possibilitam um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos

⁸⁶ O projeto de ampliação foi aprovado pelo Concidade em reunião realizada em 1º de dezembro de 2011. Ele foi composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, com funções deliberativas e propositivas em matéria de regulamentação, implantação, gestão e monitoramento do Plano Diretor. O Projeto de Lei de autoria do Executivo Municipal também teve o aval da Câmara de Vereadores. O novo projeto fez com que faixas de terra, que eram consideradas rurais, passassem a ser urbanas, provocando a valorização imobiliária.

estabelecidos, devendo prever a ocupação através de lotes de tamanho maior e instalação de condomínios urbanísticos. Além disso, está localizada em uma zona de Proteção da Bacia do Rio Cascavel do Distrito SedeC, cuja Lei Complementar nº 69/2016 prevê a ocupação de lotes de tamanho maior e instalação de condomínios urbanísticos, não permitindo, portanto, a concessão para ultrapassagem dos parâmetros básicos definidos, salvo a sobreposição das vias de adensamento.



FONTE: ADAPTADO DE IBGE (2010), ITCG (2014), GUARAPUAVA (2016) E IPARDES (2019).

Percebe-se que a Lei Complementar nº 69/2016 sofreu alterações após a instalação da universidade, conferindo para o que Furini (2014) pontua como artimanhas dos grupos de interesses, ligados ao poder político e econômico, que podem ser objetos de manipulação de grupos de interesses. Na análise de Capel

(1974), o jogo dos distintos agentes se realiza dentro do marco de uma normativa jurídica que regula suas atuações. No entanto, essa normativa não é neutra e defende os interesses da classe dominante.

A exemplo de cidades espanholas, mesmo aqueles que são os responsáveis por respeitar e fazer cumprir as leis, acabam atuando para os interesses dos agentes privados, modulando o espaço urbano em função de seus próprios interesses. Nem mesmo a Lei do solo tem evitado a densificação do tecido urbano e a especulação do solo. O resultado é uma insuficiência dos próprios textos legais que permitem através de mecanismos diversos o livre jogo dos agentes privados (CAPEL, 1974).

As proximidades do Câmpus da UTFPR de Guarapuava se encontra em um processo inicial de verticalização. Essa dinâmica só foi possível com a instalação da universidade em 2011, que trouxe valorização à área e um maior número de construções verticais, devendo apresentar nos próximos anos um expressivo adensamento populacional no seu entorno. Para Tumas Junior (2016), a verticalização surge como uma nova característica no bairro onde está localizada a UTFPR de Guarapuava, constituindo-se em um dos fatores responsáveis pela valorização dessas áreas e atração de investimentos em edifícios, configurando a expansão do processo de verticalização. Foi observado que, neles, a verticalização surge como uma nova característica desse processo, sendo que o Estado teve papel importante, ao promover a implantação de universidades em áreas periféricas do perímetro urbano. Essa implantação atraiu novos moradores, provocando o adensamento dessas áreas. Por sua vez, os promotores imobiliários utilizaram-se dessas localidades para a implantação de edifícios como forma de investimento e aplicação de capital.

Há que se considerar, com base em Corrêa (1995), que a ação dos promotores imobiliários se faz correlacionada ao preço elevado da terra devido ao auto status do bairro, acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte, amenidades naturais ou socialmente produzidas. A atuação dos promotores faz-se desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.

No entanto, outros agentes sociais, se beneficiaram com a instalação do Câmpus, como no caso dos proprietários de terras por realizarem operações no sentido de obterem lucros. Para Corrêa (1995) os proprietários de terra atuam para

obter a maior renda fundiária, para que elas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente o uso comercial ou residencial de *status*. Por fim, alguns proprietários fundiários, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente viária, recebendo vantagens da administração pública que facilitam sua instalação.

Furini (2014) afiança que os processos simultâneos de fragmentação e articulação do espaço urbano, mesmo com as mudanças nas formas e nas funções espaciais, muitos processos podem manter-se. Para o autor, essas observações remetem ao papel dos agentes sobre possíveis formas de conservação do poder e das alianças políticas ante as transformações do espaço urbano, ou seja, sobre o caráter essencial das redefinições sociais e espaciais.

Para o autor,

as atuações desses agentes ocorrem sob uma gama de interesses e o encontro conflitante desses diversos interesses forma uma desproporcional mediação entre as aspirações da população em geral e aquelas presentes nos grupos de interesse, como os que estão nas instâncias políticas e econômicas (FURINI, 2014, p.15).

Já para Capel (1974), o espaço da cidade se organiza de forma mais sutil, em função dos interesses das empresas industriais, buscando o máximo de benefícios. No entanto, adverte que o Estado contribui de forma decisiva na produção do espaço urbano, administrando os conflitos e as contradições surgidas pelos diferentes agentes sendo o mesmo fundamental na produção do espaço urbano.

IMAGEM 20 – VISTA DO CÂMPUS COM OS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DE GUARAPUAVA



FONTE: A AUTORA (2018).

Percebe-se que, além das alterações urbanas (IMAGEM 20), ocorreu uma ampliação da própria infraestrutura interna do Câmpus da UTFPR de Guarapuava. Com base nos dois últimos planos de desenvolvimento institucional, a análise realizada deve-se, sobretudo, a um aumento considerável tanto em números de salas de aulas teóricas, passando de 6 (seis), como constatado no PDI 2013/2017, para 25 (vinte e cinco) no PDI de 2018/2022. A mesma situação observa-se em relação aos laboratórios gerais, a informática e os auditórios. Conforme consta no PDI da UTFPR – 2018/2022, para os próximos anos, a oferta dois novos cursos Engenharia de Produção e Engenharia Elétrica (TABELA 13) está na programação. Assim, em pesquisa de campo, pode-se constatar que as razões para a ampliação da infraestrutura do Câmpus deve-se ao aumento do número de cursos, vagas, *stricto* e *lato sensu* e à necessidade de oferecer especializações já aprovadas pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para que, em um futuro próximo, sejam

oferecidos também os mestrados e doutorados e ocorra um aumento no número de alunos matriculados desde a implantação da UTFPR de Guarapuava em 2011.

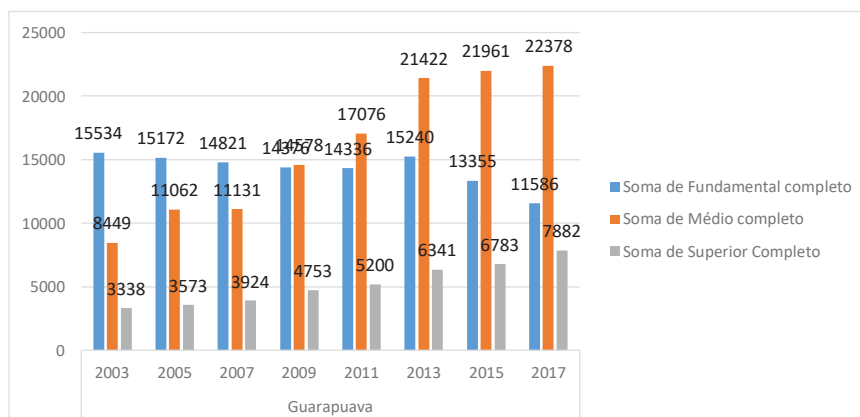
TABELA 13 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS – CÂMPUS GUARAPUAVA – 20011-2022

CÂMPUS	SALAS DE AULAS TEÓRICAS	LABORATÓRIO GERAL	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	AUDITÓRIOS	ALOJAMENTOS	TOTAL
PDI – 2013/ 2017	6	2	3	0	0	11
PDI - 2018/2022	25	18	7	3	0	53

FONTE: ADAPTADO DE UTFPR (2013, 2018A).

Conforme os dados reportados no GRÁFICO 19, o número de alunos concluintes no ensino fundamental entre os anos de 2003 e 2017 apresentou uma queda de 15.534 em 2003 para 11.586 no ano de 2017, enquanto o número de alunos concluintes do ensino médio, por outro lado, apresentou aumentos consideráveis. Percebe-se que os alunos concluintes do ensino médio eram 8.449 no ano de 2003, chegando em 2017 com 22.378. Portanto, isso significa que houve um aumento significativo e que irá refletir em partes no aumento do número de alunos no ensino superior que, no mesmo período analisado, passou de 3.338 para 7.882, representando um aumento de 136,2% no município de Guarapuava.

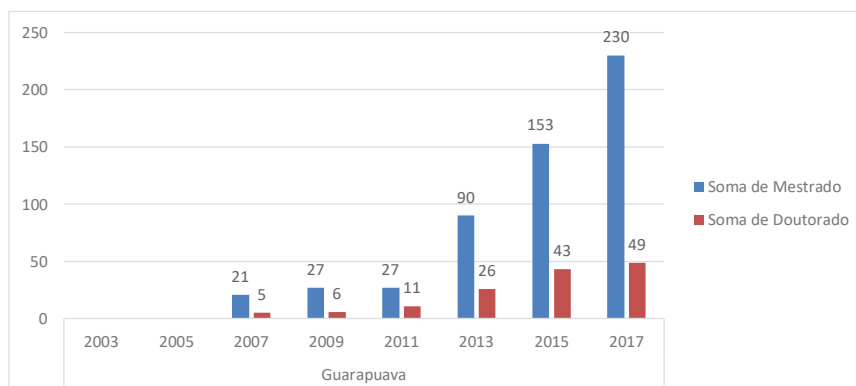
GRÁFICO 19 – NÚMERO DE CONCLUINTE DO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 EM GUARAPUAVA



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2018).

Por outro lado, ao analisar o número de mestres e doutores no município de Guarapuava, percebe-se que entre os anos de 2007 e 2017, o aumento dos profissionais com titulação, tanto de mestres quando de doutores, foi crescente, passando de 21 (vinte) mestres no ano de 2007 para 230 (duzentos e trinta) em 2017. O número de doutores, por sua vez, em 2007 era de apenas 5 (cinco), passando para 49 (quarenta e nove) em 2017. Em pesquisa de campo na UTFPR de Guarapuava, pode-se perceber que, em 2018, o número total de docentes no câmpus era 77, dos quais 64 são efetivos e 13 substitutos. Destes, 35 são doutores, 42 são mestres (grande parte em fase de doutoramento) e 40 são técnicos administrativos. Ou seja, a grande parcela de doutores impacta sobre a quantidade e qualidade da produção científica, no aumento do número de projetos, de pesquisadores e alunos, além de afetar o volume de investimento realizado em pesquisa em tais instituições (RAIHER, 2015).

GRÁFICO 20 – NÚMERO DE MESTRES E DOUTORES ENTRE OS ANOS DE 2003 – 2017 EM GUARAPUAVA

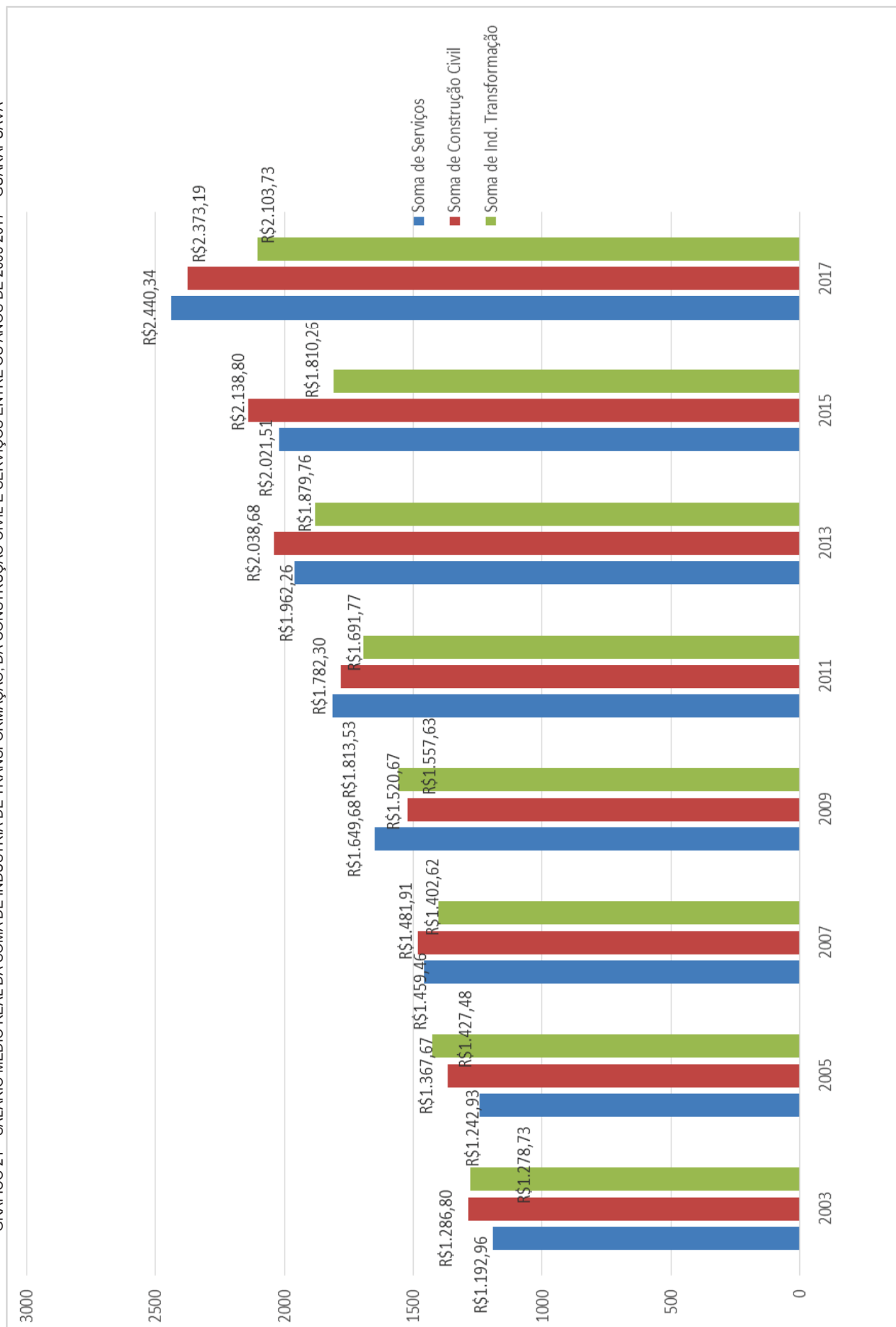


FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2018).

No entanto, além do aumento do quadro de mestres e doutores é possível verificar com base no GRÁFICO 21 a soma do salário médio real da soma da indústria de transformação, da construção civil e dos serviços entre os anos de 2003 a 2017 no município de Guarapuava. O salário médio real na indústria de transformação passou de R\$ 1.278,73 no ano de 2003 para R\$ 2.103,73 em 2017, com um crescimento de 64,5%. Apresentando uma pequena queda no ano de 2015 em função da crise econômica que afetou praticamente todos os setores da economia brasileira. Já a soma do salário médio real da construção civil se manteve em elevação entre os anos de 2003 a 2017. Ou seja, em 2003, o salário médio real era de R\$ 1.286,8 passando para R\$ 2.373,19 em 2017 (84,5%). Portanto, o que se observa é que, mesmo com a crise, não houve alterações na média salarial dos trabalhadores na construção civil.

Além da construção civil e da indústria de transformação, o setor de serviços também apresentou um crescimento em relação ao salário médio real entre os anos de 2003 e 2017 no município de Guarapuava. Além do crescimento ter sido constante entre os anos pesquisados, pode-se perceber, no mesmo período da instalação do Câmpus da UTFPR de Guarapuava, que o salário médio real dos serviços, que no ano da instalação em 2011 era de R\$ 1.813,53, elevou-se para R\$ 2.44,34 no ano de 2017, com um crescimento de 104,06%.

GRÁFICO 21 – SALÁRIO MÉDIO REAL DA SOMA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA



FONTE: ADAPTADO DE BRASIL (2019).

No que se refere ao total de vínculos ativos nos três setores analisados entre os anos de 2003 a 2017 no município de Guarapuava, é possível observar alguns dados tidos como relevantes. O número total de vínculos no setor de serviços na indústria de transformação e construção civil representava 18.250 no ano de 2003, elevando-se para 26.485 no ano de 2017. Ao observar separadamente os três setores no período analisado, o setor que apresentou o menor número de vínculos ativos foi o da construção civil, com valores que variam entre 931 (5,11%) no ano de 2003 para 2.940 (11,20%) em 2013. Já o setor da indústria de transformação representou 6.612 (36,23%) no ano de 2003, com oscilações nos anos posteriores, representando em 2017 um total de vínculos ativos de 7.088 (26,76%).

Diferentemente dos setores da construção civil e da indústria de transformação, o setor de serviços apresentou um crescimento no total de vínculos ativos entre os anos de 2003 a 2017. Isso indica que, conforme TABELA 14, enquanto em 2003 o número total de vínculos ativos representava 10.707, com um percentual de 58,66%, no ano de 2017, aumentou para 17.534, o que representa 66,20%.

Além disso, enquanto no ano de 2003 o setor de serviços apresentou 10.707 vínculos ativos, o que representa 58,66% do total de vínculos em todos os setores, a indústria de transformação apresentou 6.612 o que representa 36,23% do total de vínculos ativos, seguido da construção civil, com 931, ou seja, 5,11% do total do número de vínculos ativos em todos os setores pesquisados.

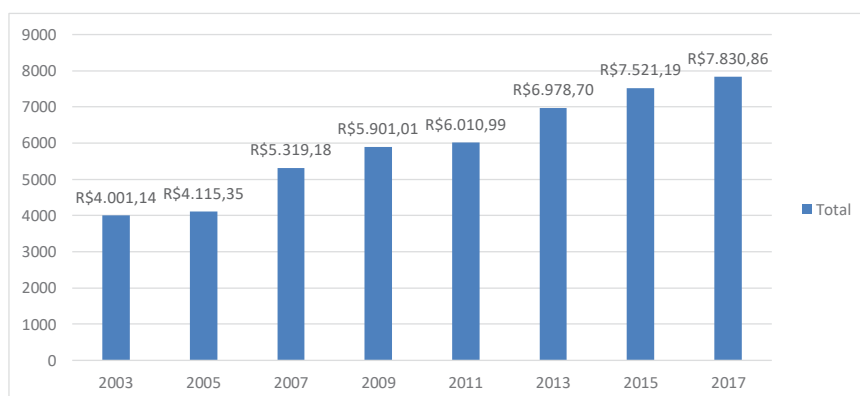
TABELA 14 – NÚMERO DE VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DE SERVIÇOS, DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA

MUNICÍ- PIO	ANO	TOTAL DOS VÍNCULOS ATIVOS: SERVIÇOS, INDÚSTRIA DE TRANSFOR- MAÇÃO E CONSTRU- ÇÃO CIVIL	VÍNCU- LOS ATIVOS NO SETOR DE SERVI- ÇOS	%	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFOR- MAÇÃO	%	VÍNCULOS ATIVOS NO SETOR DA CONSTRU- ÇÃO CIVIL	%
Guarapuava	2003	18.250	10.707	58,66	6.612	36,23	931	5,11
	2005	20.016	12.339	61,63	6.831	34,12	846	4,23
	2007	19.068	11.652	61,10	6.102	32,01	1.314	6,89
	2009	20.715	12.836	61,96	6.176	29,82	1.703	8,22
	2011	22.921	13.878	60,55	6.708	29,26	2.335	10,19
	2013	26.263	16.035	61,05	7.288	27,75	2.940	11,20
	2015	26.246	16.714	63,68	6.644	25,31	2.888	11,01
	2017	26.485	17.534	66,20	7.088	26,76	1.863	7,04

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2017).

Diferentemente dos setores da indústria de transformação, da construção civil e dos serviços em Guarapuava, quando é feita uma verificação da soma do salário médio real do ensino superior, entre os anos de 2003 a 2011 (GRÁFICO 22), é possível observar um aumento significativo no período analisado. Ou seja, percebe-se que, enquanto no ano de 2003 o salário médio real era de R\$ 4.001,14, no ano de 2017 passou para R\$ 7.830,86. Em um intervalo de 8 (oito) anos, o aumento foi de 48.91%.

GRÁFICO 22 – SALÁRIO MÉDIO REAL DO ENSINO SUPERIOR ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2018).

Além disso, o número de vínculos ativos no ensino superior entre os anos de 2003-2017 no município de Guarapuava também cresceu, passando de 945 em 2003 para 1.941 em 2017, elevando-se o número de total de vínculos ativos para 996 em apenas 14 anos. Com a instalação do Câmpus da UTFPR de Guarapuava em 2011, houve um aumento de 411 novos vínculos ativos. Pode-se notar que o número de vínculos ativos no ensino superior entre os anos de 2003-2017 é superior ao setor da construção civil, sendo superado somente pelo setor de serviços e indústria de transformação.

TABELA 15 – NÚMERO DE VINCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR – ENTRE OS ANOS DE 2003-2017 – GUARAPUAVA

MUNICÍPIO	ANO	VINCULOS ATIVOS NO ENSINO SUPERIOR
GUARAPUAVA	2003	945
	2005	1057
	2007	1076
	2009	1333
	2011	1530
	2013	1687
	2015	1885
	2017	1941

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2018).

Para o Ipea (2018), entre os anos de 2015 e 2016, o mercado de trabalho foi muito afetado pela crise econômica. Mesmo nesse período, em que os impactos da

crise econômica sobre o emprego foram mais fortes, a população ocupada mais escolarizada, com nível superior, continuou aumentando, enquanto todas as demais faixas de escolaridade sofreram perdas significativas. Para o IBGE (2018), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o resultado disso é uma população que vem se tornando cada vez mais escolarizada, revelando uma melhora do nível educacional da população brasileira, o que impacta positivamente a relação do grau de escolaridade com a força de trabalho no país. Somado a isso, os dados revelam que a taxa de desocupados, dos que possuem maior escolaridade, apresenta menor patamar, sinalizando que, de fato, um maior nível de instrução melhora não só a inserção como também a permanência no mercado de trabalho.

Por sua vez, isso significa que a proporção de trabalhadores com ensino superior avançou em relação aos trabalhadores sem instrução. Em termos absolutos, observa-se que, ao longo desses seis anos (2012-2018), a força de trabalho composta por trabalhadores sem nenhuma instrução recuou 47%, passando de 6,3 para 3,3 milhões. Já o número de trabalhadores com ensino superior completo avançou 48,2%, passando de 13,1% para 19,4 milhões entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2018 (IPEA, 2018).

Já para Neri (2011), os *rankings* construídos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios permitem ter uma visão geral do mercado de trabalho dos brasileiros em relação às principais ocupações quanto a salários. As maiores quantias são recebidas por aqueles com nível superior. O autor ainda destaca que na população em idade ativa o crescimento do salário chega a 15,07% para cada adicional de estudo e a taxa de ocupação cresce 3,38%.

Corroborando com Neri (2011), Mincer (1958) defende que a maior escolaridade e o maior treinamento contribuem para maiores níveis salariais. Becker (1962), por sua vez, avulta que, com a educação, os retornos são maiores e que a produtividade pode ser ampliada pelo aprendizado de novas habilidades dos trabalhadores, que elevam seu capital humano. Para o autor, pessoas mais qualificadas tendem a receber maiores salários no mesmo período de tempo.

No município de Guarapuava, a soma de profissionais empregados com ensino superior completo e com mestrado e doutorado tem sido significativa entre os anos de 2007 a 2017. Ou seja, a soma de empregos com ensino superior completo era de 3.924 em 2007, passando para 7.882 em 2017. Já o número de empregos

com mestrado e/ou doutorado em 2007 era de 26, passando para 279 em 2017 (BRASIL, 2017). Com efeito, os dados demonstram o aumento significativo na soma de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Com base em Alvarez, Kannebley Junior e Carolo (2013), pode-se afirmar que a universidade possui a função de combinar suas funções de ensino e de pesquisa para o desenvolvimento, ou seja, a formação de pessoal qualificado a ser contratado pelo setor produtivo e a pesquisa científica. Como essas instituições estão inseridas em um contexto regional, são também importantes agentes no desenvolvimento local, desde que as mencionadas instituições compreendam e estejam alinhadas às demandas regionais, no que tange à formação de capital humano, e que seu desenvolvimento científico e tecnológico responda às demandas locais e regionais.

Ao observar os 28 municípios que compõem a mesorregião de Guarapuava, Boa Ventura do São Roque, Campina do Simão, Marquinho e Reserva do Iguaçu não possuem empregos com mestrado não possuem empregos com mestrado e/ou doutorado, conforme dados da RAIS. Já o número de municípios que possuem entre 1 a 10 empregos com mestrado e/ou doutorado são dezesseis (16). Porém, na análise dos dados quantitativos, é possível perceber que, entre os 28 municípios, alguns apresentam um maior número de empregos com mestrado e/ou doutorado, como é o caso de Clevelândia que, no ano de 2007, conforme dados da Rais, apresentava apenas 3 empregos com mestrado e/ou doutorado, passando para 19 no ano de 2017.

Da mesma forma que o município de Clevelândia, Laranjeiras do Sul também apresentou um aumento de empregos com mestrado/e ou doutorado. Cabe ponderar que no município está instalado o Câmpus da UFFS⁸⁷, em Laranjeiras do Sul⁸⁸, que oferta os cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências

⁸⁷ Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009.

⁸⁸ A UFFS – Câmpus Laranjeiras do Sul está situada na Região Cantuquiriguaçu, elo de 20 municípios do Médio Centro-Oeste do Paraná, localizados nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. Essa região apresenta o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, justificando a necessidade de educação pública, gratuita e de qualidade na região. Uma especialização *lato sensu* em Educação do Campo e duas pós-graduações *stricto sensu* (nível mestrado) em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Como é uma universidade pública, popular e democrática, voltada para as necessidades da mesorregião em que atua, os cursos estão integrados numa perspectiva do desenvolvimento sustentável da região. O Câmpus conta atualmente com aproximadamente 931 alunos matriculados nos cursos de graduação, dos quais 97% são oriundos de escolas públicas e 73 são estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 38 alunos de especialização *lato sensu*. Possui uma equipe

Econômicas, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Agricultura, Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura, Interdisciplinar em Educação do Campo e Ciências da Natureza – Licenciatura. No município de Palmas, o número de empregos com mestrado e/ou doutorado cresceu de 9 no ano de 2007 para 32 em 2017, assemelhando-se ao município de Laranjeiras do Sul. Além de ter instalado o Câmpus do IFPR, possui instalações de ensino superior privadas.

Outro município da mesorregião que se destaca pelo número de empregos com mestrado/e ou doutorado é Pitanga. Somado à instalação do Câmpus do IFPR, o município de Pitanga ainda possui a Unicentro, pública estadual, e outras instituições privadas que apresentam praticamente o mesmo número de empregos com mestrado e/ou doutorado do município de Laranjeiras do Sul e Palmas.

TABELA 16 – TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO SALÁRIO MÉDIO REAL COMO PROXY DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO DOS MUNICÍPIOS DE FRANCISCO BELTRÃO, APUCARANA E GUARAPUAVA

MUNICÍPIO	ANO	TOTAL	INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	SERVIÇOS
Apucarana	2003-2007	3,3%	2,7%	-2,6%	3,0%
	2007-2017	4,5%	3,8%	5,1%	6,9%
Francisco Beltrão	2003-2007	3,5%	3,5%	3,6%	6,0%
	2007-2017	5,1%	4,7%	5,7%	5,8%
Guarapuava	2003-2011	4,2%	3,6%	4,2%	5,4%
	2011-2017	5,1%	3,7%	4,9%	5,1%

FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2018).

O maior nível de escolaridade também é refletido no grau de produtividade, de modo que, se analisados os setores da indústria da transformação, da construção civil e dos serviços anterior e posterior a instalação dos Câmpus da UTFPR dos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava, verifica-se um aumento na taxa anual de crescimento do salário médio real como *proxy* da produtividade do trabalho em todos os setores com destaque para os serviços. No município de Apucarana, entre os anos de 2003-2007, o crescimento da indústria da transformação foi de 2,7%. A construção civil apresentou um crescimento negativo de -2,6%, e o setor de serviços, um crescimento de 3%. No entanto, após a instalação da UTFPR de Apucarana, tanto a indústria da transformação quanto da construção civil e os serviços apresentaram um crescimento significativo entre os

formada por 89 professores efetivos, 60 técnicos administrativos, 11 professores substitutos e 4 estagiários. Ainda conta com 34 funcionários terceirizados (UFFS, 2019).

anos de 2007-2017. Enquanto a indústria de transformação cresceu 3,8%, a indústria da construção civil teve um crescimento de 5,1% e o setor de serviços cresceu 6,9%.

Da mesma forma que no município de Apucarana, em Francisco Beltrão, entre os anos de 2003-2007, a indústria de transformação teve um crescimento de 3,5%, de modo que no setor da construção civil foi de 3,6% e, nos serviços, de 6,0%. Entre os anos de 2007-2017, após a instalação da UTFPR de Francisco Beltrão, percebe-se que houve um aumento na indústria de transformação e na construção civil, ou seja, enquanto na indústria de transformação o crescimento foi de 4,7%, na construção civil apresentou um crescimento de 5,7%, com uma leve queda no setor dos serviços, passando de um crescimento de 6,0% entre os anos de 2003-2007 para 5,8% entre os anos de 2007-2017 após a instalação. Ao analisarmos os dados para o município de Guarapuava, pode-se inferir que o crescimento em relação aos outros dois municípios pesquisados foi menos expressivo, porém com crescimento tanto no setor da construção civil quanto para a indústria de transformação, com uma leve queda no setor de serviços.

Desse modo, isso significa que os ganhos de produtividade do trabalho verificados nos setores de atividade econômica – da indústria de transformação, construção civil e dos serviços nos municípios que são objeto da pesquisa –, tiveram impacto sobre o comportamento dos salários reais em todos os setores de atividade econômica, após a instalação dos Câmpus da UTFPR. Observou-se um pequeno decréscimo no setor de serviços no município de Guarapuava. Pode-se inferir que a produtividade do trabalho nos municípios de Apucarana, Francisco Beltrão e Guarapuava, apesar da crise econômica, cresceu mais do que crescia antes da instalação da UTFPR.

Pelo exposto, conforme apresenta Porcile *et al.* (2006), fica evidente que o aumento da produtividade é fundamental para se ter elevadas taxas de crescimento econômico, oriundas do aprendizado tecnológico, quer seja por via de inovação quer por meio da difusão tecnológica. Um estudo realizado sobre as indústrias de alta tecnologia no estado do Paraná mostra uma tendência de municípios que detêm universidades para apresentar um nível de especialização maior (CARMO *et al.*, 2015). Os autores apontaram que as oportunidades tecnológicas são relevantes para o dinamismo econômico de uma região. “Esse desempenho está ligado, em algum grau, à capacidade que tal espaço tem para formar pessoas capazes de atuar

nestas áreas mais intensivas em tecnologia” (CARMO *et al.*, 2015, p. 129). Ou seja, nesses municípios se tem um peso maior de especialização produtiva em função da existência da universidade formar profissionais qualificados, pois não só a produtividade se altera com o avanço tecnológico, mas o padrão de especialização produtivo da região.

6 CONSIDERAÇÕES

A expansão e interiorização da UTFPR teve efeitos no desenvolvimento nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava. Os resultados encontrados apontaram que, apesar de serem instituições relativamente novas, os efeitos da criação de novas sedes e câmpus universitários alteraram diversos aspectos dos municípios em que estão instaladas, e os reflexos também são sentidos no seu entorno. Em função disso, é praticamente unânime entre os pesquisadores a ideia de que uma das formas de desenvolvimento de um município ou determinada região ocorre por meio do incentivo à educação, especialmente superior, pois ela dinamiza os contextos socioeconômicos e contribui para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento mais integrado, equilibrado e proporcionalmente justo.

Com base na informação, cabe pensar nas causas do desenvolvimento de um território, isto é, determinar as atividades econômicas que impulsionaram o crescimento e desenvolvimento econômico neste início de século. Dada a relevância das instituições de ensino superior, no caso das universidades públicas nos municípios em que estão instaladas, elas contribuíram com novos processos produtivos e, sobretudo, se constituíram cada vez mais em novos espaços locais, novos polos de articulação e novos atores de desenvolvimento econômico. Isso se deve às políticas educacionais implantadas no Brasil a partir do ano de 2003, quando se deu de fato o processo de abertura de novas universidades em diversos estados e se ampliou a quantidade de câmpus.

As mudanças ocorridas no estado do Paraná a partir de meados da década de 1990 alteraram o padrão de produção e acumulação, passando de um estado agrícola para um estado urbano e industrializado. Sua base produtiva trouxe transformações econômicas, sociais, políticas e educacionais e ampliação da infraestrutura técnica científica, bem como o aumento significativo de instituições de ensino superior, que alteraram a dinâmica do território, exigindo mão de obra cada vez mais qualificada.

A implantação dos três câmpus da UTFPR nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava foram responsáveis por um aumento do número de ativos institucionais, ocasionando uma ampliação e maior articulação entre o poder público, o setor produtivo e a comunidade local. No município de Apucarana,

percebeu-se que a articulação existente entre a Universidade e as empresas, bem como com os principais órgãos de classe, está bem mais avançada, articulada e consolidada que nos municípios de Francisco Beltrão e Guarapuava. O processo contribuiu significativamente para que a universidade apresentasse um portfólio das principais atividades desenvolvidas em seu câmpus. Com o estabelecimento dessa interação, ocorre a aproximação entre a universidade e a empresa. No entanto, outras oportunidades também surgem, como a assessoria no desenvolvimento de projetos cooperados e os apoios técnico-científicos, que podem ser efetivados para potencializar não só o próprio município, mas também se espalhar para os demais municípios do entorno.

Os municípios escolhidos possuem forte articulação e influência sobre os demais da mesorregião em função do seu grau de centralidade com uma rede de controle extensa. Possuem também ativo técnico-científico, como nas instituições de ensino superior, nos institutos de pesquisa, nas fundações de pesquisa, no desenvolvimento e na tecnologia, nas incubadoras e nos parques tecnológicos. Além da articulação da universidade, os resultados mostraram que, embora os câmpus estejam instalados há pouco mais de dez anos, os efeitos de curto prazo são verificados sobre variáveis econômicas e de desenvolvimento. Entre os desdobramentos desse processo de expansão, pode-se destacar, ao longo do período de instalação do Câmpus, que os resultados econômicos, entre os anos de 2003 a 2017, melhoraram nos setores da construção civil, na indústria de transformação e nos serviços dos municípios pesquisados, transformando as bases econômicas e produtivas da região.

Quando observado o número de vínculos ativos nos três setores econômicos analisados, nota-se que o setor de serviços se destacou nos municípios de Francisco Beltrão e Guarapuava. Enquanto isso, em Apucarana, o destaque foi a indústria de transformação, seguida pelos serviços. Esse perfil, ao mesmo tempo em que reflete a vocação dos municípios e seu entorno, reforça a existência e uma maior proporção de empregados com ensino superior. O fato sugere que é relevante a existência de cursos que possam atender à demanda local e regional, pois a presença de pessoal com elevado nível de capacitação indica potencial de inovação nos setores empregados.

As variáveis encontradas reforçam que, embora haja um predomínio de atividades tradicionais na economia, é essencial a articulação entre a universidade e

o poder público local para que se possa efetivamente disseminar as atividades de inovação. Esse é um jeito de potencializar a formação de quadros técnicos e profissionais, apontando para a robustez no que tange à renda e ao aumento do nível de escolaridade. Além do aumento dos vínculos ativos nos setores econômicos analisados, o maior aumento na soma do salário médio real nos três municípios foi para o setor de serviços, com crescimento expressivo nos anos analisados, o que foi potencializado a partir da instalação dos câmpus.

Com efeito, as instalações dos câmpus mostram que os resultados da escolaridade são refletidos em um maior grau de produtividade e, ao mesmo tempo, em um aumento na taxa anual de crescimento do salário médio real como proxy da produtividade do trabalho em todos os setores, com destaque para os serviços. Desse modo, os ganhos de produtividade do trabalho verificados nos setores de atividade econômica tiveram impacto sobre o comportamento dos salários reais em todos os setores de atividade econômica após a instalação dos câmpus da UTFPR.

Vale destacar ainda que a soma do salário médio real no ensino superior nos municípios manteve-se em constante crescimento, com aumentos após os câmpus serem instalados. Nesse sentido, com base na literatura, as maiores quantias são recebidas por aqueles com nível superior, pois a maior escolaridade e o maior treinamento contribuem para maiores níveis salariais. Com a educação, além de um retorno maior, a produtividade pode ser ampliada pelo aumento de profissionais qualificados, com novas habilidades, que elevam seu capital humano, incidindo de forma decisiva na evolução e na trajetória do progresso técnico.

As análises também mostraram que, em função da instalação dos câmpus, as alterações na estrutura urbana foram significativas nos três municípios. Em Francisco Beltrão, as áreas próximas à universidade ainda foram pouco ocupadas, por isso ali há um grande potencial de crescimento imobiliário, como para a realização de empreendimentos, abertura de loteamentos, construção de edifícios ou investimentos individuais em imóveis (terrenos ou apartamentos para especulação imobiliária ou para a obtenção de renda). Em outras áreas do município, o desenvolvimento do ensino superior alterou significativamente o setor imobiliário, sobretudo em função do grande número de alunos, professores, técnicos administrativos e demais profissionais que adquiriram ou locaram imóveis. Diferentemente de Francisco Beltrão, em Apucarana, as mudanças na estrutura urbana, além do entorno, foram observadas em praticamente todo o município.

Houve a ampliação da verticalização em diversos bairros, bem como nas proximidades, com a construção de novos hotéis e outros investimentos públicos e privados.

De fato, os maiores reflexos na estrutura urbana ocorreram em Guarapuava no entorno da universidade, onde os promotores imobiliários implementaram edifícios e condomínios como forma de investimento e aplicação de capital em função do elevado preço da terra e da valorização do m². Por outro lado, a atuação dos promotores faz-se desigual, visto que criou e reforçou a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. Quem também se beneficiou e teve lucros com a instalação do Câmpus foram os proprietários de terras e os proprietários fundiários.

Além dos setores econômicos, no campo educacional, ao se analisar os ganhos obtidos com a instalação dos câmpus nos municípios pesquisados, tem-se uma ampliação significativa do número de concluintes do ensino superior, do número do quadro docente e dos técnicos administrativos que ingressaram na instituição por concurso público. Eles vieram de diversos estados brasileiros, conferindo aos municípios maior diversidade cultural, o que instigou o consumo dos estudantes e profissionais, devido à necessidade de alimentação, moradia, transporte e lazer, e ampliou os gastos, os fluxos financeiros e monetários, originados pelos dispêndios das IESs nos municípios em que os câmpus estão instalados, influenciando a demanda efetiva local. Esse aumento também se mostrou expressivo no número de alunos que ingressaram nos cursos ofertados pela UTFPR, por meio de vagas do Sisu, reverberando em uma maior atração de investimentos voltados para o desenvolvimento local, pois as universidades movimentam a estrutura econômica dos municípios, não se restringido apenas a um crescimento no campo educacional. Os efeitos de longo prazo apontam principalmente para o nível de capital humano, o conhecimento e o aumento de atratividades para novos negócios e empreendimentos.

Por outro lado, as análises realizadas nesta tese sobre a expansão e interiorização da UTFPR e seus efeitos no desenvolvimento local nos municípios de Francisco Beltrão, Apucarana e Guarapuava deixam claro que, embora os resultados sejam positivos com a criação de novas universidades, ressalva-se a relevância de que mais pesquisas e estudos sejam desenvolvidos tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Por fim, para o geral, as evidências

apresentadas ao longo da tese confirmam que o processo de interiorização e expansão das universidades contribui direta e indiretamente para o desenvolvimento dos municípios e regiões onde elas estão inseridas, congregando os seus diferentes autores.

Portanto, observou-se que as IESs, no caso específico dos câmpus pesquisados da UTFPR, podem atuar na promoção do desenvolvimento econômico, na modernização da base produtiva da região, potencializando o desenvolvimento local e influenciando as transformações econômicas e sociais do território.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. T.; CAVALCANTI FILHO, P. F. M. B. Gastos em inovação na indústria brasileira e os efeitos sobre o *market share* regional. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 9-37, jul./set. 2011.
- ALVAREZ, R. B.; KANNEBLEY JUNIOR, S.; CAROLO, M. D. O impacto da interação universidade-empresa na produtividade dos pesquisadores: uma análise para as ciências exatas e da terra nas universidades estaduais paulistas. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 171-206, jan./jun. 2013.
- ALVES, A. C. O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 47-71, jul./dez. 2006.
- AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Brasília, DF: Ipea, 1996. (Planejamento e Políticas Públicas; 14).
- AMARAL FILHO, J. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Brasília, DF: Ipea, 2001. (Planejamento e Políticas Públicas; 23).
- AMENDOLA, M.; BARATA, P. **Investimenti industriali e sviluppo dualístico**. Roma: Svimez, 1978.
- ANDRADE, M. V. Educação e crescimento econômico no Brasil: evidências para os estados brasileiros: 1970/1995. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25., 1997, Recife. **Anais [...]**. São Paulo: ANPEC, 1997. p. 1529-1548.
- APL de Gestão. Disponível em: <https://apldegestao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- APUCARANA. Lei Complementar n. 005, de 19 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Apucarana e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Apucarana, dez. 2014.
- ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.
- ARAÚJO, T. B. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 2, p. 9-24, nov. 1999.
- ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. *In*: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 73-91.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

ARAUJO, T. B. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. *In*: BRANDAO, C; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. *In*: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 157-171.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 30 set. 2019.

BACATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Lisboa: Celta, 1994.

BANCO MUNDIAL. **Trabajar por el fin de la pobreza en América Latina y el Caribe**: trabajadores, empleos y salários. Washington, D.C., 2015.

BARCA, F.; MCCANN, P.; RODRÍGUEZ-POSE, A. The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 134-152, 2012.

BASTOS, S. Q. A. Disritmia espaço-tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1., 2005, Juiz de Fora. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2005.

BATTERBURY, S.; HILL, S. Assessing the impact of higher education on regional development: using a realist approach for policy enhancement. **Higher Education Management and Policy**, v. 16, n. 3, p. 35-52, 2004.

BECKER, G. S. Investment human beings. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 9-49, Oct. 1962.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. New York: Columbia University Press, 1993.

BECKER, G. S.; CHISWICK, B. R. Education and the distribution of earnings. **American Economic Review**, v. 56, n. 1-2, p. 358-369, 1966.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Regional Econômico**, Salvador, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 6-34, ago. 2007.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO, G. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, p. 45-54, 2002.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. O novo debate regional: posições em confronto. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: Celta, 1994.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOUDEVILLE, J. R. **Les espaces économiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

BOUDEVILLE, J. R. **Los espacios económicos**. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

BRAGUETTO, C. R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, 1999.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 26 set. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 1968.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 11.184, de 7 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 out. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e

cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 2006.

BRASIL. Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**: relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Expansão da Rede Federal**. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2018. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **E-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, DF: [s.n.], 1999.

CABRAL NETO, A. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, 2012.

CALDARELLI, C. E. *et al.* Análise de indicadores de produção científica e geração de conhecimento nas universidades estaduais paranaenses. *In*: RAIHER, A. P. (Org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

CAMELO, Z. M. C. **A interiorização da UECE**: sua representação por professores das faculdades do interior. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

CAMPOS, M. B; BORGES, G. M. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. *In*: ERVATTI, L. G.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. Brasília, DF: IBGE, 2015. p. 29-40.

CAMPOS, N. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: UFPR, 2008.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 4. ed. ampl. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2001.

CANO, W. Questão regional e política econômica nacional. *In*: CASTRO, A.C. (Org.). **Desenvolvimento em debate**: painéis do desenvolvimento brasileiro – II. Rio de Janeiro: MAUAD/BNDES, 2002.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-53, nov. 2011.

CANZIANI, A. **Do sonho à realidade**: os dez anos do campus de Apucarana. Apucarana: Graciosa, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2072/4/10anosapucarana.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

CAPEL, H. Agentes y estratégias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografia**, v. 8, n. 1-2, p. 19-56, 1974. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880/56672>. Acesso em: 30 set. 2019.

CARLEIAL, L. Assalariamento: conceitos, dimensões e “pistas” para entender a crise. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2000.

CARLEIAL, L. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2014.

CARMO, A. S. S. *et al.* Padrão de localização industrial por intensidade tecnológicas e as universidades estaduais paranaenses. *In*: RAIHER, A. P. (Org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. p. 115-130.

- CASTELS, M. The information economy and the new international division of labour. *In: CARNOY, M. et al. (Ed.). The new global economy in the information age.* [S.l.: s.n.], 1993.
- CASTELS, M. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos.** [S.l.: s.n.], 1996. (Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades; 45). Mimeografado.
- CHIES, C.; YOKOO, S. C. Colonização do Norte paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2012.
- COELHO, V. L. P. **A esfinge e o faraó: a política regional do governo Lula (2003/2010).** 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- COHN, A. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE.** São Paulo: Perspectiva, 1978.
- COLLETIS, G.; COURLET, C.; PECQUEUR, B. **Les systèmes industriels localisés en Europe.** Grenoble: IREPD, 1990.
- COLMAN, D.; NIXSON, F. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna.** São Paulo: Campus Elsevier, 1981.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Fortalecer el desarrollo interacciones entre macro y microeconomía.** Santiago de Chile, 1996. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2147-fortalecer-desarrollo-interacciones-macro-microeconomia>. Acesso em: 30 set. 2019.
- CORBUCCI, P. R. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2014. (Texto para discussão; 1950).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., 2012, Brasília, DF. **Documento de referência.** Brasília, DF: Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/CNDR_I/texto%20de%20referencia%20-%20cndr.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios, 174).
- CREVOISIER, O.; MAILLAT, D. Milieu, organisation et système de production territorial: vers une nouvelle théorie du développement spatial. *In: l'IRER*, 24., 1989, Neuchâtel. **Dossier [...].** [S.l.: s.n.], 1989.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DANSERO, E. *et al.* O desenvolvimento local: contextos nacionais em confronto. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

DELGADO, P. R.; CINTRA, A. P. U. Perfil dos migrantes de data fixa nas mesorregiões do Paraná no período 2005-2010. *In*: LOU, I. A. C.; MAGALHÃES, M. V. **Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da federação selecionadas: mudanças e continuidades**. Salvador: SEI, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estudo sobre as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho formal e subsídio às políticas de qualificação do estado do Paraná**. São Paulo, 2012.

DINIZ, C. C. **Global – local: interdependência e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil**. Rio de Janeiro: EI/UFRJ, 2000. (Estudos Temáticos; Nota técnica 9).

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. (Texto para discussão n. 159).

DINIZ FILHO, L. L. Os equívocos da noção de “regiões” que exploram regiões: crítica ao conceito de transferência geográfica de valor de Edward Soja. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 165-186, 1999.

DINIZ FILHO, L. L. **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DOURADO, L. F. Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ‘HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL’, 4., 1997, Campinas. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 1997.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808-2000). *In*: SCHWARTMAN, S.; BROCK, C. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240.

E3M. **European indicators and ranking methodology for university third mission**. Green paper: fostering and measuring ‘third mission’ in higher education institutions. 2008. Disponível em: <http://www.e3mproject.eu>. Acesso em: 30 set. 2019.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil. *In*: CASTRO, E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 207-238.

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico**: evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 79-100, jul./dez. 2002.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, p. 67-80, 2005.

FONSECA, A. A. M. Localismo e território diante das dinâmicas globais. **BARDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VI, n. 10, p. 15-25, jul. 2004.

FRANÇA, C. L.; VAZ, J. C.; SILVA, I. P. (Org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Polis, 2002. (Publicações Polis, 40).

FRANÇA, G. N.; GASPARI, C. E.; LOUREIRO, P. R. A. Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 10., 2005, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

FRANCISCO BELTRÃO. Lei n. 4.612, de 31 de outubro de 2018. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Francisco Beltrão, out. 2018. Disponível em: <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Lei-n%C2%B0-4.612-2018-Zoneamento-do-Uso-e-Ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-Solo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

FREEMAN, C. The national system of innovation in historical perspective, **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.

FURINI, L. A. Os agentes urbanos: conceito e características principais. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 8, n. 1, p. 15-24, 2014.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1960.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil).

GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELOS, R. R. **Novos elementos para repensar o planejamento regional**. Brasília, DF: Ipea, 1995. Mimeografado.

GODDARD, J. B. Universities and regional development: an overview. *In*: GRAY, H. (Ed.). *Universities and the creation of wealth*. Milton Keynes: Open University Press, 1998.

GODDARD, J. B.; PUUKKA, J. The engagement of higher educational institutions in regional development: an overview of the opportunities and challenges. **Higher Education Management and Policy**, v. 20, n. 2, p. 3-33, 2008.

GRAVIER, F. *Paris et le désert français*. Paris: Flammarion, 1947.

GUARAPUAVA. Lei Complementar n. 69, de 21 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo, das áreas urbanas do Município de Guarapuava. **Diário Oficial do Município**, Guarapuava, dez. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-guarapuava-pr>. Acesso em: 30 set. 2019.

GUARAPUAVA. Lei n. 1.961, de 25 de maio de 2011. Autoriza o Poder Executivo municipal a doar um terreno a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Guarapuava, maio 2011a.

GUARAPUAVA. Lei n. 1.939, de 2 de março de 2011. Altera o perímetro da área urbana do distrito sede de Guarapuava. **Diário Oficial do Município**, Guarapuava, mar. 2011b.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

GUIMARÃES NETO, S. P. **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília, DF: [s.n.], 2000. v. 2.

GUMBOWSKY, A; SIQUEIRA, E. Desenvolvimento regional: as condições de produção de conhecimento nas instituições de ensino superior fundacionais municipais do estado de Santa Catarina. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Rio de Janeiro: Renavan, 2010.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. **A estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOLLAND, S. **The regional problem**. London: St. Martin, 1977.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades – 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas regionais do Brasil**. Brasília, DF, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2017**. Brasília, DF, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Brasília, DF, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Trajетória recente da mudança na identidade e na estrutura social brasileira**. Brasília, DF, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 41, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IpeaData**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2019.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ (ITCG). **Base cartográfica**. Curitiba, 2014.

INSTITUTO Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 30 set. 2019a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Câmpus Pitanga**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/campus-pitanga>. Acesso em: 30 set. 2019b.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). **Câmpus Avançado Quedas do Iguacu**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/campus-avancado-quedas-do-iguacu/>. Acesso em: 30 set. 2019c.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação superior: censo 2001**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/487005. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2015**. Brasília, DF, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2018**. Brasília, DF, 2018.

INSTITUTO NILO PEÇANHA. **Plataforma Nilo Peçanha**. 2018. Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: 30 set. 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília, DF: IPEA, 2000. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Famílias pobres no estado do Paraná**. Curitiba, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Os vários Paranas**: identificação de espacialidades socioeconômico institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Censo industrial do arranjo produtivo local de confecções de bonés de Apucarana no estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Os vários Paranas**: Sudoeste paranaense: especificidades e diversidades. Curitiba, 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Os vários Paranás**: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015. Curitiba, 2017a.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba, 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Curitiba, 2019.

JACCOUD, L. **Experiências internacionais em política regional**: o caso da França. Brasília, DF: Ipea, 2001.

JOLLY, R. *et al.* **UN contributions to development thinking and practice**. Indiana: Indiana University Press, 2004.

KINDLEBERGER, C. P.; HERRICK, B. **Economic development**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1977.

KUPFER, D. Em busca do setor ausente. *In*: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Org.). **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília, DF: Ipea, 2009.

KUZNETS, S. **Modern economic growth**: finding and reflections. [S.l.: s.n.], 1971.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LAU, L. J. *et al.* Education and economic growth: some cross-country evidence from Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 41, n. 1, p. 45-70, jun. 1993.

LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. 1986. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IparDES/Concitec, 1989.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano**: o caso da cidade de Montes. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LEME, R. C. **Expansão urbana e verticalização**: o mercado imobiliário de Francisco Beltrão/PR (1998 a 2012). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LENCIONI, S. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia: a falência das políticas de desenvolvimento regional. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 6, p. 119-128, 1989.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações da política econômica: o caso do Brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

LIMA, M. C. **Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo**: uma interpretação crítica. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economics development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, p. 3-42, 1988.

LUNDEVALL, B. A. **Nacional innovation systems**: towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter, 1992.

LUPORINI, T. J. Ensino superior no Paraná: a memória da região Sudoeste. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 31, p. 52-66, set. 2008.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1(32), p. 53-84, abr. 2008.

MAGALHÃES, A. R. Um novo planejamento. *In*: PROJETO ÁRIDAS. **Anais da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável – Áridas 95**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. U. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 263-291, jan./jun. 2012.

MAGALHÃES FILHO, F. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, p. 131-148, jan./abr. 1996.

MANCIBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 875-892, out./dez. 2017.

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. O. **Território, territorialidade e desenvolvimento local**: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. *In*: CASTRIOTA, L. B. **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 78-96.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-590, maio/jun. 2010.

MARTINS, R. S. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: [s.n.], 1986.

MCCOWAN, T.; SCHENDEL, R. A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. *In*: SILVA JUNIOR, J. R. *et al.* **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MEIER, G.; BALDWIN, R. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Conferência proferida na Cimeira dos Parlaentos Latino-Americanos sobre a dívida social e integração latino-americana. Caracas, 2001.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILLE, M. University, knowledge spillovers and local development: the experience of a new university. **Higher Education Management and Policy**, v. 16, n. 3, p. 89-113, 2004.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. *In*: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 483-498.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **The Journal of Political Economy**, v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Brasília, DF: Ipea, 2017.

MONTORO, G. C. F. *et al.* (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sul. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. **Ra´ega**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 88, p. 3-21, maio/ago. 1996.

MOURA, R. *et al.* Os vários Paranás: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 145-150, jul./dez. 2006.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. Capital humano: uma nova *proxy* para incluir aspectos qualitativos. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 1, p. 7-24, 2008.

NEKRASOV, N. N. **Economia regional**. Havana: Editora Científica-Técnica, 1971.

NELSON, R. R.; PHELPS, E. S. Investment in humans, technological diffusion, and economic growth. **American Economic Review: Papers and Proceedings**, v. 61, n. 2, p. 69-75, 1996.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 51, p. 367-394, jul./dez. 2018.

NORTH, D. C. **The role of institutions in economic development**. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe, 1959. (Discussion Paper Series, 2003.2).

NORTH, D. C. **Estructura y cambio en la historia economica**. 2. ed. Madrid: Alianza, 1995.

OHMAE, K. **The end of the nation state, free press e the invisible continent**. New York: Harper Collins, 1995.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, F. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, p. 67-92, 1990.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, 2001.

OLIVEIRA JR, A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD patent statistics manual**. Paris, 1997.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD patent statistics manual**. Paris, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD patent statistics manual**. Paris, 2007.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a glance 2015**: OECD indicators. Paris, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2015-en>. Acesso em: 30 set. 2019.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PADILHA, R. C. H. W. Notas sobre o trabalho docente nas universidades paranaenses nos anos de 1970 e 1980. **Voos Revista Polidisciplinar Eletrônica**, Guarapuava, v. 4, n. 1, p. 101-108, mar. 2008.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. 2. ed. Paris: Syros, 2001.

PEREIRA, L. C. B. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV, 2006. (Textos para Discussão).

PERQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PERROUX, F. **Note sur la notion de pôle de croissance**. [S.l.: s.n.], 1955.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. *In*: SPERIDIÃO, F. (Org.). **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. *In*: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 145-156.

PIRES, E. L. S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 155-163, set. 2007.

PIRES, V. **Economia para a educação**: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PORCILE, G. *et al.* Especialización, tecnología y crecimiento em el modelo Ricardiano. **Nova Economia**, n. 16, p. 483-506, set./dez. 2006.

PRIORI, A. *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012.

RAIHER, A. P. (Org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

RANIERI, N. B. **Educação superior, direito e Estado na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96).** São Paulo: Edusp, 2000.

RESENDE, G. M.; MAGALHÃES, J. C. **Disparidades do Produto Interno Bruto (PIB) per capita no Brasil: uma análise de convergência em diferentes escalas regionais (1970-2008).** Brasília, DF: Ipea, 2013. (Texto para Discussão; 1833).

RESENDE, G. M. *et al.* Brasil: Dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, DF, n. 11, p. 29-35, jan./jun. 2015.

RIGHI, M. L.; RUPPENTHAL, J. E. A influência de uma universidade na geração de um polo regional de ensino superior. **ABCustos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 110-128, jan./abr. 2013.

RIPPEL, R. Fronteiras em movimento – transformações demográficas numa região emblemática: o Oeste paranaense de 1970 a 2010. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 8., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2013.

ROLIM, C. F. C. Espaço e região: retorno aos conceitos originais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 10., 1982, Águas de São Pedro. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 1982.

ROLIM, C. F. C. É possível a existência de sistemas regionais de inovação em países subdesenvolvidos? *In*: RSAI World Congress, 6., 2000, Lugan. **Proceedings [...]**. [S.l.: s.n.], 2000.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009a.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional.** Curitiba: Juruá, 2009b.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. The State of Paraná, Brazil: self-evaluation report. *In*: ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD reviews of higher education in regional and city development.** Paris, 2009c. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/24/53/45420606.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

ROLIM, C. F. C. *et al.* **Self-evaluation report: Northern Parana, Brazil.** [S.l.: s.n.], 2005.

ROMER, P. M. Endogenous technological change. **The Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. 71-102, Oct. 1990.

ROSANELI, A. F. **Cidades novas da fronteira do café**: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no Norte do Paraná. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SÁCHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANFELIU, C. B. La inserción de la universidad em la estructura y forma urbana, el caso de la Universitat de Lleida. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 14, n. 381, p. 1-25, nov. 2011.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. Introduction: expanding the economic 27 canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **Another production is possible**: beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006.

SANTOS, E. L. *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, Contestado, v. 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. *In*: FANNY, C. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAXENIAN annalee regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

SCHMIDT, L. M. **O ensino superior no contexto das políticas públicas**: uma experiência de gestão no estado do Paraná. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1, p.99-116, 2004.
- SCHULTZ, T. W. Capital formation by education. **The Journal of Political Economy**, v. 68, n. 6, p. 571-583, 1960.
- SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **American Economic Review**, v. 51, p. 1-17, 1961.
- SCHULTZ, T. W. **The economic value of education**. New York: Columbia University Press, 1963.
- SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SCHULTZ, T. W. **Investment in human capital**: the role of education and research. New York: Free Press; MacMillan, 1971.
- SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo**: o segredo econômico da qualidade da população. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- SCOTT, A. High technology and territorial development: the rise of the Orange County Complex. **Urban Geography**, n. 7, p. 3-45, 1986.
- SEERS, D.; SANTOS, M. G. Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? **Análise Social**, Lisboa, v. 15, n. 60, 949-968, 1979.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SERRA, M. A.; ROLIM, C. Desenvolvimento e engajamento regional: o papel das universidades. *In*: SILVEIRA, R. L. (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2013. p. 72-88.
- SHEEN, M. R. C. C. **O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná**. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
- SILVA, C. C. Transformações recentes nas gestões de desenvolvimento urbano: alguns exemplos internacionais. **Revista Rae Gá**, Curitiba, n. 2, 1998.
- SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. *In*: DOWBOR, L.; POCHHMAN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SILVEIRA, C.; BOCAJUVA, C.; ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local**: tendências, oportunidades e caminhos. São Paulo: Instituto Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania da FGV-EAESP, 2001.

SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processos, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultura, 1996. v. 1.

SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, n. 70, p. 65-94, Feb. 1956.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2015.

STHOR, W. **El desarrollo regional in América Latina**: experiências. Buenos Aires: SIAP, 1972.

STIGLITZ, E. J. **La grande illusion**. Paris: Éditions Fayard, 2002.

STUMM, M. G. (Org.). **Paraná em dados**. Curitiba: Sistema Fiep, 2017.

THIMÓTEO, A. *et al.* Contribuição da Universidade Estadual do Centro-Oeste para o desenvolvimento regional. *In*: RAIHER, A. P. (Org.). **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

TOPPAN, R. N. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os novos caminhos para a gestão do território. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 740-751.

TRICHES, D.; FEDRIZZI, G.; CALDART, W. L. **Análise dos impactos da Universidade de Caxias do Sul sobre as economias local e regional, decorrente dos gastos acadêmicos dos estudantes**: 1990 a 2002. 2003. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/IPES_TD_002_DEZ_03.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

TRIGAL, L. L.; DEL POZO, P. B. **Geografia política**. Madrid: Cátedra, 1999.

TUMASZ JUNIOR, P. **A produção do espaço urbano**: características do processo de verticalização em Guarapuava PR (1995-2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

TURMENA, L. Ensino superior e política educacional: a gênese do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 44, p. 189-201, dez. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **Histórico do curso de Pós-Graduação em Geografia**. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/geografia/portal/pages/historico.php>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM). Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Histórico**. Disponível em: <http://www.pge.uem.br/historico>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). **Histórico**. 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/pos/ppgg/sobre/o-programa/historico>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Laranjeiras do Sul**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-intitucional-pdi-2009-2013>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). **UTFPR: uma história de 100 anos**. Curitiba, 2010. Disponível em: http://portal.utfpr.edu.br/comunicacao/produtos/livro-100-anos-da-utfpr/livro_centenario_utfpr_site-1.pdf/view. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/pdi-2013-2017>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Curitiba, 2018a. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/comissoes/consulta/consulta-publica-pdi-2018-2022/pdi-2018-2022-consulta-publica.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). Diretoria de Relações Empresariais. **Pesquisa socioeconômica**. Apucarana, 2018b.

UNIVERSIDADE Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.

VAN ZAIST, J.; NAKABASHI, L.; SALVATO, M. **Retorno em escolaridade no Paraná**. 2008. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-15-retorno_em_escolaridade_.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. Desenvolvimento local e políticas territoriais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2006.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico: o caso da economia paranaense no início do século XXI. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 116, p. 139-167, jan./jun. 2009.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

VIEIRA, D. J. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimento_regional_cap9.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

VIEIRA, E. S. F. M. **O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a partir da visão de comunidades universitárias selecionadas na cidade do Rio de Janeiro**. 2017. Tese (Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2017.

VINHAI, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006.

VITTE, C. C. S. Desenvolvimento, planejamento territorial e integração transnacional: os antecedentes, a gênese e a consolidação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. *In*: ARAGÓN, L. E.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

YUSUF, S.; NABESHIMA, K. **How universities promote economic growth**. Washington, D. C.: World Bank, 2007.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: UFPR, 2006.